



**Áurea Lucília de
Oliveira Rodrigues**

**Trilhos Pedestres e Turismo: análise exploratória ao
mercado dos trilhos pedestres em Portugal**



**Áurea Lucília de
Oliveira Rodrigues**

**Trilhos Pedestres e Turismo: análise exploratória ao
mercado dos trilhos pedestres em Portugal**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, realizada sob a orientação científica da Prof. Dra Elisabeth Kastenholz, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

O júri

Presidente

Doutor Carlos Manuel Martins da Costa, Professor associado da Universidade de Aveiro

Vogais

Doutora Maria do Rosário Sintra Almeida Partidário, Professora Auxiliar com Agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Elisabeth Kastenholz, Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

A concretização deste trabalho só foi possível com o apoio e suporte de várias pessoas. Correndo o risco de não referir muitos dos que contribuíram de uma forma mais directa para a realização do estudo não posso deixar de destacar algumas pessoas.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Professora Doutora Elisabeth Kastenzholz, que orientou esta tese, pelo aconselhamento e disponibilidade prestados sem os quais não teria sido possível concretizar este projecto.

Aos professores do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia e Industrial pela disponibilidade prestada sempre que foram solicitados.

Aos meus colegas de curso e amigos que estiveram sempre disponíveis para ajudar.

À minha irmã e ao meu irmão pelo incentivo e apoio que deram e que foi imprescindível.

A todos, muito obrigado!

Resumo

O presente trabalho discute a relevância do trilho pedestre enquanto infraestrutura turística, assumindo-se sobretudo a perspectiva do turismo sustentável. Identifica-se as características demográficas, estilo de vida, sensibilidade ambiental e percepção afectiva face à natureza de visitantes de trilhos pedestres, o que permite conhecer melhor o mercado efectivo dos trilhos pedestres em território nacional. Comparando pedestrianistas portugueses com pedestrianistas estrangeiros, notam-se algumas diferenças significativas ao nível do comportamento e atitude ambiental e no contexto de férias. A comparação dos pedestrianistas ainda com um grupo de portugueses que não costumam caminhar na natureza, permite compreender diferenças de comportamento e atitudes que possam originar a falta de interesse por trilhos pedestres neste último grupo, e simultaneamente identificar, variáveis que possam converter, também este grupo em pedestrianistas. Pretende-se, com isso, dar um contributo para promover os trilhos pedestres enquanto infra-estruturas turísticas e apoiar uma gestão sustentável dos mesmos, baseada na capacidade de adaptação às preferências e aos receios de cada grupo.

Abstract

The present thesis discusses the relevance of walking trails as a tourism infrastructure, particularly in the context of sustainable tourism. The study of hikers' socio-demographic profile, life style, environmental sensitivity and affective perception of nature permits a better understanding of the effective market of walking trails in the national territory. By comparing Portuguese hikers with those of other nationalities, some significant differences in terms of environmental and tourist behaviour and attitudes become visible. A further comparison between hikers and a group of Portuguese that are not used to walk in nature reveals differences in behaviour and attitudes that may explain the latter group's lack of interest in walking and simultaneously identifies variables that may convert also this group into hikers. This study thereby aims at contributing to the promotion of walking trails as a tourist infrastructure in Portugal. We also hope to contribute to the sustainable management of these trails, based on the capacity of adaptation to preferences and fears of each (potential) visitor group that could be identified in this study.

ÍNDICE

	Pag.
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Capítulo 1- O Homem e a Natureza	5
Introdução	5
1.1 Definição de natureza	5
1.2 Antecedentes culturais das atitudes actuais face ao ambiente	8
1.3 Preferências ambientais	12
1.4 Características dos utilizadores de áreas naturais	16
1.5 Percepção de qualidade ambiental e a experiência na natureza – implicações para a gestão de áreas naturais	20
Conclusão	27
Capítulo 2- O Turismo e a Natureza	29
Introdução	29
2.1 Evolução histórica do turismo	30
2.2 O turismo em Portugal	33
2.2.1 A procura turística nacional	35
a) Procura externa	35
b) Procura interna	39
2.3 O lazer e o turismo	44
2.4 A relação turismo e ambiente	47
2.5 Produtos turísticos ligados ao ambiente natural	48
2.6 Impactos ambientais do turismo	54
Conclusão	58
Capítulo 3- Turismo e Sustentabilidade	61
Introdução	61
3.1 A emergência do fenómeno da sustentabilidade	62
3.2 A natureza e o objectivo do turismo sustentável	64
3.3 As principais organizações europeias e nacionais envolvidas no	

	turismo sustentável	67
3.3.1	O turismo sustentável na Europa	68
3.3.2	O turismo sustentável em Portugal	72
3.4	A percepção do homem face aos riscos ambientais e à sustentabilidade	77
	Conclusão	81
Capítulo 4-	Trilho Pedestre	83
	Introdução	83
4.1	História das caminhadas	84
4.2	Definição de pedestrianismo e trilho pedestre	86
4.2.1	Pedestrianismo	86
4.2.2	Trilho pedestre	88
4.3	O trilho pedestre na Europa	89
4.4	O turismo pedestre em França	93
4.4.1	Organização do trilho pedestre	93
4.4.2	Recursos para o pedestrianismo	96
4.5	O turismo pedestre no Reino Unido	97
4.5.1	Organização do trilho pedestre	97
4.5.2	Recursos para o pedestrianismo	99
4.6	O trilho pedestre em Portugal	101
4.6.1	Organização do trilho pedestre	101
4.6.2	Recursos para o pedestrianismo	106
4.7	Perfil dos pedestrianistas	108
4.8	O trilho pedestre e o turismo	110
4.9	Impactos do trilho pedestre	114
	Conclusão	117
PARTE II – PARTE EMPÍRICA		
Capítulo 5-	Metodologia	121
5.1	Estratégia metodológica	121
5.2	Problema	121
5.3	Motivos e metas	122
5.4	Questões e objectivos	122

5.5	Conceitos e a sua operacionalização	125
5.6	Elaboração do questionário	125
5.6.1	Operacionalização dos conceitos	126
5.7	Execução do pré-teste do questionário	132
5.8	Questionário definitivo	134
5.9	Administração do questionário	135
5.10	Análise da informação	137
Capítulo 6-	Inquérito dirigido ao mercado efectivo e potencial de trilhos pedestres em Portugal	
		143
6.1	Perfil sócio-demográfico da amostra	143
6.2	Motivações gerais de férias	149
6.3	Comportamento geral de férias	151
6.3.1	Meses de férias	151
6.3.2	Frequência de fins-de-semana fora de casa	152
6.3.3	Actividades praticadas em férias	152
6.4	Preferências paisagísticas	156
6.5	Sensibilidade ambiental	159
6.6	Comportamento ambiental	163
6.7	Regularidade das caminhadas	166
6.8	Trilho Pedestre	168
6.8.1	Motivação para visitar o trilho pedestre	168
6.8.2	Fonte de informação referente ao trilho pedestre visitado	169
6.8.3	Meio de transporte utilizado para visitar o trilho pedestre	170
6.8.4	Constituição do grupo de viagem para visitar o trilho pedestre	171
6.8.5	Principal modo de organização da visita	173
6.8.6	Principal meio de alojamento utilizado durante a visita ao trilho pedestre	174
6.8.7	Gastos efectuados durante a visita ao trilho pedestre	175
6.8.8	Distância do trilho visitado	177
6.8.9	Factores motivadores para frequentar um trilho pedestre	177
6.8.10	Factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre	180
6.8.11	Factores que podem vir a ser melhorados num trilho pedestre	183

6.9	Resumo dos resultados	184
6.10	Teste das hipóteses	187
7	Implicações para o planeamento e gestão dos trilhos pedestres	189
8	Recomendações para uma futura investigação	193
	CONCLUSÃO GERAL	194
	BIBLIOGRAFIA	197

ÍNDICE DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1: Algumas iniciativas ligadas ao turismo sustentável	65
Tabela 2: Actividades desenvolvidas numa viagem de turismo	128
Tabela 3: Motivações	129
Tabela 4: Fiabilidade das escalas de medição da percepção afectiva face à natureza	133
Tabela 5: Dados sócio-demográficos	144
Tabela 6: Idade dos inquiridos (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	145
Tabela 7: Nível de instrução (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	145
Tabela 8: Profissão dos inquiridos (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	146
Tabela 9: Distrito de residência dos pedestrianistas de nacionalidade portuguesa	147
Tabela 10: País de residência dos pedestrianistas de nacionalidade estrangeira	148
Tabela 11: Habitat dos pedestrianistas	149
Tabela 12: Motivação geral	149
Tabela 13: Motivação geral (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	150
Tabela 14: Actividades praticadas nas férias (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	154
Tabela 15: Actividades praticadas nas férias (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	155
Tabela 16: Paisagem preferida	156
Tabela 17: Paisagem preferida (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	156
Tabela 18: Paisagem natural preferida	157

Tabela 19: Paisagem natural preferida (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	158
Tabela 20: Paisagem natural preferida (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	159
Tabela 21: Sensibilidade ambiental	160
Tabela 22: Sensibilidade ambiental (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	162
Tabela 23: Comportamento quotidiano face ao ambiente (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	164
Tabela 24: Comportamento quotidiano face ao ambiente (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	165
Tabela 25: Regularidade das caminhadas	166
Tabela 26: Regularidade das caminhadas (pedestrianistas/ não pedestrianistas)	166
Tabela 27: Regularidade das caminhadas (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	167
Tabela 28: Motivação para visitar o trilho pedestre	168
Tabela 29: Fonte de informação	169
Tabela 30: Fonte de informação (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	170
Tabela 31: Principal meio de transporte	170
Tabela 32: Principal meio de transporte (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	171
Tabela 33: Constituição do grupo de viagem	172
Tabela 34: Constituição do grupo de viagem (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	172
Tabela 35: Principal meio de organização da viagem	173
Tabela 36: Principal meio de organização da viagem (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	173
Tabela 37: Principal tipo de alojamento utilizado	174
Tabela 38: Principal tipo de alojamento utilizado (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	175
Tabela 39: Gastos efectuados	176
Tabela 40: Gastos efectuados (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	176

Tabela 41: Dimensão do percurso	177
Tabela 42: Factores motivadores para frequentar um trilho pedestre (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	179
Tabela 43: Factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre (pedestrianistas / não pedestrianistas)	181
Tabela 44: Factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)	182

ÍNDICE DE QUADROS

	Pag.
Quadro 1: Escolher a melhor técnica para o planeamento de recreio/ turismo	25
Quadro 2: Impactes ambientais do turismo	55
Quadro 3: Organizações envolvidas no turismo sustentável a nível europeu	71
Quadro 4: Resumo de instrumentos legislativos	76
Quadro 5: Texto da Declaração Europeia referente ao Caminho de Compostela (CE- Declaração de 23.11.87)	89
Quadro 6: Designação e extensão dos <i>National Trails</i>	101
Quadro 7: Perfil do pedestrianista que frequenta os <i>National Trails (1997)</i>	119
Quadro 8: Relação entre os trilhos pedestres e o turismo ligado à natureza, sustentável, activo e cultural	112
Quadro 9: Componentes do trilho pedestre	113
Quadro 10: Princípios base para a implementação de trilhos com sustentabilidade económica	114
Quadro 11: Itens recolhidos no estudo preliminar	132
Quadro 12: Variáveis inseridas nos questionários	134
Quadro 13: Diferenças entre pedestrianistas e não pedestrianistas	186
Quadro 14: Diferenças entre pedestrianistas portugueses e pedestrianistas de outras nacionalidades	187

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1:	Modelo hierárquico de constrangimentos para desenvolver actividades de lazer	22
Figura 2:	Chegada de turistas em 2002 (milhões)	32
Figura 3:	Entrada de estrangeiros em Portugal	35
Figura 4:	Dormidas na hotelaria por nacionalidades (2003)	36
Figura 5:	Permanência média geral – 2002 (dias)	37
Figura 6:	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos por NUTS (2001-2002)	38
Figura 7:	Dormidas na hotelaria tradicional (2002)	39
Figura 8:	Índice de gozo de férias dos portugueses (1997-2003)	40
Figura 9:	Índice de gozo de fins-de-semana (%)	42
Figura 10:	Uma visão geral do turismo	49
Figura 11:	Turismo Sustentável e Desenvolvimento Sustentável	66
Figura 12:	Rotas Europeias	91
Figura 13:	Estrutura da Federação Francesa de Pedestrianismo (FFRP)	95
Figura 14:	Sinalização dos trilhos pedestres franceses	97
Figura 15:	Sinais adoptados no Reino Unido	100
Figura 16:	<i>National Trails</i>	101
Figura 17:	Distribuição dos clubes com prática de pedestrianismo em 2002	104
Figura 18:	Entidades que promoveram o trilho pedestre até 2002 (número de trilhos homologados até 2002)	104
Figura 19:	Trilhos homologados por ano (1997-2002)	107
Figura 20:	Trilho homologados por região (1997-2002)	108
Figura 21:	Área de aplicação do questionário - pedestrianistas	137
Figura 22:	Meses de férias (%)	151
Figura 23:	Fins-de-semana fora de casa (%)	152
Figura 24:	Factores que podem vir a ser melhorados num trilho pedestre	183

ÍNDICE DE ANEXOS

	ANEXOS	213
Anexo I -	Questionários	214
	Questionário aplicado aos pedestrianistas - Português	215
	Questionário aplicado aos não pedestrianistas - Português	222
	Questionário aplicado aos pedestrianistas - Inglês	227
	Questionário aplicado aos pedestrianistas - Francês	234
Anexo II -	Análises estatísticas	241
	Teste do Q²	242
Tabela I	Idade versus utilizadores de trilho pedestre	248
Tabela II	Nível de instrução versus utilizadores de trilho pedestre	244
Tabela III	Profissão versus nacionalidade dos pedestrianistas	245
Tabela IV	Profissão versus utilizadores de trilho pedestre	246
Tabela V	Paisagem preferida versus utilizadores de trilhos pedestres	247
Tabela VI	Paisagem natural preferida versus utilizadores de trilhos pedestres	248
Tabela VII	Paisagem natural preferida versus nacionalidade dos pedestrianistas	249
Tabela VIII	Regularidade das caminhadas versus nacionalidade dos pedestrianistas	250
Tabela IX	Motivação geral versus utilizadores de trilhos pedestres	251
Tabela X	Fonte de informação versus nacionalidade dos pedestrianistas	252
Tabela XI	Meio de transporte versus nacionalidade dos pedestrianistas	253
Tabela XII	Constituição do grupo de viagem versus nacionalidade dos pedestrianistas	254
Tabela XIII	Principal meio de organização da visita versus nacionalidade dos pedestrianistas	255
Tabela XIV	Alojamento versus nacionalidade dos pedestrianistas	256
Tabela XV	Gastos efectuados versus nacionalidade dos pedestrianistas	257
	Teste de Mann-Whitney	258
Tabela XVI	Comportamento ambiental versus utilizadores de trilhos pedestres	259
Tabela XVII	Comportamento ambiental versus nacionalidade dos pedestrianistas	261

Tabela XVIII	Sensibilidade ambiental versus utilizadores de trilhos pedestres	263
Tabela XIX	Actividades praticadas durante as férias versus utilizadores de trilhos pedestres	264
Tabela XX	Actividades praticadas durante as férias versus nacionalidade dos pedestrianistas	266
Tabela XXI	Factores motivadores para frequentar um trilho pedestre versus nacionalidade dos pedestrianistas	268
Tabela XXII	Factores constrangedores versus utilizadores de trilhos pedestres	270
Tabela XXIII	Factores constrangedores versus nacionalidade dos pedestrianistas	272
	Médias	274
Tabela XXIV	<i>Ranking</i> das médias da amostra total - comportamento ambiental	275
Tabela XXV	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas - comportamento ambiental	275
Tabela XXVI	<i>Ranking</i> das médias dos não pedestrianistas - comportamento ambiental	276
Tabela XXVII	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas portugueses - comportamento ambiental	276
Tabela XXVIII	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas estrangeiros - comportamento ambiental	277
Tabela XXIX	<i>Ranking</i> das médias da amostra total – actividades desenvolvidas durante as férias	277
Tabela XXX	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas – actividades desenvolvidas durante as férias	278
Tabela XXXI	<i>Ranking</i> das médias dos não pedestrianistas – actividades desenvolvidas durante as férias	278
Tabela XXXII	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas portugueses – actividades desenvolvidas durante as férias	279
Tabela XXXIII	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas estrangeiros – actividades desenvolvidas durante as férias	279
Tabela XXXIV	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas – factores motivadores para frequentar um trilho pedestre	280
Tabela XXXV	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas portugueses – factores motivadores para frequentar um trilho pedestre	280

Tabela XXXVI	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas estrangeiros – factores motivadores para frequentar um trilho pedestre	281
Tabela XXXVII	<i>Ranking</i> das médias da amostra total – factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre	281
Tabela XXXVIII	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas – factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre	282
Tabela XXXIX	<i>Ranking</i> das médias dos não pedestrianistas – factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre	282
Tabela XL	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas portugueses – factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre	283
Tabela XLI	<i>Ranking</i> das médias dos pedestrianistas estrangeiros – factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre	283
	Análise factorial	284
Tabela XLII	Matriz de correlações	285
Tabela XLIII	Matriz anti-imagem	286
Tabela XLIV	KMO e teste de esfericidade de Bartlett	287
Tabela XLV	Comunalidades	287
Tabela XL	Variância total explicada	288
Tabela XLVI	Matriz das componentes após rotação	289
Tabela XLVII	Matriz das componentes	289

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ERA: European Ramblers Association

FFRP: Fédération Française de Randonnée Pédestre

FME: Federação de Montanhismo e Escalada

FPC: Federação Portuguesa de Campismo

GR: *Grand Randonnée*

GR: Grande Rota em Português

ICN: Instituto Nacional de Conservação da Natureza

PR: *Promenade e Randonnée*

PR: Pequena Rota em Português

WTO: World Tourism Organization

INTRODUÇÃO

Em Portugal o turismo assume um papel bastante importante na economia representando aproximadamente 11% do PIB, e fornece emprego a cerca de 8% da população activa nacional (ICEP, 2004).

A importância deste sector não se revela apenas no âmbito económico mas também na vertente social, cultural e ambiental, o nível da atenuação dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento, valorização do património cultural, protecção do meio ambiente e optimização do impacte social na concretização da melhoria da qualidade de vida, visando um desenvolvimento sustentável do destino. Um dos produtos turísticos que se enquadra nesta vertente de turismo sustentável é o turismo de passeio pedestre.

Ignorado ou subestimado durante muito tempo, o turismo de passeio pedestre é hoje considerado como um desafio do desenvolvimento local. Sendo actualmente uma actividade muito divulgada entre a população dos países europeus, o passeio evoluiu, passando da categoria de uma forma de lazer informal para uma verdadeira acção turística, potencialmente geradora de benefícios económicos a nível local (Kouchener e Lyard, 2000).

A urbanização intensiva dos anos 50 constituiu uma oportunidade para alguns agentes visionários do desenvolvimento rural tirarem partido da sede de evasão e de espaço dos cidadãos “enterrados entre o alcatrão e o betão”. O círculo de “iniciados” alargou-se e o lazer não comercial entrou (em parte) no âmbito das actividades turísticas. É assim que actualmente, em família ou entre amigos, existem milhões de pessoas que percorrem todos os anos os caminhos, com os guias no bolso, atentos às balizas e às flechas, dispostas regularmente ao longo dos itinerários (Kouchener e Lyard, 2000).

Do ponto de vista das áreas de destino o interesse pelo turismo de passeio pedestre é grande porque são muitos os territórios com natureza selvagem e rurais potencialmente abrangidos e porque esta forma de turismo pode inserir-se plenamente numa estratégia de

desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável do turismo pode ser pensado como “um encontro entre as necessidades presentes do turista e das regiões hospedeiras, ao mesmo tempo que protege e providencia oportunidades para o futuro,..., de tal maneira que se podem preencher necessidades económicas, sociais e estéticas, enquanto se mantém a identidade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte de vida” (Inskip, 1991). A indústria turística tem interesse em assumir um papel pró-activo a nível do desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação e valorização dos recursos naturais, porque depende destes últimos como oferta primária (Theobald, 1994).

Sendo a natureza um dos recursos primários que mais atrai turistas, os trilhos pedestres representam uma infra-estrutura fundamental que permite o acesso ao património natural. Os trilhos pedestres são uma infra-estrutura de turismo que é pouco dispendiosa de implementar e que pode trazer bastantes benefícios económicos e de conservação da natureza em áreas do interior do país. Como infra-estrutura complementar ao alojamento podem ser um factor de diferenciação, além de potencialmente contribuírem para o prolongamento da estadia do visitante, beneficiando principalmente pequenas unidades de alojamento, o TER e unidades de restauração.

Existem alguns estudos que apontam para a relevância deste elemento da oferta em Portugal (Kastenholz, 2002), verificando-se que existe um mercado nacional potencial, mas que apresenta alguns constrangimentos que necessitam ser identificados.

Um dos poucos pontos de acordo na literatura da especialidade parece ser o facto de os mercados de turismo de natureza estarem entre os de crescimento mais rápido (DCL, 1991, Stewart e Repass, 1992; Laarman e Dust 1993; Parker, 1993 citado por Wight, 1996). Os ambientalistas, o sector das viagens e os turistas em geral estão interessados em produtos que são ambientalmente sensíveis ou benéficos (Cook, Stewart e Repas 1992 citado por Wight, 1996; Wight, 2001). Quando se analisa a mudança das preferências dos turistas confirma-se que o mercado potencial do turismo de natureza é significativo.

O sucesso dos trilhos pedestres depende da capacidade de resposta às necessidades e preferências dos visitantes actuais e potenciais. Esta capacidade de resposta, por sua vez,

depende do conhecimento dos motivos que levam este mercado a viajar, o que implica a compreensão do comportamento dos turistas e das razões das suas decisões. É esta melhor compreensão dos turistas, particularmente no que diz respeito á utilização de trilhos pedestres e atitudes face à natureza, o objecto central da parte empírica desta tese.

Estrutura do trabalho

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes, correspondendo a primeira parte a quatro capítulos de âmbito teórico e a segunda parte ao trabalho empírico realizado.

Na primeira parte de contextualização e reflexão teórica são desenvolvidas as seguintes temáticas: a relação entre homem e a natureza, entre o turismo e a natureza, entre o turismo e a sustentabilidade bem como especificamente o trilho pedestre enquanto infra-estrutura de turismo e lazer. No primeiro capítulo designado “O Homem e a Natureza” definir-se-á o conceito “natureza”. Será feita uma breve análise das atitudes que o homem tem tido perante a natureza ao longo dos tempos, abordando-se as preferências ambientais bem como as características das pessoas que procuram a natureza. Por fim abordar-se-á a relevância da gestão das áreas naturais.

O segundo capítulo “O turismo e a Natureza” foca a evolução histórica do turismo e as principais características que ele assume a nível nacional na actualidade. Como este trabalho pretende fazer uma análise a uma componente da oferta baseada na natureza abordar-se-á, neste contexto, sobretudo a ligação entre o turismo e o ambiente, quais os produtos turísticos desenvolvidos no meio natural e quais os impactes ambientais resultantes.

O terceiro capítulo intitula-se “Turismo e sustentabilidade”, e centra-se na emergência das exigências da sustentabilidade e na forma como esta se reporta à indústria turística. Neste contexto, analisar-se-á o que está a ser desenvolvido na Europa para incentivar o turismo sustentável e quais as ferramentas que estão ao dispor da indústria turística em Portugal.

Por fim, abordar-se-á a percepção do homem face aos riscos ambientais e à sustentabilidade.

No quarto capítulo designado “Trilho Pedestre” abordar-se-á a história das caminhadas e a definição de pedestrianismo. Também proceder-se-á a uma caracterização do trilho a nível europeu, com base na experiência reportada sobre o caso da Inglaterra, França e em Portugal. Em seguida será debatida a ligação entre o trilho pedestre e o turismo bem como os impactes causados por esta infra-estrutura.

A segunda parte divide-se em dois “momentos”: a metodologia e a análise dos questionários. Na “metodologia” são definidos o problema e a estratégia metodológica, seguindo-se, neste contexto, algumas hipóteses de trabalho. Em seguida descrevem-se os passos metodológicos seguidos no âmbito da elaboração e administração do questionário e das técnicas que serão usadas para analisar os resultados. Na “análise dos dados resultantes do inquérito” apresentar-se-ão os resultados principais extraídos das respostas aos questionários uma caracterização dos pedestrianistas e não pedestrianistas inquiridos, bem como das respostas às hipóteses de trabalho colocadas, ao nível das diferenças esperadas entre ambos os grupos. Em seguida apresentar-se-ão as conclusões da análise e as recomendações para uma futura pesquisa.

Por fim apresentar-se-á a “conclusão geral”, a bibliografia consultada, que foi aplicada no relatório, e os anexos. Os anexos encontram-se divididos em duas partes: no Anexo I é possível consultar o questionário aplicado e no Anexo II encontram-se os *outputs* do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) referentes às médias das questões em que foi usada uma escala de *Likert*, às análises do Q^2 , do teste de Mann-Whitney, e a Análise Factorial.

PARTE I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Capítulo 1 - O Homem e a Natureza

Introdução

Este trabalho centra-se numa infra-estrutura essencial que pode servir de base para se desenvolver produtos ligados à natureza, o Trilho Pedestre que permite o contacto directo entre o homem e a natureza. Segundo Holden (2002) a realidade ambiental no contexto pós-moderno em que vivemos actualmente tem que ser olhada numa perspectiva social. Assim torna-se pertinente saber como a natureza é percebida pelo homem, para ser correctamente gerida.

Desta forma antes de entrarmos no contexto do turismo abordar-se-á a relação “homem natureza”. Neste capítulo começaremos por definir “natureza”. Em seguida faremos uma breve análise das atitudes que o homem tem tido perante a natureza ao longo dos tempos. Abordaremos as preferências ambientais e as características das pessoas que procuram a natureza. Por fim reflectir-se-á sobre a gestão das áreas naturais.

1.1- Definição de Natureza

Os ambientes naturais são muitas vezes definidos pelo que não são, isto é, ambientes que não resultam da intervenção do homem (Wohlwill, 1983 citado por McAndrew, 1993). Apesar desta definição ser plausível em muitas situações, a verdade é que implica que os parques urbanos, cheios de árvores, flores e lagos artificiais, por mais “naturais” que pareçam, nunca poderão ser designados de ambientes naturais. Assim o conceito de “natureza” que parece bastante simples e óbvio, pode tornar-se bastante complicado de definir (McAndrew, 1993).

Segundo Kuhnen (2001) ao falar-se em natureza é difícil evitar as contradições das significações múltiplas que o assunto suscita. Isso pode ser notado quando se procura uma definição de natureza. Para demonstrar a dificuldade de definir “natureza” e que este termo pode contemplar uma dimensão “cultural” recorreu-se às definições de “natureza” existentes em dois dicionários etimológicos.

Segundo a *Enciclopédia Verbo* (1999) a palavra natureza deriva “etimologicamente do latim *natura* (*gnatura*), *natus*, *gnatus*, *nasci* (nascer), que, por sua vez, provém da raiz comum *gena* ou, em indo-europeu, *g'n* que dá formas verbais e nominais em quase todas as línguas. “Natureza” é aparentado, linguisticamente, com as palavras portuguesas de origem greco-latina *gênese*, *género*, *geração*, *gerar*, germe e outras, as quais conservam todos os vestígios da raiz original.¹Todas estas significações estão na base da plurivalência semântica de um dos vocábulos mais densos de significado, mais complexos e também mais ambíguos do vocabulário humano” (Pires, 1999).

Na Grande *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s.d.) “natureza” aparece definida da seguinte forma:

1. Nascimento, origem;
2. *Ant.* Terra onde alguém nasceu; nacionalidade, naturalidade; pátria;
3. Conjunto dos sentimentos inatos;
4. Espécie, qualidade, jaez;
5. Disposição da alma, aptidão intelectual de uma pessoa; temperamento, carácter; índole; constituição moral
6. Conjunto de todos os seres de que se compõe o Universo e dos fenómenos que nele se produzem;
7. O mundo físico; o conjunto dos fenómenos físicos e das causas que os determinam;
8. As manifestações das forças naturais numa determinada região; aspecto da paisagem;
9. Deus, a causa criadora do Universo;
10. O curso comum e regular das coisas; a ordem natural;
11. No sentido moral, impulso, luz que brota espontaneamente da consciência; conjunto de sentimentos instintivos do homem;
12. Causa, sintoma, condição, efeito, circunstância;

Nesta definição aparecem vários significados distintos. O primeiro significado está ligado a “nascer” (1). Mas podemos verificar que nesta definição a palavra pode ser usada como

¹Palavra latina “natura” equivale o termo grego *physis*, que dá *física*, *metafísica* e muitos outros vocábulos compostos. O substantivo grego vem, provavelmente, de *phyo* que significa produzir, fazer, nascer. *Natura* e *physis* embora de famílias linguisticamente distintas, exprimem as mesmas experiências e os mesmos conceitos fundamentais; com efeito, *physis* radica no indo-europeu *bhu* donde provêm as formas verbais latinas do verbo ser: *fui*, *fore*, e do verbo *fieri* (fazer-se, tornar-se). Este último equivale, semanticamente, ao verbo grego *gignomai* da raiz *gena* (*g'n*)” (Pires citado pela *Enciclopédia Verbo*, 1999).

algo que descreve coisas bastante distintas como “Deus, a causa criadora do Universo” (9) ou “sentimentos inatos” e características que podem ser congénitas (3,5,11) quando se refere ao homem. O sentido de nação, pátria é também evidenciado no significado (2). O termo pode ainda estar ligado a “manifestações naturais numa determinada região” e ao “aspecto da paisagem”; neste significado pode haver um aspecto cultural latente, uma vez que existem paisagens modificadas pelo homem. Grande parte do território europeu encontra-se efectivamente humanizado (Gonçalves, 2003). Muitas áreas naturais neste continente possuem fracções paisagísticas onde se pode verificar uma interacção “homem-natureza” (Hillel, 2001). Em Portugal pode-se verificar a intervenção do homem na paisagem protegida, por exemplo, nas aldeias que estão integradas dentro do Parque Nacional da Peneda Gerês. Olwig (1992) afirma que em alguma literatura ligada aos parques naturais se evidencia a necessidade de preservar a natureza enquanto “herança do povo”, o que mostra que a natureza nesse caso é a expressão de valores culturais.

Para Besse (1997 citado por Kuhnen, 2001) na actualidade existem três formas de representar a natureza:

- A natureza encarada do ponto de vista metafísico: A compreensão metafísica da época moderna via a natureza como paisagem, enquadrada como categoria estética. Esta visão atravessa toda a história do pensamento ocidental (ver ponto 1.2 deste capítulo)
- A natureza encarada do ponto de vista técnico científico: A descoberta da importância da paisagem e de certos modos de vida como factor de desenvolvimento económico e social, através do turismo por exemplo, que mostram como a natureza se tornou um elemento estruturante do desenvolvimento económico das sociedades. Há áreas ou mesmo países que vivem sobretudo deste tipo de recurso e dependem em grande parte dos elementos naturais para assegurar uma economia estável.
- A natureza ligada ao horizonte de responsabilidade ética: que qualifica o dinamismo espontâneo da natureza, orientado para um fim em função de necessidades internas a ela e que visam a realização das suas potencialidades. Segundo Besse (1997, citado por Kuhnen, 2001) todo o ser busca realizar a sua natureza e é esta finalidade que define de modo imanente a sua organização.

Historicamente verifica-se que a representação do mundo e da natureza enfrentou uma grande mudança. Actualmente, verifica-se um significado ético da natureza. Esse novo sentido ético exige da humanidade acções responsáveis para com o planeta, colocado em perigo segundo as conclusões de estudos científicos, resultantes das intervenções perigosas que se efectuaram na modernidade, onde se acreditava na reversibilidade e na incomensurabilidade dos recursos naturais. Agora surge a missão de guardar, preservar para sobreviver, substituindo a noção fragilizada de conservar-se por si mesma.

1.2 Antecedentes culturais das atitudes actuais face ao ambiente

As atitudes são estados mentais usados pelos indivíduos para estruturar a forma como percebem o seu ambiente e guiam a forma como respondem a este (Aaker *et al*, 1990). Geralmente distinguem-se três componentes nas atitudes (Zikmund, 1994):

- A componente afectiva: sumaria os sentimentos gerais acerca de um objecto, situação ou pessoa.
- A componente cognitiva: representa a informação que uma pessoa possui acerca de um objecto. Esta informação inclui o conhecimento da existência do objecto, crenças acerca das características e atributos do objecto e julgamentos acerca da relativa importância de cada um dos atributos.
- A componente comportamental: refere-se às expectativas do comportamento futuro para com um objecto.

Geralmente assume-se que as atitudes são aprendidas através da combinação de três processos: o condicionamento clássico, condicionamento instrumental e a aprendizagem social. As nossas atitudes sobre algo tão vasto e omnipresente como a “natureza” são tantas vezes tomadas por garantidas que não temos consciência das forças que estão por trás delas (McAndrew, 1993).

Muitas destas atitudes podem ser traçadas nos primórdios da nossa história cultural, quando se desenvolveram em condições bastante diferentes das que vivemos actualmente. É extremamente importante compreender essas atitudes uma vez que elas ditam a forma como a sociedade lida com o ambiente natural através da conservação, agricultura, desenvolvimento de fontes de energia (McAndrew, 1993) e utilização dos recursos naturais para benefício do homem (instrumentalização da natureza)².

Nas duas últimas décadas, assistimos a uma crescente sensibilização pública perante os problemas ambientais. Muitas actividades humanas são prejudiciais para o ambiente natural, causando danos a espécies e ecossistemas. Por outro lado, as mudanças ambientais também trazem consequências perigosas para a saúde e para as condições da vida humana. Nos últimos anos, a situação tornou-se mais séria uma vez que os impactos ambientais atingiram uma significância global, por exemplo, as mudanças climáticas, os problemas relacionados com a depleção da camada de ozono e os derramamentos de crude (Böhn, 2003).

Para identificar formas eficazes de abordar estes problemas na sociedade actual é importante compreender como as pessoas encaram os problemas ambientais nas diferentes culturas através da perspectiva psicológica. Eisler *et al* (2003) sugerem neste contexto uma pesquisa multi-cultural para obter informação empírica pertinente ligada à percepção da natureza, à experiência de problemas ambientais e aos riscos ambientais.

Segundo alguns autores estas atitudes face à natureza advêm dos primórdios do que chamamos *civilização industrializada ocidental*. Segundo White (1967 citado por McAndrew, 1993) e Hooker (1992, citado por Holden 2003) tanto a ciência como a tecnologia modernas são distintivamente de origem ocidental e ambas podem ser encontradas na tradição Judaico-cristã que moldou o crescimento da civilização ocidental.

White (1967 citado por McAndrew, 1993) afirma que a atitude das pessoas face à ecologia, “depende da forma como pensam acerca de si próprias em relação às outras coisas à sua

² A nossa visão actual de natureza está ligada a uma concepção de natureza-objecto, exterior ao homem, e da qual ele se separou ao instrumentalizá-la. No mundo ocidental admite-se a ideia de uma natureza criada primeiro por Deus, e depois tornada artefacto do homem (Larrère e Larrère, 2000).

volta. A ecologia humana é fortemente condicionada pelas crenças ligadas à nossa natureza ao nosso destino, isto é, pela religião”.

O cristianismo herdou do judaísmo uma forma dualística de pensar em que os humanos não são apenas uma parte da natureza – são feitos à imagem de Deus e por isso são diferentes do resto da criação. Segundo esta visão, a natureza existe para servir os propósitos humanos, e é da vontade de Deus que a natureza seja utilizada da forma que as pessoas considerem mais adequada (McAndrew, 1993).

A distância entre os humanos e o mundo natural cresceu à medida que o cristianismo se desenvolveu no período da Idade Média. A filosofia mais popular durante os últimos dias do Império Romano era o Neo-Platonismo (427-237 d.c.), que se baseava em primeira instância nos escritos de Platão. A filosofia de Platão propunha que o que nós vemos no mundo não é real, mas uma cópia imperfeita da realidade algures no “reino das formas reais”. Segundo Platão entendemos essas cópias imperfeitas da realidade através dos sentidos, que distorcem ainda mais. Assim, segundo o Neo-Platonismo, a única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro era virar as costas à análise empírica do mundo físico e realizar uma introspecção à verdade intrínseca da qual nascemos. Primeiramente através do trabalho do Santo Agostinho (354-430 d.c.), o Neo-Platonismo absorveu uma série de fragmentos das primeiras crenças cristãs para formar um sistema doutrinal coerente cristão que guiou o desenvolvimento da Europa e do mundo ocidental nos mil anos seguintes. (McAndrew, 1993; Larrère e Larrère, 2000).

A crença de que o “homem” é feito à imagem de Deus, combinado com “as suas” ordens a Adão e Eva para “dominar e subjugar” a terra, no Livro do Génesis, levou à presunção de que o homem tomou como garantido o domínio sobre o ambiente não-humano (Holden, 2003). “Feito à imagem de Deus, o homem é separado da natureza, tem liberdade para recolher da natureza o que necessitar dela. O homem não pertence ao reino da natureza. Não tem que procurar normas. O homem pertence ao reino da graça; seguir a natureza não tem nenhum sentido moral” para o seu comportamento (Larrère e Larrère, 2000). A remoção de Deus da terra para um plano celestial, inerente no judaísmo, também significa que Deus tomou uma identidade metafísica e o ambiente que nos rodeia perdeu o seu valor

espiritual. Consequentemente salvar almas significa seguir a vontade de Deus e não da natureza (Pepper, 1996).

A partir desta doutrina da Idade Média o mundo e consequentemente a natureza era apenas um meio de Deus comunicar com o homem. Para o camponês europeu a natureza era um adversário que tinha que ser temido e conquistado, a natureza não era vista como uma fonte de conforto. Até os contos de fadas entre os séculos XII e XV mostram uma natureza hostil, que muitas vezes é o “lar” de tudo o que é hostil e assustador, como por exemplo, no conto de Hansel e Gretel dos irmãos Grimm (McAndrew, 1993).

Segundo McAndrew (1993) os ocidentais tentaram sempre moldar a natureza à vontade humana em vez de adaptar os seus estilos de vida ao ambiente envolvente. Ao contrário, as religiões em civilizações não ocidentais têm crenças que desencorajam a demarcação entre ambientes humanos e não humanos. Por exemplo, na religião Hindu o princípio do *ahimsa* (não ferir ou não à violência) encoraja a crença de que a harmonia prevalece em todo o universo e que devemos respeitar a natureza “*as having the rights and worth of human life*” (Mieczkowski, 1995 citado por Holden, 2003). Enquanto que dá um ênfase na alma e na sua existência separada do mundo material, o Hinduísmo também ensina a reencarnação da alma em vidas diferentes, geralmente dos animais até dos homens. Também há a crença de um conjunto de pequenos deuses que aparecem em formas naturais como árvores, plantas e animais. No Budismo, a destruição da vida é proibida e a alimentação vegetariana difundida, enquanto o Taoismo Chinês aponta para a harmonia entre o cosmos e a unidade de todas as coisas, tanto humanas como não humanas.

Apesar de nessas culturas dominar a filosofia que encoraja uma relação integrada entre humanidade e natureza, o desenvolvimento industrial resultou no uso não sustentável de recursos em todo o mundo, associado à poluição do ambiente à escala global. Holdgate (1990, citado por Holden, 2003) sugere que o efeito de demonstração do estilo de vida dos ocidentais tem um forte poder persuasivo sobre a cultura dos países ditos sub-desenvolvidos, mesmo onde as crenças religiosas e filosóficas possam encorajar uma diferente atitude no sentido de uma maior valorização da natureza (Holden, 2003).

Simultaneamente, apesar de se ter verificado na civilização ocidental uma atitude instrumental e assim potencialmente prejudicial face à natureza, com o desenvolvimento da urbanização, da visibilidade crescente dos problemas ambientais e com a emergência da era da comunicação pode verificar-se uma crescente sensibilização da população face a questões ambientais. Em simultâneo as pessoas começaram a dar mais valor à beleza cénica das paisagens e às experiências no âmbito da natureza. Um dos pontos-chave do movimento romântico³ inglês e francês que surgiu em meados do século XIX era a crença de que a natureza tinha um efeito benéfico no sentido de elevar o espírito e confortar os seres humanos (Solnit, 2000). Nos últimos duzentos anos tem-se desenvolvido uma resposta mais positiva ao ambiente natural. Estas respostas positivas foram reforçadas nos últimos anos com o aparecimento de uma consciência ambiental que levaram ao florescimento de actividades de lazer e recreio e do desenvolvimento do turismo em áreas em que a natureza predomina (Hall e Page, 1999).

1.3- As preferências ambientais

Segundo alguns autores, as reacções humanas face às paisagens envolvem tanto factores inatos como resultantes de um processo de aprendizagem. Assim, não é surpreendente que apesar de alguns tipos de atributos das paisagens, como árvores e cursos de água, terem sido sempre mais apreciados do que outros, em detrimento de áreas de deserto ou zonas pantanosas, a verdade é que as preferências por um certo tipo de paisagem foram também influenciadas pelo espírito da época. Por exemplo, no século XIII, no período designado de “era da razão” a natureza era vista como algo simétrico, geométrico, o que se expressa, por exemplo, nos jardins franceses. O movimento romântico reagiu contra esta forma de ver a natureza e os jardins desta época tinham formas livres e geralmente quebravam a barreira entre jardim e campo (McAndrew, 1993; Porteous, 1996; Solnit, 2000).

Os aspectos mais dramáticos da natureza, como as montanhas e o mar, inspiraram uma mistura de respeito, temor e reverência nos seres humanos. Segundo Tuan (1990) toda a

³ Segundo Guimarães (2003) “uma das características mais belas do Romantismo, e uma das mais importantes, era o amor pela natureza e pela sua mística”.

sociedade tem a sua montanha sagrada que serve como o ponto fulcral da sua cosmologia, por exemplo, o Monte Olimpo na Grécia, Meru na Índia, Tabor em Israel e o monte Fuji no Japão. E este facto também se verifica nas lendas de cada povo. Por exemplo, Moisés recebeu os dez mandamentos no topo de uma montanha, o imperador chinês Wu (140-87 a.c.) sacrificou-se ao céu também numa montanha e foi nas montanhas que o Dr. Frankenstein perseguiu a sua criatura e conseguiu refúgio e tranquilidade para os seus tormentos (Fleischer, 1994).

Nos anos cinquenta do século XX surgiu a psicologia ambiental. Esta disciplina traz uma abordagem distinta do estudo do comportamento humano. É geralmente definida como o estudo da interação entre o homem e o seu ambiente. Segundo Bell *et al* (1978, citado por Fridgen, 1984) a “psicologia ambiental é o estudo da relação entre o comportamento e o ambiente natural e construído” (Fridgen, 1984).

Em estudos de psicologia ambiental, em que as pessoas são confrontadas com fotografias de ambientes naturais e urbanizados, tem-se verificado que a natureza é *per se* uma característica importante das imagens preferidas (Kaplan, 1982)⁴. Kaplan (1982) apelida o encontro com a natureza como a “experiência verde”, e verificou que esta preferência se reporta tanto a nível dos habitantes de zonas urbanas como daqueles de zonas rurais.

Segundo Burton (1995) existem três elementos geográficos que compõem uma paisagem:

- Relevo e geologia. O relevo determina a presença de muitos dos recursos que podem constituir a base para algumas das actividades na natureza, por exemplo, grutas para se praticar espeleologia, escarpas para se praticar escalada, etc. Outro factor físico importante numa paisagem é a água que também molda a paisagem, através de rios, lagos e mares interiores.
- A vegetação natural e os animais que dependem dela. A vegetação varia consoante o clima da região onde está inserida. A paisagem onde a fauna e a flora permanecem intocadas pelo homem pelo homem designa-se “paisagem selvagem”.

⁴ Nestes estudos, os ambientes naturais selvagens, não cultivados nem explorados pelos homens (em inglês, “wilderness”) suscitaram muito interesse.

- A presença do homem Uma parte da vegetação natural foi alterada pelo homem através da agricultura e da florestação. As paisagens que são criadas pelo homem designam-se “paisagem semi-natural mas humanizada”. Nestas paisagens podemos observar postes de electricidade, edifícios, estradas e uma variedade de paisagens culturais como, por exemplo, zonas de agricultura em socacos, típicas por exemplo da Ilha da Madeira, das vinhas na região do Douro, ou paisagens extensas como os campos de trigo do Alentejo.

Burton (1995) explica que alguns estudos revelaram que existem características que aumentam a atractividade da paisagem, como prados rodeados de bosques e florestas, principalmente quando estão cobertas com relva e possuem água e poucos arbustos. Muitos estudos ligados à água indicam que esta representa claridade e frescura (Parsons e Daniel 2002; Kaltenborn e Bjerke, 2002). Quedas de água, lagos na montanha e água a correr são elementos paisagísticos muito apreciados, no entanto, pântanos cobertos por algas já não possuem níveis de preferência elevados. Até os sons condicionam a avaliação da paisagem. Por exemplo, os sons de pássaros e animais aumentam a beleza percebida de um cenário de floresta (Burton, 1995).

Segundo McAndrew (1993) a melhor forma de compreendermos as preferências cénicas é através do estudo da percepção geral da paisagem em vez da avaliação dos elementos físicos isolados.

Segundo Litton (1968, 1972 citado por McAndrew, 1993) a organização das componentes que constituem a paisagem, determinam a direcção da nossa atenção. Para este autor a forma como observamos o espaço inclui três características:

- Focagem, grau em que uma cena fornece o seu enquadramento, permitindo ao observador focar rapidamente os pontos-chave. Por exemplo, uma montanha que aparece entre as árvores.
- Convergência, ponto em que duas ou mais linhas de uma cena se encontram, dominando-a, porque chama a atenção para um ponto no horizonte. Por exemplo, um caminho que desaparece no horizonte entre as árvores.

- Contraste está associado às diferentes formas, texturas e cores que aparecem na paisagem.

Para Russel e Lanius (1984) um ambiente é avaliado não só pelas suas qualidades físicas ou objectivas mas também pelo seu impacto emocional isto é, até que ponto é aborrecido, excitante ou calmo. Não interessa se o local é familiar ou estranho, avaliamos sempre as suas propriedades afectivas. A avaliação afectiva que associamos aos locais assume um papel muito importante na escolha dos locais e no comportamento que evidenciamos neles.

Desde a década de setenta S. Kaplan e R. Kaplan têm desenvolvido os estudos sobre a interacção homem-ambiente e, com base no trabalho realizado por Berlyne⁵, desenvolveram um modelo designado “Sistema de preferências” (Porteous, 1996; Stamps III, 2004). Este modelo distingue na percepção ambiental quatro propriedades, duas das quais se reportam às componentes que estão a ser observadas, (coerência e complexidade) as outras duas refletindo sensações experimentadas no futuro, (legibilidade e mistério).

Assim temos:

- A coerência é o grau em que uma cena é organizada e é perceptível como um todo.
- A complexidade que reflecte o número e a variedade de elementos que podem ser encontrados numa cena.
- A legibilidade é o grau em que um ambiente pode ser compreendido facilmente, isto é, como vemos se um local pode ser explorado sem nos perdermos ou nos desorientarmos.
- O mistério que implica que a cena tem mais informação do que aquela que pode ser vista num determinado momento e que dá a sensação que podemos aprender um pouco mais sobre um determinado ambiente se caminharmos por ele. Kaplan (1982) afirma que autores indicam que o mistério pode aumentar a capacidade de atracção de uma paisagem, mas que na realidade este factor pode ser positivo ou negativo. Por exemplo, na cidade uma rua escura e misteriosa pode levar-nos a associar mistério com a sensação de perigo. Mas quando caminhamos num trilho na

⁵ Este autor afirma que nós consideramos uma coisa mais agradável quando ela nos estimula ou atija a nossa curiosidade, convidando-nos a obter satisfação através da resolução da incerteza e da exploração. Assim, um objecto ou um local que tem pouco de novidade, complexidade e factor de surpresa é aborrecido e pouco atractivo.

natureza, o mistério que advém de não sabermos o que pode estar atrás de uma curva, o som de água sem termos descoberto a origem do som, são sensações agradáveis. O factor mistério é muito utilizado, por exemplo, nos jardins japoneses (Elivson, 1982).

1.4- Características dos utilizadores de áreas naturais

As pessoas têm tendência a preferir ambientes naturais em detrimento dos construídos devido em parte à sua capacidade de reabilitação (*restoration*)⁶ (Herzog *et al*, 2003; Berg, *et al*, 2003). Segundo Ulrich (1983 citado por Harting *et al*, 2003) certas qualidades numa cena podem ajudar a recuperar psico-fisiologicamente do stress. A presença de elementos naturais, tais como água e vegetação, podem evocar emoções positivas, afastar pensamentos negativos e ajudar a recuperar da excitação (“*autonomic arousal*”). Ulrich (1983 citado por Harting *et al*, 2003) afirma que os humanos estão biologicamente preparados para responder positivamente aos elementos naturais.

Com o fenómeno da industrialização e urbanização verificou-se um crescimento da procura da natureza para o desenvolvimento de actividades de lazer e turismo (Valentine, 1992). Alguns autores têm vindo a tentar identificar as características das pessoas que procuram a natureza para desenvolver actividades de lazer, recreio e turismo. No início da década de noventa Poon (1993) afirmou que estava a surgir um novo tipo de turista. Para esta autora os turistas estavam cada vez mais experientes, independentes e evidenciavam uma grande sensibilidade para com o ambiente natural. Este “novo turista” teria uma maior predisposição para visitar locais com natureza selvagem. No entanto, não existem muitos estudos que avaliam o comportamento do visitante em áreas naturais (Newsome *et al*, 2002).

⁶ Segundo Han (2003) é um termo geralmente usado para descrever o impacte ambiental nos humanos. É “ a acção de reabilitar a saúde de uma pessoa ou a consciência; a recuperação da força física”. Portanto, a reabilitação (*restoration*) não é só um resultado mas também um processo, incluindo aspectos físicos e psicológicos.

Como a temática central deste trabalho se centra na procura da natureza para o desenvolvimento de actividades ligadas ao turismo, importa focar a reflexão nas motivações que levam o turista a visitar a natureza. Segundo Fennel (2002) para conhecermos os visitantes que se deslocam às áreas naturais é importante avaliar os seus valores, atitudes, motivações e características sócio-económicas. Whigt (2001) afirma que as pessoas que procuram a natureza apresentam características bastante heterogéneas. De vários estudos analisados destacam-se as seguintes motivações para visitar áreas naturais:

- Enfrentar o desafio físico que as áreas naturais representam (Higham, 1993 citado por Hall e Page, 1999)
- Tranquilidade (Valentine, 1994)
- Solidão/ isolamento (Valentine, 1994)
- Ouvir os sons da natureza (Burton, 1995)
- Desfrutar a natureza e apreciar a paisagem (Niefer et al, 2000)
- Escapar à civilização, ao quotidiano (Harting, 1993)
- Realizar actividades desportivas (Niefer et al, 2000)
- Experiência estética (Whigt, 2001)
- Experiência espiritual/ mítica/ religiosa (Harting, 1993)

Com base numa análise a vários estudos Harting (1993) conclui que os habitantes de centros urbanos que desenvolvem actividades de recreio na natureza indicaram como principal motivação o desejo de escapar à confusão quotidiana das cidades. Por outro lado, outras motivações que aparecem para além do desejo de escape são desfrutar de uma experiência estética e até espiritual/ religiosa, tranquilidade, solidão e apreciar a natureza.

Highan (1997, citado por Hall e Page, 1999) investigou algumas motivações ligadas à natureza para identificar as qualidades de recreio que motivavam os turistas a frequentar trilhos pedestres nas áreas protegidas da Nova Zelândia. Este autor verificou que desfrutar a beleza natural e o cenário foram as primeiras motivações identificadas pelos visitantes internacionais. Este é um resultado que explica a grande popularidade dos *Great Walks* da Nova Zelândia. A reputação dos trilhos pedestres de *Milford*, *Routeburn* e *Kepler* devem-se em grande parte às oportunidades de desfrutar de uma paisagem alpina de elevada beleza. Mas neste estudo destacam-se outras motivações, nomeadamente, desfrutar de

natureza selvagem (intocada pelo homem), desfrutar dos sistemas naturais e da fauna e flora autóctones da Nova Zelândia e enfrentar o desafio físico que as áreas naturais representam. O desejo de solidão, uma das motivações bastante indicadas pela literatura ligada ao recreio na natureza, só se encontra situada no décimo primeiro lugar deste estudo (Hall e Page, 1999).

Estudos sobre as principais motivações que levam as pessoas a fazer turismo em lugares com atrações naturais nos E.U.A. (Wight, 1996), Canadá (Eagles, 1992) Reino Unido (Diamantis, 1998 citado por Wight, 2001), e no Brasil (Niefer et al, 2000) apontam para uma grande variedade de motivações, mas observar a natureza e apreciar a paisagem surgem como as principais.

StanKey (citado por McAndrew, 1993) desenvolveu em 1972 um esquema para classificar os utilizadores de áreas naturais designando-os como “puristas” e “não puristas”. Os “puristas” mostram um desejo forte por solidão e não gostam de sinais da intrusão de pessoas no meio ambiente ao contrário dos “não puristas”. Ciccheti (1972, citado por MacAndrew 1993) descobriu que os homens têm tendência a apresentar níveis de purismo mais elevados que as mulheres.

Existem alguns estudos que analisam a personalidade dos indivíduos que se deslocam para a natureza para desenvolver actividades de lazer e turismo (Ulehla, 1997; Driver e Knopf 1977, citados por MacAndrew, 1993). Mais recentemente, Lindberg (1991, citado por Hawkins, 1994) identificou quatro tipos de turistas que procuram a natureza:

“*Hard-Core*” - visitantes que procuram a natureza como o principal motivo da sua viagem. Destes destacam-se os investigadores científicos ou membros de viagens de educação ambiental.

“*Dedicated*” - pessoas que fazem viagens especificamente para visitar áreas protegidas, mas também revelam um forte desejo em conhecer a história e cultura do local.

“*Mainstream*” - pessoas que procuram a natureza simplesmente para fazerem uma viagem diferente do habitual.

“*Casual*” - pessoas para as quais o contacto com a natureza é ocasional, e ocorre no contexto de uma viagem mais abrangente.

Diferentes grupos de visitantes foram também detectados por MacNaghten e Urry (2000). Estes autores desenvolveram um estudo com nove “*focus groups*”. Observou-se que a preferência que as pessoas dão às florestas e paisagens com árvores é influenciada por factores tão variados como o ciclo de vida familiar ou pessoal, circunstâncias sócio-económicas e pela localização geográfica. Neste estudo os autores concluíram que as mães preferem locais seguros onde crianças e famílias possam brincar. As pessoas que têm filhos adolescentes preferem áreas que possuam infra-estruturas e paisagens magníficas onde se possam desenvolver actividades *outdoor* de aventura. Os reformados desejam locais com acessos fáceis que permitam caminhar com muitas surpresas e com alguns locais que não estejam ordenados. Os jovens com um carácter mais aventureiro procuram locais para desenvolver actividades arriscadas e para acampar “longe de tudo”. Os entusiastas de actividades desportivas preferem locais em que seja possível desenvolver as actividades em locais bem calmos sem o olhar de intrusos.

Segundo Urry (1992) em muitos casos a selecção dos visitantes é uma expressão do gosto social. Os grupos de visitantes diferem pela sua avaliação estética perante o ambiente. Por exemplo, os românticos (Philipsen, 1995) procuram ambientes naturais intocados pelo homem. Assim, quando encontram pessoas no ambiente natural associam esse facto a locais urbanos.

Como muitas pessoas procuram um certo isolamento na natureza (Valentine, 1994) a avaliação da capacidade de carga social é um elemento importante a ter em consideração pelas entidades competentes na gestão de espaços naturais. Citando um exemplo, a “*Great Barrier Reef Marine Authority* (Valentine, 1986 citado por Valentine, 1994) modificou a gestão de algumas zonas, integrando a classificação “natureza selvagem, com as respectivas condicionantes de utilização” (*wilderness*). Em algumas áreas permitiu-se, deste modo, que os visitantes desenvolvessem actividades e houvesse uma grande quantidade de pessoas, mas outras áreas ficaram condicionadas. Isto reflecte a crescente preocupação em gerir os conflitos entre os diferentes grupos e as diferentes reacções dos visitantes às infra-estruturas construídas nos corais. Também é importante referenciar que diferentes ambientes naturais têm diferentes capacidades de carga, numa perspectiva de conservação ambiental.

1.5- Percepção de qualidade ambiental e a experiência na natureza – implicações para a gestão de áreas naturais

Planear é organizar o futuro para obter certos resultados (Inskeep, 1991). Actividades turísticas e de recreio desenvolvidas na natureza sem que haja acções de planeamento podem destruir os recursos que constituem a base para essas mesmas actividades (Fennel e Dowling, 2003). Na generalidade qualquer processo de planeamento pressupõe os seguintes passos (Inskeep, 1991; Newsome *et al*, 2002):

- Estabelecer metas e objectivos
- Determinar estratégias e acções
- Implementação
- Monitorização

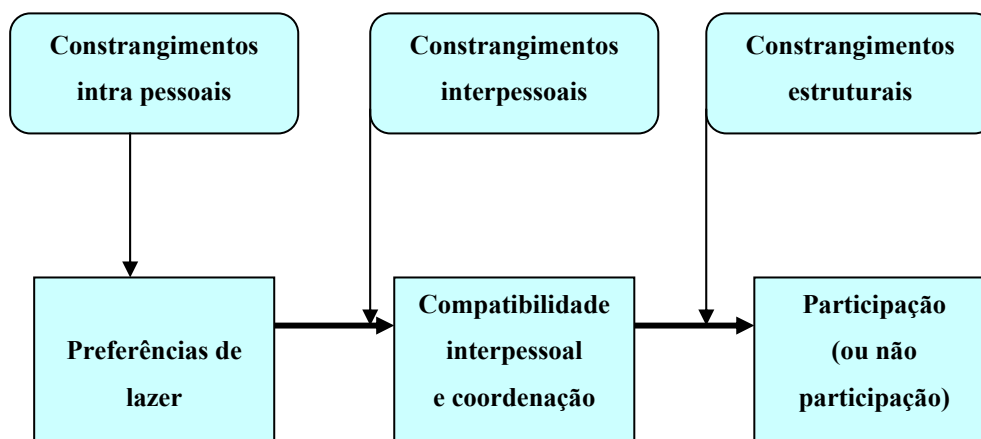
O planeamento ligado à utilização de áreas naturais para gerir o fluxo de visitantes é um fenómeno recente. Este fenómeno surgiu como resposta ao crescimento da procura das áreas naturais para o desenvolvimento de actividades de lazer, recreio e turismo (Newsome *et al*, 2002). O problema da gestão das áreas naturais tem dois prismas: o lado da procura e o lado da oferta. Os problemas do lado da oferta centram-se muitas vezes no número reduzido de locais acessíveis e com características muito atractivas e na falta de meios financeiros e humanos para os gerir. Ao nível da procura os problemas centram-se no crescente interesse das pessoas em preservar mas ao mesmo tempo desfrutar o meio natural (Jenkins e McArthur, 1996). Nas últimas décadas começaram a surgir algumas metodologias para gerir a visitação das áreas naturais, todas com algumas similaridades ao nível de (Newsome *et al*, 2002):

- Princípios metodológicos de planeamento (formulação de objectivos, recolha de informação, revisão bibliográfica e análise, desenvolvimento de alternativas, concepção de um plano final e implementação);
- Gestão das mudanças induzidas pelo homem;
- Base nas ciências naturais e sociais;
- Aproveitamento das oportunidades que os locais fornecem e que são resultado de uma combinação da gestão das experiências;
- Planeamento visando um leque alargado de experiências diferentes.

As pessoas estão cada vez mais sensíveis ao ambiente e o turismo e recreio em áreas naturais tem vindo a aumentar (Lee, 1997). Em muitos países, grande parte do turismo interno e internacional baseia-se na natureza. Este crescente interesse na natureza para fins de turismo e lazer tornou-se uma grande preocupação para os gestores de áreas naturais.

As actividades preferidas e até o tipo de paisagem ou área preferida variam consoante as características das pessoas, como foi referido anteriormente (ver ponto 1.4). Por outro lado, um gestor de uma área natural também deve ter em consideração os factores constrangedores que podem levar as pessoas a não frequentar certas áreas naturais. Crawford *et al* (1991 citado por Gilbert e Hudson, 2000) afirmam que quando uma pessoa pretende desenvolver uma actividade de lazer sofre constrangimentos que se encontram estratificados hierarquicamente, pressupondo uma passagem sequencial de um nível de constrangimento para o seguinte. Na Figura 1 ilustra-se o processo que começa pelos constrangimentos que afectam as preferências até aqueles que afectam a participação. Em primeiro lugar temos os constrangimentos intra-pessoais que envolvem estados emocionais dos indivíduos que interagem com as preferências, como, por exemplo, a depressão, o stress, a ansiedade, a percepção das aptidões e avaliações subjectivas das actividades. Os constrangimentos interpessoais ocorrem como resultado da interacção entre indivíduos. Por exemplo, uma pessoa pode não encontrar um companheiro ou amigos para desenvolver uma actividade. Depois das dificuldades interpessoais estarem ultrapassadas, um indivíduo pode ficar impedido por constrangimentos estruturais, tais como falta de tempo, constrangimentos financeiros, entre outros.

Figura 1: Modelo hierárquico de constrangimentos para desenvolver actividades de lazer



Fonte: Crawford *et al* (1991 citado por Gilbert e Hudson, 2000)

Num estudo desenvolvido nos EUA e no Canada, através de entrevistas realizadas por telefone a pessoas com mais de 18 anos e com o objectivo de saber quais os principais constrangimentos que impediam a visitar áreas naturais, aplicou-se este modelo. Identificaram-se constrangimentos a nível intrapessoal⁷, interpessoal⁸ e estrutural⁹. Os autores (Pennington-Gray e Kerstetter, 2002) verificaram neste estudo que os principais constrangimentos estavam ligados a factores estruturais, nomeadamente, à falta de dinheiro e tempo, sendo as pessoas idosas as que atribuíram menos importância a estes factores em comparação aos mais jovens.

Existem ideologias adjacentes à gestão da relação entre homem e ambiente que resultam em diferentes formas de avaliar e limitar os impactos das actividades de recreio e de turismo na natureza (Philipsen, 1995). Segundo Butler (1991, citado por Philipsen, 1995) existem três tipos de solução que podem ser distinguidos:

- Redução do número de visitantes;
- Mudança do comportamento dos visitantes;

⁷ Segurança nas áreas naturais do Michigan; aptidão para participar em actividades de *outdoor*; aptidão para obter informação acerca das actividades de *outdoor*.

⁸ Interesse da família em participar em actividades de *outdoor*; influencia dos amigos; ter companhia para viajar.

⁹ Dinheiro, tempo e equipamento para participar em actividades de *outdoor*; condições climáticas e acessibilidade para chegar às áreas naturais.

- Mudança no ambiente natural de forma a conseguir aguentar melhor a pressão dos visitantes;

A redução do número de visitantes pode constituir uma medida consistente conseguida através da separação dos espaços, mantendo os visitantes afastados de certas áreas. O número de visitantes pode ser controlado através da criação de caminhos por certas áreas, fechando outras. A redução de visitantes é difícil de conseguir. Em áreas em que as actividades na natureza e o turismo “verde” constituem uma grande fonte de rendimentos e emprego, a redução de visitantes levaria a uma perda de rendimentos (Butler, 1991, citado por Philipsen, 1995).

A segunda solução consiste em mudar o comportamento do visitante. Assim, certos locais naturais só devem ser frequentados por pessoas que tenham comportamentos adequados. O problema é que esta abordagem pressupõe que o comportamento responsável é facilmente identificável. Para este efeito foram criados muitos critérios para discriminar os visitantes ao nível deste atributo, incluindo critérios ecológicos, sociais e estéticos.

Outra solução centra-se na avaliação dos impactes indesejados no ambiente natural, sendo uma das práticas mais comuns. No entanto, segundo Philipsen (1995) esta prática apresenta algumas desvantagens:

- Em primeiro lugar, as relações causa-efeito a estudar são definidas tendo como base os critérios de gestão. A investigação é geralmente centrada em plantas ou espécies animais ou em actividades que já estão estigmatizadas numa determinada sociedade por serem actividades abusivas, como por exemplo, pescar, praticar esqui ou usar barcos a motor. Certas actividades “responsáveis”, no entanto, podem também vir a ser igualmente “destruidoras”, como por exemplo, observar pássaros. Quando uma espécie rara é encontrada é comum centenas ou até milhares de pessoas deslocarem-se a esse local para observar essa espécie e se possível até tirar fotografias.
- Em segundo lugar, muitas pesquisas sobre impactes falham na análise à capacidade de adaptação das espécies aos humanos. Algumas espécies de animais adaptaram-

se muito bem à presença de humanos, como é o caso dos ursos, que mudaram os seus hábitos alimentares com a presença das pessoas.

- Em terceiro lugar, é extremamente difícil definir a base para medir as mudanças induzidas pela presença de visitantes e as mudanças que ocorreriam se estes não frequentassem a área.
- Em quarto lugar, se as relações entre o aumento de visitantes e as mudanças no ambiente natural são definidas pela avaliação dos impactes, continua a permanecer uma questão sobre que níveis de mudança são aceitáveis. Este critério continua ambíguo e o que é aceitável numa determinada época ou sociedade pode não o ser em outra.

Segundo Newsome *et al*, (2002) existem várias técnicas de gestão das áreas naturais (ver Quadro 1), que surgiram cronologicamente como um aperfeiçoamento da anterior. No entanto, todas elas aplicam as bases do planeamento racional já referidas. Em seguida apresentamos uma breve descrição de cada uma delas:

- ROS (*Recreation Opportunity Spectrum*): esta metodologia oferece meios para identificar e determinar a diversidade de oportunidades de recreio numa área natural.
- LAC (*Limits of Acceptable Change*): surge tendo como base a metodologia da ROS. Fornece um processo que permite decidir que condições sociais e ambientais são aceitáveis e ajuda a identificar acções de gestão para atingir essas condições.
- VIM (*Visitor Impact Management*): tem como propósito básico desenvolver estratégias para manter os impactes dos visitantes em níveis aceitáveis.
- TOMM (*Tourist Optimisation Management Model*): esta metodologia foi desenvolvida especialmente para o planeamento do turismo em áreas naturais. Tem como base os princípios dos LAC, mas considera no âmbito do planeamento todo o contexto político, sócio-cultural e económico. Sendo dirigida ao turismo esta metodologia implica uma maior complexidade que a abordagem LAC.
- VAMP (*Visitor Activity Management Process*): esta técnica também é similar à dos LAC. Esta metodologia pretende determinar qual o leque de experiências que os visitantes numa determinada área podem desfrutar, dando um ênfase especial ao zonamento, constituindo este o factor de diferenciação face à metodologia LAC.

- VERP (Visitor Experience Resource Protection): esta metodologia foi desenvolvida pelo Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos com o intuito de se introduzir a gestão da capacidade de carga nos parques nacionais. Esta técnica é similar à dos LAC a nível da determinação do leque de actividades que os visitantes podem desfrutar numa determinada área. No âmbito da abordagem VERP o zonamento das áreas não é feito com base nas infra-estruturas existentes mas sim com base nos recursos.

O seguinte quadro mostra, de forma resumida, a adequação das diversas técnicas discutidas para contextos e propósitos de planeamento distintos.

Técnica de planeamento	Data em que surgiu	Apropriada para o planeamento regional (i.e. para mais que uma área natural)	Fornece informação sobre impactes dos visitantes, usada para uma gestão activa	Fornece dados para a integração dos investidores no planeamento	Responsabilidade fica na posse dos gestores	Integra-se automaticamente com outras formas de planeamento (ex. gestão ou planos turísticos)	Resultados num documento que pode ser publicado
ROS	1979	●●●	-	-	-	●●	-
LAC	1985	●	●●	●●●	●●	●	●●
VIM	1990	-	●●●	-	●●	●	●●
TOMM	1993	●●●	●●●	●●●	●●●	●	●●●
VAMP	1985	●●●		-	-	●●	-
VERP	1993	●●●	●●	-	-	●●	-

●●● - enquadra-se bem nos critérios; ●● - enquadra-se parcialmente nos critérios; ● - enquadra-se pouco nos critérios; - não se enquadra nos critérios

Fonte: Newsome *et al.*, 2002

Todos os locais de destino têm uma imagem pública que pode ser moldada através de um processo de marketing bem direccionado. Segundo Lucas (1964 citado por Murphy, 1994), todos os recursos são definidos pela percepção humana. A imagem que cada um possui de um determinado local é única e está associada às memórias, imaginação e associações em relação a esse local, particularmente porque muitos visitantes têm pouca experiência anterior ou conhecimentos sobre os locais que pretendem visitar. A imagem turística moldada através do marketing, cria expectativas. Se estas forem satisfeitas ou superadas

durante a visita, o visitante estará mais inclinado para repetir a experiência (Kastenholz, 2002). Assim, que a promoção do destino seja bem sucedida é necessário que se criem imagens que sejam ao mesmo tempo atractivas e realistas. O marketing pode influenciar também outras dimensões do problema como o tipo de visitante a atrair, as suas expectativas e a escolha da experiência que se pretende sugerir.

O marketing para áreas de destino envolve não só os produtores locais, mas também o estado e organizações nacionais de turismo, operadores turísticos e companhias de aviação. Estes promotores podem maximizar o número de visitantes atraídos. Contudo, desenvolver um marketing responsável é importante para fornecer experiências de alta qualidade, de forma sustentável. Deste modo, o marketing pode ser usado em conjunto com outras ferramentas de gestão, como as que foram indicadas anteriormente, para informar, sensibilizar, direccionar a procura para os locais certos para que todo o processo se desenrole de uma forma sustentável (Kastenholz *et al*, 2004a).

Jenkins e MacArthur (1996) sugerem algumas ferramentas de marketing que podem ajudar a atingir esses objectivos:

- Desenvolvimento de estudos de mercado. Existem vantagens quando se procura atrair segmentos¹⁰ específicos de mercado em vez de se pensar apenas no número máximo de visitantes. A segmentação de mercado ajuda a diferenciar o mercado que segundo Wight (2001) não é homogéneo, auxiliando os gestores a direccionar a procura para os locais mais indicados.
- Sensibilizar os gestores das áreas naturais para um marketing equilibrado. Importa advertir para o risco inerente à utilização inadequada de marketing.
- Desenvolvimento de estratégias a nível regional. Sugerem-se acções de cooperação a nível regional para o desenvolvimento de campanhas de sensibilização. Estas campanhas podem ser consolidadas com códigos de boas práticas que podem encorajar os visitantes a ter um comportamento mais responsável nas áreas naturais. Este esforço Isto pode estar associado a programas de creditação ambiental, como por exemplo, o *Green Globe Program*.

¹⁰ A segmentação consiste na divisão de um mercado num certo número de subconjuntos, tão homogéneos quanto possível em relação às suas necessidades e comportamentos face a uma determinada categoria de produtos (Lindon *et al*, 2000).

- Os gestores das áreas podem utilizar o principio do utilizador pagador para a promoção da imagem da área natural.

Há autores que também defendem a utilização do “de-marketing” i.e. a redução ou a supressão de acções de comunicação de determinadas áreas frágeis com o intuito de limitar o efeito de atracção do local. Esta técnica tem sido utilizada pelos gestores de alguns espaços naturais com bastante êxito (Groff, 1998; Beeton e Benfield, 2002).

Conclusão

O significado da natureza tem sofrido alterações ao longo da história, sendo diferente em determinadas épocas e civilizações. No mundo ocidental a visão que o homem tem da natureza está bastante ligada à visão cristã do mundo, onde o homem é o centro do universo e a natureza assume um papel instrumental.

Com o florescimento da Revolução Industrial surgiram algumas alterações no modo de vida das populações. Neste período verifica-se um rápido processo de urbanização que levou as pessoas a saírem do campo e a morar em locais fortemente humanizados. A forma como a natureza é vista pelo homem sofreu conseqüentemente alterações. A natureza começou a ser procurada para se desfrutar actividades de lazer. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico e industrial provocou uma rápida delapidação dos recursos naturais, processo que induziu a uma necessidade de consciencialização em relação à preservação do meio natural (temática que vai ser aprofundada no capítulo 3 deste trabalho). Esta consciencialização também levou a um maior interesse e a uma maior valorização do ambiente natural.

Segundo alguns autores ligados à psicologia ambiental, a natureza possui características benéficas de recuperação e bem-estar para o homem. Assim existem estudos que indicam que certos elementos paisagísticos podem evocar emoções positivas e aumentar a atractividade da paisagem, como água, arvores e pontos altos. No entanto, as pessoas que frequentam o meio natural não são um segmento homogéneo. As motivações, as

características pessoais, o ciclo de vida familiar fazem com que as pessoas procurem as áreas naturais com intuitos e gostos diferentes. Contudo, alguns estudos indicam as principais motivações que levam as pessoas a visitar a natureza se centram em observar a natureza e apreciar a paisagem.

Saber as características, motivações e comportamentos das pessoas que frequentam a natureza é muito importante para os agentes que gerem áreas naturais. Nesta problemática devem ser consideradas duas vertentes - o lado da oferta e o lado da procura. Por um lado, existe uma oferta escassa de zonas, muitas vezes sensíveis, em que os recursos financeiros e humanos são limitados. Por outro lado, verifica-se uma procura cada vez maior de pessoas que desejam desfrutar essas áreas.

Nas últimas décadas começaram a ser desenvolvidas diversas metodologias para gerir a visitação de áreas naturais, surgindo cronologicamente como aperfeiçoamentos das abordagens anteriores, adequando-se cada vez melhor a diferentes propósitos, mediante as características das próprias áreas.

Mas se o lado da oferta tem que ser gerido para respeitar a fragilidade ambiental dos locais, permitindo a sua preservação e a oferta dos locais certos para os diferentes desejos que as pessoas têm face à natureza, a gestão da imagem destas áreas também é um factor bastante importante. O marketing pode surgir como uma ferramenta bastante útil neste contexto porque pode centrar-se na causa do problema em vez dos seus efeitos.

Após esta análise da relação entre o homem e a natureza, refletir-se-á seguidamente, sobre o sector do turismo e a sua relação com o ambiente.

Capítulo 2- O turismo e a Natureza

Introdução

No capítulo anterior abordou-se a relação entre o homem e a natureza. Neste capítulo focar-se-à no turismo e na sua relação com a natureza.

O turismo, sendo uma multiplicidade de actividades e respostas a procuras diferenciadas, apresenta uma heterogeneidade que não permite considerá-lo um sector típico (Duarte e Gouveia, 2001). Face à complexidade inerente ao turismo verifica-se a existência de uma multiplicidade de definições na literatura que dependem do tipo de turismo, escala e localização geográfica sob análise. Para este trabalho definimos turismo como sendo a viagem efectuada fora do ambiente habitual de residência de trabalho, as actividades desenvolvidas durante a estadia e as *facilities* criadas para satisfazer as necessidades do turista¹¹ (Mathieson e Wall, 1982). Para estes autores o turismo pode ser visto como um sistema com uma área de origem (o mercado emissor - elemento dinâmico), uma área de destino (o lado da oferta - elemento estático) e com uma componente de viagem que une os dois elementos. Nesta perspectiva ainda são factores relevantes as características dos turistas e das áreas de destino, assim como um elemento consequencial, os impactes resultantes do turismo.

Nesta parte refletir-se-à sobre a evolução histórica do turismo e sobre quais as principais características que ele assume a nível nacional, na actualidade. E, como este trabalho pretende analisar um produto baseado na natureza, abordaremos com particular detalhe a ligação entre o turismo e o ambiente, quais os produtos turísticos desenvolvidos no meio natural e quais os impactes ambientais resultantes.

¹¹ Adjacentes ao conceito de turismo surgem os conceitos de visitante, turista, excursionista:

- Visitante: é toda a pessoa que se desloca a um local situado fora do seu ambiente natural durante um período inferior a doze meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer uma actividade remunerada no local visitado.
- Turista: é todo o visitante que passa pelo menos 24 horas no local visitado.
- Excursionista: é todo o visitante que não pernoita no local.

2.1- Evolução histórica do turismo

Na era pré-histórica, as pessoas viajavam essencialmente para procurar comida, escapar às intempéries, com o intuito de obter uma expansão territorial, caçar, fazer comércio e até talvez satisfazer a curiosidade de descobrir terras desconhecidas (Inskeep, 1991).

A invenção do dinheiro pelos Sumerianos (Babilónia) e o desenvolvimento do comércio aproximadamente em 4000 A.C. marcaram o início da era moderna de viajar (McIntosh, 1995). Mas nem todas as viagens desta época estavam ligadas ao comércio, situações de âmbito administrativo ou militar. Há cinco mil anos atrás os egípcios começaram a desenvolver os cruzeiros (MacIntosh, 1995). Na Grécia as pessoas viajavam para assistir a jogos olímpicos. Os romanos também desenvolveram viagens de lazer, principalmente para visitar grandes atracções como as pirâmides do Egipto e locais históricos da Grécia. Estes locais continuam a ser na actualidade bastante populares a nível turístico. Os romanos também viajavam para locais com praias e com termas. Nos finais do Império Romano a divulgação do cristianismo levou ao desenvolvimento de viagens às cidades de Jerusalém e Belém (Inskeep, 1991).

Depois da queda do Império Romano entramos na época designada por Idade Média. Caracteriza-se por um declínio das actividades económicas e do comércio na Europa, onde a classe média desapareceu, os meios de comunicação terrestres se desintegraram, o banditismo aumentou e as viagens se tornaram perigosas. Estes factos levaram a que se verificasse uma quebra nas viagens efectuadas (www.historyguide.org).

Entre o século XIII e XVIII, a Europa viveu um período denominado de Renascimento. Neste período deu-se um desenvolvimento da produtividade agrícola, o florescimento de cidades, a expansão do comércio, os descobrimentos, o florescimento das artes, literatura e o início da ciência moderna (Inskeep, 1991). Segundo Lundberg (1990) viajar por motivos educacionais começou a popularizar-se. Durante os séculos XVII e XVIII, a “*Grand Tour*” popularizou-se. Nesta época, surgiram algumas universidades de prestígio e a actividade “viajar para educar” foi largamente introduzida, principalmente pelos ingleses. Alguns alunos deslocaram-se a Oxford, Paris, Salamanca ou Bolonha.

A Revolução Industrial, que teve início no século dezoito mudou a capacidade produtiva da Europa e dos Estados Unidos. Mas a revolução significava mais que apenas aumentos de produtividade e desenvolvimentos no nível de vida, transformando as sociedades ocidentais nas suas raízes (www.historyguide.org). Segundo Inskip (1993) esta revolução criou a base para o desenvolvimento do turismo moderno. As termas e as praias, que eram atracções bastante apreciadas na época Romana, tornaram-se novamente destinos bastante procurados. Assim, durante o século XIX começam a desenvolver-se os transportes, a hotelaria e a restauração. As iniciativas de Cook marcam uma das mais importantes etapas na história do turismo, tendo sido ele o precursor da era do turismo organizado. Também em Portugal nascem as primeiras organizações de viagens de que é exemplo a criação da Agência Abreu, em 1840, que ainda hoje se encontra em funcionamento (Cunha, 1997).

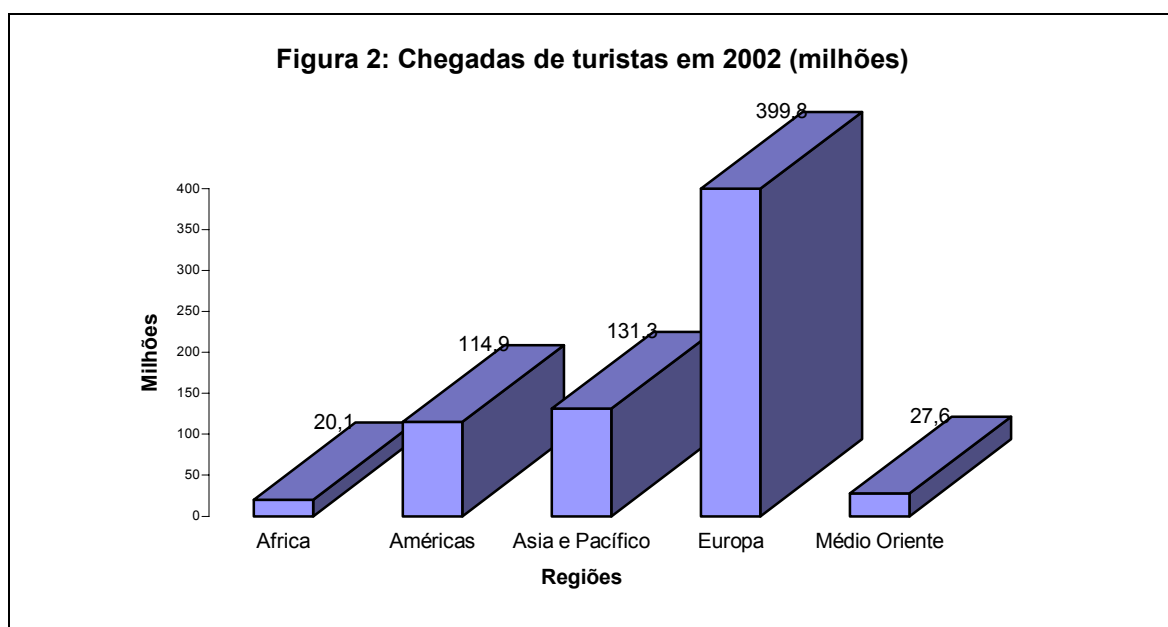
Apesar dos acontecimentos que assombraram o mundo, como a I Guerra Mundial, a Grande Crise de 1929 e a Guerra Civil de Espanha, o turismo alcançou dimensões significativas até ao início da II Grande Guerra para, a partir daí, entrar numa fase em que, praticamente, desapareceu (Cunha, 1997).

No entanto, a prosperidade económica e o período de paz verificado após a II Grande Guerra, juntamente com a instituição das férias pagas e com o aparecimento do avião a jacto (Poon, 1993), constituem os principais factores responsáveis pelo nascimento do fenómeno turístico como o conhecemos actualmente.

Com o *boom* turístico verificado após a II Grande Guerra o turismo sofreu um crescimento acelerado. Num espaço temporal de 50 anos, o turismo sofreu um crescimento abismal de 25 milhões de chegadas de turistas em 1950, para cerca de 687 milhões em 2000. No entanto, em 2001 esta tendência inverteu-se e verificou-se um decréscimo das viagens internacionais. Este fenómeno está ligado à ameaça terrorista que começou com o episódio do 11 de Setembro. Segundo a WTO (2003b), este facto fomentou o turismo interno e as viagens efectuadas através de formas de transporte alternativas ao avião, como o automóvel e o autocarro. Mas, apesar de durante o ano de 2002 o mundo continuar preocupado com a ameaça terrorista, a guerra no Iraque e os efeitos da crise económica

mundial, verificou-se um novo crescimento no sector, ultrapassando a barreira dos 700 milhões.

Segundo a WTO (2003b) a Europa é a primeira região emissora de turistas e ao mesmo tempo é o destino da maioria dos fluxos turísticos internacionais. Em 2002 registaram-se cerca de 57% das chegadas mundiais e cerca de 60.7 % das receitas mundiais neste continente.



Fonte: WTO (2003b)

Segundo a WTO (2003) os países asiáticos têm vindo a aumentar a sua importância a nível da procura turística mundial, verificando-se ao mesmo tempo uma perda relativa dos destinos ocidentais, embora em valor absoluto também tenham crescido.

Segundo Gouveia e Duarte (2001) a procura turística global está a aumentar, mas o número de destinos estão a crescer mais rapidamente. Esta realidade indica que os países que estão a desenvolver o turismo enfrentam grandes desafios. As áreas de destino que estão mais desenvolvidas a nível turístico ou que apresentam uma forte dependência desta actividade terão que responder à concorrência, aumentando a qualidade e diversificando os seus produtos e mercados alvo, de forma a ajustar a oferta turística à crescente diversidade das necessidades e expectativas dos consumidores. A Europa tem vindo a diminuir a sua quota a nível das chegadas e também a nível das receitas, verificando-se um aumento da quota

relativa de outras regiões, principalmente, da Ásia Ocidental/ Pacífico. Para Gouveia e Duarte (2001) esta perda de quota de mercado está ligada, por um lado, ao aumento da procura de destinos fora da Europa por parte dos Europeus e, por outro lado, ao desvio das correntes turísticas com origem no Japão e América do Norte para outros destinos.

Segundo Cunha (2000) o turismo é um fenómeno de múltiplas implicações, constituindo um fenómeno complexo, abarcando muitos aspectos do homem e da sociedade. Simultaneamente, tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo. Desta forma podem-se destacar algumas tendências do turismo a nível mundial:

- Crescimento de novos segmentos, como o ecoturismo (Fennel, 2002), turismo cultural (Gonçalves e Correia, 2003), turismo rural (Kastenholz, 1997) e turismo sénior (Gouveia e Duarte, 2001)
- Forte concentração dos grandes operadores turísticos (Klemm e Parkinson, 2001)
- Integração vertical das grandes cadeias hoteleiras internacionais (Pender, 2001)
- Importância crescente da inovação e das novas tecnologias de informação (Poon, 1993)
- Melhoria dos níveis de educação e do acesso a fontes de informação (Gonçalves, 2003)
- Crescente globalização da actividade (Cunha, 2000)
- Crescimento do número de viagens entre as grandes regiões mundiais (WTO, 2003)
- Surgimento de um turista cada vez mais exigente (Poon, 1993)

Estas tendências que caracterizam a actividade turística na actualidade estão inter-relacionadas com a própria conjuntura económica internacional (Gouveia e Duarte, 2001).

2.2 - O turismo em Portugal

No contexto internacional e europeu, Portugal tem vindo a apresentar uma posição de destaque (Neto, 1999). Apesar da emergência de novos destinos, que têm vindo a afastar os turistas dos mercados tradicionais, Portugal tem conseguido manter a sua participação a nível mundial, ao contrário do que se verifica com muitos dos seus concorrentes europeus.

Segundo a WTO (2003b), de entre os países que integram o *ranking* mundial dos 40 principais destinos turísticos do mundo, Portugal encontra-se como o destino número dezassete, com uma entrada de 11,6 milhões de turistas em 2002 e que segundo o Banco de Portugal (DGT, 2003) geraram cerca de 6 260.0 milhões de Euros. Em 2000 encontrava-se na 17ª posição tendo já estado na 14ª posição em 1990. A nível europeu Portugal está situado em 11º lugar. É inegável a importância do turismo na economia nacional (Neto, 1999). Para um país que se caracteriza como sendo uma pequena economia aberta, estes valores representam uma importância considerável, quer a nível do equilíbrio das contas externas de Portugal quer a nível da dinamização da estrutura produtiva.

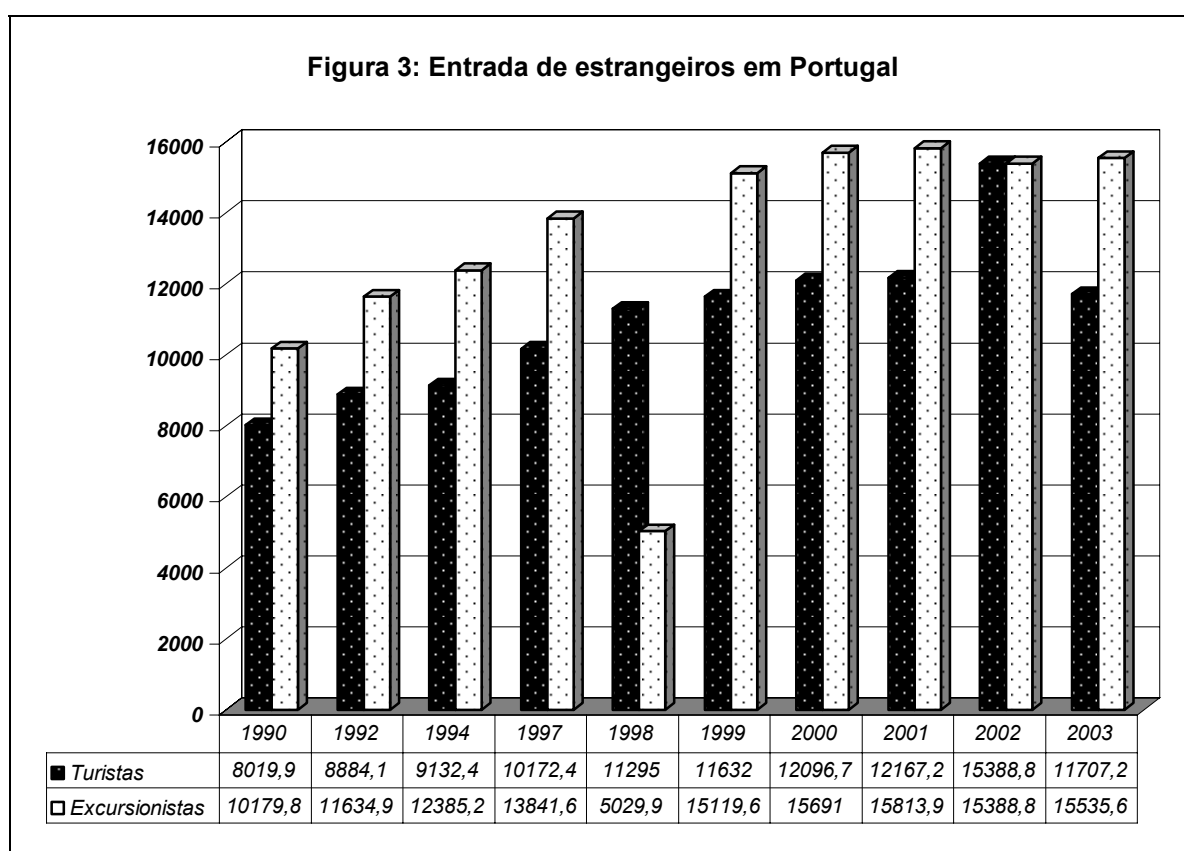
O significado macro-económico da actividade turística em Portugal traduz-se, essencialmente, nos seguintes aspectos principais (Costa, 1998):

- Criação de postos de trabalho (contribuição para o emprego). Segundo Silva e Silva (1998) o turismo absorve entre 5 a 6% da população activa nacional;
- Como sector gerador de riqueza e valor acrescentado (contribuição para o PIB). Em 1999 o consumo turístico representou 11,1% do PIB (Turisver, 2003). Na globalidade deste consumo integram-se gastos em serviços de alojamento, restaurantes e similares, residências secundárias, sendo que os produtos que mais contribuíram para as despesas efectuadas pelos visitantes não residentes foram os restaurantes e similares com 25%, seguindo-se os serviços de alojamento com 24% (Turisver, 2003);
- Fonte de receitas em divisas (contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos). Em Portugal a balança turística tem vindo a apresentar saldos positivos (Gouveia e Duarte, 2001).
- Fonte de formação bruta de capital fixo (contribuição para o investimento).

2.2.1 - A procura turística Nacional

a) Procura externa¹²

Entre 1990 e 2001 a entrada geral de estrangeiros em Portugal aumentou gradualmente. No entanto, em 2002 verificou-se uma ligeira descida tanto a nível de turistas como de excursionistas (ver Figura 3), provavelmente devido ao efeito de 11 de Setembro, verificado a nível do turismo internacional. A partir de 2002 verificou-se uma retoma no crescimento.

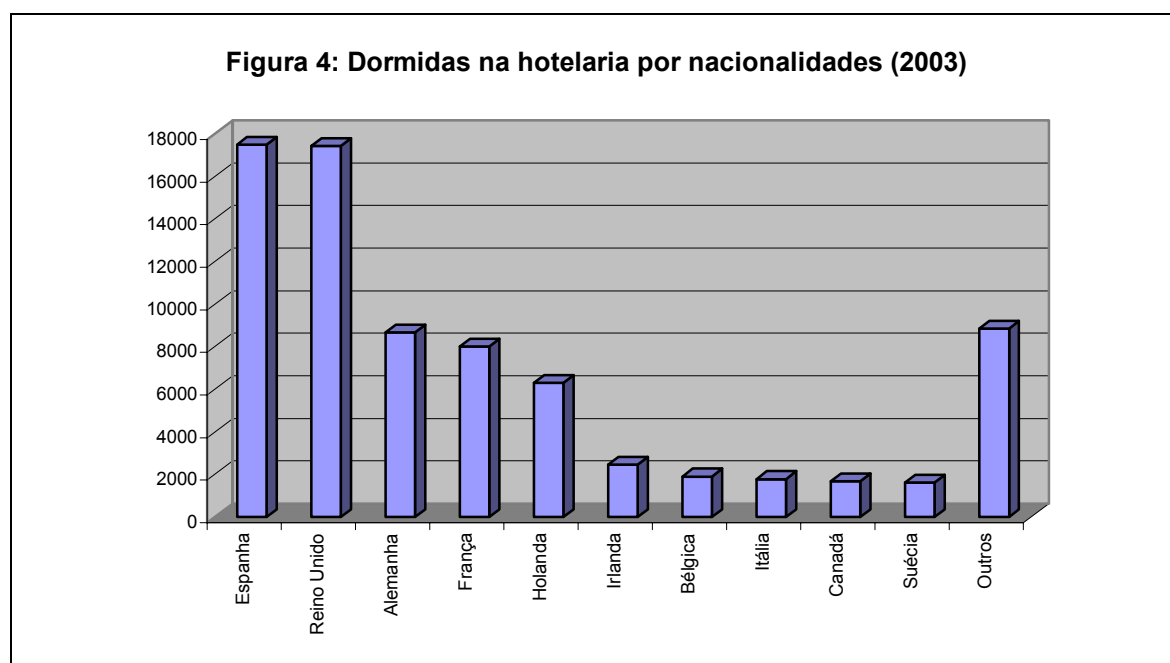


Fonte DGT, 2000, 2001, 2002d,2004

¹² Alguns dados de 2003 não se encontravam disponíveis no período em que este capítulo foi redigido.

Turismo internacional

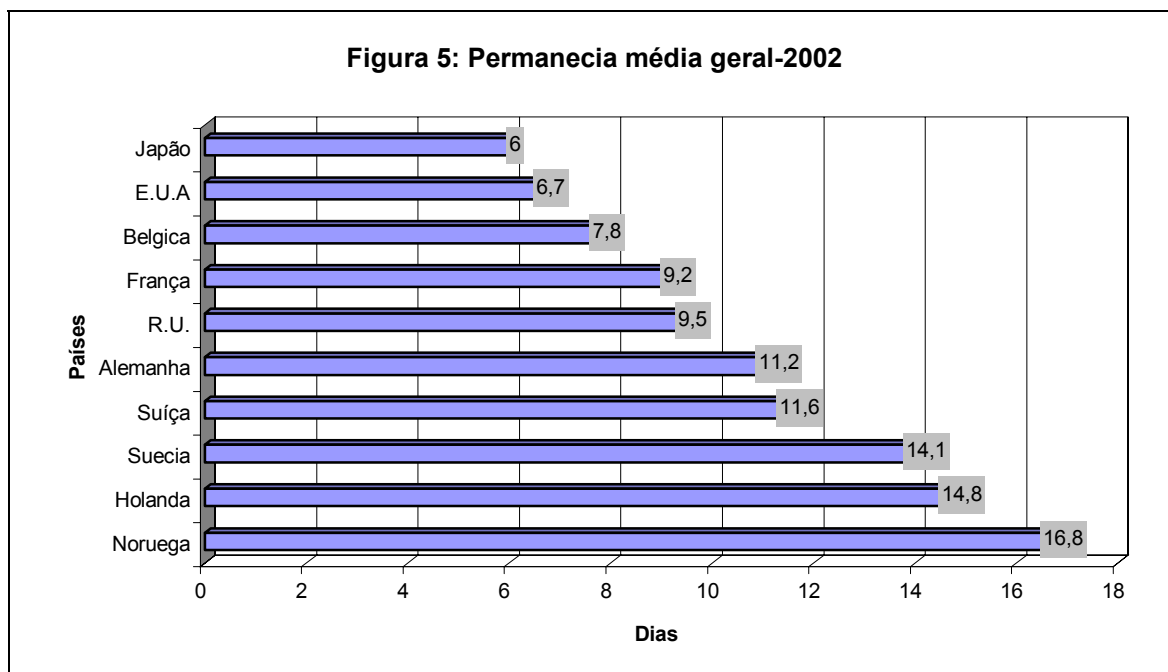
No domínio da entrada de turistas, as dormidas na hotelaria mostram que Espanha, o Reino Unido, Alemanha, França e Holanda são os principais mercados emissores, verificando-se que Portugal apresenta uma forte dependência em relação a estes países (ver Figura 4). De salientar que num estudo desenvolvido pela MINTEL (2003) o Reino Unido, a França, Alemanha e Holanda são os principais mercados de turismo de *aventura soft*¹³.



Fonte: DGT, 2004

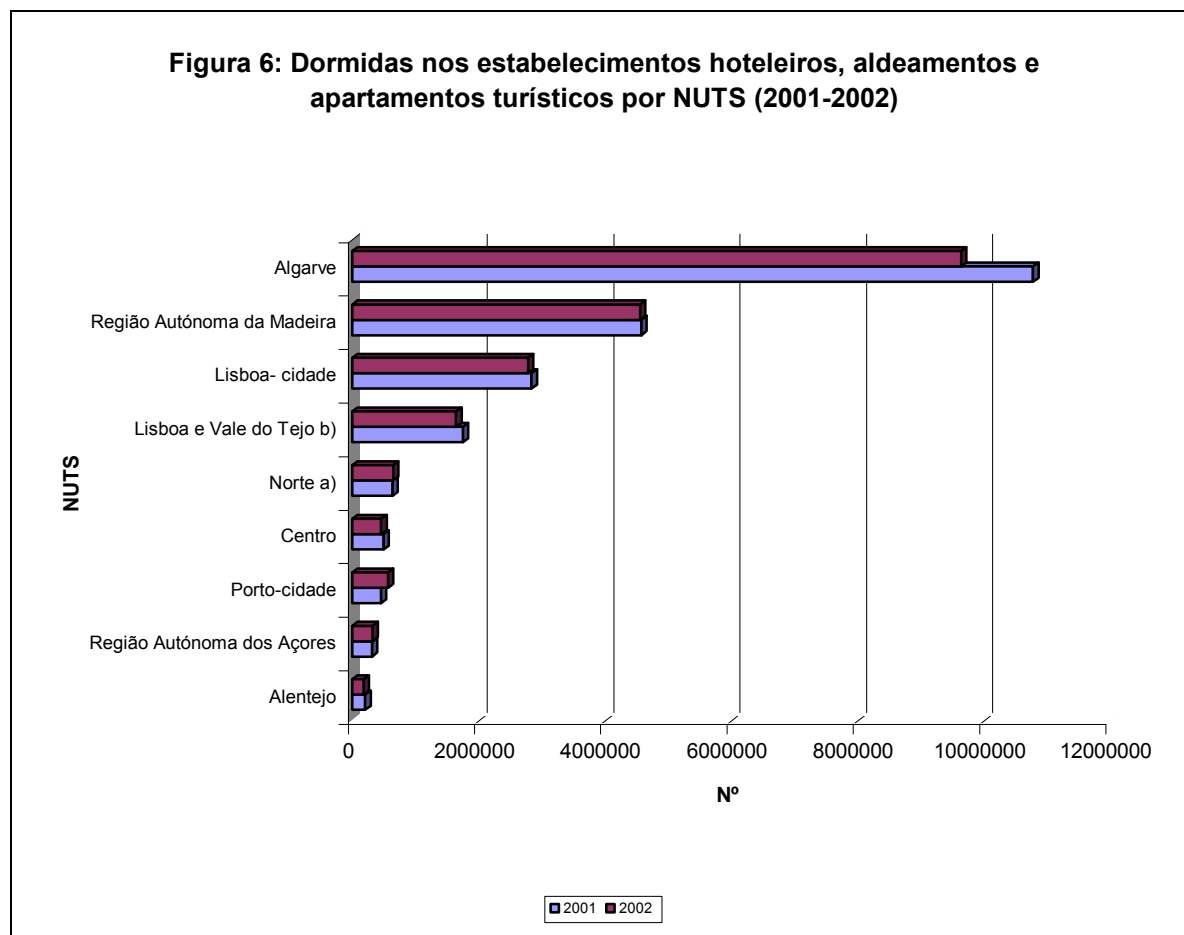
Quanto à permanência média geral dos turistas no país, verifica-se uma média de 10,8, destacando-se alguns países que se posicionam acima deste valor, nomeadamente, a Noruega, com maior período de permanência média (perto dos 17 dias), seguindo-se a Holanda e a Suécia (ver Figura 5). Os espanhóis apesar de serem um mercado emissor muito importante possuem o período de permanência média mais baixo, (explicável pelo facto deste ser o principal mercado excursionista em Portugal e de também visitarem o país, pela sua proximidade, somente para curtas estadias de fim-de-semana.

¹³ A MINTEL (2003) define *aventura soft* como sendo uma forma de turismo activo que envolve actividades em que o risco percebido é superior ao efectivo. Os consumidores para desenvolverem actividades deste âmbito não necessitam de preparação prévia, como fazer uma caminhada por um trilho pedestre com um grau de dificuldade pequena ou média.



Fonte: DGT, 2002d

A nível das dormidas de estrangeiros em alojamento pago (ver Figura 5), verifica-se que o Algarve e Lisboa e Vale do Tejo foram os destinos do Continente, mais procurados em 2002, com uma percentagem superior a 70% em relação ao restante território nacional. A forte incidência na área de Lisboa e Vale do Tejo centra-se no facto de o destino Lisboa (cidade) apresentar um elevado número de estabelecimentos hoteleiros e de ser um destino bastante procurado.

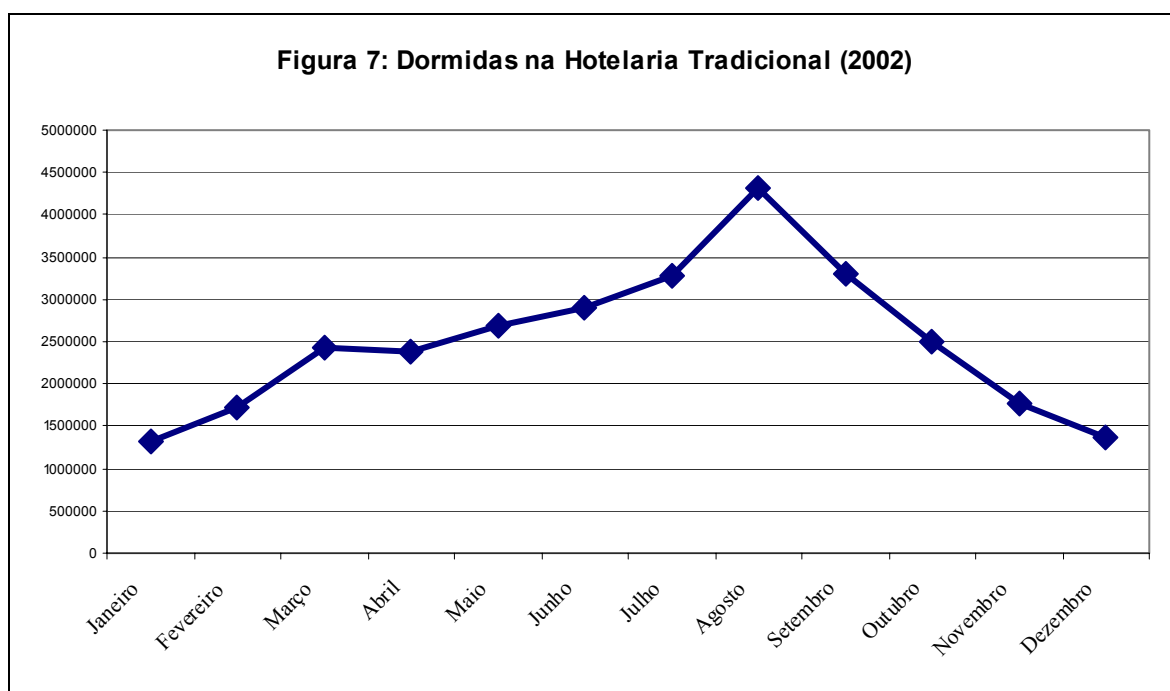


Fonte: DGT/ INE, 2003

Em termos globais o Algarve, a região autónoma da Madeira e Lisboa aglutinam a maior percentagem de dormidas em Portugal (quase 90%). É de ressaltar que em 2002 se verificou uma descida nas dormidas na Região do Algarve.

Sazonalidade

A sazonalidade foi analisada com base nas dormidas na hotelaria (ver Figura 7). É possível verificar que Portugal é dominado por um padrão sazonal. A forte incidência de procura de alojamento hoteleiro na época estival evidencia uma procura do produto “sol e praia”.



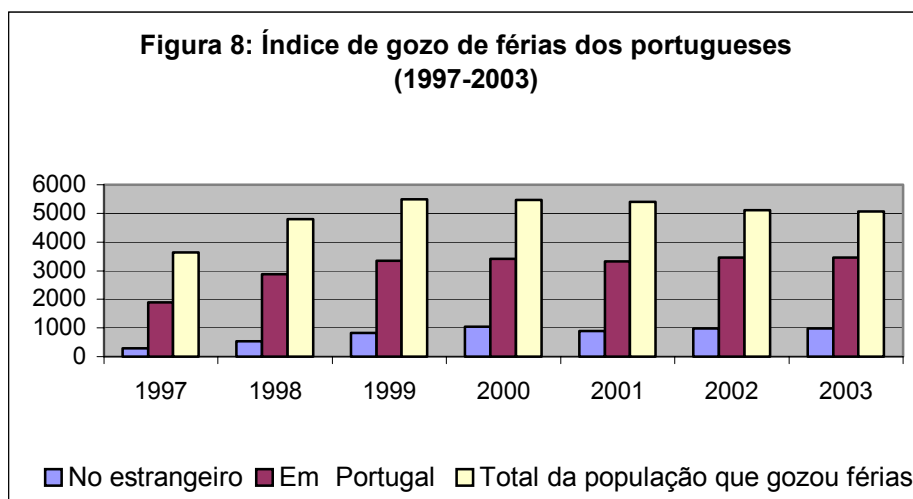
Fonte: DGT, 2003

b) Procura Interna¹⁴

Índice de gozo de férias

Segundo os dados que têm vindo a ser divulgados pela DGT, nos últimos anos verificou-se um crescimento do número de portugueses que gozam férias fora de casa. No entanto, em 2001 verificou-se uma pequena descida que se tem mantido com 71% da população a gozar férias em 2000, até aos 66% verificados em 2003. O decréscimo verificado pode estar ligado com a crise económica que atinge o país e que levou as pessoas a serem mais prudentes em relação aos gastos em férias (ver Figura 8).

¹⁴ A análise efectuada à procura interna, tanto a nível de gozo de férias como ao gozo de fins-de-semana fora de casa tem como base o estudo designado “Férias dos Portugueses” publicado pela DGT.



Fonte: DGT/2004c

Caracterização sócio-económica

Grandes partes dos portugueses que goza férias fora de casa são residentes da Grande Lisboa e do Grande Porto. Em Portugal existe uma maior percentagem de homens a gozar férias fora de casa e verifica-se um maior índice nos estratos sócio-económicos mais elevados diminuindo nos estratos mais baixos. Salienta-se que tanto os estratos alto e médio-alto como o estrato baixo evidenciam um aumento do índice de férias, tendo passado, respectivamente de 93% em 2000 para 96% em 2001 e de 28% em 2000 para 31% em 2001. As pessoas que exercem funções ligadas a quadros médios e superiores, empregados do comércio, da indústria e dos serviços e os operários assalariados apresentam os maiores índices de gozo de férias.

Comportamento que antecede a viagem

O comportamento que antecede a viagem é analisado através da recorrência aos serviços de Agências de Viagens e Turismo (AVT) e reserva de alojamento. Os portugueses que residem no Algarve são os que desfrutam com mais assiduidade dos serviços prestados pelas Agências de Viagens. Em 2003 grande parte dos utilizadores das Agências de Viagens foram as pessoas da faixa etária superior aos 55 anos que recorreram às AVT principalmente para adquirir serviços para os seguintes destinos: Região Autónoma da

Madeira, Região Autónoma dos Açores e estrangeiro. Relativamente ao recurso à Internet, em 2003, verificou-se que dos 38% dos indivíduos com 15 ou mais anos que tiveram acesso, 32% consultaram sites sobre férias. Da população que consultou sites sobre férias, apenas 9% fez reserva.

Motivação

Os portugueses gozam férias com o intuito de repousar. No entanto, também existem outros motivos que merecem destaque como actividades de praia, diversões, apreciação de paisagens e encontro com pessoas de outras regiões.

Comportamento durante a viagem

Os portugueses preferem os meses de Verão para praticar férias, destacando-se o mês de Agosto, seguido pelo mês de Julho e Setembro, apresentando uma forte sazonalidade estival. Os períodos de férias estendem-se entre 8 a 22 dias, verificando-se uma fraca incidência para períodos muito longos (superiores a 22 dias). As férias são, na generalidade, gozadas de uma só vez.

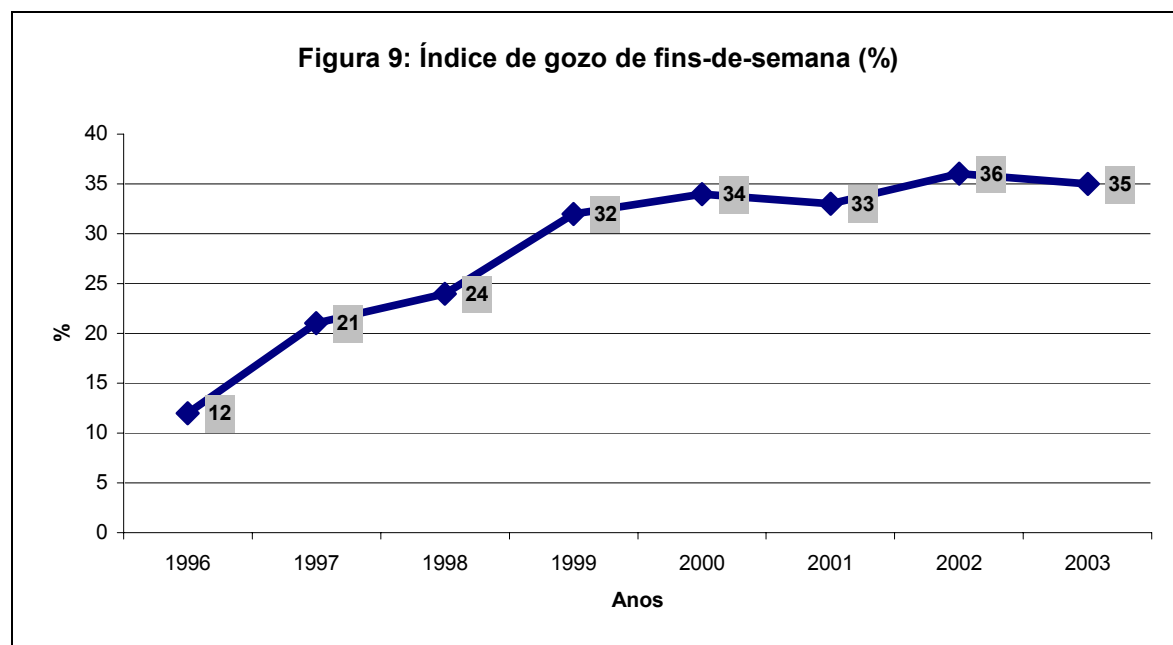
Os portugueses preferem o Algarve e as praias entre o Douro e Tejo para passar férias dentro do território nacional, verificando-se que existe uma forte incidência para os produtos ligados ao “sol e praia”. Para desfrutar umas férias fora de casa, os portugueses preferem um ambiente de praia, o que pode explicar a forte sazonalidade estival e as zonas de férias que estes preferem (litoral). No entanto, também se verifica uma forte atracção por ambientes de cidade e de campo. Os residentes da Região de Lisboa são os que, na generalidade, mais se deslocam para qualquer uma das outras áreas ou sub-áreas promocionais. Os portugueses que optam por sair do país escolhem, na sua maioria, Espanha, França, Itália, Suíça, Alemanha e Inglaterra, destinos situados na Europa e próximos de Portugal.

Os portugueses utilizam bastante o automóvel para se deslocarem aos destinos de férias e mostram uma forte apetência por alojamento não pago, isto é, por casas de familiares e amigos. No entanto, a recorrência à hotelaria, a parques de campismo e casas alugadas (apartamentos e moradias) tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Os portugueses afirmam estar satisfeitos com os divertimentos disponíveis nos locais de férias. Aqueles que apresentaram uma opinião contrária indicaram, na sua maioria, um número insuficiente de discotecas, bares/ música ao vivo, ginásios/ piscinas e teatros.

Gozo de fins-de-semana

Durante o ano de 2003 cerca de 35% dos residentes em Portugal continental e maiores de 15 anos, desfrutaram fins-de-semana fora da residência habitual (ver Figura 9). Entre 1997 e 2000 verificou-se uma tendência para esta prática crescer, tendo-se estabilizado em valores próximos de 35% nos últimos anos. Este hábito pode ser significativo para a prática do pedestrianismo no território nacional.



Fonte: DGT, 2004c

Caracterização sócio-económica

Os portugueses que desfrutam de fins-de-semana fora de casa provêm, na sua maioria, da Grande Lisboa e do Litoral, habitando em locais com uma dimensão que varia entre os 2 000 habitantes e os 100 000. Existe uma distribuição equitativa entre homens e mulheres e situam-se numa faixa etária que varia entre os 15 e os 44 anos. Estes portugueses exercem principalmente profissões ligadas a quadros superiores e médios ou são empregados do Comércio, Indústria e Serviços e estão integrados num estrato social alto, médio alto e médio superior.

Motivação

A principal motivação de viagens está ligada ao descanso e à necessidade de recuperação física e psíquica, mas a visita a familiares e amigos, a distração e o prazer constituem também um forte apelo para a deslocação aos fins-de-semana. A natureza é um elemento que tem a capacidade para ajudar na recuperação física e psíquica (ver capítulo 1). A prática de trilhos pedestres na natureza, principalmente no interior do país, poderia ser uma alternativa bastante benéfica para os portugueses que procuram desfrutar de fins-de-semana fora de casa.

Comportamento durante o fim-de-semana

O automóvel é o meio predilecto dos portugueses para se deslocarem aos fins-de-semana, sendo a viatura própria a preferida ou, em alternativa, a viatura de familiares e amigos. Para pernoitar durante os fins-de-semana os portugueses recorrem com bastante frequência a alojamento não pago, nomeadamente, à casa de familiares e amigos e residência secundária. No entanto, os portugueses que recorrem a alojamento pago escolhem a hotelaria tradicional.

O “trilho pedestre” é uma actividade que pode ser desenvolvida durante os fins-de-semana podendo constituir um produto atractivo para os inúmeros portugueses que começam a desfrutar de fins-de-semana fora de casa.

2.3- O lazer e o turismo

Para Mathieson e Wall (1982) os debates sobre recreio e turismo estão ameaçados pela existência de terminologias imprecisas. Apesar de existir alguma literatura que pretende clarificar a definição dos termos, a verdade é que ainda não existem definições que sejam universalmente aceites. O problema resulta do uso indiscriminado de palavras tais como prazer, divertimento, tempo livre, que são muitas vezes sinónimos de recreio e lazer.

Segundo Fennel (2002), o lazer pode ser objectivamente classificado com base no tempo gasto em actividades que não estão associadas com o trabalho. Subjectivamente, o lazer pode ocorrer quando alguém sente que está em lazer, apesar de outros terem um sentimento contrário, apesar de estarem a desenvolver a mesma actividade.

Ainda segundo Fennel (2002) o lazer tem sido definido de várias formas, no entanto, é com mais frequência definido no contexto de tempo, actividade e experiência. Como uma função de *tempo*, o lazer é classificado em função de uma série de acções efectuadas durante o dia (por exemplo, o tempo que é livre de obrigações como emprego pago, actividades domésticas, família). Como uma actividade refere-se a esforços que podem ser físicos, intelectuais, comunicativos, imaginativos, contemplativos, criativos ou emocionais. Por fim, enquanto *experiência* o lazer é explicado com base em percepções pessoais, pensamentos e avaliações. O recreio abarca uma grande variedade de actividades que são realizadas durante o tempo de lazer.

Fazer uma distinção entre lazer como tempo livre e recreio como actividade é difícil, porque muitas actividades incluem tanto componentes obrigatórias como livres, como é o caso da alimentação, que é uma actividade obrigatória, mas que também é uma forma popular de recreio (Mathieson e Wall, 1982).

Segundo Mathieson e Wall (1982) as dificuldades de distinguir entre turismo e outras formas de recreio encontram-se documentadas por inúmeros autores, que sublinham a dificuldade de isolar as actividades e necessidades dos turistas como um oposto daqueles que participam noutras formas de recreio. O turismo e o recreio, na generalidade, partilham as mesmas infra-estruturas, como por exemplo, trilhos pedestres, que são desenvolvidos tanto para atrair turistas como pessoas em recreio (comunidade local) bem como excursionistas.

Os investigadores ligados ao turismo têm vindo a desenvolver modelos que descrevem o que está inerente ao turismo, muitas vezes numa perspectiva sistémica. Existem muitos modelos que integram diferentes variáveis, no entanto, praticamente todos consideram o movimento de turistas de uma região geradora para uma região de destino. Segundo a WTO, “turista” é o visitante que permanece fora do seu local habitual de residência pelo menos uma noite mas não mais que doze meses, e cujo principal objectivo da visita não esteja ligado ao exercício de uma actividade remunerada. Para MacIntosh *et al* (1995) o turismo é o somatório dos fenómenos e das relações que surgem da interacção entre turistas, fornecedores de produtos e serviços turísticos governos e comunidades locais no processo de atrair e receber esses turistas e outros visitantes.

Mathieson e Wall (1982) desenvolveram um modelo que integra um número alargado de variáveis que afectam o fenómeno turístico. Segundo eles, o turismo "é um fenómeno que envolve movimento para e uma estadia nos locais de destino". Este modelo conceptual contempla em três elementos básicos:

- *Elemento dinâmico*: que envolve viajar para um ou mais destinos seleccionados
- *Elemento estático*: que envolve a estadia no destino
- *Elemento consequencial*: que resulta dos dois elementos precedentes e que está ligado ao impactes que se geram a nível económico, físico e social.

Este modelo, além de fazer referencia às características do visitante e da área de destino, ainda salienta os efeitos que se poderem gerar na região de destino, assim como indica ferramentas de controle para mitigar esses impactes.

Apesar de verificarmos que existem muitos factores em comum, verificamos que a principal diferença entre recreio e turismo se centra no factor deslocação temporal e duração da estadia ligada a esse movimento. Segundo Fennel (2002) cada vez mais os turistas pretendem viver as suas experiências em turismo da mesma forma como as usufruíam em recreio. Por exemplo, um turista que vai fazer um trilho de longa distância na África do Sul num contexto de turismo precisa de ter as mesmas capacidades físicas e conhecimentos como se estivesse a fazer um trilho de longo curso perto de casa num contexto de recreio. Quando se desenvolvem actividades de recreio tem-se em conta o nível de preparação para estas mesmas actividades. Isto significa que certas viagens turísticas activas necessitam de ser programadas da mesma forma que as actividades de recreio, no sentido de otimizar a experiência do turista.

2.4- A relação entre turismo e ambiente

Para Fridgen (1984) “O turismo e o ambiente são inseparáveis; a relação entre turismo, o turista e o destino turístico é uma relação pessoa-ambiente. Viajar é um acto de exploração. O movimento através de cenários destinados para um certo fim ou simplesmente vaguear pelo campo envolve contacto com o ambiente e com as condicionantes ambientais. As atracções turísticas e os destinos turísticos são desenvolvidos à volta de qualidades ambientais, sejam elas o clima, a paisagem ou o terreno físico”.

O turismo é uma actividade de grande importância económica a nível mundial e é das actividades que maiores relações estabelece com a existência sustentada de um ambiente equilibrado (Cavaco, 1998). Para Macintosh *et al* (1995) o meio ambiente é o “core” do produto turístico, o que pressupõe que o turismo deva mostrar um grande interesse em o preservar uma vez que depende dele como oferta primária (Cavaco, 1998). A relação entre turismo e ambiente não é só fundamental, é também muito complexa. Existe uma dependência mútua entre os dois a que se tem designado de “simbiótica” (Mathieson e Wall, 1982). Isto é, se o turismo beneficia com ambientes bem preservados, estes beneficiam com as medidas impostas para que o ambiente apresente as qualidades que atraem os visitantes (Williams, 1998).

Mas a relação de dependência do turismo face ao ambiente varia consoante o tipo de actividade que o turista desenvolve no local de destino. Para Valentine (1992) as relações que existem entre o turismo e o ambiente são as seguintes:

- Dependência: actividades fortemente dependentes da natureza, sendo esta forte relação e a base do negócio dos operadores/ empresas turísticas
- Melhorada: a experiência do turista torna-se mais agradável com a presença da natureza, mas sem grande grau de dependência desta. A actividade é possível com igual nível de satisfação sem a existência de um local puramente natural.
- Papel secundário: a presença da natureza é acidental e relativamente pouco importante para a prática da actividade.

Por exemplo, quando falamos do produto “trilhos pedestres” verificamos que existe uma forte dependência entre turismo e o ambiente uma vez que a natureza é o elemento “*core*” da actividade.

A actividade turística é dependente da percepção que o turista tem do ambiente da área de destino como sendo desejável. O que se entende por desejável é uma construção social que é, por sua vez, determinada pela cultura (Holden, 2003). Ainda segundo Holden (2003) sabe-se pouco acerca das atitudes que os turistas que visitam uma área têm sobre a natureza. Para se avaliar estas atitudes têm sido desenvolvidos estudos no âmbito da psicologia ambiental e que podem ser benéficos para o sector do turismo.

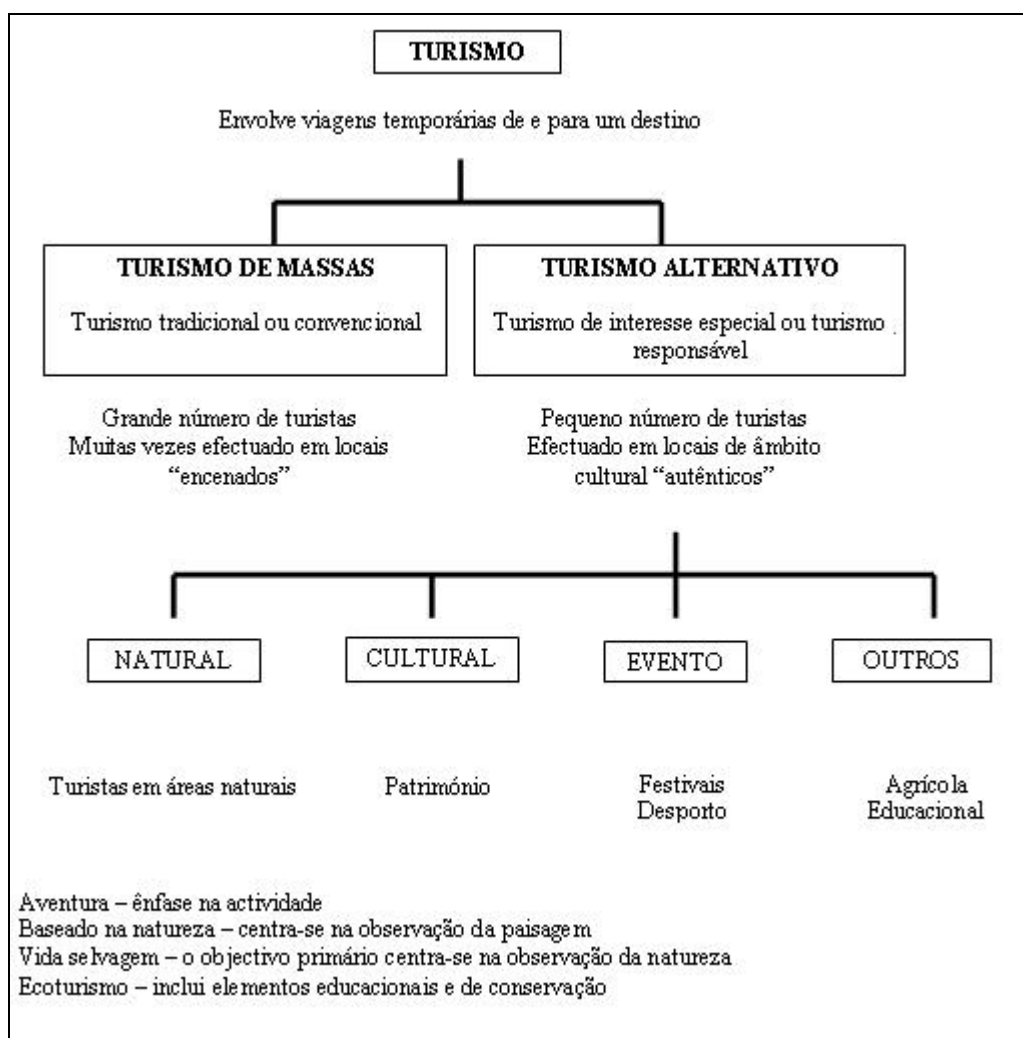
Nas últimas décadas a preservação do meio ambiente tornou-se um factor importante para o mundo ocidental (ver Capítulo 1). O turismo tem vindo a sofrer uma considerável influencia desta tendência e cada vez mais se procuram produtos turísticos baseados na natureza.

2.5 - Produtos turísticos desenvolvidos no meio natural

Apesar de se verificar que ao longo da história tem havido sempre viagens com o objectivo de visitar meios naturais, verificamos que o homem começou a procurar a natureza para desenvolver actividades de lazer e turismo após a primeira revolução industrial (Fennel, 2002). No entanto, essa procura intensificou-se bastante nas últimas décadas, o que levou ao aparecimento de vários produtos turísticos que têm como base o meio natural. Na Europa a paisagem natural tem sofrido grandes modificações devido à intensa intervenção humana. Assim, o turismo na natureza aparece muitas vezes ligado a espaços rurais, o que leva a uma grande aproximação entre o turismo rural e o ecoturismo, havendo em quase todos os espaços naturais sempre uma componente humana integrada (Hillel, 2001). As terminologias usadas para descrever os produtos turísticos na natureza são bastante variadas e por vezes encontramos nomes distintos para definir o mesmo tipo de produto. Por exemplo, o termo “ecoturismo” é muito usado nos EUA e na Europa é frequente usar-se o termo “turismo sustentável” para definir o mesmo produto (Blangy e Vautier, 2001).

Na generalidade, o turismo baseado na natureza opõe-se ao turismo de massas (ver Figura 10) caracterizado por uma procura em larga escala (Newsome *et al*, 2002). O turismo com base na natureza é muitas vezes associado ao designado “turismo de interesse especial” ou “turismo alternativo” que se caracteriza por ser um turismo que se desenvolve em pequena escala, e em que existe uma interacção entre os visitantes e a comunidade receptora, em que os princípios de sustentabilidade são respeitados. Segundo Weaver (2001) o “turismo alternativo” é um termo genérico que abarca vários tipos de turismo onde podemos também encontrar o turismo baseado na natureza.

Figura 10: Uma visão geral do turismo



Fonte: Adaptado de Newsome *et al* (2002)

Tendo como base o trabalho de Dowling (1977, 1979, citado por Newsome *et al*, 2002) podem distinguir-se o turismo baseado na natureza pelos seguintes tipos:

- Turismo *no* ambiente: turismo de aventura
- Turismo *acerca do* ambiente: turismo de natureza
- Turismo *para o* ambiente: Ecoturismo

Turismo de aventura

Para Hall (1992) o turismo de aventura é um produto ligado ao designado “turismo de interesse especial”. Desde a década de 70, 80 do século XX tem-se verificado uma elevada procura de revistas, equipamentos e empresas de animação que estão associadas ao turismo de aventura (Hall, 1992).

MacArthur (citado por Fluker e Turner, 2000) define uma aventura como sendo uma actividade que requer os seguintes três elementos:

- Liberdade de escolha;
- Recompensas intrínsecas;
- Um elemento de incerteza (por exemplo, quando uma experiência é inesperada ou os seus riscos são imprevisíveis).

Ainda Fluker e Turner (2000) definem o *turismo de aventura* como sendo uma viagem que contém um elemento de excitação e de desafio pessoal, através de um risco controlado, geralmente ocorrendo num ambiente natural.

O *turismo de aventura* junta viagem, desporto e recreio ao ar livre (Beedie e Hudson, 2003). Para Hall (1992) a definição de turismo de aventura sofre as mesmas dificuldades que a definição de turismo. No entanto, nas duas últimas definições podemos verificar um denominador comum – o factor risco. Existe uma grande variedade de actividades que podem ser incluídas no turismo de aventura e que apresentam níveis de dificuldade e risco bastante diferentes.

Para Loverseed (1997) o termo *turismo de aventura* é usado como um termo *umbrella* que inclui três segmentos de mercado:

- Aventura “hard” que compreende actividades de *outdoor* que são consideradas únicas e excitantes. Estas actividades podem envolver um certo grau de risco e requerem algumas habilidades dos participantes. Na generalidade, os participantes destas actividades acampam ou pernoitam em meios de alojamento com poucas comodidades, como em cabanas ou abrigos de montanha. Nesta categoria encontramos actividades como montanhismo e alpinismo.
- Aventura “soft” que compreende actividades menos extenuantes em que os participantes não precisam de ter certas habilidades e o próprio alojamento é mais confortável. Os passeios de balão, os trilhos pedestres e o ciclismo são dois exemplos de actividades que podemos colocar nesta categoria.
- Ecoturismo pode incluir as mesmas componentes dos segmentos anteriores mas apresenta uma componente mais “pura”, isto é, tem como principal objectivo a aprendizagem e a interpretação do ambiente natural local, sendo uma preocupação a não danificação do meio ambiente. Uma actividade que se pode incluir neste âmbito é, por exemplo, a prática de canoagem numa localidade do Equador em que o alojamento é uma cabana de um povo indígena. E mesmo a prática do pedestrianismo pode incluir-se nesta categoria, na medida em que o interesse pela natureza se sobrepõe ao interesse na actividade física.

Para Weaver (2001) o *turismo aventura* não se desenvolve exclusivamente no meio natural, existindo actividades que envolvem risco e que se podem desenvolver em meios urbanos como, por exemplo, fazer um *Rappel* num edifício no meio de uma cidade. Por outro lado, existem actividades de ecoturismo em que os turistas fazem uma actividade que envolve riscos como, por exemplo, fazer uma caminhada mais longa por locais difíceis para ver uma cascata, ou observar uma espécie de um animal ou planta. De qualquer modo é de realçar que nem todo o *turismo de aventura* é amigo do ambiente.

Turismo baseado na natureza

Neste âmbito podem-se identificar muitas actividades. Para Newsome *et al* (2002) o turismo de natureza é mais que uma marca turística ou um produto, constituindo uma abordagem em que o turismo pode fornecer benefícios aos turistas, às populações receptoras e aos governos.

Segundo Ceballos-Lascuráin (1996 citado por Deng *et al*, 2000) o termo *turismo de natureza* é geralmente aplicado a actividades turísticas que dependem do uso de recursos naturais, que se encontram num estado relativamente inexplorado pelo homem e que podem incluir paisagem, topografia, vegetação, vida selvagem e património cultural.

Em Portugal o turismo de natureza é definido como a “prática integrada de actividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio à prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, actividades subaquáticas, entre outras, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais” (Conselho de Ministros, 1998).

Verifica-se que a definição de turismo de natureza em Portugal é muito lata, abarcando actividades que podem ser incluídas na classificação de turismo aventura, turismo cultural, turismo rural e ecoturismo. O factor comum é que são desenvolvidas na rede nacional de áreas protegidas.

Ecoturismo

Existe uma vasta literatura sobre o ecoturismo mas não existe uma definição consensual quer a nível conceptual quer a nível das actividades que podem ser desenvolvidas no âmbito deste produto (Orams, 2001; Blamey, 2001). No entanto, cada vez mais os agentes do turismo dão mais atenção a este produto e essa importância foi evidenciada no ano de 2002 que foi consagrado o “Ano Internacional do Ecoturismo” pela Organização Mundial de Turismo.

Fennel e Dowling (2003) analisaram mais de 80 definições de ecoturismo e chegaram à conclusão que nenhuma apresenta uma definição clara do que é ecoturismo, todas se reportam a algo específico sem, no entanto, poderem ser generalizadas. Segundo a WTO (2002) o ecoturismo pode resumir-se às seguintes características:

- Toda a forma de turismo baseada na natureza, em que a principal motivação dos turistas seja a observação e apreciação da natureza ou das culturas tradicionais dominantes nas zonas naturais;
- Inclui elementos educacionais e interpretativos;
- Na generalidade, se bem que não seja exclusivo, encontra-se organizado para pequenos grupos por empresas especializadas de pequena dimensão e pertencentes a proprietários locais. No entanto, operadores estrangeiros de dimensões diversas também organizam, gerem e comercializam passeios ecoturísticos, para grupos de pequena dimensão;
- Procura reduzir ao máximo os impactos negativos a nível ambiental e sócio-cultural;
- Contribui para a protecção das zonas naturais:
 - Gerando benefícios económicos para as comunidades e entidades que gerem os espaços e que têm como objectivo a conservação desses espaços;
 - Oferece oportunidades alternativas de rentabilidade e emprego para as comunidades locais;
 - Aumenta a consciencialização para a necessidade da conservação do património natural e cultural, tanto a nível da população local como a nível dos turistas.

Esta definição de ecoturismo é bastante vasta, abrangendo outros domínios do "turismo sustentável", que será discutido em pormenor no capítulo 3. Uma das actividades que se pode desenvolver no âmbito do ecoturismo é o trilho pedestre. Esta actividade e a sua ligação com as diversas formas de turismo de natureza e turismo sustentável serão abordadas em maior pormenor no Capítulo 5.

2.6- Impactos ambientais do turismo

O turismo tem vindo a assumir um papel importante a nível mundial (Archer e Cooper, 1994). Durante muitos anos o desenvolvimento e crescimento deste sector era considerado como um fim auto-justificado sem se olhar para as consequências sociais e ambientais (Archer, 1996) sendo considerada por alguns, na década de 60, como a indústria dos “deuses brancos”¹⁵ (Baumgarter, 2001). Na década de 70 o turismo era considerado a indústria menos poluente, que utilizava o meio ambiente e a cultura de uma área de destino como matéria-prima e como factor de atracção para o visitante. Este sector era também visto como a “panacea” para estimular e desenvolver a actividade económica, em função da sua forte contribuição para a geração de rendimentos, criação de emprego, entrada de divisas externas e geração de impostos (Saveriades, 2000). Com base nestes pensamentos, muitas regiões desenvolveram o turismo desenfreadamente sem planeamento e sem pensarem nas consequências a médio e longo prazo que poderiam advir do afluxo exagerado de visitantes. Nesta década começaram também a aparecer os primeiros vestígios dos efeitos nefastos que o desenvolvimento não controlado pode desencadear. O turismo pode erodir o ambiente cultural e social de um destino. Sem planeamento o turismo pode transformar ou destruir permanentemente o carácter natural e cultural e pode ter como consequência a perda de qualidade da oferta e naturalmente o declínio da região como destino turístico.

Na mesma década, talvez em resposta á maior visibilidade dos impactos negativos em algumas áreas, começaram a surgir investigações e técnicas que permitem estudar o fenómeno ligado aos impactes provocados pelo turismo. Os impactes podem ser económicos, sócio-culturais e ambientais. Este trabalho debruçar-se-á sobretudo sobre os impactes ambientais.

¹⁵ Uma indústria de serviços não poluidora comparada, com a actividade industrial baseada em petróleo, ferro e aço (Baumgarter, 2001).

Quadro 2: Impactes ambientais do turismo	
Impactes positivos	Impactes negativos
<p>• Criação de áreas protegidas e conservação de áreas naturais Sendo a natureza uma importante atracção de fluxos turísticos, a existência de muitas áreas protegidas e conservação de algumas áreas naturais, deve-se ao processo de desenvolvimento do turismo. Sem o turismo, estas áreas naturais seriam utilizadas para outros usos e destruídas do ponto de vista ecológico, com a consequente perda do património ambiental/natural. Pode-se mesmo dizer que sem o turismo não fazia sentido criar muitas destas áreas protegidas. Além disso, o turismo constitui a principal fonte de rendimento das áreas protegidas, desempenhando um papel importante na sua viabilidade económica.</p> <p>• Melhoria da qualidade ambiental A destruição do património natural contribui para a diminuição da qualidade do ambiente e, consequentemente, para o declínio dos fluxos turísticos. É por esta razão que, associado ao processo de desenvolvimento do fenómeno turístico, têm sido implementadas estratégias de preservação da qualidade do ambiente.</p> <p>• Aumento da consciência ambiental O turismo, ao promover o contacto do visitante com o meio ambiente natural, tem levado a uma maior consciencialização para as questões ambientais, quer por parte dos visitantes quer por parte dos governos e da população local. Actualmente, o aumento das preocupações ambientais reflecte-se no desenvolvimento da investigação e legislação ambiental e na criação de grupos ambientalistas.</p> <p>• Melhoria da rede de infra-estruturas O turismo tem levado ao desenvolvimento da rede de infra-estruturas tais como saneamento, abastecimento de água, tratamento de efluentes líquidos e resíduos sólidos, construção de estradas, entre outros. Muitas destas infra-estruturas têm sido implantadas em regiões pouco desenvolvidas economicamente, contribuindo desta forma para o seu desenvolvimento. A este benefício económico estão associados benefícios ambientais, dado que a instalação destas infra-estruturas básicas promove a melhoria da qualidade do ambiente, contribuindo por exemplo para a redução dos problemas de poluição.</p>	<p>• Poluição das águas A concentração de um elevado número de visitantes em áreas restritas, é responsável pela produção de grandes volumes de esgoto, os quais por vezes, são lançados em ecossistemas receptores (rios, albufeiras, mar, etc.) sem qualquer tipo de tratamento prévio. Esta situação põe em causa a qualidade das áreas de recreio e, em alguns casos, a própria água potável. A poluição das águas nos rios, lagoas e mares, pode também resultar dos transportes turístico-recreativos, quando os barcos a motor despejam óleo e gases na água, especialmente em lugares onde a circulação da água é baixa.</p> <p>• Poluição sonora Este tipo de poluição encontra-se associada a um incorrecto planeamento e licenciamento de actividades, principalmente no que respeita à localização de determinadas actividades turístico-recreativas geradoras de ruído, das quais se destacam as discotecas, night clubs, parques de recreio, etc. na proximidade de zonas com uma fauna sensível ao ruído, ou próximo de habitações da população residente e mesmo de alojamento turístico.</p> <p>• Poluição visual A poluição visual resulta do facto da integração do design dos equipamentos e infra-estruturas turísticas, em muitas situações, não se enquadrar no padrão típico da comunidade hospedeira.</p> <p>• Desequilíbrios ecológicos Os turistas, por vezes, são responsáveis pela introdução de alterações ecológicas, ao nível da fauna, flora e solo. Estes dizem principalmente respeito à alteração da cobertura vegetal, erosão dos solos, destruição das dunas, fogos florestais, difusão do lixo nas praias e matas, distúrbios introduzidos ao nível dos habitats, etc.. Estes problemas ecológicos são mais frequentes quando se trata de um processo de desenvolvimento turístico descontrolado.</p>

Fonte: Inskoop, 1991

O termo impactes tem sido usado com frequência para indicar factos negativos, mas muitas comunidades desejam o desenvolvimento do turismo porque este pode alterar os seus estilos de vida proporcionando empregos, rendimentos mais elevados e melhores

oportunidades para os seus filhos (Wall, 1996). O desenvolvimento da actividade turística numa determinada região pode causar impactes negativos, mas também pode ser um factor positivo. No Quadro 2 podemos observar os vários tipos de impactes que podem resultar do turismo segundo Inskeep (1991).

Por isso, um desenvolvimento turístico exagerado e mal planeado afecta negativamente o ambiente físico de uma área (Archer e Cooper, 1994). Os impactes encontram-se dependentes, a nível da sua natureza, amplitude e intensidade de dois importantes grupos de aspectos (Mathieson e Wall, 1982; Archer, 1996): i) características das áreas de destino e ii) características dos visitantes.

A nível das características das áreas de destino destacam-se aspectos ligados à sustentabilidade ambiental do local (Newsome *et al*, 2002), à organização administrativa e institucional do local (Inskeep, 1991), ao grau de desenvolvimento da actividade turística (Butler, 1980 citado por Wall, 1996) e a formas de gestão dos recursos (Murphy, 1994).

Os visitantes dos espaços naturais estão, na generalidade, interessados em observar a vida selvagem, caminhar pelo meio natural entre outras actividades muito variadas (Newsome *et al*, 2002). Contudo, em áreas protegidas e rurais são muitas vezes os visitantes que provocam a destruição do meio ambiente (Archer e Cooper, 1994). Os impactes ambientais causados diferem, no entanto, consoante as características dos próprios visitantes, como as motivações, duração da estadia no local, tipo e actividade turística desenvolvida, a intensidade da utilização dos recursos da área e as características sócio-económicas dos visitantes (Mathieson e Wall, 1982; Godfrey e Clarke, 2000).

Para se mitigar os efeitos nocivos do turismo nas áreas de destino é necessário que haja um correcto planeamento em que a capacidade de carga do local tem que ser gerida de uma forma sustentada. Muitos autores e até a WTO (1983) têm-se debruçado sobre esta temática. Numa perspectiva ambiental a gestão da capacidade de carga significa a manutenção do balanço entre a protecção do meio físico/ ambiental e a optimização das experiências dos visitantes (Williams e Gil, 1991). Podemos assim dizer que a capacidade de carga está associada ao número máximo de pessoas que podem utilizar um local sem

alterar o meio físico e sem que haja um declínio na própria qualidade da experiência (WTO, 1983).

A capacidade de carga difere de local para local, sendo portanto necessário que se desenvolvam estudos e que se criem estratégias para que os impactes negativos sejam minimizados. A aplicação da gestão da capacidade de carga tem-se notado bastante difícil de operacionalizar na realidade. Williams e Gil (1991) afirmam que essa dificuldade advém dos seguintes factores:

- Expectativas pouco realistas
- Avaliações incorrectas
- Suporte legal insuficiente

Podemos verificar estes problemas em áreas protegidas nacionais, em que o conflito entre os vários intervenientes é usual, o que implica uma grande dificuldade de gestão das próprias áreas, verificando-se muitas vezes a impossibilidade de implementar medidas que permitam minimizar os problemas e os conflitos existentes (Alho, 2003).

Budowski (1976 citado por Deng *et al* 2000) indicou três tipos de relação entre o turismo baseado na natureza e a conservação do ambiente: conflito, coexistência e simbiose. Para muitos políticos, equipas de planeamento e gestores de espaços naturais o objectivo do desenvolvimento do turismo em espaços naturais centra-se em atingir um grau de simbiose ou pelo menos de coexistência entre turismo e natureza.

Nos últimos anos têm vindo a ser implementadas muitas técnicas de gestão e planeamento em áreas que apresentam uma grande dependência em relação ao ambiente e onde este é bastante frágil, como por exemplo, em áreas protegidas. Essas técnicas baseiam-se essencialmente (Williams, 1998):

- No zonamento espacial;
- Na concentração espacial ou dispersão dos turistas;
- Na restrição das entradas ou na aplicação de um preço para visitar as áreas

Contudo, quando exploramos os impactes ambientais do turismo, a problemática deve ser analisada de uma forma holística (Williams, 1998). Isto é, se olharmos para o turismo como um sistema também estes impactes devem ser estudados de uma forma integrada para descobrir as suas causas frequentemente complexas e para desenvolver soluções adequadas.

Conclusão

O fenómeno do turismo como o conhecemos na actualidade começou a desenvolver-se após a II Grande Guerra. Nestes últimos 50 anos sofreu um crescimento tão elevado que neste momento é considerado uma das principais indústrias a nível mundial.

O turismo tem vindo a assumir igualmente, uma grande importância a nível nacional. Em 2003 Portugal estava situado em 17º lugar no *ranking* mundial dos países receptores. Em 2003 foram geradas cerca de 6 260 milhões (Euros) em receitas. Apesar de representar uma pequena parcela do turismo mundial, para Portugal estes valores representam uma importância considerável, quer a nível do equilíbrio das contas externas, quer a nível da dinamização da estrutura produtiva.

O turismo em Portugal centra-se principalmente em zonas litorais e apresenta uma forte sazonalidade estival, o que evidencia uma forte incidência no produto “sol e praia” que constitui aliás uma das principais motivações dos portugueses que gozam férias fora da sua residência habitual. Nos últimos anos tem-se verificado que um número crescente de portugueses desfruta de fins-de-semana fora de casa em que a principal motivação está ligada ao descanso e necessidade de recuperação física e psíquica. Visto que a natureza possui capacidades de restauro a nível físico e psicológico estas necessidades poderiam ser satisfeitas por produtos alternativos ao “sol e praia”, nomeadamente pelo turismo de natureza, e neste contexto por actividades como o pedestrianismo.

Apesar de grande parte do turismo em Portugal se vocacionar para o produto “sol e praia”, Portugal apresenta potencialidades para o desenvolvimento de outros produtos alternativos,

que começam a cada vez mais ganhar destaque. O turismo de natureza é um desses exemplos, e em 1998 o governo nacional apresentou um quadro legislativo para o turismo desenvolvido em áreas protegidas. No entanto, o turismo que tem como base a natureza não se restringe somente aos espaços protegidos. Portugal encontra-se enquadrado num continente fortemente humanizado, onde é usual encontrarmos a interacção entre homem e natureza. Em Portugal e na Europa abre-se assim um caminho para um turismo baseado na natureza que se desenvolve com princípios de sustentabilidade, mas que se estende para além das áreas protegidas, abrangendo também regiões rurais e piscatórias, ainda representativas de uma paisagem, cultura e de um ambiente natural equilibrados e capazes de constituir atracções turísticas.

Surge assim um ecoturismo baseado no ambiente natural, no apoio à sua conservação, que consciencializa o público para a importância da natureza e para o turismo conduzido de forma sustentável. As definições de ecoturismo evoluíram desde o turismo ligado à natureza a um turismo que enfatiza objectivos tanto de conservação e valorização ambiental como cultural. Na Europa, e em Portugal o ecoturismo faz a ponte para um turismo de natureza e para um turismo rural.

O turismo depende fortemente do ambiente, quer este constitua uma paisagem específica quer seja através de um determinado clima. No contexto que vivemos actualmente e em que se começam a desenvolver produtos em que o “core” se centra no ambiente natural, como é o caso do turismo de natureza torna-se fundamental perceber a ligação que o homem tem com a natureza do ponto de vista social e cultural. Este conhecimento facilita a percepção das motivações dos visitantes das áreas naturais e assim a gestão desses espaços.

Dos três tipos de relação entre turismo e conservação ambiental, nomeadamente, conflito, coexistência e simbiose, na generalidade, os responsáveis pelo planeamento e gestão dos espaços naturais visam atingir um grau de simbiose ou pelo menos de coexistência.

Para este efeito nos últimos anos têm vindo a ser implementadas muitas técnicas de gestão e planeamento dos fluxos turísticos em áreas de alguma fragilidade ambiental e que na generalidade estão integradas nos princípios do desenvolvimento de um turismo sustentável. O desenvolvimento sustentável é um conceito que nos últimos anos tem vindo

a ser integrado em vários contextos, nomeadamente ao nível do crescimento da população, da preservação dos recursos naturais, do consumo de energia e também no âmbito do turismo. É um conceito que visa a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. No próximo capítulo vamos abordar esta temática mais aprofundadamente.

Capítulo 3 - Turismo e Sustentabilidade

Introdução

No capítulo anterior abordámos o fenómeno do turismo na vertente geral e a sua relação com o ambiente. Neste capítulo vamos focar a relação entre turismo e sustentabilidade.

A última década do século XX testemunhou um reconhecimento crescente da importância da sustentabilidade como um imperativo na indústria turística (Garrod e Fyall, 1998). Após o *boom* turístico verificado nos anos sessenta (Poon, 1993), o turismo tornou-se uma indústria com um enorme significado a nível mundial levantando inúmeras críticas a nível das suas consequências sociais e ambientais (McCool *et al*, 2001). Uma das principais questões que se coloca actualmente centra-se na sobrevivência a longo prazo da indústria turística (McCool *et al*, 2001).

A indústria turística depende fortemente dos recursos naturais, já que estes fazem parte da sua oferta primária. Desta forma, o turismo tem um interesse vital em ter um papel activo a nível do desenvolvimento sustentável (Murphy, 1985).

Neste contexto vamos focar ao longo deste capítulo a emergência do fenómeno da sustentabilidade e como este se reporta à indústria turística. Posteriormente analisaremos o que está a ser desenvolvido na Europa e quais as ferramentas que estão ao dispor da indústria turística em Portugal. Por fim, abordar-se-à a percepção do homem face aos riscos ambientais e à sustentabilidade.

3.1- A emergência do fenómeno da sustentabilidade

Em 1962 foi publicado “*Silent Spring*” de Carson, um livro que muitos consideram o ponto de partida para o entendimento das ligações que existem entre ambiente, economia e bem-estar social. Nas décadas que se seguiram muitos acontecimentos que aumentaram a exigência face a um desenvolvimento mais sustentável. Verificou-se a destruição dos recursos dos países do designado terceiro mundo para tentarem atingir os índices de desenvolvimento do mundo ocidental. Ao mesmo tempo, nos países ocidentais verificou-se um desenvolvimento acelerado daquilo a que designamos uma “sociedade de consumo” que induziu à delapidação massiva dos recursos. Neste período, começam a surgir os grandes grupos económicos multinacionais, sustentando o desenvolvimento de uma sociedade de elevado consumo, assim como começam a surgir novos paradigmas ligados ao planeamento. Durante este período foram publicados alguns livros e estudos científicos que focam este problema.

O termo “turismo sustentável” é derivado do conceito mais geral de “desenvolvimento sustentável”. As origens do termo “desenvolvimento sustentável” remontam a 1987, quando a *World Commission on Environment and Development* apresentou um relatório intitulado “*Our Common Future*” (também conhecido por *Brundtland Report*), onde o termo foi usado pela primeira vez, para evidenciar o aparente conflito entre o conceito de desenvolvimento económico e a conservação da natureza (Berry e Ladkin, 1997).

Desde a publicação desse relatório surgiram outros eventos ligados a esta temática, como por exemplo, a Cimeira do Rio em 1992 que definiu a Agenda 21 e a *World Summit on Sustainable Development*, realizada em Joanesburgo em 2002 (United Nations, 2003).

“ O desenvolvimento sustentável do turismo pode ser pensado como um encontro entre as necessidades presentes do turista e das regiões hospedeiras, ao mesmo tempo que protege e providencia oportunidades para o futuro (WTO, 2003a),..., de tal maneira que se podem colmatar necessidades económicas, sociais e estéticas, enquanto se mantêm a identidade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte de vida” (Inskeep, 1991). Assim, “pacotes com produtos de turismo de massas

podem ser tão sustentáveis como algumas das novas formas de turismo” (Mowford e Munt, 1998 citado por Deng *et al*, 2000).

Verificamos que o conceito de sustentabilidade abarca o ambiente, as pessoas e os sistemas económicos. Segundo Swarbrooke (1999) muitos dos sistemas tradicionais de agricultura baseavam-se no princípio da sustentabilidade. Um dos exemplos é o sistema de pousio utilizado durante muitos anos. Com o tempo foram sendo desenvolvidas novas tecnologias e a pressão urbana começou a aumentar assim como começou a verificar-se uma modificação social e económica. Estes factores induziram pressões no sentido da maximização da produção agrícola, o que veio a pôr em causa a sustentabilidade da agricultura moderna.

Após o aparecimento da Revolução Industrial dá-se o início do planeamento contemporâneo. É durante esta fase que, face a um movimento maciço de pessoas de áreas rurais para as cidades, e com a consequente expansão das áreas urbanas, começam a surgir preocupações ligadas à precariedade das habitações, zonamento de actividades, promiscuidade social, falta de espaços livres, de áreas de lazer e recreio, problemas de abastecimento de água, saneamento, entre outros (Costa, 2001).

Durante este período prevaleceu a convicção de que com a melhoria das infraestruturas e das condições físico-espaciais das cidades poder-se-ia, então resolver todos os problemas existentes na sociedade, porque, argumentava-se, os problemas observados deviam-se à inadequação, ineficiência e ineficácia da malha urbana existente (Costa, 2001).

Durante o período posterior à II Grande Guerra a sociedade passou a estar confrontada com um conjunto de preocupações que, de determinada forma, eram semelhantes àqueles que se verificaram no período pós Revolução Industrial. Assim, durante o período da Revolução Industrial, a preocupação esteve ligada à expansão dos tecidos urbanos causados pelo êxodo de pessoas do campo para a cidade e, no período pós-guerra, pela reconstrução dos espaços (Costa, 2001), fazendo surgir novos paradigmas de planeamento.

Segundo Swarbrooke (1999), algumas pessoas afirmam que o planeamento falhou a nível da tentativa de nos ajudar a conseguir um desenvolvimento sustentável. Existe um

crescente cinismo acerca da habilidade dos planeadores em gerir o desenvolvimento no sentido da sustentabilidade. No entanto, a maioria dos estudiosos afirmam que o objectivo do turismo sustentável necessita de intervenção e de planeamento.

3.2- A natureza e o objectivo do turismo sustentável

Como referido no capítulo anterior, a acepção de turismo sustentável está ligada à de desenvolvimento sustentável. Não existe muito consenso na definição de turismo sustentável (Lima, 2003). A definição tem subjacente a definição de desenvolvimento sustentável indicada no relatório Brundtland de 1987: "Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que vai de encontro às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras" (Silveira, 2003). A mensagem nesta definição é a de que a preservação a longo prazo é essencial para o uso futuro dos recursos da terra.

Segundo Butler (1993, citado por Cavaco, 1998), turismo sustentável é o turismo que se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem colocar em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras actividades e processos.

Em 1992 na conferência "*The Earth Summit*" realizada pela WTO surgiu um documento designado *Agenda 21*, que definia princípios para as boas práticas das indústrias. A indústria das viagens e turismo é identificada como uma das indústrias que detêm o maior potencial para dar uma contribuição positiva para que o planeta se torne mais saudável. A tradução concreta dos princípios de sustentabilidade na actuação das empresas do sector está, contudo, ainda numa fase incipiente, embora haja empresas do sector hoteleiro que já apostam seriamente na gestão sustentável das suas unidades (Lima, 2003).

Durante a década de 90 surgiram muitas iniciativas e foram publicados vários documentos ligados ao turismo sustentável. A Tabela 1 apresenta alguns exemplos.

Tabela 1: Algumas iniciativas ligadas ao turismo sustentável

Ano	Entidade	Designação
1992	World Tourism Organization (WTO), United Nations Environment Programme (UNEP), World Conservation Union (IUCN)	Guidelines: Development of National Parks and Protected areas
1993	EUROPARC	Loving them to death?
1995	Concelho da Europa	Recommendations on a sustainable tourism development policy in protected areas
1995	World Charter on sustainable Tourism Committee	World Charter on sustainable Tourism
1995	World Conservation Union (IUCN)	Tourism, Ecotourism and Protected Areas
1997	Concelho da Europa	Recommendations on a policy for the development of sustainable, environment friendly tourism in coastal areas
1997	Secretariat of the Convention on Biological Diversity	Convention on biodiversity and tourism
1998	United Nations Environment Programme (UNEP)	Draft principles for the interpretation of sustainable tourism
1998	World Wide Life Fund for Nature (WWF)	Pan Parks
1999	EUROPARC, Fédération Française des Parcs Naturels Régionaux (FFPNR)	European Charter for sustainable tourism in protected areas
1999	European Commission DG enterprise	Towards quality rural tourism integrated quality management (IQM) of rural tourist destinations
1999	World Wide Life Fund for Nature (WWF)	Responsible tourism in the Mediterranean
2000	United Nations Environment Programme (UNEP)	Tour Operator's initiative for sustainable tourism development

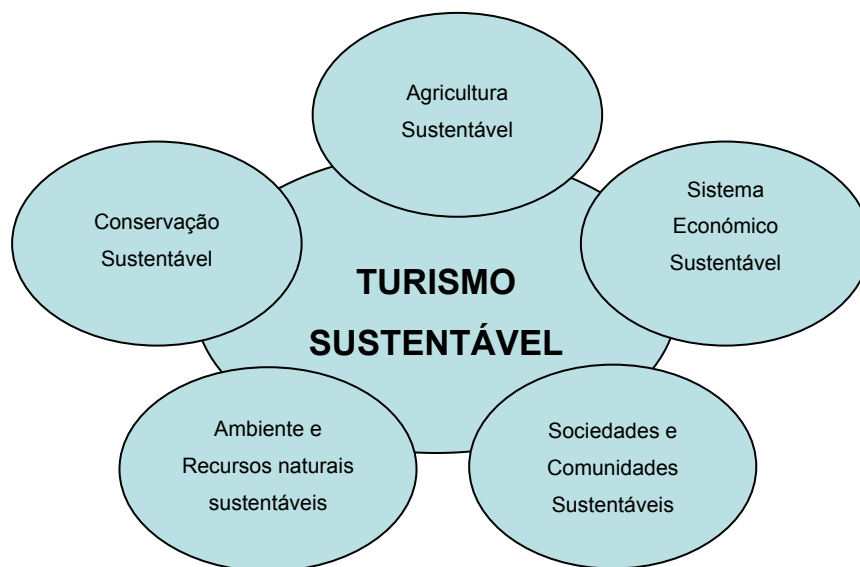
Fonte: E.C. Environment DG (1999)

Segundo Hardy *et al* (2002) o desenvolvimento sustentável desenvolveu-se de três formas:

1. Como uma visão de conservação: esta óptica está ligada ao movimento romântico que emergiu no Sec. XIX, e parte do princípio de que não somos superiores à natureza, mas que somos parte dela. Esta visão está patente na criação de áreas protegidas.
2. Como uma forma de teoria económica: nos anos oitenta surgiram modelos económicos ecológicos em que se tentava integrar várias disciplinas a fim de se considerar para além dos resultados económicos, as políticas ambientais e de gestão do bem-estar das populações.
3. Como uma visão comunitária: na década de oitenta começou-se a focar o envolvimento das comunidades locais no turismo. Actualmente, a comunidade é vista como um recurso, ou até como agentes activos na implementação de acções ligadas ao desenvolvimento de um turismo sustentável.

O turismo sustentável pode assim ser visto como uma parte do conceito de desenvolvimento sustentável nas áreas de destino. Na Figura 11 podemos ver a relação entre turismo sustentável e desenvolvimento sustentável. Torna-se necessário começar a olhar para o turismo num contexto global e interdependente, em que cada elemento afecta o outro.

Figura 11: Turismo Sustentável e Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Swarbrook (1999)

Entre turismo e desenvolvimento sustentável verificam-se de uma forma clara dois elos Swarbrooke (1999):

- O turismo sustentável é uma ferramenta que pode ser utilizada para se conseguir um desenvolvimento sustentável. O turismo pode ser um catalizador para o desenvolvimento de pequenos negócios;
- O desenvolvimento sustentável, por outro lado, é um pré-requisito para o turismo sustentável. Um desenvolvimento não sustentável pode reduzir a qualidade do produto turístico por exemplo, através do desenvolvimento de infra-estruturas inadequadas e poluição de outras indústrias locais.

A definição sugerida por Partidário (1999), reflete, de forma sistematizada, os princípios apresentados neste capítulo, explicando que o turismo sustentável "procura conciliar os objectivos económicos do desenvolvimento turístico com a manutenção da base de recursos indispensável à sua existência. As características naturais e culturais de uma região, bem como na maioria dos casos, as suas características sociais e comunitárias representam a oferta potencial do território que o desenvolvimento turístico procura. Assim sendo, a actividade turística só pode ser eficiente e viável num médio e longo prazo se garantir que os recursos de que depende vão ser mantidos e mesmo melhorados."

3.3 - As principais organizações europeias e nacionais envolvidas no turismo sustentável

Existem várias organizações a nível Europeu que exercem um papel activo a nível do turismo sustentável, quer sejam entidades ligadas ao sector público, supra governamentais, governamentais ou entidades privadas.

Segundo Cunha (2000), num clima de liberalização que, hoje, se estende a todos os cantos do mundo e a todos os domínios, tem-se posto a questão de saber se se justifica que os governos continuem a intervir a favor do turismo e a apoiá-lo financeiramente, tanto mais que se trata de uma actividade sem conflitos significativos e em relação à qual se tem verificado um contínuo crescimento. Para o mesmo autor, a tendência actual é a de deixar à iniciativa privada a exploração das actividades económicas do turismo, mas o sector público do turismo tem a responsabilidade, entre outras coisas, da política dos transportes, das vias de comunicação, da mão-de-obra e sua formação, protecção dos consumidores, sensibilização da opinião pública, construção das infra-estruturas e equipamentos a par da criação de quadros de referência e de orientação estratégica. Deste modo, o estado é sempre um parceiro activo na criação de produtos turísticos.

Segundo Swarbrooke (1999) o sector público pode ter um papel activo no desenvolvimento do turismo sustentável através de várias formas:

- Legislação e regulação;

- Fundos e incentivos fiscais;
- Planeamento e uso dos solos;

Segundo o mesmo autor, para muitos analistas do turismo as empresas são vistas como “os maus da fita” em relação às questões ligadas ao turismo sustentável. A nível da indústria turística existem uma grande variedade de empresas de ramos diferentes, desde a restauração, operadores turísticos, transportes, alojamento, etc., e que podem ser uma fonte de impactes negativos. No entanto, a indústria turística começa a assumir um papel importante nesta área ao implementar certas medidas ligadas à auto-regulamentação, ao verificar a pressão constante do mercado no sentido de exigir um turismo cada vez mais sustentável, (ex: certificação ambiental, ISO 14000, etc. ver também Lima, 2003).

Para Portugal existem várias entidades do sector público que podem regulamentar o turismo sustentável a nível supranacional e nacional. A nível supranacional referem-se as entidades ligadas à União Europeia e a nível nacional focar-se-à a principal legislação que está ligada a esta temática.

3.3.1- O turismo sustentável na Europa

A União Europeia tem tomado diversas medidas para promover e divulgar o turismo sustentável. Desde 1990 a UE tem vindo a dar um lugar de destaque ao debate ligado à temática “turismo e ambiente” e em 1993 aparece o *Plano de Acção da Comunidade para assistir o turismo*. Uma das seis componentes do relatório está ligada à selecção de medidas para suportar a conservação do ambiente natural e cultural assim como o respeito pelo estilo de vida das comunidades locais. Este documento defende (Blangy e Vautier, 2001):

- iniciativas com o objectivo de fazer com que os operadores e os turistas conheçam a interdependência entre turismo e ambiente;
- projectos-piloto que tenham como objectivo manter o balanço entre turismo e a protecção dos ambientes naturais, em particular em zonas costeiras, parques nacionais e reservas naturais;

- iniciativas que tenham como objectivo desenvolver diferentes formas de turismo sustentável.

Sob a alçada da Direcção Geral DG XXIII (unidade ligada ao turismo)¹⁶ durante 1993 e 1995 foram lançados 17 projectos piloto dentro do âmbito do *Plano de Acção da Comunidade para assistir o turismo*.

No “Quinto Programa da Comunidade Europeia para o Ambiente e Turismo Sustentável” (1993) o turismo aparece como uma das cinco áreas prioritárias, a nível de (Blangy e Vautier, 2001):

- integração de considerações ambientais nas políticas e no planeamento do turismo ao nível mais apropriado;
- uma rede para a protecção de áreas sensíveis;
- informação para que os turistas adoptem medidas amigas do ambiente;
- gestão dos fluxos turísticos para respeitar a capacidade de carga.

A direcção geral do Ambiente da UE¹⁷ está a ter um papel fulcral ao nível da temática “turismo e ambiente” gerindo o fundo *LIFE* (natureza e ambiente): apoiando programas piloto em toda a Europa e coordenado uma nova rede de áreas protegidas. Este programa apoiou alguns projectos de conservação com o objectivo de desenvolver modelos específicos de turismo sustentável em ambientes naturais. Destacam-se duas iniciativas: i) a Carta Europeia para o turismo sustentável em Áreas Protegidas e ii) As linhas orientadoras para o turismo sustentável em áreas protegidas e locais da *Rede Natura 2000*¹⁸.

Em 2001 a Comissão Europeia lança um documento designado “Trabalhar em conjunto para o futuro do turismo europeu”, onde se dá uma especial atenção para a necessidade de todos os intervenientes do sector trabalharem de uma forma integrada. Com base neste

¹⁶ Esta mudou de nome em 1999 para DG Empresa

¹⁷ Anteriormente designada DGXI

¹⁸ O sistema de áreas protegidas designado *Natura 2000*, é uma rede de protecção desenvolvida com base na Directiva de Protecção das aves (1979) e na Directiva dos Habitats (1992). Tem como objectivo criar uma rede coerente de vários tipos de habitats com vista a estabelecer uma fundamentação sólida para o desenvolvimento sustentável (Hiedanpää, 2002).

documento a UE lançou em Novembro de 2003 uma comunicação, onde indicou que pretendia estabelecer um “Grupo para o turismo sustentável”, no qual representantes de vários níveis administrativos e territoriais desenvolveriam orientações para o sector do turismo (UE, 2003). A mensagem que a U.E. tem vindo a tentar divulgar é que a integração a nível ambiental faz sentido a nível empresarial (Blangy e Vautier, 2001) reforçando a ideia de que é necessário todos os intervenientes trabalharem em conjunto.

O Concelho da Europa também tem vindo a desenvolver medidas no âmbito da implementação de um turismo sustentável na Europa. Em 1995 o Concelho da Europa criou uma estratégia pan-europeia para a diversidade biológica e paisagística e no âmbito da implementação da estratégia foi criado um comité de especialistas ligados ao turismo e ambiente (Blangy e Vautier, 2001). Esse grupo de trabalho desenvolveu algumas recomendações que o Concelho da Europa disseminou,¹⁹ o Concelho da Europa também desenvolveu programas específicos com o intuito de promover o turismo sustentável de duas formas (Blangy e Vautier, 2001):

- Cooperação intergovernamental e assistência técnica em projectos-piloto ligados ao desenvolvimento do turismo sustentável, localizados em zonas críticas da Albânia, Roménia, Eslováquia, Ucrânia Látvia e Bielo-Rússia.
- Conferências e grupos de trabalho que foram desenvolvidos em vários estados membros.

As medidas desenvolvidas por este organismo influenciaram as políticas nacionais nos diferentes estados membros assim como surtiu efeito a nível do sector privado. Na Europa existem também várias associações de âmbito diverso que têm vindo a assumir um papel fundamental na implementação do turismo sustentável. Algumas das organizações são de âmbito internacional, como é o caso da WTO, UNESCO e UNEP IE (ver Quadro 3). Existem ainda inúmeras iniciativas que surgem no sector privado e que são bastante pertinentes a nível da implementação de medidas ligadas ao turismo sustentável, principalmente a nível da hotelaria.

¹⁹ Na colecção “environmental encounters” encontram-se algumas obras de referência como é o caso da publicação “Sustainable Tourism, Environment and Employment Proceedings of an International Conference, Berlin October 2000”, editada em 2002.

Quadro 3: Organizações envolvidas no turismo sustentável a nível europeu	
<i>Europar</i>	É a organização europeia que está ligada às áreas protegidas, em 1993 desenvolveu a carta com algumas recomendações para o turismo sustentável, também designada “Loving them to death?” em 1993 e mais tarde, em 1999 a “Carta Europeia para o desenvolvimento do Turismo Sustentável em Áreas Protegidas” destinada aos gestores de áreas protegidas, à indústria turística nos destinos e aos operadores turísticos e empresas de transporte.
WWF <i>PAN Parks</i>	Esta organização criou uma marca de qualidade com os seguintes princípios: i) expandir uma rede de áreas protegidas bem geridas; ii) áreas que são amplamente conhecidas pelos europeus como capital natural e das quais têm orgulho; iii) locais de interesse para turistas e amantes da natureza; iv) muito apoio público e político para as áreas protegidas; v) mais receitas para parques, mais rendimentos para residentes de áreas rurais. Esta organização tem como objectivo conseguir mais financiamento para áreas protegidas.
WTTC	Tem alojado no seu site a Eco-net que já foi referida anteriormente
UNESCO, UNEP IE	Esta organização está sediada em França (Paris) tendo produzido algumas publicações muito utilizadas na Europa como referências tais como a “Ecolabel”.
IUCN “ <i>parks for life</i> ”	Fundada em 1948, <i>The World Conservation Union</i> junta estados, agências governamentais e um número variado de organizações não governamentais tendo 980 membros estando espalhada por 140 países. A divisão europeia está sediada na Suíça. Esta organização trabalha ao nível do desenvolvimento sustentável e colaborou em vários projectos desenvolvidos na Europa ligados ao turismo sustentável, destacando-se o seu contributo para a “Carta Europeia para o Turismo Sustentável em Áreas Protegidas” (IUCN, 2003).
<i>Tourism concern</i>	É uma organização britânica fundada em 1989. Tem como objectivo promover um turismo justo e desenvolvido com ética (Tourism Concern, 2003).
WTO	Sediada em Madrid, esta organização exerce uma forte influência a nível da implementação do turismo sustentável na Europa (WTO, 2003), por exemplo, a carta mundial para o turismo sustentável (1995) foi usada como bibliografia de referência para o desenvolvimento da rede Natura 2000

Fonte: *Tourism Concern* (2003); IUCN (2003); WTO (2003a); Blangy e Vautier (2001)

Outra medida que a União Europeia tem vindo a desenvolver no âmbito da sustentabilidade centra-se no desenvolvimento de um rótulo ecológico. Trata-se de uma forma de certificação que informa o turista ou o consumidor de que o produto ou actividade estão a ser desenvolvidos de acordo com certos padrões standardizados e que preservam o ambiente ou pelo menos minimizam os impactes ambientais. Este rótulo ecológico europeu não tem aplicação exclusiva aos produtos turísticos. Em 17 de Julho o Conselho e o Parlamento Europeu fizeram sair o Regulamento nº 1980/ 2000, onde é indicado que o rótulo ecológico é aplicável a produtos que geralmente são vendidos em grande quantidade ao consumidor final, tendo geralmente um elevado impacte ambiental, e assim um substancial potencial de melhoria do ambiente.

Este rótulo aplica-se a produtos bastante variados como detergentes, computadores portáteis, calçado, etc. Em 14 de Abril de 2003 a Comissão estabeleceu os critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico comunitário a serviços de alojamento turístico (Jornal oficial nº L 102 de 24/04/2003).

3.3.2 - O turismo sustentável em Portugal

Em Portugal existem algumas entidades que têm influência a nível da implementação do turismo sustentável, distinguindo-se a Direcção Geral de Turismo (DGT), o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) e a Direcção Geral do Ambiente (DGA).

A legislação que existe especificamente na área do Turismo Sustentável, diz respeito à Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de Agosto de 1998, que estabelece a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), ao Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, ao Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de Fevereiro e ao Decreto regulamentar nº 2/99 de 17 de Fevereiro que estabelecem para as Áreas Protegidas uma nova oferta turística baseada nos princípios do turismo sustentável.

O PNTN aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas, visa a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços encerram, especificando-se para uma actividade turística, sob a denominação "Turismo de Natureza", e propiciando a criação de produtos turísticos adequados.

A estratégia de implementação do PNTN assume a necessidade de consagrar a integração e sustentabilidade de quatro vectores:

- Conservação da natureza;
- Desenvolvimento local;
- Qualificação da oferta turística;
- Diversificação da actividade turística.

São objectivos do PNTN, entre outros, os seguintes:

- Compatibilizar as actividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local, respeitando as respectivas capacidades de carga;
- Promover no interior das Áreas Protegidas a instalação e o funcionamento de “casas de natureza”, como infra - estruturas de alojamento que, não sendo as únicas nas Áreas Protegidas, delas serão exclusivas;
- Promover a criação de infra-estruturas e equipamentos necessários às actividades de turismo de natureza que salvaguardem a sua adequada integração;
- Instalação em cada Área Protegida de centros de recepção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco-museológicos e de sinalização adequada às funções de recepção, informação, interpretação e visitas turísticas;
- Incentivar práticas turísticas, de lazer e de recreio não nocivas para o meio natural e compatíveis com a sua preservação;
- Fomentar actividades que contribuam para a sensibilização e educação ambientais dos visitantes e da população em geral;
- Promover os produtos de base local e a sua comercialização;
- Incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística (Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, 1998).

O Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de Fevereiro estabelece as casas de natureza como uma nova forma de oferta turística para as Áreas Protegidas e visa modalidades de serviços de hospedagem em casas de natureza e actividades de animação ambiental²⁰.

Este DL estabelece ainda, que os processos respeitantes à instalação de casas de natureza são reguladas pelo regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares, (competindo às Câmaras Municipais o respectivo licenciamento).

²⁰ O Decreto regulamentar nº 2/99 de 17 de Fevereiro estabelece os requisitos das instalações e do funcionamento das casas de natureza. O Decreto-Lei nº 56/ 2002 de 11 de Março, produz alterações no DL 47/99 de 16/2 que regula o Regime Jurídico do Turismo de Natureza. Estas alterações advêm da necessidade de compatibilizar aquele regime jurídico com o novo regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo DL 555799 de 16-12 (com as alterações introduzidas pelo DL 177/2001 de 4-6).

O Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto regulamenta o designado “Turismo de Natureza” com o intuito de valorizar e potenciar os recursos dos espaços inseridos na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

O Decreto-Lei nº 19/93 regulamenta o sistema nacional de áreas protegidas. A implementação e regulamentação de um sistema nacional de áreas protegidas prossegue objectivos públicos. As áreas protegidas visam a prossecução, entre outros, dos seguintes objectivos:

- A preservação das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;
- A investigação científica indispensável ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos e o estudo e a interpretação de valores naturais;
- A protecção e a valorização das paisagens que, pela sua diversidade e harmonia, apresentem interesses cénicos e estéticos dignos de protecção;
- A promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade de vida das populações;
- A valorização de actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural. (Decreto-Lei nº 19/93, 23 de Janeiro)

As áreas protegidas são de interesse nacional, regional ou local, dependendo dos interesses que se procuram salvaguardar. As áreas protegidas de interesse nacional abrangem as categorias de Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural. As áreas protegidas de interesse regional ou local, classificam-se como Paisagem Protegida. Existem ainda áreas protegidas de estatuto privado designadas por Sítio de Interesse Biológico (Decreto-Lei nº19/93, de 23 de Janeiro).

Em 2000 surge o Decreto-Lei nº 204/2000 que define as empresas de animação como sendo as empresas que tenham por objecto a exploração de actividades lúdicas, culturais, desportivas ou de lazer, que contribuam para o desenvolvimento turístico de uma determinada região e não se configurem como empreendimentos turísticos,

estabelecimentos de restauração e de bebidas, casas de natureza e agências de viagens e turismo (Art.2º). Entre as actividades que estas empresas podem exercer destacam-se actividades que se desenvolvem na natureza e muitas vezes em áreas protegidas: centros equestres e hipódromos destinados à prática de equitação desportiva e de lazer, instalações e equipamentos de apoio à prática de *windsurf*, *surf*, *bodyboard*, *wakeboard*, esqui aquático, vela, remo, canoagem, mergulho, pesca desportiva e outras actividades náuticas, instalações e equipamento de apoio à prática de espeleologia, do alpinismo, do montanhismo e de actividades afins (onde se inclui o pedestrianismo), instalações e equipamentos destinados à prática de pára-quedismo, balonismo, parapente, instalações e equipamentos destinados a passeios de natureza turística em bicicletas ou outros veículos de todo-o-terreno (Art. 3º).

Para além do PNTN, da legislação sobre Casas de Natureza, Empresas de Animação Turística e da legislação sobre Áreas Protegidas, existem outros instrumentos legislativos que, embora não sendo específicos da vertente do turismo sustentável, condicionam fortemente o desenvolvimento desta actividade.

Um destes instrumentos legislativos é a Reserva Ecológica Nacional (Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de Março). A REN constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas²¹. Outro instrumento legislativo é a Reserva Agrícola Nacional (Decreto-Lei nº 196/89 de 14 de Junho) que visa defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura, de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correcto ordenamento do território²².

²¹ A REN abrange zonas costeiras e ribeirinhas, águas interiores, áreas de infiltração máxima e zonas declivosas. Nas áreas incluídas na REN são proibidas acções de iniciativa pública ou privada que se traduzem em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal.

²² As áreas da RAN são constituídas por solos das classes A e B, bem como por solos de baixas aluvionares e coluviais. Estas áreas devem ser exclusivamente afectas à agricultura, sendo proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas.

A Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87 de 7 de Abril) é outro documento a ter em consideração dado que define as bases da política de ambiente, a qual tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado. A Lei de Bases do Ambiente apresenta as componentes ambientais naturais – o ar, a luz, a água, o solo vivo e o subsolo, a flora e a fauna, assim como assegurar a defesa da qualidade dessas componentes. Esta questão assume uma importância relevante para o turismo sustentável, visto as componentes ambientais naturais enunciadas pela Lei de Bases do Ambiente serem o suporte básico deste produto turístico.

Documento		Data
Resolução do conselho de Ministros nº 112/98	Programa Nacional de Turismo de Natureza (estabelecem para as áreas protegidas uma nova oferta turística baseada nos princípios do turismo sustentável)	25 de Ago.
Dec.-Lei nº 18/93		23 de Jan.
Dec. Regulamentar nº 2/99		17 de Fev.
Dec. Regulamentar nº 18/99		27 de Ago.
Dec.-Lei nº 47/99	Casas de Natureza	16 de Fev.
Dec. Regulamentar nº 2/99		17 de Fev.
Dec.-Lei nº 56/2002		11 de Março
Dec.-Lei nº 19/93	Regula o sistema nacional de Áreas Protegidas	23 de Jan.
Dec.-Lei nº 204/2000	Empresas de Animação	1 de Set.
Dec.-Lei nº 93/90	Reserva Ecológica Nacional	19 de Mar.
Dec.-Lei nº 196/89	Reserva Agrícola Nacional	14 de Jun.
Lei nº 11/87	Lei de Bases do Ambiente	7 de Abr.

A nível do sector privado começam a surgir inúmeras iniciativas, algumas com algum pioneirismo a nível internacional, como é o caso da certificação ambiental da Praia da Falésia, em Vilamoura. Esta praia concessionada ao Grupo Lusotur recebeu a atribuição pela SGS- ICS, entidade acreditada pelo Instituto Português de Qualidade (IPQ), da certificação ambiental ISO 14001 em 2003 (Publituris, 2003).

Para a Liga para a Protecção da Natureza (Alho, 2003) o conjunto de instrumentos fundamentais instituídos no plano formal ao longo dos anos para garantirem a salvaguarda dos valores naturais do país não têm conseguido transpor para o domínio operacional os objectivos que justificam a sua aprovação. Para esta entidade a solução para este problema

passa por uma descentralização desta problemática do Instituto da Conservação da Natureza para uma gestão integrada, onde devem participar outros agentes da administração, assim como a iniciativa privada e os cidadãos.

3.4 - A percepção do homem face aos riscos ambientais e à sustentabilidade

Como verificámos nos capítulos anteriores, existe cada vez mais uma preocupação em operacionalizar medidas ligadas ao desenvolvimento sustentável e mais especificamente ao turismo sustentável. Mas será que no quotidiano as pessoas têm noção dessas problemáticas e que medidas estão a ser tomadas para fazer face a esta questão?

Kuhnen, (2001 citando Lefebvre, 1991 e Heller, 1977, 1989) afirma que “o mundo humano não se define somente pela totalidade da sociedade global, pela história e pela cultura, ou ainda pelas superestruturas políticas permeadas de ideologia, mas também pela mediação da vida quotidiana, não sendo possível conhecer a sociedade envolvente sem conhecer a vida quotidiana, assim como não é possível conhecer a quotidianidade sem o conhecimento crítico da sociedade. Lefebvre vê na quotidianidade o perfil do mundo moderno urbano, que se configura como um mundo de manipulações. Para ele a ideologia instala-se sobre a realidade vivida como um mecanismo que escamoteia os verdadeiros interesses das pessoas e que são travestidos em representações enganosas de sua efectiva situação. Essa arrebatadora capacidade é exercida em função da situação desprotegida da quotidianidade, da realidade mais concreta de vida dos indivíduos. Em Heller (1989) o quotidiano tem como forte característica a rotina que, por sua vez, impõe às pessoas a necessidade imediata de uma reacção que pode apresentar-se fragmentada em sua espontaneidade, no pragmatismo e na generalização ou preconceito, culminando em alienação dos sujeitos. Entretanto a possibilidade de escapar das amarras quotidianas pode se dar pelo que Heller chamou de "dimensão humano-genérica", onde há a superação dialética da particularidade e as acções visam o bem comum e não o benefício individualizado”.

Ampliando o estudo da constituição dos sujeitos, outra dimensão se apresenta. Vê-se que uma existência psico-social constitui-se também numa dimensão física, que ocupa um lugar, um espaço com propriedades específicas onde vai desenvolver suas actividades e manter relações sociais. Se observarmos a humanidade ao longo dos tempos, verificamos que a forma como nos relacionamos com o meio físico comprova a versatilidade humana de mudar perante o mundo. Esse percurso histórico referido, nos primeiros capítulos deste relatório, permite-nos compreender algumas atitudes actuais. Por exemplo, na Europa verificamos que existe uma visão instrumentalista face à natureza que vem fomentando acções de delapidação da natureza que vão em certa medida contra os princípios de sustentabilidade que são exigidos actualmente. Da mesma forma verificamos que na sociedade civil vigora também uma atitude instrumentalista face à natureza. Segundo Kaiser *et al* (2003) as pessoas não tencionam danificar o ambiente, mas aceitam o dano ambiental como uma consequência de um acto. Por exemplo, a poluição causada pela deslocação de uma pessoa à mercearia de carro é vista como uma consequência da necessidade de conforto.

Para se avaliar o comportamento ecológico têm-se desenvolvido vários estudos com base em inquéritos. Kaiser *et al.* (2003) tentaram desenvolver um método para avaliar os impactes ambientais, tendo como base uma listagem de comportamentos relacionados com bens e serviços. Os autores utilizaram uma escala com 65 itens ligados a seis domínios²³:

- Conservação de energia;
- Mobilidade e transportes;
- Evitar desperdício;
- Consumismo;
- Reciclar;
- Comportamentos variados e sociais ligados à conservação.

²³ Contudo os autores verificaram que as alternativas ecológicas oferecidas em cada item não correspondiam sempre a um comportamento mais ecológico na medida em que podiam também ter consequências negativas, o que indica que se deve ter alguma precaução a utilizar estas escalas.

Rees e Wackernagel, (s.d. citado por Quercus, 2003) com base no princípio de que a sobrevivência do homem depende da existência de alimentos, de uma fonte constante de energia, da capacidade de os vários resíduos produzidos serem absorvidos e, assim, deixarem de constituir uma ameaça, bem como da disponibilidade de matérias-primas para os processos produtivos, criaram o conceito de “pegada ecológica” (ASPEA, 2003). Visto que durante as últimas décadas a população e o consumo têm vindo a aumentar significativamente, avaliar até que ponto o impacto da actividade humana já ultrapassou o limite é essencial, pois só assim somos capazes de avaliar se vivemos de forma sustentável (Quercus, 2003).

Estes autores basearam-se em conceitos como a “capacidade de carga” e desenvolveram uma técnica que permite calcular a área de terreno produtivo necessária para sustentar o nosso estilo de vida. Esta técnica calcula a área de terra necessária para qualquer actividade humana, tanto directamente (o espaço ocupado por prédios e infra-estrutura) quanto indirectamente (incluindo o espaço necessário à agricultura e à assimilação de resíduos). A “Pegada ecológica” permite, de uma forma simples, medir os impactos ecológicos das actividades humanas, ao nível das casas, do município, do país ou do planeta. Segundo um relatório da WWF (*World Wildlife Found*) intitulado “Planeta vivo 2002” de entre uma listagem de 164 países Portugal detém a 24ª maior “pegada ecológica” a nível mundial (Público, 2000).

Estas análises permitem estimar o consumo de recursos e a necessidade de assimilação de resíduos de uma população humana definida. Levando em consideração os fluxos de energia, matéria e recursos, este indicador converte ainda conceitos complexos de capacidade de carga, sustentabilidade e uso dos recursos, em gráficos e informações matemáticas. Com base nesta técnica foi também criada a “pegada ecológica pessoal”²⁴ e que se estende pelos seguintes itens:

- Alojamento;
- Alimentação;
- Transportes;
- Consumo;

²⁴ Uma adaptação da pegada ecológica que permite calcular o pegada ecológica individual de cada pessoa.

- Resíduos.

A nível do turismo e da sua relação com a sustentabilidade têm surgido algumas cartas com referência à necessidade de um comportamento sustentável por parte do turista. Argumenta-se muitas vezes que o turista adopta comportamentos mais ambientalmente sensíveis quando desenvolve actividades de turismo de natureza. No entanto, estas afirmações não estão fundamentadas em estudos científicos. E estudos ligados à psicologia educacional indicam de que é muito difícil mudar o comportamento humano (Orams, 1997). Em estudos sobre a sensibilidade ambiental verifica-se frequentemente que as atitudes são mais favoráveis ao ambiente do que os comportamentos efectivos dos inquiridos (Woeller e Saretzki citado por Kastenholz, 2002).

Segundo Orams (1997) se o turismo de natureza pretende fornecer um contributo positivo, os operadores devem adoptar programas educacionais desenvolvidos cuidadosamente que incorporem lições do campo da psicologia educacional. Este autor desenvolveu um estudo em Tangalooma, Austrália. Neste *resort* os turistas podiam dar comida, à mão, aos golfinhos. No programa educacional foram usadas técnicas ligadas à psicologia cognitiva e a teorias de aprendizagem com o intuito de inculcar conhecimentos e atitudes ambientais nos visitantes. Neste estudo efectuou-se ainda uma comparação com um grupo de controle que não foi exposto à aprendizagem. Os turistas que usufruíam do programa de educação mudaram o seu comportamento tornando-se mais amigos do ambiente ou “verdes”. Assim, verificou-se que a interacção com os golfinhos, combinada com um programa de educação bem estruturado, levou a algumas mudanças positivas no comportamento dos participantes.

Isto mostra que o turismo também pode dar um contributo para a sustentabilidade global ao levar as pessoas a tomarem consciência de certas problemáticas ligadas à sustentabilidade. Se por um lado as pessoas começam cada vez mais a ter consciência das problemáticas ambientais e procuram formas de turismo mais ligadas à natureza, a verdade é que a indústria também pode ter um papel activo na educação do turista.

Conclusão

O desenvolvimento sustentável do turismo pode ser definido como o “encontro entre as necessidades presentes do turista e das regiões hospedeiras, ao mesmo tempo que protege e providencia oportunidades para o futuro” (WTO, 2003).

A preocupação com a sustentabilidade do planeta é um fenómeno que cada vez mais tem vindo a ganhar expressão. A sustentabilidade não é uma preocupação exclusiva do turismo. No entanto, a exigência tem vindo a tornar-se uma das questões centrais da actividade nos últimos anos.

O turismo sustentável não deve ser visto apenas na óptica da actividade mas num contexto mais global. O turismo pode ser um catalizador do desenvolvimento sustentável, no entanto, também está dependente de outros esforços ligados a uma sustentabilidade mais abrangente como, por exemplo, a poluição de outras indústrias.

Na Europa e em Portugal têm-se vindo a fazer esforços para implementar medidas que tornem a indústria turística sustentável. A União Europeia criou várias medidas a serem implementadas nas áreas protegidas, de onde se destaca o recente “Grupo para o turismo sustentável” e a implementação de um rótulo ecológico que não se restringe somente à indústria do turismo. Em Portugal foi implementado o Programa Nacional de Turismo de Natureza, criou-se legislação ligada às empresas de animação turística que desenvolvem frequentemente actividades com incidência no espaço natural, como é o caso das empresas de desportos radicais e de actividades de ecoturismo.

Na generalidade, termos como turismo de natureza e ecoturismo têm vindo a ser usados como relacionados com a preocupação crescente do fenómeno da sustentabilidade. O turismo de massas pode ser tão sustentável como algumas das novas formas de turismo. No entanto, nem todas as novas formas de turismo levam necessariamente à sustentabilidade. Nenhuma forma de turismo pode ser sustentável se não houver um planeamento adequado, uma gestão, monitorização e avaliação criteriosa das actividades e das suas consequências. O turismo baseado na natureza só será sustentável se o comportamento dos agentes

responsáveis pelo turismo, os gestores e os turistas desenvolverem comportamentos responsáveis de carácter ético, económico e ambiental.

A sustentabilidade também tem que ser vista numa óptica social, no quotidiano das pessoas. Como verificámos no capítulo 1 do relatório, na civilização ocidental as pessoas têm uma percepção instrumentista da natureza. A exigência da sustentabilidade tem vindo a surgir em todos os sectores da sociedade e também no quotidiano das pessoas. Começam agora a ser desenvolvidos estudos sobre o comportamento ambiental nesta perspectiva.

No contexto da nova consciência em relação à sustentabilidade verifica-se também que há muitas pessoas que procuram o ambiente natural, e com isso, para além da gestão do ambiente natural e dos fluxos turísticos torna-se necessário educar o próprio turista. Os operadores que trabalham com o turismo de natureza podem recorrer a programas educacionais que permitem inculcar conhecimentos e atitudes ambientalmente correctas nos turistas. Estes programas, além de beneficiarem as áreas que estão a ser visitadas, ainda podem induzir os turistas a terem um comportamento mais ambientalmente favorável no seu quotidiano. Desta forma, se o turista começa a ter uma maior sensibilidade para procurar o ambiente, a indústria do turismo pode também assumir um papel activo na educação ambiental do turista.

Capítulo 4- O Trilho Pedestre

Introdução

Como vimos nos capítulos anteriores, nos últimos anos tem surgido uma grande preocupação com a preservação do ambiente natural. Esta preocupação levou por um lado à emergência do fenómeno da sustentabilidade e por outro a uma crescente procura da natureza para o desfrute de actividades de lazer, recreio e turismo.

O “trilho pedestre” desenvolve-se no meio natural e vai de encontro a esta crescente procura da natureza no âmbito turístico. O pedestrianismo efectuado em trilhos devidamente sinalizados (de acordo com normas nacionais ou internacionais) apresenta alguma tradição em vários países europeus. Em Portugal, no entanto, só em 1997 é que o primeiro trilho foi homologado (com normas pré-estabelecidas por um organismo oficial). Desde então têm surgido inúmeras entidades que pretendem desenvolver este tipo de infraestrutura.

Neste capítulo vamos abordar a história das caminhadas e a definição de pedestrianismo. Também vamos fazer uma caracterização do trilho a nível Europeu, em Inglaterra, em França e em Portugal. Em seguida iremos debater a ligação entre o trilho pedestre e o turismo bem como os impactes causados pelo pedestrianismo.

4.1- História das caminhadas

Segundo Massada (2001) “o bipedismo permanente libertou as mãos da função locomotora, permitindo o desenvolvimento de acções manipulativas delicadas. O aperfeiçoamento tecnológico utilizado no fabrico dos instrumentos, a diversificação da dieta, a estruturação social cada vez mais complexa e o aumento da inteligência, também poderão ser considerados como resultantes dessa postura bípede tão pouco usual entre os animais vertebrados cuja vida se desenrola em solo firme. Nos estudos antropológicos, os dados que evidenciam a aquisição do bipedismo reportam-se fundamentalmente ao estudo de fósseis esqueléticos, principalmente dos membros inferiores e da pélvis, assim como a observação de pegadas fossilizadas. O material esquelético mais antigo recolhido até hoje provém de fósseis ósseos da região de *Haddar* na Etiópia e de pegadas fossilizadas encontradas em *Laetoli* na Tanzânia. Enquanto as estruturas esqueléticas de *Haddar* foram datadas como tendo cerca de 3 a 3,6 milhões de anos, as pegadas foram feitas, numa região vulcânica, há cerca de 3,75 milhões de anos. O bipedismo é claramente uma conquista hominídea, sendo talvez a primeira e a mais importante conquista evolutiva dos hominídeos²⁵”.

Caminhar é uma actividade universal do ser humano (Solnit, 2000). Não existe uma história específica do caminhar e durante muito tempo esta actividade significou apenas o único método de o homem se deslocar de um lado para o outro (O’Hehir, 2000). Mas caminhar também se tornou um acto de reflexão. Para Solnit (2000) reflectir desta forma teve o seu início com os filósofos gregos – apesar de ninguém saber onde é que eles caminhavam para pensar.

Na idade média era usual fazer-se caminhadas, e estas eram vistas como algo terapêutico que fazia bem à saúde (Solnit, 2000). As caminhadas eram efectuadas apenas em jardins dentro de perímetros delineados; sair desses locais era considerado perigoso e podia até ser considerado como um acto criminoso (Edensor, 2000). Os movimentos eram todos

²⁵ “Hominídeos: família de mamíferos primatas superiores, da qual faz parte o homem actual (*Homo sapiens*) e todas as outras espécies extintas, como por exemplo os *Australopithecus*, os *Neanderthianos* e os *Pitecantropos*” (Nova Enciclopédia Portuguesa, 1991)

condicionados pela lei feudal. Segundo Inskip (1991) as primeiras grandes caminhadas na Europa têm a sua origem nas peregrinações religiosas.

Só com o aparecimento dos transportes baratos, acessíveis ao público em geral e com a institucionalização da semana de trabalho repartida com o tempo para lazer é que o acto de caminhar surge com objectivos estéticos e ideológicos (Edensor, 2000). A arte de caminhar por lazer surgiu no período romântico²⁶, surgindo com este movimento o fascínio pela natureza (nativismo) evidenciando-se no respeito pela mata, valorização da fauna e da flora e na ligação deste ambiente a uma aura de mistério. Neste período o acesso à natureza democratizou-se. Em França surge a figura do filósofo caminhante – Jean Jaques Rosseau - influenciador das ideias românticas iluministas e do “mito do bom selvagem” (Solnit, 2000). Rosseau (citado por Solnit, 2000) no seu livro “Confissões” afirma que “posso meditar apenas quando estou a caminhar. Quando paro, paro de pensar; a minha mente só funciona com as minhas pernas.” Soren Kierkegaard (1813- 1855) é outro filósofo que sempre associou caminhar ao acto de pensar. Mas este escolheu as ruas da sua cidade, Coopenhaga, para praticar esta actividade²⁷(Solnit, 2000).

Nos EUA, Thoreau (1817, 1862 citado por Worpole, 2001) tornou-se o mentor da ideia de que a vida, de uma forma metafórica, deveria ser vista como uma caminhada pelo campo. Este autor também é um grande defensor do “mito do bom selvagem”.

Na Alemanha caminhar tomou percussões quase místicas tendo sido publicado um livro – “*The walk*” de Robert Walser em 1917 – que reflecte esta atitude. Em Inglaterra surge Wordsworth considerado por Wallace (1993, citado por Edensor, 2000) como o progenitor da caminhada romântica. Este poeta ocupou grande parte da sua vida a caminhar pelo campo por mero lazer ou apenas para encontrar inspiração para o seu trabalho (Malachuck,

²⁶ Romantismo é um movimento cultural e estético da primeira metade do século XIX. Provavelmente teve o seu início na Escócia, Inglaterra e Alemanha, países europeus mais desenvolvidos, mas é na França, a partir do fim do século XVIII, mais precisamente a partir da Revolução Francesa de 1789, que o novo movimento ganha proporções revolucionárias (Brians, 1998).

²⁷ “Above all, do not lose your desire to walk. Every day I walk myself into a state of well-being and walk away from every illness. I have walked myself into my best thoughts, and I know of no thought so burdensome that one cannot walk away from it ... if one just keeps on walking, everything will be all right” (Kierkegaard citado por Solnit, 2001)

2002). Este poeta faz referência à necessidade de escape do meio urbano para o meio rural que continua a ser uma preocupação na actualidade (Edensor, 2000).

Este crescente interesse pela natureza evidenciado pelos escritores e filósofos chegou ao público em geral e têm vindo a aparecer associações de pedestrianismo para organizar e defender os direitos dos adeptos desta modalidade. Mais tarde analisaremos, em maior pormenor, o caso Inglês, Francês e Português.

4.2- Definição de Pedestrianismo e Trilho Pedestre

4.2.1- Pedestrianismo

Existem algumas modalidades de lazer que têm como base caminhar. Caminhar é uma actividade que fazemos diariamente, caminhamos para nos deslocarmos de um lado para o outro, para desenvolvermos grande parte das nossas tarefas quotidianas. No entanto, também o podemos fazer com o intuito de desenvolver certas actividades de lazer e onde o acto de caminhar se torna a modalidade central. O pedestrianismo é a mais básica das actividades ao ar livre, mas apesar de estar conotado com o montanhismo, pode igualmente desenvolver-se nas terras baixas dos vales e zonas costeiras (DESNÍVEL, 2003).

O pedestrianismo pode ser definido como o trajecto a pé de trilhos sinalizados, que na sua maioria se situam no meio da natureza (Manso, 2002). No entanto, pode desenvolver-se em percursos não sinalizados (Gonçalves, 2002). Pode ser praticado em percursos de pequena distância, com a duração de algumas horas, mas também pode estender-se por longas distâncias implicando a necessidade de acampar, actividade que internacionalmente se designa de *Trekking*. Também o grau de dificuldade pode variar segundo o traçado, podendo-se caminhar pela montanha, atravessar rios ou ultrapassar zonas escarpadas, implicando um maior esforço físico. “A diferença entre o montanhismo e o pedestrianismo centra-se no seu objectivo. Enquanto o alpinista estabelece uma meta, que tanto pode ser alcançar um cume ou realizar uma determinada travessia, o pedestrianista não tem uma meta fixa. O caminho é um meio, não um fim.” (Serrão, 1997). O montanhismo exige do

praticante uma óptima forma física e conhecimentos técnicos específicos, enquanto que para a prática de pedestrianismo não são necessárias aprendizagens nem técnicas específicas.

Segundo Gonçalves (2002) O que distingue o pedestrianismo de outras actividades similares é o facto deste se desenvolver em caminhos previamente sinalizados com marcas e códigos internacionalmente reconhecidos e aceites.

Segundo a associação DESNÍVEL (2003) “a terminologia estrangeira é frequentemente usada na actividade. Em Portugal era comum nos anos oitenta o uso do termos francês *randonné*, que tanto pode designar a caminhada como a travessia, mas que é mais frequentemente aplicado à caminhada, sendo uma travessia designada por *grand randonné*. Os espanhóis fazem derivar de *sendero* (trilho) o termo *senderismo*, que à semelhança do *randonné* define por norma a marcha diária. Franceses e espanhóis acabam por recorrer ao termo inglês *trek* para referir uma marcha de vários dias, com dormidas intercalares”. Os termos de origem aglo-saxónica são os termos mais divulgados, no entanto, existem vários termos para definir uma marcha diária. Assim, temos a designação frequente de *walk* para os ingleses e uma designação de *hike* para os americanos.

Para Kay e Moxham (1996 citados por Edensor, 2000) caminhar por lazer pode ser dividido em dois grupos:

- Um designado pelos termos *sautering*, *ambling*, *strolling*, *plodding*, *promenading*, *wandering* e *roaming* e que se caracteriza por formas casuais de caminhar que tem um grau de dificuldade muito fácil e que podem juntar espontaneamente grupos com capacidades físicas variadas;
- Outro designado pelos termos *marching*, *trail-walking*, *trekking*, *hiking*, *hill-walking*, *yomping* e *peak-bagging*, actividades desenvolvidas com menos frequência e que implicam muitas vezes planeamento.

O pedestrianismo é uma actividade que se enquadra entre o lazer e o desporto, em que as rotas na generalidade são definidas tendo em consideração aspectos paisagísticos, culturais e históricos (Gonçalves, 2002). O pedestrianismo tem subjacente o contacto com a

natureza, mas além deste aspecto pode juntar-se também o contacto com as populações locais e a inerente troca cultural que resulta do convívio.

4.2.2- Trilho Pedestre

“Os percursos pedestres sinalizados são os estádios para a prática do pedestrianismo” (Gonçalves, 2002). Andar por caminhos é uma actividade ancestral, sendo tão antiga quanto o homem. Para Moreira (1975) “ignora-se quais os caminhos que existiram no mundo, ao alvorecer da humanidade, deles não restou nenhum vestígio, por simples que fosse...os meios de transporte e as características dos caminhos usados por todos os povos, até ao século XIX, mantiveram-se sempre os mesmos. Somente se modificaram com o advento de novas técnicas que foram surgindo para o revestimento dos caminhos de terra batida”.

Não existe uma história específica do pedestrianismo. O Caminho de Santiago pode ser considerada das rotas mais antigas conhecidas na Europa. No entanto, a actividade como é conhecida actualmente começou em França há quase cinco décadas quando os primeiros percursos foram sinalizados. Em seguida, muitos países europeus seguiram o exemplo francês (Serrão, 1997). Também Portugal adoptou a sinalização sugerida pelos franceses.

Para Serrão (1997) os caminhos pedestres devem ter as seguintes características:

- Sempre que possível evitam-se estradas asfaltadas ou as vias de comunicação transitáveis por veículos motorizados;
- O percurso faz-se sempre a caminhar, não se utiliza qualquer meio mecânico nas deslocações. Avança-se por caminhos carreiros, veredas, azinhagas, caminhos florestais, etc;
- Não se evitam núcleos de população, sejam eles casas rurais isoladas, aldeias ou cidades;
- Procura-se a passagem por zonas de interesse paisagístico natural, social, histórico, monumental ou cultural.

4.3- O trilho pedestre na Europa

O trilho pedestre é uma infra-estrutura que nos últimos anos tem vindo a merecer alguma atenção a nível da União Europeia. Em alguns países membros já existe uma longa tradição na implementação desta infra-estrutura, noutros a implementação começou a efectuar-se durante a década de 90. É também o caso de Portugal, onde o primeiro trilho sinalizado (com normas institucionalizadas) surgiu em 1997. Um dos caminhos mais antigos da Europa, o Caminho de Santiago, considerada a Rota Cultural da Europa, mereceu a atenção do Concelho da Europa, que lançou em 1987 uma declaração que apelava à revitalização do caminho (ver Quadro 5). No programa LEADER (que tem como intuito a revalorização dos espaços rurais) o “trilho pedestre” surge como uma ferramenta “que pode inserir-se plenamente num estratégia de desenvolvimento sustentável (Kouchener e Lyard, 2000). Actualmente, a União Europeia através do Comité das Regiões tem vindo a apelar aos países membros para a abertura dos caminhos e para a acessibilidade do espaço rural às práticas de lazer e de turismo (Passionrando, 2003).

Quadro 5: Texto da Declaração Europeia referente ao Caminho de Compostela (CE-Declaração de 23.11.87)

O Concelho da Europa propõe hoje a revitalização de um dos caminhos, aquele que conduz a Santiago de Compostela. Este caminho, altamente simbólico no processo da construção europeia, servirá de referência e exemplo a acções futuras. Para tal, apelamos às autoridades, instituições e indivíduos, a:

1. Prosseguir o trabalho de identificação dos Caminhos de Santiago em todo o território europeu;
2. Estabelecer um sistema de sinalização dos principais pontos do itinerário através da utilização do emblema proposto pelo Concelho da Europa;
3. Desenvolver uma acção coordenada tendente a restaurar e a valorizar tanto o património arquitectónico como o natural, situados nas proximidades destes caminhos;
4. Lançar programas de animação cultural a fim de redescobrir o património histórico, literário, musical e artístico criado pelas peregrinações a Santiago de Compostela;
5. Promover a implementação de programas de intercâmbio permanente entre as cidades e as regiões situadas ao longo dos caminhos;
6. Estimular, no quadro deste intercâmbio, a criação artístico-cultural contemporânea a fim de renovar esta tradição e testemunhar os valores intemporais da identidade cultural europeia;
7. Que a fé que, ao longo dos tempos animou os peregrinos e, para além das diferenças e interesses nacionais, os reuniu numa aspiração comum, nos inspire hoje, e muito particularmente os jovens, a percorrer estes caminhos, em ordem a construirmos uma sociedade fundada na tolerância, no respeito do outro, na liberdade.

Fonte: Almada (2000)

Em 1969 foi criada na Alemanha uma Federação Europeia do Trilho Pedestre (ERA). Esta Federação tem como objectivo juntar as federações e associações europeias que tenham competências a nível do trilho pedestre, para que estas se conheçam e desenvolvam intercâmbios entre si. A ERA desenvolve essencialmente as seguintes actividades:

- A criação e manutenção de trilhos de âmbito continental (rota E), símbolo da unidade entre nações europeias;
- O desenvolvimento, entre os membros, da consciência de uma verdadeira cidadania europeia, empenho pelo qual deseja um maior reconhecimento por parte das instituições e das autoridades, tanto nacionais como europeias;
- Divulgar a actividade do pedestrianismo e o património cultural que existe ao longo dos trilhos existentes, principalmente das rotas europeias;
- Chamar a atenção para a acessibilidade aos trilhos, uma vez que existem leis diferentes nos países europeus com níveis de restrições diferentes;
- Conseguir apoio activo nos diferentes níveis da sociedade com o intuito de harmonizar as regras que regem a utilização de caminhos.

Actualmente a ERA tem associados mais de 58 organismos que representam mais de 5 milhões de pedestrianistas distribuídos por 26 estados europeus. Em 2001 esta federação reuniu em *Strasbourg* cerca de 50 000 pedestrianistas de toda a União Europeia num encontro designado Euro-Rando, onde foi assinada a Declaração de *Strasbourg* (FFRP, 2003). Esta declaração chama a atenção para a necessidade do livre acesso aos territórios rurais.

Segundo Bloch (2003 citado por Passionrando, 2003) “actualmente a Europa permite-nos passar as fronteiras livremente. Mas nem sempre foi assim. Durante muitos séculos as fronteiras constituíam, ao mesmo tempo, um obstáculo e um local de passagem entre regiões limítrofes. Ao longo dos tempos os caminhos transfronteiriços permitiram a troca de pessoas e de ideias. Este facto foi muito importante para o desenvolvimento económico e cultural da Europa. Por isso torna-se importante recuperar e gerir estes caminhos para que possam voltar a ser frequentados”.

A maior parte dos trilhos pedestres trans-fronteiriços são recentes, cerca de 90% surgiram nos anos 90 e muitos ainda se encontram em fase de concepção. Por exemplo, em Portugal a Rota que atravessa o país ainda não foi totalmente implementada.

Figura 12: Rotas Europeias



Fonte: ERA (2003)

(As Rotas que se encontram a tracejado encontram-se em projecto)

Na Europa existem 11 Rotas transfronteiriças:

E1: da Suécia à Sicília;

E2: da Escócia a Nice;

E3: de Espanha à Bulgária;

E4: do Estreito de Gibraltar à Ucrânia;

E5: da ponta de Itália a Veneza;

E6: da Dinamarca ao Trieste;

E7: da Roménia a Portugal;

E8: da Roménia à Irlanda;

E9: do litoral do Mar do Norte, do Canal da Mancha até à ponta de Portugal;

E10: da Finlândia a Nice;

E11: dos Países-Baixos à Polónia

A ERA possui também um site (<http://www.era-ewv-ferp.org>) que permite aceder a todas as federações europeias associadas facilitando informação a quem pretenda frequentar um trilho na Europa.

4.4- O trilho pedestre em França

4.4.1- Organização do trilho pedestre

França é um país que tem uma longa tradição em caminhos e rotas que vem desde a época da ocupação romana. No entanto, o uso do caminho para fins turísticos e de lazer começou a efectuar-se no início do século XX com o aparecimento dos novos utilizadores designados de pedestrianistas.

Segundo o guia *Chemins* o pedestrianismo surgiu por causa de dois pioneiros da montanha de origem suíça e que tinham uma paixão pelo Mont Blanc. Mas o turismo pedestre desenvolveu-se muito lentamente. O aparecimento das férias pagas em 1936 contribuiu bastante para o fomento desta modalidade. Nesta época o escutismo e os passeios de bicicleta também tinham bastantes adeptos (Toutchet, s.d.).

Começam a aparecer os primeiros clubes de amigos que gostam de andar a pé (Toutchet, s.d.):

- Em 1872, criou-se o primeiro clube de pedestrianismo o *Club Volgien*;
- Em 1874 criou-se o *Club Alpin Français*, com o intuito de facilitar e promover informação sobre as montanhas de França e dos países limítrofes;
- Em 1890, é fundado o *Touring Club de France* por um grupo de ciclistas, sendo também constituído por uma grande secção de excursionistas pedestres em 1904;
- Em 1910, nasceu o *Camping Club de France*.

Depois da Segunda Grande Guerra Mundial verificou-se, em França, um grande desenvolvimento da prática do pedestrianismo. Assim, um grupo de adeptos começou a reflectir sobre o desenvolvimento do turismo pedestre com a implementação da “*Commission de tourism pedestre*” no “*Touring Club de France*”. Em 22 de 1947 foi criado o *Comité National dès Sentiers de Grande Gandonnée* (CNSGR), impulsionado por Jean Loiseau, tendo como fundadores as seguintes entidades (FFRP, 2003):

- O *Touring Club de France*;
- O *Éclaireurs de France*;

- O *Club Alpin Français*;
- O *Club Volgien*;
- O *Auberges de Jeunesse*.

Este comité tinha como ambição implementar uma rede de trilhos pedestres e desenvolver um sistema de albergues-refúgio para apoiar o pedestrianismo ao longo do território francês (FFRP, 2003). Nesta altura não havia nada feito, era necessário começar a balizar os caminhos²⁸. Em 1952 já havia mais de 1000 Km de trilhos pedestres. Para além de desenvolver os itinerários esta associação começou também a tarefa de os divulgar e em 1957 surge o primeiro guia (topo-guide) que descrevia uma parte do “*Tour de l’Île-de-France*” (GR1). Em 1969 a CNSGR recebe a aceitação do Ministério da Juventude e dos Desportos para actividades de ar livre. Em 1971 ganha o estatuto de entidade pública. Em 1972, já existiam mais de 10 000 Km de GR e já se tinham vendido mais de 25 000 guias. Em 22 de Abril de 1978 o *Comité National de Grande Randonnée* torna-se a “Federação Francesa de Trilho Pedestre” (FFRP) e recebe uma aprovação do Ministério do Ambiente pelo seu papel a nível da protecção, da manutenção dos caminhos e salvaguarda do património natural. Para se sinalizar (balizar) os trilhos é necessário seguir-se algumas regras pré-definidas; surge assim, em 1980, a primeira edição da *Chartre du balisage*²⁹.

Em 1985 a Federação muda os estatutos para que estes fiquem em conformidade com os das federações desportivas, neste mesmo ano são criados os comités departamentais e regionais. Em 1992 esta federação envolveu-se numa política de criar parcerias no sentido de obter mais apoios. E para tal foram definidas duas linhas de actuação prioritária:

- Protecção e salvaguarda do património dos caminhos e das rotas em França
- Desenvolvimento da prática do trilho pedestre como actividade de desporto e de lazer em plena natureza.

Foram desenvolvidas parcerias com as empresas: *Gaz de France*, *Ricoré*, *L’express*, *La société Blanchard* e *Epitact*. Mas também mantém uma colaboração com o Instituto de

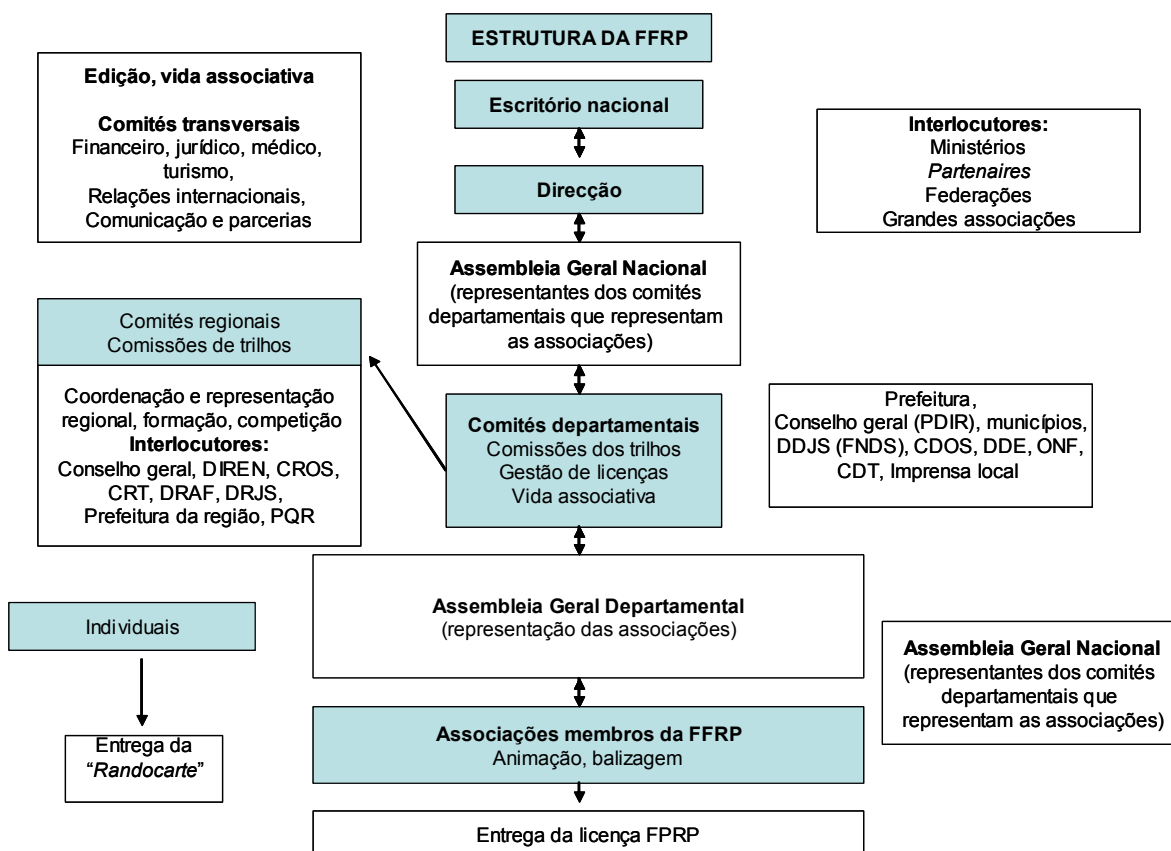
²⁸ . O 1º GR (*Grand Randonnée*) foi inaugurado em 1947 e tornar-se-ia o GR3 (GR do rio Loire), que só foi terminado em 1983. Em 1948 dá-se início ao GR1 e este da região parisiense, é terminado em 1956. Nesta altura é também balizado um caminho com muito prestígio o “*Tour de Mont Blanc*” (GR5).

²⁹ Esta publicação será reeditada em 1995 com a participação do Ministério do Ambiente e com a empresa *Gaz de France*.

Geografia Nacional (IGN), o Organismo Nacional das Florestas (ONF), a Federação de Parques Naturais Regionais e a Federação Nacional de *Gîtes de France* (Bruzek, 2003).

A FFRP é o organismo nacional que coordena todos os aspectos ligados ao trilho pedestre, estando em contacto com as diferentes entidades que operam a nível nacional, regional e local, como é visível no seguinte modelo:

Figura 13: Estrutura da Federação Francesa de Pedestrianismo (FFRP)



Fonte: FFRP (2003)

Esta federação “...tem como objectivo principal o desenvolvimento do trilho pedestre em França, tanto pela sua prática desportiva como pela descoberta, salvaguarda do meio ambiente, o turismo e o lazer. Concretamente visa:

- Suscitar a criação, sinalização, animação e promoção de Itinerários Pedestres de Grande Rota (GR), de passeio pedestre (PR), os caminhos turísticos e os seus equipamentos complementares;

- Estudar todas as questões relativas ao caminho pedestre;
- Intervir no domínio da protecção dos itinerários, por todos os meios legais;
- Representar e defender todos os direitos dos pedestrianistas e das suas associações a nível de entidades públicas e de todos os organismos internacionais;
- Organizar manifestações de lazer ou de competição e estabelecer todas as relações a nível local, nacional e internacional;
- Descentralizar e difundir aos seus membros a documentação necessária ao exercício das suas actividades de acordo com o objectivo da associação;
- Colocar à disposição os meios técnicos e de assistência para a organização das suas actividades, o seu funcionamento administrativo ou as suas relações com os poderes públicos, por exemplo ao nível da formação de animadores de trilho pedestre e da deliberação dos respectivos *brevets*;
- Deliberar uma licença aos pedestrianistas filiados;
- Associar-se consoante o seu desejo às iniciativas ligadas ao acolhimento e alojamento de pedestrianistas;
- De uma forma geral, tomar iniciativa em todas as acções de intervenção que tenham como objectivo o trilho pedestre em todos os seus aspectos.

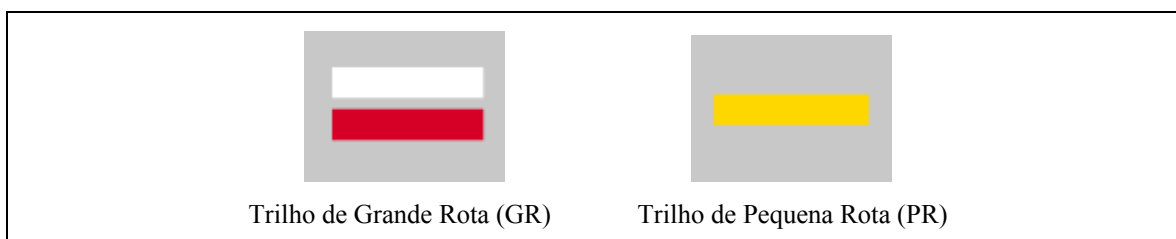
Em França são também ministrados cursos de formação para a actividade de “técnico de trilho pedestre”, existindo actualmente muitos profissionais ligados a esta actividade distribuídos por todo o território.

4.4.2- Recursos para o pedestrianismo

A França possui uma rede de trilhos que cobre todo o país. Actualmente, existem mais de 58 000 km de Itinerários Pedestres de Grande Rota (GR) e 120 000 km de Trilhos Pedestres (PR). A FFRP publica cerca de 150 guias (“*Topoguide*”) com informações acerca dos trilhos pedestres existentes. Esses guias são comercializados e podem ser adquiridos através da FFRP bem como em livrarias. Alguns desses guias foram traduzidos para o inglês (ERA, 2003).

Neste país os trilhos pedestres são balizados com a sinalização descrita na Figura 14. Os “*Sentiers de Grande Randonnée*” com a sigla GR encontram-se sinalizados com uma risca branca e uma vermelha e “*Sentiers de Promenade et de Randonnée*” com a sigla PR estão sinalizados com uma risca branca e uma amarela (FFRP; 2003). Esta sinalização tem vindo a ser adoptada por muitos países, inclusive Portugal.

Figura 14: Sinalização dos trilhos pedestres franceses



Fonte: FFRP, 2003

4.5- O trilho pedestre no Reino Unido

4.5.1- Organização do trilho pedestre

Após a Revolução Industrial começou a emergir nos ingleses um grande desejo por desfrutar do campo como forma de escapar dos locais industrializados e urbanizados. Com este movimento começa a surgir a necessidade de salvaguardar o direito de caminhar livremente pelos caminhos e pelo campo aberto, o que levou à necessidade de criar associações que defendessem esses direitos.

Assim surgem os primeiros grupos ligados ao pedestrianismo. Em 1824 surgiu a *Association for the Protection of Ancient Footpaths in the Vicinity of York* e em 1826 a *Manchester Association for the Preservation of Ancient Footpaths*. Mas só em 1865 é que surge uma associação que começa a ter um papel activo na defesa dos direitos dos pedestrianistas conhecida como *Open Spaces Society*, que actualmente possui 2 300 membros (Ramblers, 2003). A sua principal missão centra-se na protecção de espaços verdes em vilas e em cidades, espaços abertos e caminhos públicos. Quando algum

associado tem um problema relacionado com a livre circulação esta associação assume-se como intermediária nas negociações com o *Department for Environment, Food and Rural Affairs and National Assembly for Wales*. A associação é ainda notificada pelas autoridades locais quando surge um projecto para alterar uma estrada ou via pública (Ramblers, 2003).

Em 1892 surge a primeira associação de pedestrianistas em Glasgow, com a formação da *West of Scotland Ramblers' Alliance*. A partir desta data começam a aparecer vários clubes de pedestrianismo com o objectivo de defender os direitos dos pedestrianistas e até de conseguir descontos das empresas de caminhos-de-ferro. Destes clubes faziam parte tanto filósofos e escritores como operários. Alguns destes clubes faziam viagens organizadas (Ramblers, 2003).

Ao longo dos anos foram aparecendo várias federações regionais de pedestrianistas, no entanto, por volta de 1930 começa a surgir a necessidade de se criar uma a nível nacional. Assim, os delegados regionais de várias federações reuniram-se em Longshaw, onde é criado o *National Council of Ramblers' Federation*.

Em 1933 o *National Council of Ramblers' Federations* lançou um guia para os pedestrianistas, com alojamento incluído, que mais tarde se tornou o *Yearbook* que é lançado todos os anos, surgindo neste mesmo ano o jornal *Rambling* que se tornou mais tarde o *Rambler* (Ramblers, 2003). Em 1935 a associação muda de nome para *Ramblers' Association*.

No seu primeiro ano de vida esta associação era composta por cerca de 1 200 membros individuais e cerca de 300 clubes de pedestrianismo. Esta associação envolveu-se pela primeira vez numa intervenção a nível legislativo em 1939 na constituição da carta de acesso às montanhas. Em 1949 esta associação participou também no desenvolvimento da lei que rege o livre acesso aos parques nacionais e ao espaço rural.

Apesar das associações anteriormente mencionadas serem aquelas que detêm mais notoriedade na Inglaterra existem muitas outras que defendem os interesses dos pedestrianistas. A situação em Inglaterra é complexa, existindo muitos caminhos protegidos de distâncias pequenas ou grandes e muitas rotas promovidas por diferentes

organismos. Estes organismos variam entre agências governamentais centrais, autoridades locais e até individuais. Qualquer pessoa ou entidade em Inglaterra pode criar uma rota, criar um roteiro e sinalizá-lo, desde que se encontre em conformidade com a lei de livre circulação vigente neste país. Existem alguns organismos estatais que desenvolvem Rotas, nomeadamente a *Countryside Agency* em Inglaterra e a *Countryside Council* no País de Gales. Estas rotas têm a designação de *National Trails* e *Scottish Natural Heritage* para a Escócia, sendo designadas de *Long Distance Routes* (Ramblers, 2003).

Esta liberdade para criar trilhos pedestres tem facilitado o aparecimento de muitos trilhos. No entanto, resultou também num desenvolvimento de muitas actividades desligadas sem um organismo central coordenador, o que levou a que não haja uniformização na divulgação, na criação de guias, na numeração e no sistema de classificação, como acontece, por exemplo, em França.

4.5.2- Recursos para o pedestrianismo

Segundo a Ramblers (2003) em Inglaterra e no País de Gales existe uma rede de 225 000 Km de caminhos de livre acesso, de que qualquer um pode desfrutar no âmbito dos “*public rights of way*”, para além dos caminhos privados conhecidos como trilhos “*permissive*”.

A lei das “*public rights of way*” define quatro tipos de acessos diferentes, todos permitindo o acesso a pé:

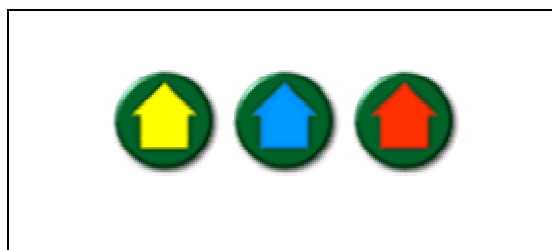
- *Footpaths*- que só permitem o acesso a pé;
- *Bridleways*- permitem o acesso a pedestrianistas, pessoas a cavalo e ciclistas;
- *Restricted byways* – permitem a passagem de utilizadores que se desloquem de formas não motorizadas, nomeadamente, pedestrianistas, pessoas a cavalo, ciclistas e carruagens de cavalos.
- *BOATs (Byways Open to all Traffic)* – nestes caminhos existe o direito de passagem de pedestrianistas, ciclistas, pessoas a cavalo e veículos motorizados, No

entanto, na sua maioria são usados para os mesmos propósitos que os caminhos anteriores (Christie e Matthews, 2003).

Estes caminhos estão, na sua maioria, marcados com os seguintes símbolos (ver figura 15):

- Uma seta amarela indica que é um *Footpath*;
- Uma seta azul indica que é um caminho aberto a caminhantes, pessoas a cavalo e ciclistas;
- Uma seta vermelha indica que é um caminho que está aberto a todo o tipo de trânsito, podendo-se encontrar veículos motorizados.

Figura 15: Sinais adoptados no Reino Unido



Fonte: Rambler's, 2003

Segundo a Ramblers (2003) a extensão aproximada dos caminhos de livre circulação na Escócia não é conhecida porque não é necessário que as autoridades locais tenham um registo dessas acessibilidades. No entanto, o *National Catalogue of Rights of Way* e a *Scottish Natural Heritage* indicam que existem cerca de 16 600 Km de caminhos abrangidos pela lei dos “*Rights of way*”. A partir de Fevereiro de 2003 surgiu uma lei que consagra o dever e o direito às autoridades locais para estabelecer uma rede de caminhos.

Existem muitos caminhos que estão promovidos ao público em geral através de rotas. Estas rotas incluem caminhos que foram designados de “*National Trails*” e outros caminhos que foram sinalizados com objectivos recreativos. (Christie e Matthews, 2003). Os “*National Trails*” encontram-se divulgados na Internet no site da *Contryside Agency*.

Os *National Trails* e os *Long Distance Routes*

<i>National Trail</i>		Distância em Km
1	Cleveland Way	177
2	Hadrians Wall Path	140
3	North Downs Way	246
4	Offa's Dyke	285
5	Peddar's Way & Norfolk Coast Path	150
6	The Penine Way	429
7	The Ridge Way	136
8	South Downs Way	161
9	South West Coast Path	1014
10	The Thames path	294
11	The Wolds way	127
12	The costwold Way	163
13	The Pennine Bridleway	560
Total dos Km existentes em <i>National Trails</i>		3234

Fonte: <http://www.countryside.gov.uk/nationaltrails/> (consulta em 12/09/03)

Figura 16: *National Trails*



4.6- O trilho pedestre em Portugal

4.6.1- Organização do trilho pedestre

A prática de pedestrianismo em Portugal surge associada ao movimento campista. Durante os anos 30 “ o campismo vai-se apartando das suas origens escutistas e juvenis, formando uma corrente própria, civil e adulta. *Pernas rijas, botas cardadas, estrada fora* é porventura, a frase emblemática que melhor exprime o espírito do campismo da primeira metade do século, quando era tido na conta de modalidade desportiva ar-livrista, propiciadora de um convívio salutar entre homens e natureza” (Pina, 1988). Durante muito tempo o pedestrianismo foi realizado por grupos de amigos que se juntavam e desenvolviam esta actividade por percursos que eles conheciam mas que não estavam sinalizados. Na década de oitenta do século XX surgem algumas sinalizações, mas têm apenas o intuito de serem utilizadas por clubes ou empresas que efectuavam actividades organizadas sem regras oficiais. Só em 1993 são atribuídas a uma federação - a Federação

Portuguesa de Campismo (FPC) - competências ligadas ao pedestrianismo³⁰, de onde se destacam as seguintes:

- Regularizar, disciplinar, promover e divulgar a sua prática;
- Promover e regularizar a implementação de infra-estruturas a ela destinadas;
- Promover a continuação dos percursos pedestres trans-europeus que terminam em ou passam por Portugal, definir-lhe o itinerário e estabelecer pontos de ligação de entrada em território nacional;
- Acordar com as Federações vizinhas o estabelecimento de percursos pedestres trans-fronteiriços;
- Fazer o registo de todos os percursos pedestres, atribuir-lhe uma numeração e homologá-los de acordo com os requisitos pré-estabelecidos;
- Representar o pedestrianismo e os percursos pedestres nos fóruns internacionais, pelo que é federada na *Fédération Européenne de La Randonnée Pedestre*.

Assim a FPC (Federação Portuguesa de Campismo) desenvolveu o trabalho de criar regras para a uniformização dos trilhos a nível nacional. Em 1994 a federação apresentou um manual de marcação, que foi amplamente divulgado e que criou “uma ideia de conjunto e conhecimento uniforme, já enraizado nos praticantes” (Gonçalves, 2002). Resultou também na publicação de desdobráveis de divulgação dos trilhos com um design uniforme, um manual designado de “Percursos pedestres - Normas de implementação e marcação”, reeditado em 2000. A FPC criou o Registo Nacional de Trilhos Pedestres que apresenta as seguintes finalidades:

- Registrar os percursos pedestres de todas as entidades que a ele recorram;
- Atribuir-lhe numeração;
- Fazer a sua homologação de acordo com os pré-requisitos estabelecidos;
- Fazer a sua divulgação a nível nacional e internacional.

O primeiro trilho homologado surge em 1997, nomeadamente um percurso de Pequena Rota (PR) circular com 17 Km de distância designado de “Rota da Serra” e situado no

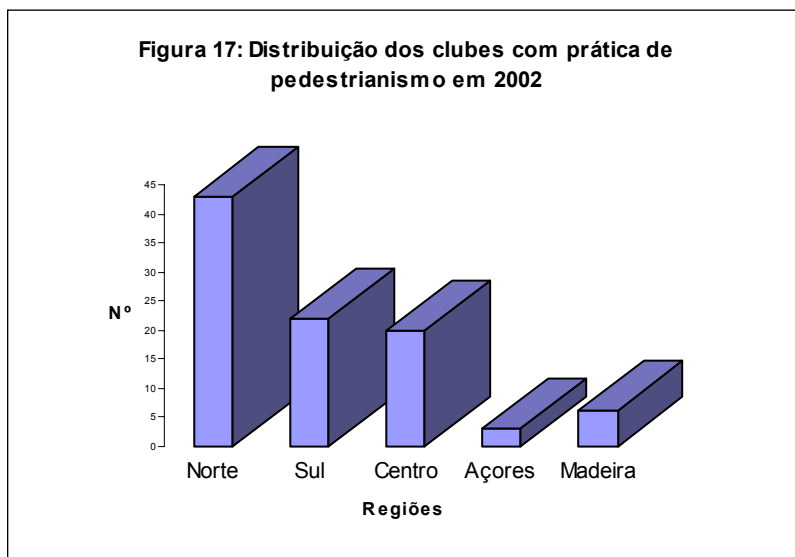
³⁰ Decorrente da Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei 1/90) e do Regime das Federações Desportivas (Decreto-Lei 144/ 93) o Estado, através do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva – despacho 28/ 96 do Gabinete do Primeiro-ministro de 6/3/96 – atribuiu à FPC poderes regulamentares, disciplinares e de outra natureza pública no âmbito do pedestrianismo.

concelho de Grândola. Desde então muitas entidades têm vindo a desenvolver esforços para implementar trilhos, muitos deles financiados pelo programa LEADER.

Segundo a FPC o número de praticantes tem vindo a aumentar assim como as actividades pedestrianistas, das quais se destacam o EURO RANDO 2001 (uma mega marcha entre a cidade do Porto e Estrasburgo), a IX Marcha de Primavera e a Marcha Nacional de Veteranos. Em 2002 no âmbito do programa “Portugal Activo e Saudável”, fomentado pelo Instituto Nacional do Desporto, foi consagrada importância especial ao trilho pedestre. Neste contexto, desenvolveram-se algumas actividades e foi publicado o guia “Passo-a-Passo – Percursos Pedestres de Portugal” que reúne informação pertinente ligada aos vários aspectos da modalidade e relativa a reúne todos os trilhos homologados até à data da publicação (FPC, 2002).

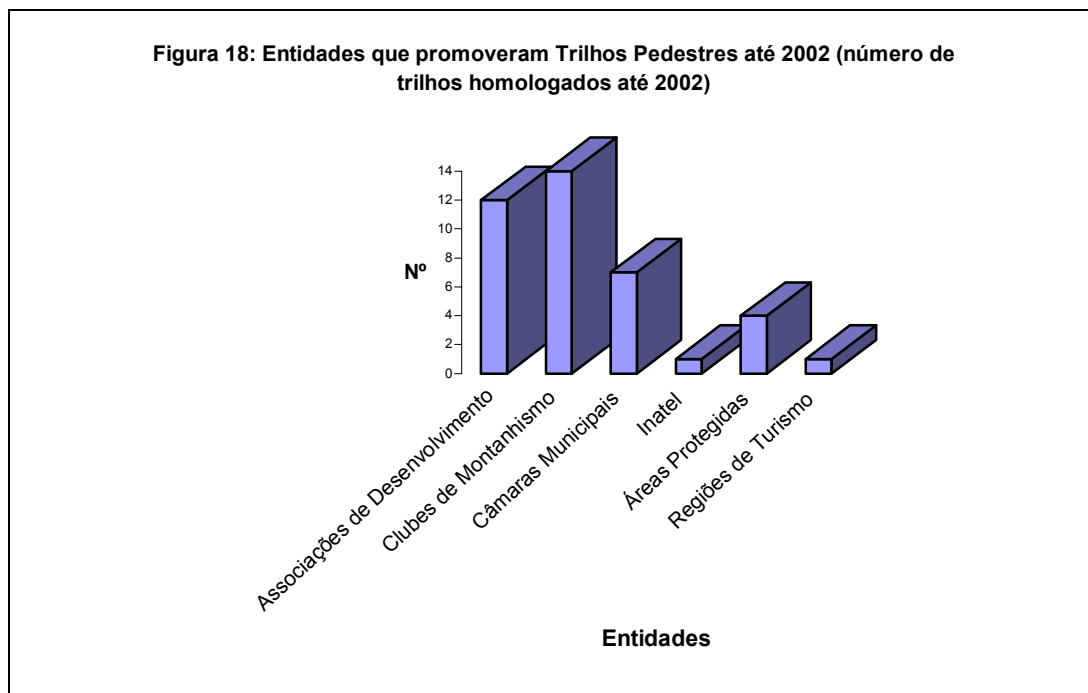
Para além do pedestrianismo, esta federação tem também competências a nível de montanhismo e escalada de competição. Em 1996 é atribuída à FPC o Estatuto de *Utilidade Pública Desportiva* que contempla, entre outros direitos e deveres, a representação nacional e internacional das modalidades que lhe foram atribuídas.

Em 2002 a FPC tinha 670 associações federadas, grande parte das quais ligadas ao montanhismo e 95 representativas de práticas de pedestrianismo. Quase metade dos clubes encontram-se sedeados na Região Norte (47%), o que pode denotar uma maior tradição para a prática desta modalidade nesta zona do país (FPC, 2002).



Fonte: FPC (2002)

Actualmente qualquer entidade, desde uma pessoa individual, a uma associação de desenvolvimento, empresa, Câmara Municipal, Região de Turismo, pode promover um trilho. No entanto, a única entidade que o pode homologar um trilho, segundo os critérios definidos a nível nacional, é a FPC. Contudo, a Figura 18 demonstra que grande parte dos trilhos homologados partiu de iniciativas de Clubes de Montanhismo (35%) e de Associações de Desenvolvimento (31%).



Fonte: FPC (2002)

No entanto, a actividade desta federação criou alguns atritos a nível do montanhismo e em 2002 surgiu uma outra Federação – a Federação de Montanhismo e Escalada (FME). Esta entidade conseguiu reunir o apoio de um grande número de clubes que se tornaram membros. Para além das competências ligadas ao montanhismo, esta federação pretende também ficar com a alçada do pedestrianismo. Em Junho de 2003 desenvolveu um encontro em Paredes de Coura, onde apresentou uma proposta designada de “Plano de Desenvolvimento Integrado dos Percursos Pedestres”. Segundo esta federação a proliferação de trilhos a nível nacional tem vindo a ser desenvolvida de uma forma pouco ordenada, muitas vezes causando distúrbios no meio natural e conflitos com as populações rurais (Oliveira, 2003).

Outra problemática centra-se na falta de formação das pessoas responsáveis pelo desenvolvimento e pela implementação dos trilhos. Para esta federação a resolução dos problemas inerentes ao pedestrianismo, que é um movimento que ainda se encontra numa fase inicial em Portugal, tem que passar pela construção de parcerias. “Torna-se necessário o devido apoio institucional e uma estreita colaboração com as entidades promotoras; é imprescindível e urgente o estabelecimento e a aplicação de medidas de controlo e de ordenamento, baseadas numa política de “partenariado”, procurando envolver os mais diversos interesses” (Oliveira, 2003). Na altura da apresentação deste projecto-lei já estava a ser desenvolvido um projecto-piloto na região norte. Visto que até ao momento apenas existe legislação ligada aos trilhos pedestres na Ilha da Madeira (Decreto Legislativo Regional nº 7-B/ 00). Este projecto que pretende regular apenas o trilho pedestre e não a actividade em si apresenta vários pontos distintos. Começa por definir o que é um trilho pedestre, a classificação, propõe a criação de um organismo designado “Comissão Nacional de Percursos Pedestres”, que por sua vez será subdividida em “Comissões Regionais de Percursos Pedestres”, o processo de homologação, os usos compatíveis e complementares, alterações do traçado, manutenção e vigilância. Paralelamente esta federação sugeriu um programa para a formação de técnicos de trilho pedestre. No entanto, estas medidas propostas ainda não foram implementadas. A Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada foi aceite como membro da Federação Europeia do Trilho Pedestre (ERA) em 2003 (FME, 2003).

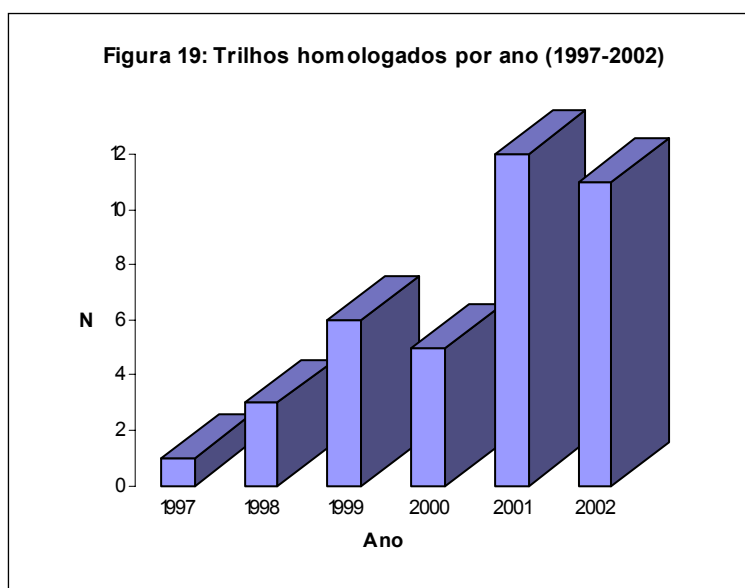
Actualmente ambas as associações estão a desenvolver esforços para formar “técnicos de trilho pedestre”. Mas até ao momento ainda nenhuma federação avançou com um curso deste âmbito. A nível nacional têm vindo a surgir algumas iniciativas locais com cursos que fornecem algumas competências que podem ser aplicadas ao nível do pedestrianismo, como é o caso dos “guias rurais”. Os cursos de formação de guias rurais, realizados em 1997 e 1998, tiveram uma carga horária de 250 horas, sendo últimas 70 horas destinadas à marcação de percursos pedestres. Dos 16 guias formados em 1997, em 2000 cinco ainda exerciam a actividade, efectuando cerca de «três a quatro percursos por semana, mesmo no Inverno» (Cuiça, 2000).

Também no âmbito do “Turismo de Natureza”, instituído pelo Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto para a Rede de Áreas Protegidas Nacionais, foi criada a figura de “guia de natureza”. No entanto até hoje não foram desenvolvidas acções de formação neste âmbito.

4.6.2- Recursos para o pedestrianismo

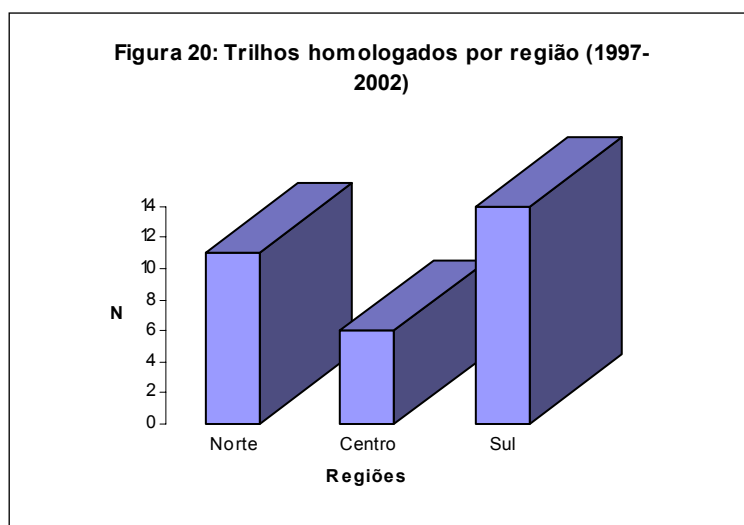
Em 90 mil quilómetros quadrados, 22% do território português é ocupado por áreas protegidas. Noventa locais pertencem à Rede Natura 2000 (rede europeia de protecção da natureza). Um terço do país (3,3 milhões de hectares) é constituído por floresta: a árvore dominante é o pinheiro bravo, seguido do sobreiro (de que possui a maior mancha mundial) e eucalipto (ICN, 2003a; Quercus, 2004), para não falar no território agrícola e de muitos caminhos antigos que remontam à época romana. Portugal dispõe de um grande leque de recursos para a implementação de trilhos pedestres. Existe um número elevado de trilhos não oficiais, utilizados por muitas empresas de animação e pedestrianistas individuais. Alguns destes trilhos são divulgados em diversas publicações ligadas a esta temática, desde desdobráveis a livros, como é o caso do livro do ICN intitulado "PERCURSOS - Paisagens & Habitats de Portugal" (ICN, 2003b). Publicações essas editadas por várias entidades tais como associações, organismos públicos e editoras. No entanto, neste trabalho serão apenas referidos os trilhos que obedecem aos critérios divulgados pela FPC e que foram homologados por esta entidade.

Os trilhos em Portugal dividem-se em dois tipos os de Pequena Rota (PR) e os de Grande Rota (GR). Os trilhos de Pequena Rota possuem uma distância até 30 km e são registados pelos concelhos, sendo-lhes atribuída uma numeração e constituindo redes concelhias. Um trilho de Grande Rota possui mais de 30 km de distância e resulta numa marcha de dois ou mais dias, implicando a pernoita em algum local ao longo do percurso. O registo é feito a nível nacional quando este só abrange o território nacional. Mas se é um percurso trans-europeu (que se inicia em Portugal decorrendo por mais três países), a numeração é completada com a letra E (Europa) e com a respectiva numeração europeia (FME, 2002).



Fonte: FPC (2002)

Segundo a Figura 19 podemos verificar que o número de trilhos homologados tem vindo a aumentar principalmente entre 2001 e 2002. Em 2002 para além dos que já se encontravam homologados (ver Figura 19), encontravam-se já cerca de 47 trilhos à espera de homologação (FPC, 2002), o que evidencia o crescente interesse pela implementação desta infra-estrutura. Grande parte dos trilhos foram desenvolvidos no Norte e no Sul do país (ver Figura 20). Em 2002 havia 955 Km de trilhos GR e 360,2 Km de trilhos designados PR homologados perfazendo, um total de 1315,2 Km de caminhos sinalizados disponíveis para a prática da actividade no território nacional.



Fonte: FPC (2002)

4.7- Perfil dos pedestrianistas

Segundo a Federação Portuguesa de Campismo e a Federação de Montanhismo e Escalada não existe nenhum estudo sobre o perfil do pedestrianista a nível nacional. Os únicos dados referenciados pela FPC indicam que grande parte dos participantes das actividades desenvolvidas por esta associação são jovens e senhoras. Segundo Wight (2001) as mulheres apresentam uma grande apetência por praticar actividades ligadas ao ecoturismo. Também num outro estudo realizado via inquérito dirigido a pedestrianistas (N=99) num trilho do Canadá (“*Starkey Hill Trail*”) verificou-se que grande parte dos inquiridos era do sexo feminino (Lynn e Brown, 2002). Como as actividades da Federação se enquadram no meio natural e são sempre acompanhadas por guias, podem fazer com que as mulheres se sintam mais seguras para participarem nesta actividade. Num inquérito realizado em Annapurna no Nepal (Holden e Sparrowawk, 2002) e dirigido aos pedestrianistas daquela região, verificou-se que estes se situam maioritariamente numa faixa etária entre os 25 e os 44 anos, eram de nacionalidade americana e inglesa, havendo também pedestrianistas provenientes da Holanda, Alemanha, França e Noruega, países europeus com fortes

tradições na prática desta modalidade (ERA, 2003). Como principais motivações foram mencionadas “apreciar a natureza” e “mudar de rotina”.

Em 1997 o organismo inglês *Countryside Commsstion* desenvolveu um estudo de mercado incidindo sobre os utilizadores dos “*National Trails*”, que são geridos por esta entidade. Ao contrário dos estudos mencionados anteriormente, verificou-se que a maioria dos pedestrianistas era do sexo masculino, o que mostra que não existe internacionalmente, um padrão muito homogéneo, o que pode indicar que esta actividade é atractiva para ambos os sexos.

Quadro 7: Perfil do pedestrianista que frequenta os *National Trails* (1997)

Perfil sócio-demográfico

- Pertencem ao sexo masculino, situam-se na faixa etária entre os 35 e os 59 anos e trabalham a tempo inteiro

Fonte de informação

- Grande parte dos pedestrianistas indicaram saber “desde sempre” da existência do trilho

Comportamento durante a viagem

- Grande parte dos pedestrianistas que pernoveram no local onde estavam a efectuar o trilho escolheu essencialmente alojamento da categoria *Bed and Breakfast* e hotéis, hotéis não licenciados (*guest house*) e casas de campo (*farmhouse*)
- Grande parte dos pedestrianistas de pequenas distâncias distribuem-se equitativamente entre *short-breaks* (1 a 3 dias), pequenas férias (4 a 7 dias) e férias (mais de 8 noites)

Padrão dos gastos

- Em caminhadas de longa distância gastaram mais de £20 por noite em alojamento, e pelo menos £5 por dia noutros bens principalmente em bebidas e alimentação

Fonte: *Countryside Commission*, 1997

Segundo Kouchener e Lyard (2000) o número de pedestrianistas na Europa é bastante elevado, verificando-se a existência de 3 milhões de pedestrianistas em Itália e em França, e de 10 milhões no Reino Unido. Cerca de 30% dos Suecos dedicam-se ao passeio nas florestas e em caminhos rurais e quase metade dos Ingleses pratica *rambling* com regularidade. As principais motivações estão ligadas ao desejo de encontrar uma natureza intacta, de reencontrar o próprio corpo (bem estar físico) e a descoberta (descobrir a região). Em Portugal não se conhece um número aproximado dos adeptos desta modalidade nem há estudos que mostrem quais as suas preferências.

No entanto num estudo sobre o turismo em áreas rurais no norte de Portugal desenvolvido para a CCRN (Kastenholz, 2000³¹) verificou-se que existe uma grande procura de trilhos pedestres por parte deste mercado. Os Portugueses são mais exigentes que os estrangeiros a nível da oferta, de infra-estruturas turísticas e mostraram um maior desejo pelo desenvolvimento destas infra-estruturas, enquanto que os estrangeiros não desejavam tantas melhorias ao nível da indústria turística, estando mais sensíveis à conservação do património e interessados em produtos mais “autênticos” e simples onde a oferta de trilhos pedestres se enquadra também. Num estudo efectuado aos ecoturistas que se encontravam a frequentar algumas áreas naturais de Portugal³² verificou-se que uma das actividades praticadas com mais frequência era caminhar pela natureza (Rodrigues e Marinho, 1999).

Segundo um estudo desenvolvido pela MINTEL (2003) sobre o turismo de aventura no mercado Europeu verificou-se que o pedestrianismo e o *trekking* constituem o maior segmento dentro do mercado do turismo de aventura, tanto a nível do turismo de aventura considerado “*soft*” como do “*hard*”. Cerca de 80% dos programas desenvolvidos por empresas deste sector incluem esta actividade. Mas são as viagens de aventura de carácter “*soft*” que predominam dentro do espaço Europeu. No segmento “*soft*” a principal actividade desenvolvida é caminhar. Estes dados mostram que o produto desenvolvido baseado no trilho pedestre apresenta uma grande potencialidade de crescimento em Portugal, onde a actividade ainda está pouco desenvolvida no contexto da oferta turística.

4.8- O trilho pedestre e o turismo

Como apresentado no capítulo 1 e 2 a indústria turística sofreu um *boom* após a segunda Grande Guerra. Durante as décadas seguintes e até aos nossos dias verificaram-se alterações significativas, passando-se de uma indústria massificada e standardizada para uma oferta que agrega um leque variado de produtos alternativos, ao mesmo tempo que se

³¹ O estudo foi realizado, principalmente, via abordagem pessoal (88%), tendo-se obtido um número de 2 280 respostas válidas de turistas que visitaram diversos locais das três sub-regiões rurais (Minho, Douro e Trás-os-Montes) entre Abril de 1998 e Setembro de 1999.

³² Este estudo foi realizado entre Abril e Julho de 1999, tendo sido aplicados 300 questionários distribuídos pela Serra da Estrela, Envolvente Lagunar da Ria de Aveiro, Serra do Caramulo, Mata do Buçaco e Gerês.

assiste a uma alteração no padrão das férias. Agora cada vez mais as pessoas desfrutam de férias fora do período considerado “época alta” e muitas pessoas tornaram-se adeptas dos “*short-breaks*” e férias repartidas (Poon, 1983; Lane, 1999). Os impactes do turismo começam a ser conhecidos e o conceito de turismo sustentável começa a ganhar uma relevância cada vez maior, como evidenciado no capítulo 3. O turismo é agora visto como uma ferramenta para fomentar o desenvolvimento de regiões, do património, de áreas rurais e áreas com natureza “selvagem” (ver capítulos anteriores). Neste contexto, os trilhos que permitem a circulação de ciclistas, cavaleiros e pedestrianistas começam a surgir como elemento central de uma oferta alternativa de turismo (Lane, 1999).

Nos últimos anos, os investigadores começaram a estudar como as populações locais podem direccionar as actividades turísticas e como podem tirar benefícios delas. Muitas formas alternativas de turismo, identificadas como tendo potencial para um desenvolvimento sustentável do destino, baseiam-se na natureza (Schaller, 1998). O trilho pedestre é uma componente importante de um produto turístico alternativo que permite ao turista o desenvolvimento de uma actividade de contacto directo com a natureza, podendo enquadrar-se na tipologia do ecoturismo. O trilho pode representar um desafio, enquadrando-se assim no turismo de aventura. Pode ainda permitir o contacto directo com as comunidades locais e com o património construído, ao longo do seu percurso, integrando-se numa óptica de turismo cultural. As actividades potenciadas pelo trilho pedestre podem assim também trazer benefícios económicos para as populações locais e fomentar a preservação do meio natural e cultural, ainda assim de encontro aos princípios da sustentabilidade.

O trilho pedestre pode ser desenvolvido como elemento principal, da actividade turística como é o caso de algumas rotas implementadas nos Alpes franceses, mas pode também servir como um complemento a actividades locais. Por exemplo, o trilho de “São Gregório” em Borba encontra-se localizado perto de uma unidade de TER e constitui um factor de fixação dos clientes da unidade.

Desde que o projecto LEADER foi implementado têm-se verificado na União Europeia muitos esforços para que esta infra-estrutura seja desenvolvida em áreas rurais e naturais, existindo uma publicação que dá indicações de como se pode elaborar e executar um

projecto de passeio pedestre. Também existem medidas pontuais como, por exemplo, a resolução referente ao Caminho de Santiago (ver ponto 4.3 - Quadro 5, pag. 89).

Quadro 8: Relação entre os trilhos pedestres e o turismo de natureza, sustentável, activo e cultural			
Turismo de natureza, ecoturismo, turismo “verde”	Turismo cultural	Turismo activo	Turismo sustentável
<ul style="list-style-type: none"> → Estimula a observação do meio natural, a observação da fauna e da flora, promovendo o respeito e a admiração da natureza; → Aproxima as pessoas ao meio rural promovendo-o; → Permite o conhecimento e a sensibilização cultural, promovendo a protecção da natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> → Fomenta a amizade e o intercâmbio cultural, facilita o conhecimento do país, das suas gentes, costumes e tradições; → Aproxima as pessoas do meio rural promovendo-o; → Estimula o interesse pelo património cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> → Permite actividade física num local de <i>outdoor</i>; → Dependendo do grau de dificuldade pode constituir um desafio; → Faz bem à saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> → Permite o conhecimento e a sensibilização ambiental, promovendo a protecção da natureza (a nível dos turistas e dos residentes); → Os caminhos tradicionais são os melhores recursos existentes nas zonas rurais e de montanha. A sua recuperação para novos usos pode revitalizar a economia dessas regiões; → Contribui para atrair turistas e aumentar o período de estadia, rentabilizando a oferta da hotelaria, restauração, TER, campismo, etc. → Promove a conservação do património.

Fonte: elaboração própria; Gonçalves, 2003; Lane, 1999

O produto turístico desenvolvido com base no trilho pedestre como produto turístico é complexo e heterogéneo, uma vez que agrega elementos de natureza diferente. Por um lado consideram-se as componentes de âmbito comercial, por outro lado os bens que não possuem um âmbito comercial mas, que constituem a parte fundamental do produto (ver Quadro 8). São elementos difíceis de quantificar e que pertencem tanto a privados como ao sector público. Assim, os produtos turísticos resultantes dependem muitas vezes da interacção entre diversas entidades que variam entre autarquias, associações e agentes privados. A variedade dos produtos é ainda determinada pela diversidade de elementos patrimoniais, tanto naturais como culturais, integrados, bem pelos diversos recursos turísticos, infra-estruturas e serviços de apoio existentes nas áreas em questão. Por fim, a forma como estes elementos se encontram organizados, geridos e divulgados, pode levar a produtos turísticos diferenciados e com níveis de sucesso bastante distintos.

Quadro 9: Componentes do trilho pedestre	
Âmbito não comercial	Âmbito comercial
<ul style="list-style-type: none"> • Trilhos e caminhos • Paisagens • Espaços naturais e património 	<ul style="list-style-type: none"> • Alojamento • Mapas e guias do passeio • Transportes

Fonte: Kouchener e Lyard (2000)

O trilho pedestre pode também ser visto como uma ferramenta de gestão das áreas naturais, na medida em que permite gerir os fluxos turísticos de uma determinada zona. Como vimos no capítulo 1, um dos problemas do gestor das áreas naturais centra-se na gestão das pessoas no interior das mesmas, uma vez que, por um lado, o mercado não é homogéneo e, por outro, porque existem espaços naturais que são mais frágeis que outros. A implementação de trilhos pedestres permite também justificar a manutenção e vigilância de espaços florestais, prevenindo certos incidentes, como os fogos florestais, que têm vindo a ocorrer, com incidência crescente, por todo o território nacional.

O pacote turístico, integrando o trilho pedestre, é tipicamente constituído pelos seguintes elementos (Kouchener e Lyard, 2000):

- Circuitos: podem variar entre os trilhos de pequena rota (PR) e os de grande Rota (GR). O ideal consiste em desenvolver uma rede de trilhos para fornecer muitas possibilidades aos turistas;
- Serviços fornecidos aos pedestrianistas: o alojamento, a restauração, os transportes e os serviços de guia;
- Dispositivos de informação: sem divulgação ou informação é como se o trilho pedestre não existisse. A balizagem no terreno, deve ser complementada com brochuras, mapas, páginas Web ou até com CD-Rom.

Para além destes elementos, torna-se muito importante que o trilho pedestre se enquadre num espaço paisagístico com qualidade e diversidade para maximizar a experiência do visitante.

4.9- Impactos do trilho pedestre

A implementação de trilhos pedestres pode causar vários impactos para a região onde se localizam. Por um lado, podem induzir benefícios económicos mas também podem causar impactos negativos, sobretudo ao nível ambiental.

Os trilhos constituem uma infra-estrutura pouco dispendiosa de implementar que pode ajudar a fixar os visitantes em zonas rurais, muitas vezes vítimas de marginalização sócio-económica, podendo fomentar o desenvolvimento de certas actividades económicas como, por exemplo, a restauração. Em 2000 a *Economics Research Associates* desenvolveu um conjunto de princípios para a implementação de trilhos com sustentabilidade económica, tendo como base a análise de trilhos implementados (ver Quadro 9) no estado do Iowa nos EUA.

Quadro 10: Princípios base para a implementação de trilhos com sustentabilidade económica

1. Entender a capacidade da comunidade e os seus desejos

As comunidades que não possuem infra-estruturas turísticas de apoio, como alojamento, restauração, animação, não se devem promover como destinos turísticos enquanto não implementarem essa oferta adequadamente.

2. Identificar os mercados alvo em função das características do trilho

As características dos trilhos podem atrair pessoas com características diferentes, por exemplo, um trilho com um grau de dificuldade muito elevado não deve ser promovido para famílias.

3. Determinar a relação entre a comunidade e os trilhos implementados

Por exemplo, se uma localidade ficar a meio de uma rota, que leva dois dias a realizar, terá uma probabilidade grande de ser escolhida pelos pedestrianistas para pernoitarem.

4. Escolher o tipo de trilhos em função dos mercados que os vão usar e dos impactes

As necessidades dos pedestrianistas são diferentes dos utilizadores de veículos motorizados, assim como os impactes destes utilizadores são diferentes.

5. Localizar o início dos trilhos em localidades para concentrar os benefícios económicos

Na generalidade, os pedestrianistas não necessitam de alugar equipamento e geralmente deslocam-se no seu próprio transporte. No entanto, quando o início de um trilho se localiza numa localidade, pode trazer benefícios económicos em gastos centrados nos abastecimentos de gasolina, lojas de conveniência e restauração.

6. Cimentar os mercados existentes

Os visitantes existentes de uma região podem ser o ponto de partida para a promoção através da recomendação do trilho. Por um lado, uma experiência agradável, pode levar ao prolongamento da estadia e, por outro, à repetição das vistas

7. Desenvolver parcerias

O desenvolvimento de parcerias entre agentes públicos e privados é a base essencial para o sucesso dos trilhos. A nível público actuam várias entidades, quer a nível local como nacional. E, se se deseja um benefício económico dos investimentos aplicados nos trilhos torna-se necessário desenvolver parcerias com os privados porque são eles que irão permitir efeitos multiplicadores na base económica local. Do lado dos privados, estas parcerias são benéficas para que os trilhos mantenham interesse comercial.

Fonte: Economics Research Associates (2000)

De salientar que o desenvolvimento dos trilhos deve ser direccionado para os interesses das comunidades locais, de forma a beneficiá-las, mas tendo em atenção as próprias características do pedestrianista. Assim, torna-se imprescindível que se desenvolvam estudos de mercado que permitam fornecer dados sobre os utilizadores dos trilhos aos diversos intervenientes no processo de implementação destas infra-estruturas. Por outro lado, torna-se bastante pertinente a criação de parcerias que permitam que as diversas entidades envolvidas no processo articulem os seus interesses, visando a manutenção e rentabilidade dos trilhos.

Para Andrade (2003) os trilhos constituem um novo impacto do homem na natureza e mais uma oportunidade para se admitir esse impacte omnipresente. Os trilhos e a sua utilização podem provocar tanto impactes físicos como visuais, sonoros e de cheiro e podem ameaçar habitats muito frágeis. Ao mesmo tempo constituem um meio de canalizar o impacte do homem e circunscrevê-lo a um itinerário restrito.

Estes problemas têm vindo continuamente a ser uma preocupação dos gestores de espaços naturais, principalmente onde existe uma forte frequência de pedestrianistas (Leung e Marion, 1999). Neste contexto, importa distinguir os seguintes factores ambientais que sofrem um impacto directo resultante da utilização dos trilhos (Andrade, 2003):

- Solo: compactação e erosão;
- Vegetação: destruição;
- Fauna: perturbação;
- Problemas atrópicos: lixo, fogo.

O problema que tem suscitado mais atenção é a compactação e erosão do solo (Newsome *et al*, 2002). A erosão é um processo natural que causa graves problemas em áreas onde existem trilhos, principalmente em regiões montanhosas. A erosão depende geralmente do tipo de solo e do padrão de drenagem da área em questão. Algumas causas podem ser citadas como facilitadoras do processo de erosão: a alteração e morte da vegetação (o que impede que as raízes auxiliem na implementação da estrutura do solo) e o pisoteamento

(que provoca agitação da superfície, possibilitando o deslocamento de pequenas quantidades de solo, principalmente em declives (Garland, 1990; Andrade, 2003).

Goefit e Alder (2001) efectuaram um estudo na Austrália sobre os impactes causados em trilhos utilizados pelos ciclistas de BTT. Para além de terem verificado que os impactes variam com as características do solo, declive e clima e com o tipo de utilizadores, verificaram também que os pedestrianistas causavam impactes mais severos que os ciclistas.

Garland (1990) realizou um estudo interessante relacionado com a implementação de trilhos e com a prevenção dos seus impactes. Com base na análise dos trilhos implementados nas montanhas Drakensberg (África do Sul), este autor verificou que muitos destes caminhos estavam degradados pela erosão do solo. Tendo como pressuposto que a manutenção dos trilhos se pode tornar uma actividade bastante dispendiosa, este autor desenvolveu uma metodologia com o intuito de diminuir a problemática da erosão do solo, antes de se implementarem novos trilhos naquela área.

Outros autores têm vindo a desenvolver metodologias para gerir esta problemática, como é o caso de Leung e Marion (1999) que sugeriram uma metodologia designada TPAM (*trail-problem-assessment method*). Esta metodologia utiliza um conjunto de indicadores pré-definidos, ligados aos impactes dos trilhos, e permite obter informação quantitativa que pode auxiliar nas medidas de planeamento, gestão e manutenção dos trilhos. Os trilhos pedestres podem ser desenvolvidos em espaços naturais com características bastante distintas, o que leva à existência de técnicas distintas de manutenção.

Mas além dos problemas físicos verificam-se também problemas de ordem social, principalmente nos trilhos que são multifuncionais, isto é, que são utilizados simultaneamente por pedestrianistas, cavaleiros, ciclistas e até por veículos motorizados.

Por outro lado, a má preparação ou degradação dos trilhos diminui a qualidade da experiência do turista e pode dificultar a experiência ou até causar problemas de segurança (Leung e Marion, 1999). Como já foi referenciado anteriormente (no capítulo 1), uma das características das pessoas que procuram desenvolver actividades na natureza é o facto de

não gostarem de ficar em locais com muitas pessoas (Valentine, 1994). Contudo, os trilhos multifuncionais podem juntar pessoas que desenvolvem actividades diferentes. Num estudo realizado na Sierra Nevada, Califórnia/ USA verificou-se que 4% dos cavaleiros não gostavam de se encontrar com pedestrianistas e cerca de 36% dos pedestrianistas não gostavam de se encontrar com cavaleiros (Watson *et al*, 1994 citado por Newsome *et al*, 2002). Existem alguns estudos que reportam conflitos entre pedestrianistas e ciclistas de BTT (Noore, 1994; Cessford, 1995; Horn *et al*, 1994; Bjorkman, 1996 citados por Goeft e Alder, 2001). Também no caso da comparação entre estas duas modalidades, os conflitos são mais percebidos pelos pedestrianistas do que pelos ciclistas. No entanto, segundo Goeft e Alder (2001) existem poucas referências a acidentes entre ciclistas e pedestrianistas. Na generalidade, as preocupações centram-se na segurança, destruição do trilho, falta de preocupação ambiental e o uso inapropriado de tecnologia no meio natural.

Conclusão

Caminhar significou durante muitos anos apenas um acto de deslocação. Mas a partir do século XIX com o fenómeno da industrialização e com o surgimento do movimento romântico, as caminhadas na natureza começaram a ser vistas por outro prisma e começou-se a caminhar por lazer. Estes movimentos tiveram uma grande repercussão em alguns países da Europa que já têm uma longa tradição na prática de caminhadas, como é o caso da Inglaterra e da França, no entanto o âmbito da actividade desenvolveu-se de forma bastante distinta. No Reino Unido a actividade tem-se desenvolvido de uma forma menos estruturada, comparado com a França que possui um organismo central (FFRP) que regula todos os assuntos ligados ao trilho pedestre.

Actualmente, existem muitas actividades de lazer e turismo que têm como base caminhar, sendo a actividade de caminhar na natureza por trilhos devidamente sinalizados designado de pedestrianismo. Os percursos sinalizados para a prática de pedestrianismo são designados em Portugal de “trilhos pedestres”.

O trilho pedestre pode ser utilizado como uma infra-estrutura de lazer e recreio pelas populações locais, mas pode também ser um elemento central e complementar de um produto turístico, cuja implementação é pouco dispendiosa e que vai de encontro às novas tendências turísticas. O trilho pedestre permite ao turista o desenvolvimento de uma actividade de contacto bastante directo com a natureza, enquadrando-se nas formas de turismo baseadas na natureza, como o ecoturismo. Pode representar um desafio, enquadrando-se no turismo de aventura. Pode permitir ainda o contacto directo com as comunidades locais e com o património construído ao longo do percurso, apresentando assim numa óptica de turismo cultural. Esta actividade pode também trazer benefícios económicos para as populações locais e fomentar a preservação do meio natural e cultural, indo de encontro aos princípios da sustentabilidade. O trilho pedestre pode também contribuir para complementar outras actividades como é o caso do alojamento turístico, estabelecimentos de restauração e empresas de animação.

O número de pedestrianistas na Europa é bastante elevado. Por exemplo, cerca de 30% dos suecos caminha nas florestas e em caminhos rurais e cerca de 50% dos Ingleses também têm o hábito de caminhar em espaços naturais. Num estudo desenvolvido pela MINTEL (2003) verificou-se que o mercado Europeu do turismo de aventura está a crescer e que o principal produto desenvolvido na Europa para este segmento inclui o trilho pedestre.

Em Portugal o pedestrianismo começou associado ao movimento campista e nunca tomou as proporções de países como a França e o Reino Unido. A actividade tem vindo a ser desenvolvida em inúmeros trilhos pedestres, mas o primeiro trilho homologado surgiu apenas em 1997. Ao nível do turismo, Portugal é um país com uma forte incidência no produto “sol e praia”. Contudo o país possui um elevado conjunto de recursos para a prática de pedestrianismo, podendo este vir a constituir um elemento de atracção e fixação de turistas e assim uma fonte de receitas alternativa para as regiões do interior, permitindo, entre outros, a fixação da população jovem. Por um lado, pode fomentar o comércio, o desenvolvimento de empresas de animação, a restauração e o alojamento. Mas também pode ser uma fonte directa de emprego, por exemplo, através da formação de técnicos de trilhos pedestres que teriam a competência de fazer a marcação dos trilhos, de acordo com as normas internacionais, desenvolver o trabalho de campo, desde o levantamento de

recursos, a pesquisa de mercado até à implementação do trilho, e posteriormente, a divulgação e animação das infra-estruturas implementadas.

O trilho pedestre está actualmente, a ser gerido pela Federação Portuguesa de Campismo (FPC), a única entidade nacional que pode intervir a nível da homologação dos trilhos, no entanto, recentemente surgiu outra entidade com ambições de intervir neste domínio, a Federação de Montanhismo e Escalada (FME). Assim, assiste-se actualmente a “uma guerra de competências”. Contudo, a FME tem vindo a propor a construção de parcerias para que o desenvolvimento do trilho pedestre se desenrole de uma forma sustentada e ordenada. Como o desenvolvimento de uma rede de trilhos pedestres homologados a nível nacional ainda se encontra numa fase embrionária, torna-se pertinente introduzir medidas que permitam zelar pelo ordenamento e controlo dos trilhos pedestres de uma forma sustentada.

O trilho pedestre, como base de um produto turístico, é complexo e heterogéneo, uma vez que agrega elementos de natureza diferente. Por um lado, integram-se as componentes de âmbito comercial, e por outro lado, os bens livres que geralmente constituem a parte fundamental do produto. São elementos difíceis de quantificar e que pertencem tanto a privados como ao sector público. Assim, o desenvolvimento deste produto turístico depende muitas vezes da interacção entre diversas entidades que variam entre autarquias, associações e agentes privados, onde as parcerias se tornam fundamentais. Por outro lado, o trilho pedestre é uma infra-estrutura que pode causar impactos, tanto económicos como ambientais. Para permitir uma maximização dos benefícios estudos de mercado e relativos à capacidade de carga dos trilhos são essenciais.

Por outro lado, não se verifica um grande esforço de promoção existe a nível nacional para a frequência de trilhos pedestres. O pedestrianismo foi considerado uma actividade saudável a nível governamental, tendo sido criada uma parceria entre a FPC e o Instituto do Desporto, no âmbito do programa “Portugal saudável”. Também foi publicado um pequeno manual com dados bastante úteis para quem pretende praticar esta actividade. Bem como brochuras informativas, embora frequentemente, difíceis de adquirir. Uma das formas de minorar este problema seria através da venda destas brochuras em

estabelecimentos próximos do trilho e até através da entidade que homologa os trilhos, o que poderá reverter para a manutenção do trilho.

Outro problema associado aos trilhos reside na falta de estudos sobre a procura e sobre o que poderia levar os portugueses a desfrutar mais desta actividade. Por isso consideramos pertinente realizar um estudo a esse nível. A próxima parte do relatório centra-se no desenvolvimento da parte empírica, onde se pretende identificar o perfil do segmento que frequenta os trilhos pedestres, a nível das suas características demográficas, estilo de vida, sensibilidade ambiental e percepção afectiva face à natureza. Outro objectivo será identificar as diferenças e similaridades entre os turistas que frequentam trilhos pedestres e os que não desenvolvem actividades nesse âmbito.

PARTE II – COMPONENTE EMPÍRICA

Capítulo 5 - Metodologia

A primeira parte do trabalho destinou-se a apresentar a revisão bibliográfica sobre os assuntos mais pertinentes ligados à temática do “trilho pedestre “. Nesta parte vamos apresentar o trabalho empírico. Primeiro será desenvolvida a metodologia aplicada, seguindo-se a apresentação dos resultados de um inquérito e a conclusão geral do trabalho.

5.1- Estratégia metodológica

Para o desenvolvimento deste estudo optou-se pelo método dedutivo. Segundo Blaikie (2000) este método foi desenvolvido por Popper, fundador do racionalismo crítico. Este método pressupõe que toda a recolha de informação é selectiva e envolve interpretação do observador que depois desenvolve uma lógica apropriada. Para se recolher dados úteis, torna-se necessário primeiro saber o que procurar. É necessário existir uma tentativa de resposta a questões do tipo “porquê”, as hipóteses que derivam de uma teoria fornecem uma direcção para a recolha de informação. O objectivo é verificar se os dados confirmam as hipóteses sugeridas.

5.2 - Problema

O trilho pedestre é uma infra-estrutura que exige reactivamente poucos recursos financeiros para ser implementada e, se for devidamente gerida, pode beneficiar regiões e outras infra-estruturas turísticas como, por exemplo, unidades de TER, e outro tipo de alojamento turístico, bem como unidades de restauração e estabelecimentos comerciais (ver Capítulo 4).

Contudo, o trilho pedestre é uma infra-estrutura que começou a ser implementada oficialmente em Portugal somente desde 1997 data em que foi homologado o primeiro trilho com normas standardizadas (ver Capítulo 4). Desde então muitas entidades têm vindo a desenvolver esforços para implementar trilhos em vários pontos do país. No entanto, não existem estudos sobre a procura e sobre os utilizadores desta infra-estrutura em Portugal. Sem esses dados o desenvolvimento do turismo pedestre e de outros produtos de turismo e lazer associados carecem de uma orientação estratégica.

Como o trilho pedestre tem sido identificado como um elemento com grande potencial para a atracção e fixação de turistas e assim para o desenvolvimento económico de algumas áreas naturais importa analisar como esta infra-estrutura pode ser potenciada, com base num melhor conhecimento da sua procura efectiva e potencial.

5.3- Motivos e metas

Este projecto de investigação tem o intuito de estudar o mercado do trilho pedestre em Portugal. Como não existem estudos em Portugal sobre esta temática pretendemos fazer uma análise exploratória que poderá dar pistas para posteriores investigações neste âmbito. Pretende-se contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno do pedestrianismo em Portugal, bem como do seu potencial de desenvolvimento.

5.4- Questões e objectivos

O objectivo deste estudo centra-se na compreensão do fenómeno do pedestrianismo em Portugal, mais especificamente no conhecimento do perfil dos actuais utilizadores bem como na identificação de diferenças e similaridades entre estes e os turistas que não frequentam trilhos pedestres. Pretende-se, assim, caracterizar o segmento que frequenta os trilhos pedestres a nível do seu perfil, estilo de vida, sensibilidade ambiental e percepção afectiva face à natureza, considerando ainda possíveis diferenças entre o pedestrianista nacional e estrangeiro. Para além disso, visa identificar as estratégias que se podem desenvolver face às características dos segmentos analisados. Face a estes objectivos, formulou-se um conjunto de hipóteses. A formulação destas hipóteses permitiu orientar a

elaboração das perguntas a inserir no questionário, com base na identificação das construções centrais de análise.

Hipótese 1 – Existe um “mercado do trilho pedestre”, isto é, sugere-se a existência de um grupo de pessoas que procura frequentemente trilhos pedestres no âmbito das suas actividades de lazer e de férias.

Num estudo realizado em algumas áreas naturais (ver página 110) verificou-se que grande parte dos turistas praticou uma caminhada na natureza (Rodrigues e Marinho, 1999).

Hipótese 2 – Há diferenças significativas entre pedestrianistas e não pedestrianistas no que respeita a atitudes, percepções e comportamentos referentes à natureza.

H2.1 – Sugere-se que os pedestrianistas tenham uma percepção afectiva favorável face à natureza, quando comparados com os não pedestrianistas.

O trilho pedestre é uma infra-estrutura que permite o contacto directo com a natureza. Apesar de não haver estudos que verifiquem directamente o comportamento dos pedestrianistas verificou-se que as pessoas possuem preferências ambientais diferentes (Russel e Lanius, 1994, Porteous, 1996- ver Capítulo 1). Entendemos que estas preferências diferentes tenham impacto no seu comportamento face à natureza, sobretudo na procura ou não do contacto com a mesma.

H2.2 – Sugere-se que os pedestrianistas manifestem comportamentos diários que reflectem uma maior sensibilidade ambiental, quando comparados com os não pedestrianistas.

Segundo Orams (1997) a prática de actividades de ecoturismo podem levar os turistas a desenvolver uma maior sensibilidade ecológica. Como na generalidade os pedestrianistas são turistas que já apresentam alguma experiência em actividades ligadas à natureza, pressupõe-se que estes apresentem uma maior preocupação ambiental no quotidiano.

H2.3 – Sugere-se que os pedestrianistas apresentem um comportamento geral de férias que reflecte um maior interesse na natureza e em actividades físicas.

Num estudo aplicado ao mercado dos jovens na Universidade de Aveiro (N= 281), foram identificados os quatro segmentos "aventureiros", "amantes da natureza", "entusiastas da cultura" e "turistas urbanos". Quando se compararam as preferências por produtos

turísticos verificou-se que o grupo dos "aventureiros", preferia praticar turismo activo e turismo rural e os "amantes da natureza" preferiam ecoturismo (Kastenholz *et al*, 2004a).

H3 - Há diferenças significativas entre os pedestrianistas nacionais e estrangeiros a nível de atitudes, percepções e comportamentos referentes à natureza:

H3.1 – Sugere-se que os pedestrianistas nacionais manifestem comportamentos diários que reflectem uma menor sensibilidade ambiental, quando comparados com os pedestrianistas de outras nacionalidades.

Em Portugal as medidas para fomentar um comportamento ecológico, são bastantes recentes³³ (Gomes, 2004; Secretaria de Estado da Juventude, 2004). Também num estudo sobre o turismo rural no norte de Portugal (Kastenholz, 2000) verificou-se que os turistas estrangeiros eram mais sensíveis à conservação do meio rural natural.

H3.2 – Sugere-se que os pedestrianistas nacionais apresentem um comportamento geral de férias que reflecte um menor interesse na natureza e em actividades físicas.

Segundo os dados da DGT referentes às férias dos portugueses (ver Capítulo 2), a principal motivação de férias dos portugueses, as actividades desenvolvidas com mais regularidade e os locais preferidos estão ligados ao ambiente de sol e praia e ao litoral nacional, o que se enquadra mais num tipo de férias hedonistas e de relaxamento. Num estudo desenvolvido ao mercado do turismo rural no norte de Portugal verificou-se que os turistas de nacionalidade estrangeira apresentava um maior interesse em apreciar o ambiente natural e gostariam que houvesse uma maior oferta de trilhos pedestres (Kastenholz, 2000).

33 Apenas em 1986 na publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, se vem a reconhecer a Educação Ambiental nos novos objectivos de formação dos alunos, definição abrangente a todos os níveis de ensino. Apesar de uma evolução lenta e de um quadro ampliado de protagonistas, as participações comunitárias e as prioridades políticas de cada país acabaram por marcar decisivamente a dimensão, quantitativa e qualitativa, da aposta na Educação Ambiental. A nível do movimento associativo, existe actualmente uma relativa percentagem de ONG que se auto-intitulam organizações que operam na área da educação ambiental, e esta tendência tem vindo a aumentar, ainda que modestamente, nos anos mais recentes (Secretaria de Estado da Juventude, 2004).

5.5- Conceitos e a sua operacionalização

Os principais conceitos³⁴ a investigar são os seguintes:

- Comportamento geral de férias: períodos de férias, actividades desenvolvidas;
- Motivações gerais de férias: motivação geral para viajar;
- Motivações e atitudes e comportamentos relacionados com o pedestrianismo: motivações para frequentar um trilho pedestre e comportamento durante a pratica desta actividade;
- Comportamento ambientalmente responsável: acções individuais que preservam a natureza no quotidiano;
- Preferência ambiental: paisagem preferida e paisagem natural preferida;
- Percepção afectiva face à natureza: sentimentos perante a natureza;

Para se complementar o estudo também considerar-se-à o:

- Perfil sócio – demográfico

5.6- Elaboração do questionário

O questionário foi elaborado com base em:

- Pesquisa bibliográfica sobre as temáticas desenvolvidas nos primeiros quatro capítulos desta tese;
- Entrevistas de carácter exploratório a frequentadores de trilhos pedestres. Após a revisão bibliográfica tornou-se necessário desenvolver um estudo preliminar (Hill e Hill, 2000) para especificar alguns itens no contexto dos “atributos importantes para frequentar um trilho pedestre”, das “motivações para frequentar um trilho pedestre”, dos “factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre” e dos “aspectos que poderiam ser melhorados num trilho pedestre”. Assim, foi aplicada

³⁴ Um conceito é uma abstracção a partir de acontecimentos percebidos ou uma representação resumida de uma diversidade de factos. O seu objectivo é simplificar o pensamento ao colocar alguns acontecimentos sob o mesmo título geral (Sarantakos, 2002; Selltiz *et al*, 1974).

uma entrevista semi-estruturada a um grupo de pessoas (N= 15) que cumpriam os seguintes requisitos:

- Terem frequentado, pelo menos uma vez, um trilho pedestre;
- Gostarem de passear na natureza.
- Aplicação de questionário com uma questão fechada constituída por um conjunto de itens, ligados a actividades desenvolvidas durante as férias, a um grupo de pessoas (N= 20) que variavam entre frequentadores de trilhos e pessoas que nunca tenham frequentado uma infra-estruturas destas. Este estudo preliminar serviu de base à elaboração da questão "actividades desenvolvidas durante as férias".
- Orientações dadas por especialistas ligados à temática dos trilhos pedestres, nomeadamente, pessoas ligadas ao ICN (Instituto Nacional de Conservação da Natureza) e à Federação Portuguesa de Campismo.

5.6.1 -Operacionalização dos conceitos:

As temáticas contidas no questionário advêm, como visto, da revisão bibliográfica efectuada e pretendem responder ao objectivo do trabalho. Segundo Fowler (1998) existem cinco critérios que são fundamentais para avaliar a qualidade das questões:

- As questões devem de ser compreensíveis;
- As questões têm que ser correctamente administradas ou comunicadas aos inquiridos;
- O que constitui uma resposta adequada deve ser claramente comunicado ao inquirido;
- A menos que o objectivo seja medir o conhecimento, todos os inquiridos devem ter acesso à informação necessária para responder correctamente à questão;
- Os inquiridos devem estar aptos a responder às questões colocadas.

Se as questões obedeceram a estes cinco princípios, o questionário estará apto a ser colocado em prática. Para verificar se as questões do questionário obedeciam a estas condições foi aplicado um pré-teste que confirmou a adequação do questionário para os fins pretendidos (ver ponto 5.2). Neste questionário optou-se por colocar questões abertas para suscitar respostas mais variadas e perguntas fechadas que facilitam o tratamento e

análise dos dados. Antes de se explicar o modo de aplicação do questionário, descrever-se-ão as questões que foram utilizadas e a forma da sua operacionalização.

a) Dados sócio-demográficos:

- Nacionalidade - questão aberta;
- Distrito de residência - questão aberta, colocada apenas aos inquiridos de nacionalidade portuguesa;
- Habitat - questão fechada, com as opções: “cidade”, “vila” e “campo” indicada apenas nos questionários dedicados aos pedestrianistas;
- Sexo - questão dicotómica com as opções feminino e masculino;
- Nível de instrução completo - questão fechada com as opções, “nenhum”, “escola primária”, “ensino preparatório”, “ensino secundário/ técnico-profissional”, “ensino superior”, “outro” (qual);
- Profissão - questão aberta

b) Comportamento geral de viagem

- Distribuição das férias ao longo do ano - questão fechada (“Janeiro”, “Fevereiro”, “Março”, “Abril”, “Maio”, “Junho”, “Julho”, “Agosto”, “Setembro”, “Outubro”, “Novembro” e “Dezembro”);
- Actividades desenvolvidas ao longo das férias - questão com uma escala de Likert com uma classificação de 1 (muito poucas vezes) a 5 (sempre). Após uma revisão bibliográfica considerou-se pertinente analisar um conjunto de itens ligados a actividades efectuadas durante uma viagem turística. Segundo Lang *et al* (1993) identificar segmentos com base em actividades turísticas é muito interessante para se poder desenvolver pacotes turísticos. Assim escolheu-se um conjunto de actividades propostas num estudo realizado por estes autores e que tinha como base uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto³⁵. Tendo como base esses itens, pediu-se a um grupo de 20 pessoas que variavam entre pessoas que frequentam trilhos pedestres e não utilizadores desta infra-estrutura para escolherem 18 actividades

³⁵ Este estudo tinha como finalidade identificar segmentos por actividades no mercado de mulheres japonesas que faziam viagens transatlânticas.

que gostam ou gostariam de praticar numa viagem turística (ver Tabela 2). Com base na preferência indicada por parte de, pelo menos, 50% do grupo em análise.

Tabela 2: Actividades desenvolvidas numa viagem de turismo

Itens	Itens
1- Assistir a concertos	20- Passeios pelo campo
2- Assistir a festivais	21- Visitar locais com natureza selvagem
3- Assistir e eventos desportivos	22- Visitar parques naturais/ florestas
4- Escalada/ caminhadas	23- Visitar parques temáticos
5- Conhecer os habitantes	24- Jogar/ frequentar casinos
6- Restaurantes/ comer fora	25- Visitar familiares e amigos
7- Pescar	26- Visitar galerias e museus
8- Pequenas visitas guiadas	27- Visitar montanhas
9- Praticar golfe/ ténis	28- Visitar locais de entretenimento
10- Praticar equitação	29- Visitar o litoral
11- Caçar	30- Visitar locais históricos
12- Observar a natureza	31- Visitar locais comemorativos
13- Provar comida típica local	32- Visitar locais arqueológicos
14- Fazer compras	33- Visitar locais militares
15- Visitar cidades	34- Visitar locais com um ponto cénico de marcada importância
16- Praticar ski	35- Desportos náuticos
17- Apanhar banhos de sol/ actividades de praia	36- Visitar termas
18- Nadar	37- Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro
19- Tirar fotos/ filmes	38- Fazer um cruzeiro nocturno

Nota: as actividades que se encontram a azul são as actividades escolhidas para integrarem o questionário

c) Motivação geral de férias

Segundo Ryan (1994), a motivação é um dos factores mais relevantes num estudo do comportamento do turista. Para este questionário utilizou-se uma questão fechada (ver Tabela 3) com base em várias classificações de motivações utilizadas por diversos autores.

Tabela 3: Motivações

Temáticas	Itens
Físicas (McIntosh e Goeldner, 1995)	Descansar e recuperar Desporto e actividade física
Culturais (McIntosh e Goeldner, 1995)	Visitar novos locais Aprender e experimentar culturas novas
Interpessoais (Fridgen, 1991)	Conhecer novas pessoas Visitar familiares e amigos
Escape (Crompton, 1979)	Escapar à vida quotidiana
Outras	Negócios e incentivos Outro (qual)

d) Preferência por um determinado tipo de paisagem

Os conceitos foram operacionalizados com base num estudo efectuado pela Universidade de Exeter (Burton, 1995) em que se pretendiam averiguar as preferências paisagísticas dos inquiridos. Dos termos utilizados nesse estudo adaptaram-se os seguintes itens:

- Paisagem preferida – questão fechada com os seguintes itens: “paisagem selvagem (não alterada pelo homem)”, “paisagem semi-natural mas humanizada”, “paisagem urbana”.
- Paisagem natural – questão fechada com os seguintes itens: “paisagem com pontos elevados (serra, montanha,...)”, “paisagem com arvores”, “paisagem com água (cursos de água, cascatas,...)”, “praia”, “paisagem com pouco relevo (planície,...)”, “paisagem agrícola variada”.

e) Comportamento ambientalmente responsável

Identificou-se um conjunto de afirmações que descrevem acções individuais quotidianas ligadas à preservação da natureza no quotidiano. As afirmações têm como base os critérios utilizados para o cálculo da pegada ecológica, nomeadamente, alojamento, alimentação, transportes, consumo, resíduos (ver Capítulo 3). Esta questão foi desenvolvida com uma escala tipo Likert, com uma classificação de 1 (muito poucas vezes) a 5 (muito frequentemente).

f) Percepção afectiva face à natureza

Esta escala tipo Likert com uma classificação de 1 (discordo plenamente) a 5 (concordo plenamente), foi desenvolvida com base em estudos efectuados por Russel e Lanius (1984) e por Stephen e Rachel Kaplan (1982 citados por MacAndrew, 1993)³⁶. Estes autores identificaram em vários estudos a existência de oito dimensões de percepção afectiva (“estimulo”, “excitação”, “agradável”, “relaxante”, “medo”, “ansiedade”, “aborrecimento” e “mistério”). A escala integrada no presente questionário permite indicar o grau de concordância com um conjunto de afirmações que reflectem estas dimensões afectivas.

g) Comportamento do pedestrianista

- Motivação para frequentar um trilho pedestre – questão semi-aberta (ver quadro 10), com apenas uma opção de resposta e que tem como base dados adquiridos num estudo exploratório (ver pagina 126);
- Principal fonte de informação – questão semi-aberta constituída pelos seguintes itens: “Agências de viagens”, “TV”, “mapa”, “recomendações de familiares e amigos”, “rádio”, “guia turístico”, “feiras/ eventos promocionais de turismo”, “brochura”, “Internet”, “Jornais/ Revistas”, “outro (qual) ”.
- Principal meio de transporte – questão semi-aberta constituída pelos seguintes itens: “automóvel próprio”, “moto/Motorizada”, “automóvel de familiares e amigos”, “veículo de aluguer com motorista”, “automóvel de aluguer sem motorista”, “transporte público”, “outro tipo de transporte (qual) ”.

36 Stephen e Rachel Kaplan (1982 citados por MacAndrew, 1993) desenvolveram um modelo que representa as dimensões da sensibilidade estética que o homem tem perante o ambiente natural. Segundo estes autores existem quatro factores que determinam a nossa reacção perante o ambiente: "coerência", "clareza", "complexidade" e "mistério". O factor coerência está ligado à forma como a cena está organizada e como o conjunto funciona como um todo. A complexidade reflecte a variedade de elementos que se encontram numa cena. A clareza e o mistério são propriedades que contemplam experiências futuras no ambiente. A clareza é o grau com o qual um ambiente pode ser analisado rapidamente, ou a propensão de alguém o poder explorar sem se perder. O mistério implica que uma cena contém mais informação do que aquela que pode ser vista num determinado momento, e que a pessoa pode aprender muito mais acerca do ambiente, caminhando por ele e explorando-o. Segundo MacAndrew (1993) muitos autores indicam que as pessoas percebem o mistério como uma qualidade distinta das paisagens naturais e que sentir mistério numa paisagem aumenta bastante a atractividade desta, excepto quando o mistério está associado a medo.

- Constituição do grupo de viagem – questão semi-aberta constituída pelos seguintes itens: “sozinho”, “com amigos”, “casal”, “casal com filhos”, “casal com filhos e outros familiares”, “com familiares e amigos”. E, ainda por uma questão aberta: n.º de pessoas do grupo.
- Forma de organização da visita – questão semi-aberta constituída pelos seguintes itens: “Agência de viagens / operador turístico”, “através do convite de um amigo residente”, “viagem colectiva organizada (excursão)”, “não foi feito qualquer tipo de planeamento com antecedência”, “outro (qual)”. Se os inquiridos escolhem a opção viagem colectiva organizada ainda podem indicar se a fizeram através de “escola/ universidade”, “pessoa individual”, “associação recreativa”, “Câmara Municipal” ou “outra entidade”.
- Alojamento – questão semi-aberta constituída pelos seguintes itens: “Hotel” e respectiva classificação, “Pensão/Albergaria” e respectiva classificação, “Turismo em Espaço Rural (Turismo de Habitação, Agro-turismo, Turismo de aldeia, Casa de Campo)”, “Estalagem”, “Motel”, “Pousada”, “Parque de Campismo”, “Casa de Familiares e Amigos”, “residência Secundária”, “outro (qual)”.
- Distancia do trilho pedestre – questão fechada com os seguintes itens: “Menos que 1 Km”, “entre 1 a 10 Km”, “entre 11 a 20 Km”, “entre 21 a 30 Km”, “mais de 30 Km”.
- Padrão dos gastos - questão fechada com os itens: “nada”, “0 a 10” de “10,1 a 25”, “25,1 a 50” de “50,1 a 75” de “75,1 a 100”, “mais de 100” e “não sabe”.
- Atributos importantes para visitar um trilho pedestre – escala de Likert com uma classificação de 1 (nada importante) a 5 (muito importante). Estes itens foram escolhidos tendo como base o estudo exploratório indicado na página 125. Esta questão é constituída pelos itens indicados no quadro 11.
- Factores constringedores para a visita de um trilho pedestre – escala tipo Likert de 1 (muito inibidor) a 5 (motivador). Estes itens foram escolhidos tendo como base o estudo exploratório indicado na página 125. A questão é constituída pelos itens indicados no quadro 11.
- Aspectos que poderiam ser melhorados num trilho pedestre – questão semi-aberta que tem como base o estudo exploratório indicado na página 125, constituída pelos itens indicados no quadro 11.

Quadro 11: Itens recolhidos no estudo preliminar	
Principais motivos para frequentar um trilho pedestre	Atributos importantes para visitar um trilho pedestre
Actividade física Respirar ar puro Beleza paisagística Conhecer e interpretar o meio ambiente Calma/ sossego O gosto pelos espaços verdes/ natureza Ouvir os sons da natureza Gosto pelas caminhadas Isolamento da civilização Outro (qual)	Acessibilidades Trilho devidamente assinalado Existência de informação sobre os trilhos pedestres existentes (postos de turismo) Existência de serviço de guia Existência de interpretação Possibilidade de encontrar fauna e flora diferentes Proximidade a um curso de água Ser frequentado por poucas pessoas Silêncio Qualidade e estado da paisagem Existência de infra-estruturas de recolha de lixo ao longo do percurso (caixotes do lixo) Que seja um trilho novo (diferente) Grau de dificuldade do caminho Distância do percurso (muito longa) Distância do percurso (muito pequena)
Factores constringedores	Aspectos a serem melhorados nos trilhos pedestres
Ambiente natural descaracterizado Ausência de mapas Condições meteorológica Ser frequentado por muitas pessoas Acessos difíceis Dificuldade de socorro em caso de acidente Falta de atractivos naturais Falta de informação relativa ao trilho Inexistência de interpretação Inexistência de sinalização Passagem por locais muito perigosos Proximidade com áreas urbanas Falta de segurança dos trilhos Zonas com fraca vegetação	Bons acessos ao trilho Conservação da vegetação existente Campanhas de sensibilização para a frequência de percursos Criação de zonas de lazer e descanso Existência de guias Existência de controle/ segurança no caso de desorientação ou acidente Melhoria das condições de acesso Outros (quais)

5.7 - Execução do pré-teste do questionário

A realização do pré-teste permitiu identificar as grandes falhas e limitações do questionário, susceptíveis de alterações. O questionário foi aplicado a um grupo de 25 pessoas que tinham frequentado um trilho pedestre no Parque Nacional da Peneda-Gerês. O objectivo deste pré-teste era verificar, em condições reais, se os inquiridos

compreendiam o questionário e se as escalas apresentadas no questionário possuíam algum índice de fiabilidade³⁷.

A questão que reflecte o comportamento ambientalmente responsável tinha que ser clarificada no sentido de distinguir atitudes de comportamentos efectivos realizados no quotidiano. Após a aplicação do questionário verificou-se que os itens relacionados com valores de consistência interna muito razoáveis correspondiam às dimensões sugeridas por Russel e Lanius, por apresentavam um valor de alfa de Cronbach superior a 0.6³⁸, com excepção da dimensão designada “medo”. Em conversa com alguns dos inquiridos verificou-se que estes achavam as palavras associadas a este sentimento muito fortes, havendo frequentemente contradições. Mesmo assim considerámos pertinente manter a dimensão no questionário, por ser sempre referenciada na literatura sobre psicologia ambiental e por considerarmos importante explorar também as emoções mais fortes e porventura contraditórias (ver Tabela 4). Para além destes itens acrescentámos a componente “mistério” referenciada na literatura como relevante por Kaplan (ver Capítulo 1).

Tabela 4: Fiabilidade das escalas de medição da percepção afectiva face à natureza

Tema	Nº de itens	Alfa de Cronbach
Estímulo	3	.8262
Excitação	3	.8470
Agradável	3	.9414
Relaxar	3	.8875
Medo	3	.5561
Ansiedade	3	.7247
Aborrecimento	3	.9102

Nota: valores calculados com base nas respostas do pré-teste

Os inquiridos apresentaram alguma dificuldade em responder à questão "distribuição das férias ao longo do ano" (mês e respectivo número de dias), da forma como estava apresentada, havendo quem não se tivesse lembrado do número de dias que tinham tirado em alguns meses. Assim retirou-se o pedido para indicarem o número de dias.

³⁷ Diz-se que uma medida de uma variável é fiável se for consistente (Hill, 2000)

³⁸ Maior que 0.9-excelente; entre 0.8 e 0.9- bom; entre 0.7 e 0.8- razoável; entre 0.6 e 0.7- fraco; abaixo de 0.6- inaceitável (Hill e Hill, 2000)

5.8- Questionário definitivo

Após a realização do pré-teste introduziram-se as alterações necessárias e administraram-se os questionários definitivos (ver Anexo I, pag 214). Foram elaborados dois questionários distintos, um para os pedestrianistas nacionais e estrangeiros e outro para os não pedestrianistas, incidindo sobre as seguintes variáveis de análise (ver Quadro 12):

Quadro 12: Variáveis inseridas nos questionários	
Pedestrianistas	Não pedestrianistas
<ul style="list-style-type: none"> • Características sócio - demográficas dos visitantes : <ul style="list-style-type: none"> → idade, sexo, estado civil; → profissão, habilitações literárias, escalão de rendimento; → nacionalidade, residência (distrito) – local de origem do inquirido → Habitat (urbano versus rural) 	<ul style="list-style-type: none"> • Características sócio - demográficas dos visitantes: <ul style="list-style-type: none"> → idade, sexo, estado civil; → profissão, habilitações literárias, escalão de rendimento; → nacionalidade, residência (distrito) – local de origem dos inquiridos
<ul style="list-style-type: none"> • Motivação geral de férias 	<ul style="list-style-type: none"> • Motivação geral de férias
<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento geral de férias: <ul style="list-style-type: none"> → Distribuição das férias ao longo do ano → Distribuição de fins-de-semana fora de casa ao longo do ano 	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento geral de férias <ul style="list-style-type: none"> → Distribuição das férias ao longo do ano → Distribuição de fins-de-semana fora de casa ao longo do ano
<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento que antecede a visita a um trilho pedestre: <ul style="list-style-type: none"> → Fontes de informação utilizadas na escolha do trilho pedestre → Formas de organização da viagem 	
<ul style="list-style-type: none"> • Motivação para frequentar um trilho pedestre 	
<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento do visitante durante a frequência do trilho: <ul style="list-style-type: none"> → Constituição do grupo de viagem → Tipo de infra-estruturas e serviços turísticos utilizados (transporte, agências de viagens, empresas de serviços de lazer e recreio) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Atitudes dos visitantes em relação à utilização de trilhos pedestres <ul style="list-style-type: none"> → Aspectos motivadores → Aspectos constrangedores 	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos constrangedores ligados à visita de um trilho pedestre
<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos que são necessários desenvolver e dinamizar para tornar os trilhos pedestres mais atractivos 	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos que são necessários desenvolver e dinamizar para tornar os trilhos pedestres mais atractivos

5.9 - Administração do questionário

A população do inquérito foi dividida em dois grupos, os utilizadores de trilhos pedestres e aqueles que não usam esta infra-estrutura. Assim a amostra divide-se da seguinte forma:

- a) Utilizadores de trilhos pedestres (pedestrianistas): visitantes nacionais e estrangeiros, com idade superior a 15 anos que se encontrem a frequentar um trilho pedestre em Portugal no verão de 2003.
- b) Não utilizadores de trilhos pedestres: habitantes de Lisboa e do Porto, com idade superior a 15 anos, que nunca tenham frequentado um trilho pedestre.

Contudo não existem dados que permitam uma caracterização preliminar desta população, o que impossibilita a recolha de uma amostra representativa desta mesma população. Assim, optou-se por um processo de amostragem por clusters, (definidos pelo local e pela hora de inquirição),³⁹ procurando-se contudo diversificar o tipo de inquiridos e evitar enviesamentos excessivos na recolha de dados. No caso dos pedestrianistas procurou-se diversificar os tipos de trilhos (em termos de grau de dificuldade e área geográfica de inquirição), onde o questionário foi aplicado. No caso dos não pedestrianistas pretendeu-se aumentar o sucesso da inquirição através da escolha de locais de administração do questionário que se distinguem por uma grande afluência de uma grande diversidade de pessoas, nomeadamente, centros comerciais nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Como a pesquisa é de âmbito exploratório e face à escassez de tempo e recursos financeiros para a realização de um inquérito à larga escala definiu-se à priori que os inquiridos seriam divididos da seguinte forma:

- a. 100 Inquiridos não pedestrianistas
- b. 100 Inquiridos pedestrianistas nacionais
- c. 100 Inquiridos pedestrianistas estrangeiros

Esta divisão permitiria também uma comparação entre estes grupos, com base num número interessante de respostas em cada um. Os questionários foram aplicados por clusters definidos pelo local e pela hora durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro de

³⁹ Segundo Reis e Moreira (1988) este tipo de amostragem é particularmente útil quando a população se encontra dividida num número reduzido de grupos. O método consiste essencialmente em aplicar a amostragem aleatória a esses grupos.

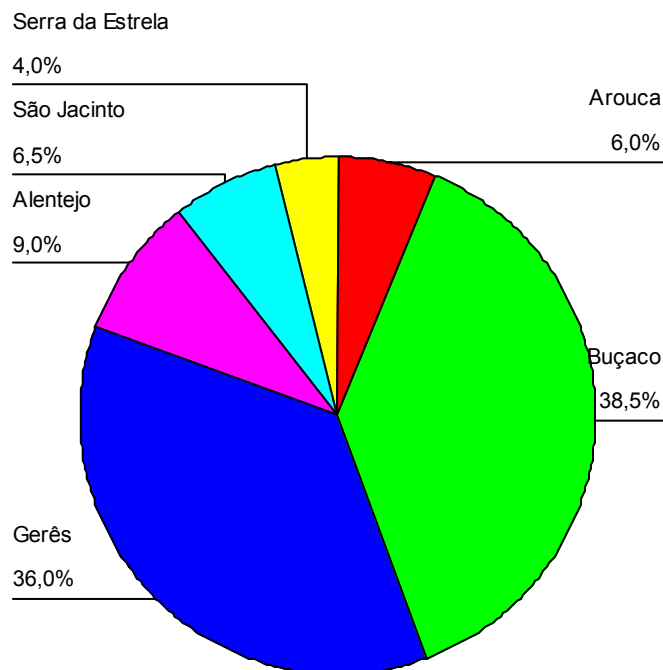
2003 em vários locais distintos (ver Figura 21). Grande parte dos questionários foi administrada através de entrevista para evitar enviesamentos e aumentar o número de respostas completas. Os questionários dirigidos aos não pedestrianistas foram aplicados nas cidades do Porto e Lisboa, por serem os principais centros emissores de turistas nacionais, segundo os dados divulgados pela Direção Geral de Turismo (ver Capítulo II).

Os questionários vocacionados para os pedestrianistas foram aplicados em várias áreas do país abrangendo trilhos de Pequena Rota mas com características paisagísticas distintas, nomeadamente:

- Arouca – “Caminhada Exótica” (PR16), trilho registado e homologado pela FPC, com 9 km de distância e com nível de dificuldade baixo/ médio;
- Serra da Estrela – “Trilho do Viriato”, com 7 Km
- Alentejo (Borba) – “São Gregorio” (PR1), trilho registado e homologado pela FPC, percurso circular com cerca de 8 km e com um nível de dificuldade fácil;
- Peneda - Gerês (Terras de Bouro) – “Trilho Cidade de Calcedónia” (PR1), trilho registado e homologado pela FPC, percurso circular com cerca de 9,3 km e com um nível de dificuldade média e alguns desníveis moderados;
- S. Jacinto (Aveiro) – “Trilho de Descoberta da Natureza”, inserido na Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, é um trilho com uma distância aproximada de 6 km, com um grau de dificuldade médio, e que não se encontra registado e homologado pela FPC;
- Buçaco – trilho com cerca de 5 km de distância⁴⁰ que não se encontra homologado pela FPC, mas que se encontra numa mata classificada como património nacional.

⁴⁰ “O “Bosque sacro”, dos Carmelitas Descalços do século XVII.... Mas é na mata nacional do Buçaco (monumento nacional desde 1943), com os seus 105 hectares e uma cerca de cinco quilómetros, que os turistas se rendem. Classificada pelos botânicos como um dos melhores arboredos da Europa e pelos poetas como o “altar da Natureza”, tem, no seu interior, cerca 700 espécies de árvores e plantas (muitas delas exóticas), o convento de Santa Cruz do Buçaco e o majestoso palácio neo-manuelino (Palace Hotel do Buçaco). Ao percorrermos as suas veredas, em passeios pedonais..., estaremos em plena floresta amazónica, na Tasmânia, com o Vale dos Fetos. Depois, encontramos as singelas ermidas, testemunho de oração e rigor carmelitas, enriquecidas com bonitos frontais de altar da azulejaria do século XVII”(Correia e Gonçalves, 2003).

Figura 21: Área de aplicação do questionário- pedestrianistas



5.10- Análise da informação

Os dados recolhidos foram tratados através do programa estatístico SPSS (versão 11.0). A análise univariada foi desenvolvida com o recurso à análise da distribuição de frequências, e dos indicadores de tendência central, como as médias e os desvios padrão, sempre que possível.

Para se efectuar a análise bivariada, no sentido de relacionar variáveis, utilizou-se:

- O teste do Q^2 , no caso das variáveis nominais;
- Teste de Mann-Whitney, no caso das variáveis ordinais, na análise de diferenças entre dois grupos.

Para além disso recorreu-se à análise factorial de componentes principais para identificar as dimensões subjacentes ao conjunto de itens utilizados para medir a sensibilidade ambiental. Em seguida apresentamos uma breve descrição destas técnicas.

a) Teste do Q^2

Esta técnica tem múltiplas aplicações e torna-se muito útil quando se deseja testar se as frequências observadas em determinada distribuição amostral diferem significativamente das frequências esperadas (Reis e Moreira, 1988).

Segundo Reis e Moreira, (1988) a utilização desta técnica em estudos de mercado permite testar dois tipos de hipóteses:

- a) Se as frequências observadas na amostra seguem na população determinada uma distribuição conhecida;
- b) O cruzamento das frequências amostrais de duas variáveis permite rejeitar ou não a hipótese de independência entre essas variáveis na população.

Para a utilização desta técnica tomou-se como pressupostos que o grau de significância do teste do Q^2 deva ser inferior a 0.05 e que não mais de 20% dos valores da frequência esperada assumam valores inferiores a 5 e nenhum assumam valores inferiores a 1 como sugerido por Pestana e Gageiro (1998).

Para facilitar a análise utilizaram-se os resíduos ajustados na forma estandardizada que dão uma informação imediata sobre as células que mais se afastam da hipótese de independência entre as duas variáveis⁴¹. As categorias das variáveis que mais contribuem para explicar a relação existente são as que apresentam resíduos superiores ao valor absoluto de dois. Os valores elevados dos resíduos indiciam assim uma relação de dependência entre as duas variáveis (Reis e Moreira, 1988).

b) Teste de Mann-Whitney

Quando a informação que se recolhe não obedece aos pressupostos dos testes paramétricos recorre-se a técnicas alternativas não-paramétricas (Black, 1999). Enquanto os testes paramétricos exigem que as variáveis tenham tratamento quantitativo, os testes não paramétricos podem aplicar-se a variáveis de nível ordinal, com pelo menos duas

⁴¹ O numerador destes resíduos é dado pela diferença entre os valores observados e os valores esperados enquanto que o denominador é uma estimativa do seu erro amostral (Reis e Moreira, 1988).

categorias (Ott, 1993; Pestana e Gageiro, 1998). Neste trabalho vai ser utilizada a técnica designada por teste de Mann-Whitney, porque este teste permite fazer uma análise a duas amostras independentes com variáveis de nível ordinal. Segundo Black (1999) este teste é o mais adequado para comparar dois grupos no caso das variáveis serem ordinais.

O teste de Mann-Whitney compara o centro de localização de duas amostras, como forma de detectar diferenças entre duas populações correspondentes. Em vez de se basear em parâmetros de distribuição normal, este teste baseia-se nas ordenações da variável (Pestana e Gageiro, 1998). Para se utilizar esta técnica estabeleceu-se a exigência de o nível de significância ser inferior a 0.05, para se rejeitar a hipótese nula da igualdade em tendência central.

c) Análise factorial

A análise factorial foi inicialmente utilizada por Spearman em 1904 no âmbito de um estudo sobre o desempenho escolar (Sharma, 1996). Desde então a utilização da análise factorial pelas ciências sociais tornou-se bastante usual. A análise factorial recorre a uma variedade de técnicas estatísticas que têm como objectivo comum reduzir o número de variáveis de um determinado conjunto (Lewis-Beck, 1989). Esta técnica pode ser utilizada como um meio de obter um número mínimo de factores hipotéticos que podem explicar a variância⁴², existente num conjunto de dados (Lewis-Beck, 1989).

Os objectivos da utilização da análise factorial são (Sharma, 1996):

- a) Identificar o menor número possível de factores comuns;
- b) Identificar através da rotação dos factores, a solução de factores mais plausível i.e. de melhor interpretação;
- c) Calcular o padrão e a estrutura dos *loadings*⁴³, as comunalidades⁴⁴ e a variancia única das variáveis individuais consideradas;

⁴² A variância de uma população é o somatório, para todos os indivíduos, do quadrado dos desvios dos valores observados relativamente à média, dividido pelo número total de observações (Reis e Moreira, 1988).

⁴³ *Factor loading* é a correlação (ou então o peso da regressão) de uma variável, com o factor (Aaker *et al*, 1990)

- d) Fornecer uma interpretação para os factores comuns;
- e) Se necessário, calcular os *scores* factoriais, i.e. os valores atribuídos a cada caso, reflectindo a importância do factor para cada inquirido.

Existem várias técnicas de análise factorial. Mas a análise factorial de correspondências e a análise factorial das componentes principais são as duas técnicas que se utilizam com mais frequência (Sharma, 1996). Por exemplo, a análise factorial de componentes principais é uma ferramenta bastante útil no estudo dos estilos de vida, para reduzir um número elevado de medidas de actividades, interesses e opiniões dos inquiridos a um número menor de factores do estilo de vida (Reis e Moreira, 1988).

A análise de componentes principais é um método estatístico multivariado que permite transformar um conjunto de variáveis iniciais correlacionadas entre si, noutro conjunto com um menor número de variáveis não relacionadas (ortogonais) e designadas por componentes principais que resultam de combinações lineares das variáveis iniciais e que reduz a complexidade de interpretação dos resultados (Pestana e Gageiro, 1998). As componentes principais são calculadas por ordem decrescente de importância. A última componente principal será a que menor contribuição dá para a explicação da variância total dos dados originais. Cada combinação linear explica o máximo possível da variância não explicada e terá de ser ortogonal a qualquer outra combinação já definida (Reis e Moreira, 1988).

Para se definir o número de factores existem vários critérios (Hair *et al*, 1995):

- Critério de Kaiser: (valores próprios ou *eigenvalues*⁴⁵ maiores que 1): este método é escolhido quando o número de variáveis é inferior a 30.
- Critério à priori: aplica-se quando o investigador define à priori o número de factores a serem extraídos.
- Critério da percentagem da variância: nas ciências naturais o critério é um mínimo de 95% da variância explicada. Nas ciências sociais o valor situa-se nos 60%.

⁴⁴As communalidades representam a proporção da variância de cada variável explicada pelas componentes principais retidas (Pestana e Gageiro, 1998)

⁴⁵ O *eigenvalue* representa a variância da variável original associada com um factor (Aaker *et al*, 1990)

- Critério do *scree plot*: este método é bastante similar ao critério de Kaiser, no entanto verificamos o número de factores através do gráfico dos *eigenvalues* dos factores e verificamos se há factores que ficam abaixo, mas próximos do valor 1, e cuja integração no modelo poderá ser oportuna.
- Heterogeneidade dos respondentes: é usado quando se pretende identificar factores que discriminam melhor entre os subgrupos de uma amostra. Resulta de uma análise das soluções obtidas com base nos métodos indicados anteriormente.
- Sumário dos critérios da selecção dos factores: na maioria dos casos os investigadores usam um só critério para definir os factores. No entanto, a extracção através de outros critérios também é analisada para se identificar a melhor solução.

Para facilitar a análise dos dados recorre-se à rotação dos factores extraídos, tornando os *loadings* elevados ainda mais elevados e os *loadings* baixos ainda mais baixos, procurando assim fazer desaparecer os valores intermédios (Pestana e Gageiro, 1998). A rotação pode ser ortogonal ou oblíqua. O método mais popular é o ortogonal. Neste método os factores rodados são ortogonais em relação aos outros, o que facilita a interpretação dos resultados (Sharma, 1996). A rotação ortogonal Varimax é o método utilizado com maior frequência. O objectivo principal do método Varimax é minimizar o número de variáveis com elevados *loadings* num factor. Em geral são considerados significativos os *loadings* iguais ou superiores a 0.5 (Pestana e Gageiro, 1998).

Segundo Pestana e Gageiro (1998) os critérios utilizados para validar a análise factorial são os seguintes:

- A Matriz das correlações, que mede a associação linear entre as variáveis através do coeficiente de *Pearson*, deve apresentar um número razoável de correlações entre variáveis.
- O indicador Kaiser Meyer Olkin (KMO), que compara as correlações simples com as parciais observadas entre variáveis, em que valores entre 1 a 0.9 são muito bons, de 0.8 a 0.9 são bons, de 0.7 a 0.8 são médios, de 0.6 a 0.7 são razoáveis, de 0.5 a 0.6 são maus e valores menores inaceitáveis.
- O Teste de esfericidade de Bartlett é usado para testar a hipótese da matriz das correlações ser a matriz identidade com determinante igual a 1. Quando o nível de

significância é inferior a 0.05 assume-se a rejeição desta hipótese, o que confirma a correlação entre as variáveis.

- A Matriz anti-imagem mede a adequação amostral de cada variável para o uso da análise factorial, onde pequenos valores na diagonal podem levar à eliminação da variável. A medida utilizada designa-se por MSA (observa-se na diagonal da matriz) e quanto mais elevados forem os valores melhor resulta a análise factorial.
- Comunalidades, que representam a proporção da variância de cada variável explicada pelas componentes principais retidas. Após a extracção dos factores as comunalidades variam entre 0 e 1. Quando os valores estão muito próximos de 0 não explicam nenhuma variância e quando se aproximam de 1 a variância vai sendo gradualmente melhor explicada.

Capítulo 6 - Inquérito dirigido ao mercado efectivo e potencial de trilhos pedestres em Portugal

Os dados seguidamente apresentados têm como base um questionário (N=300) aplicado em trilhos pedestres nacionais e nas cidades de Lisboa e do Porto (ver Metodologia). Apresentar-se-ão os resultados do inquérito, tanto a nível agregado, como dando ênfase a algumas diferenças entre os três grupos centrais de análise (não pedestrianistas, pedestrianistas nacionais e pedestrianistas estrangeiros).

6.1 – Perfil sócio-demográfico da amostra

A amostra apresenta uma proporção aproximadamente igual entre homens e mulheres (ver Tabela 5). Grande parte dos inquiridos situa-se numa faixa etária que se estende entre os 25 e os 54 anos (69,7%). Na amostra existem poucos inquiridos com mais de 55 anos. Mais de metade dos inquiridos (54.3%) frequentou o ensino superior, ou o ensino secundário (41.3%). Este facto reflecte-se a nível das profissões, em que se verifica que muitos dos inquiridos exercem funções a nível de quadros superiores e médios (29.3%). No entanto, também existem muitos estudantes (19.6%) e empregados do comércio e indústria (17.6%) na amostra.

Tabela 5: Dados sócio-demográficos

	Frequência	%
Sexo		
Feminino	149	49.7
Masculino	151	50.3
Idade		
15-24 anos	58	19.3
25-34 anos	102	34.0
35-44 anos	69	23.0
45-54 anos	38	12.7
55-64 anos	19	6.3
Mais de 64 anos	14	4.7
Nível de instrução		
Escola primária e ensino preparatório	11	3.6
Ensino secundário/ Técnico profissional	115	38.3
Ensino superior	163	54.3
Não respondeu	11	3.6
Profissão		
Quadros superiores e médios	88	29.3
Empregados do comércio e indústria	53	17.6
Patrões e proprietários agrícolas	5	1.6
Operários assalariados	20	6.6
Serviços e outras profissões	35	11.6
Estudantes	59	19.6
Domésticas	5	1.6
Reformados	14	4.6
Não respondeu	21	7

Se compararmos pedestrianistas e não pedestrianistas verifica-se que a idade dos inquiridos está relacionada com o facto de praticar ou não pedestrianismo ($Q^2 = 15455$; $\alpha = 0,000^{46}$). Os pedestrianistas apresentam uma forte tendência para se situarem nas faixas etárias dos jovens e de meia-idade (ver Tabela 6). Talvez por o pedestrianismo ser uma actividade que implica algum esforço físico, verificamos que o grupo dos mais idosos (inquiridos com mais de 55 anos) tendem a praticar esta actividade menos do que era de esperar. Entre os pedestrianistas de nacionalidade portuguesa e estrangeira não se verificam diferenças significativas a nível da idade.

46 Em todas as tabelas cruzadas que apresentam a comparação entre dois grupos, efectuada com o teste do Q2, os resultados estão apresentados da seguinte forma: frequência, frequência esperada entre parêntesis e, em baixo, o respectivo valor residual standardizado. Os respectivos outputs do SPSS encontram-se no Anexo II, pag. 238-254.

Tabela 6: Idade dos inquiridos
(pedestrianistas/ não pedestrianistas)⁴⁷

	Não	
	Pedestrianistas	pedestrianistas
Jovens	42(38.7)	16(19.3)
	1	-1
Meia idade	146(139.3)	63(69.7)
	1.8	-1.8
Mais idosos	12(22.0)	21(11.0)
	-3.9	3.9

Também o nível de instrução mostra uma relação com a prática de pedestrianismo ($Q^2=16925$; $\alpha =0.000$). Para se efectuar este teste foi necessário retirar o item “Escola primária” porque muito poucos inquiridos responderam a este item. Segundo a Tabela 7 verifica-se que os pedestrianistas possuem um nível de instrução mais elevado. Entre os pedestrianistas de nacionalidade portuguesa e estrangeira não se verificam diferenças significativas a nível da escolaridade.

Tabela 7: Nível de instrução (pedestrianistas/ não pedestrianistas)

	Não	
	Pedestrianistas	Pedestrianistas
Ensino primário e preparatório	5(7.4)	6(3.6)
	-1.6	1.6
Ensino secundário/ profissional	64(76.6)	51(37.4)
	-3.5	3.5
Ensino Superior	126(110.0)	38(53.0)
	4.1	-4.1

Também a profissão dos inquiridos está relacionada com a prática do pedestrianismo ($Q^2 = 26147$; $\alpha = 0,000$). Para se efectuar o cruzamento das variáveis retiraram-se as categorias

⁴⁷ Para a utilização desta técnica tomou-se como pressupostos que o grau de significância seria de $<0,05$ e que não mais de 20% dos valores da frequência esperada assumiram valores inferiores a 5 e nenhum assumiria valores inferiores a 1.

“Patrões e proprietários agrícolas” e “Domésticas” por apresentarem um número de frequências bastante reduzido. Verificou-se que existe uma maior incidência de pedestrianistas com profissões ligadas a “Quadros superiores e médios”. Os não pedestrianistas exercem tendencialmente profissões mais ligadas ao comércio e à indústria (ver Tabela 8). Houve ainda uma maior incidência no grupo dos reformados, como era de esperar, considerando a relação entre idade e pedestrianistas, anteriormente referida.

Tabela 8: Profissão dos inquiridos (pedestrianistas/
não pedestrianistas)

	Não	
	Pedestrianistas	pedestrianistas
Quadros superiores e médios	20 (30.1)	68 (57.9)
	-2.8	2.8
Empregados do comércio e indústria	27 (18.1)	26 (34.4)
	2.9	-2.9
Operários assalariados	4 (6.8)	16 (13.2)
	-1.4	1.4
Serviços e outras profissões	12 (12.0)	23 (23.0)
	0.0	0.0
Estudantes	18 (20.2)	41 (38.8)
	-0.7	0.7
Reformados	11 (4.8)	3 (9.2)
	3.8	-3.6

A origem dos inquiridos que não praticam pedestrianismo foi pré-definida no sentido de serem entrevistados 50 indivíduos residentes na cidade do Porto e 50 indivíduos residentes na cidade de Lisboa. Para os pedestrianistas, tanto de nacionalidade portuguesa como estrangeira, não foi definida a origem. A maioria dos pedestrianistas de origem nacional provém de três distritos que se encontram na faixa litoral, nomeadamente, Porto (17%), Aveiro (17%) e Coimbra (17%).

Tabela 9: Distrito de residência dos pedestrianistas de nacionalidade portuguesa

	Frequência %	
NORTE		
Porto	17	17.0
Braga	4	4.0
Viana do Castelo	2	2.0
Vila Nova de Gaia	2	2.0
Total	25	25
CENTRO		
Aveiro	17	17.0
Coimbra	17	17.0
Lisboa	7	7.0
Viseu	6	6.0
Leiria	6	6.0
Castelo Branco	3	3.0
Total	56	56
SUL		
Évora	5	5.0
Santarém	1	1.0
Setúbal	1	1.0
Total	7	7
FORA DO PAÍS		
França	12	12.0
Total	12	12

Pode efectivamente verificar-se que a maioria dos distritos referidos na Tabela 9 pertencem à região Centro, esses distritos são: Aveiro, Coimbra, Lisboa, Viseu, Leiria, Castelo Branco e Santarém, que em conjunto perfazem 56%. Como uma grande parte da aplicação dos questionários a pedestrianistas incidiu em trilhos situados na região Centro (Serra da Estrela, Buçaco, Reserva de S. Jacinto, Arouca) (ver Metodologia, Figura 21, pag.137), parece poder concluir-se que o mercado interno apresenta uma preferência para frequentar trilhos pedestres com alguma proximidade de casa. É de salientar que 12% dos inquiridos se encontra a morar fora de Portugal, nomeadamente em França, explicável pelo elevado número de emigrantes portugueses que se encontra a passar férias no país durante os meses de Verão.

Na Tabela 10 pode verificar-se que 98% dos inquiridos de nacionalidade estrangeira provêm da Europa, sendo a única excepção o Brasil (2%). É de salientar que Portugal se encontra bastante dependente de mercados Europeus, nomeadamente, de Espanha, Reino Unido, Alemanha, França e Holanda que constituem 85,2% das entradas no país (ver Capítulo 2). Mais de metade da amostra provém de França (54%), país que tem uma forte tradição na prática desta modalidade (ver Capítulo 3), seguindo-se a Holanda (11%), Alemanha (9%) e Inglaterra (9%). Segundo a ERA (2003) são países que também possuem tradição na prática do pedestrianismo. Estes dados vão de encontro a um estudo desenvolvido pela MINTEL (2003) sobre o mercado do turismo de aventura europeu em que se verifica que os principais mercados deste produto (que inclui o pedestrianismo) são a Alemanha, a França, a Holanda e a Inglaterra. Neste contexto ressalta a falta de pedestrianistas espanhóis na amostra recolhida, o que pode estar relacionado com um menor interesse de turistas desta nacionalidade na prática do pedestrianismo em Portugal.⁴⁸

Tabela 10: País de residência dos pedestrianistas de nacionalidade estrangeira

	Frequência	%
França	54	54
Holanda	11	11
Alemanha	9	9
Inglaterra	9	9
Espanha	8	8
Bélgica	5	5
Brasil	2	2
Dinamarca	2	2

A questão referente ao habitat (ver Tabela 11) só foi colocada aos pedestrianistas (ver Anexo I, pag. 214) visto que os não pedestrianistas foram inquiridos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Grande parte dos pedestrianistas provém de um ambiente de cidade (58%) e de vila (38%). O número de pedestrianistas que provém do campo é bastante reduzido (3,5%). Este facto pode estar ligado ao facto de cerca de 80% da população europeia (que domina a amostra) viver em cidades (Comissão Europeia

⁴⁸ Um estudo bastante exaustivo sobre o turismo em áreas rurais no norte de Portugal (N=2280) chegou também à conclusão que o mercado espanhol estava sub-representado numa amostra que foi considerada, pela metodologia da sua recolha, como sendo representativo desse tipo de turismo no Norte de Portugal. Também este dado pode confirmar que se trata de um mercado porventura menos atraído pelo natural e rural quando visita Portugal (Kastenholz, 2002).

1999, citado por Gonçalves, 2003). Não existem diferenças significativas entre pedestrianistas nacionais e estrangeiros neste domínio.

Tabela 11: Habitat dos pedestrianistas

	Frequência	%
Cidade	117	58.5
Vila	76	38
Campo	7	3.5

6.2 – Motivações gerais de férias

Grande parte dos inquiridos viaja para “escapar à vida quotidiana” (43%). Mas há um elevado número de inquiridos que gosta de “descansar e recuperar” e de “visitar novos locais” (14,3%). “Visitar familiares e amigos” (15,3%) é também uma motivação bastante relevante. De ressaltar que (apesar de dois terços da amostra serem pessoas que se encontravam a realizar uma actividade que implica um esforço físico, o pedestrianismo) muito poucos inquiridos indicaram a motivação “praticar desporto e actividade física” como a sua motivação principal para se deslocarem em férias. Isto mostra, em parte, que apesar do pedestrianismo poder ser considerado uma actividade desportiva, os seus praticantes não são necessariamente motivados para práticas desportivas (ver Tabela 12).

Tabela 12: Motivação geral

	Frequência	%
Escapar à vida quotidiana	129	43.0
Descansar e recuperar	54	18.0
Visitar familiares e amigos	46	15.3
Visitar novos locais	43	14.3
Conhecer novas pessoas	13	4.3
Desporto e actividade física	9	3.0
Aprender e experimentar culturas novas	6	2.0

A motivação está claramente relacionada com a prática de pedestrianismo ($Q^2 = 21.652$; $\alpha = 0,000$). Para se efectuar este cruzamento de variáveis foi necessário retirar o item “desporto e actividade física”, devido ao número reduzido de respostas nesta categoria,

bem como agrupar os motivos relacionados com a novidade (interesse em novos locais, pessoas e culturas). Os pedestrianistas apresentam uma elevada tendência para “escapar à vida quotidiana”, enquanto os não pedestrianistas estão mais motivados para “visitar familiares e amigos”. Pode-se interpretar esta diferença como um indicador no sentido de os pedestrianistas serem mais "alocentricos" e os não pedestrianistas mais "psico-centricos" na perspectiva da tipologia psicográfica dos turistas sugerida por Plog (1974)⁴⁹.

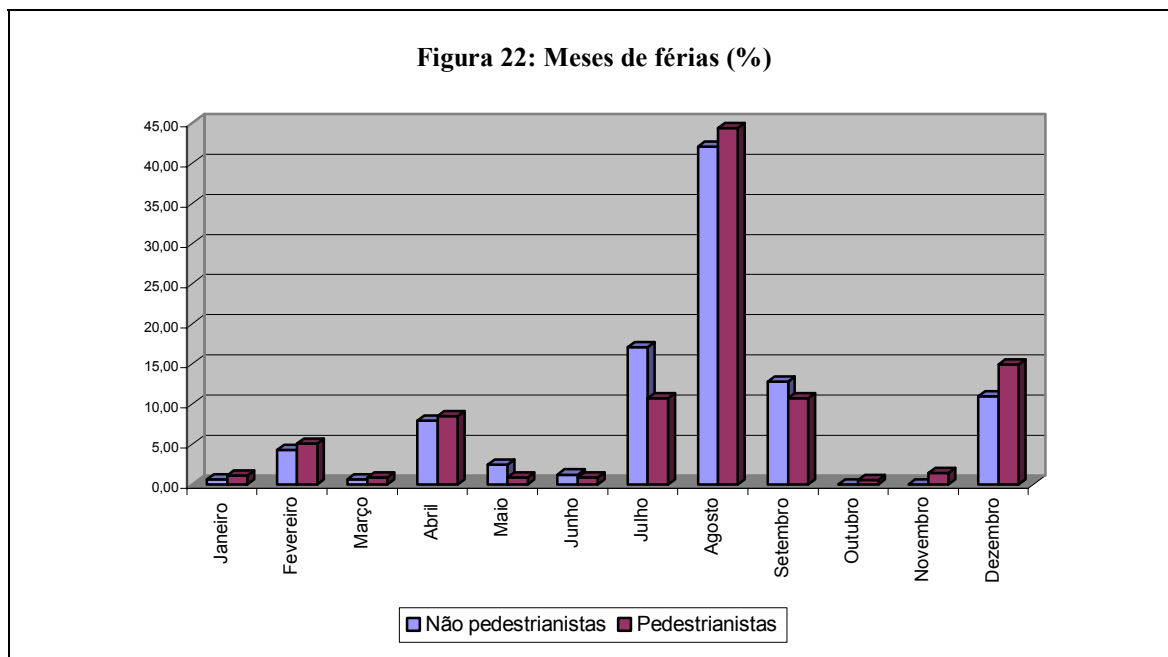
Tabela 13: Motivação geral (pedestrianistas / não pedestrianistas)

	Pedestrianistas	Não pedestrianistas
Descansar e recuperar	34(35.6)	20(18.4)
	-0.5	0.5
Visitar novos locais, conhecer novas pessoas e aprender culturas novas	41(40.9)	21(21.1)
	0.0	0.0
Escapar à vida quotidiana	99(85.1)	30(43.9)
	3.5	-3.5
Visitar familiares e amigos	18(30.4)	28(15.6)
	-4.2	4.2

⁴⁹ Plog (1974) sugere um modelo em se verifica a existência de três tipos psicográficos diferentes de turistas ("psico-centricos", "alocentricos" e "meio-centricos"), induzidos por diferentes motivos. Este modelo foi associado a uma grande variedade de motivações para viajar e comportamentos, assim como, a preferência por determinados destinos. Os "psico-centricos" são pessoas que gostam pouco de mudar de território (viajam pouco e fazem viagens de curta distancia). Os "alocentricos" são aventureiros, auto confiantes, exploradores e curiosos (Plog, 1974, citado por Kastenzholz, 2002).

6.3 – Comportamento geral de férias

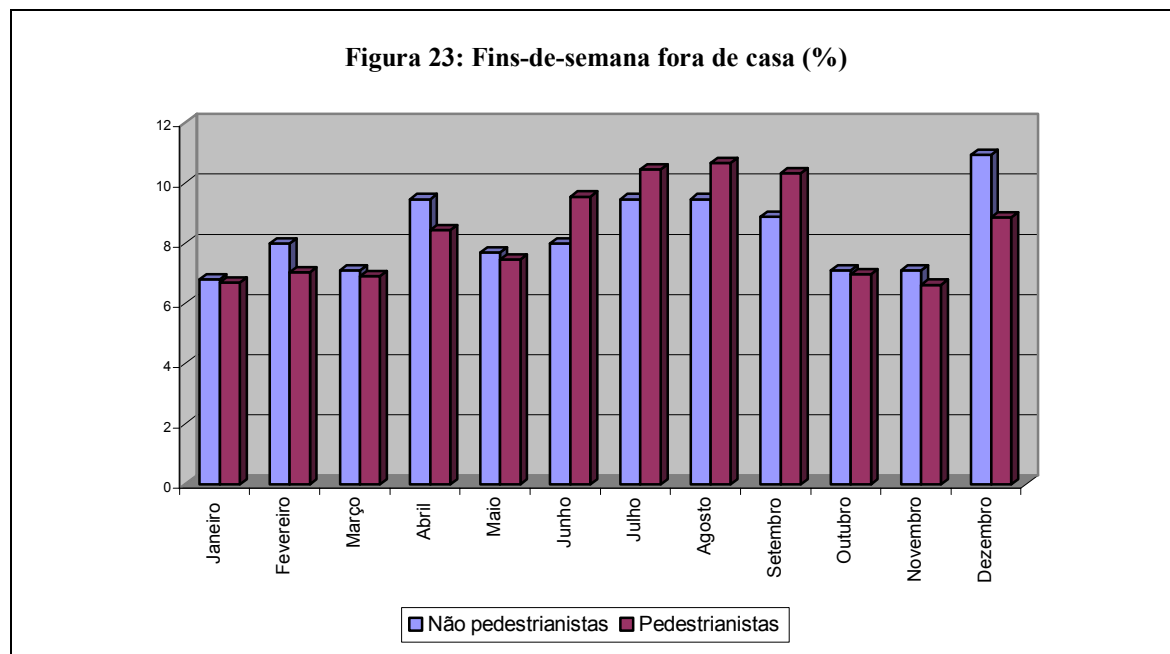
6.3.1 - Meses de férias



Para Poon (1993) uma das características do novo turismo está ligada à distribuição das férias ao longo do ano, verificando-se cada vez mais uma tendência para a repartição das férias.

Segundo a Figura 22 os inquiridos praticam férias ao longo de todo o ano. No entanto, verifica-se que a época com maior incidência se centra nos meses estivais, principalmente em Agosto. Mas existem alguns picos de actividade turística em Dezembro, Fevereiro e Abril que coincidem com as festividades do Natal, Carnaval e da Páscoa. De ressaltar que em termos percentuais, a repartição de férias ao longo do ano não difere muito se compararmos pedestrianistas e não pedestrianistas, embora os não pedestrianistas tenderam a preferir mais o mês de Julho do que os pedestrianistas, os quais por outro lado, tendem a preferir mais o mês de Dezembro.

6.3.2 - Frequência de fins-de-semana fora de casa



Segundo a Figura 23 podemos verificar que os inquiridos passam fins-de-semana fora de casa durante todo o ano. A prática do pedestrianismo pode ser desenvolvida ao longo de todo o ano e pode ser uma actividade aliciante para se desenvolver durante um fim-de-semana. Os pedestrianistas apresentam uma maior tendência para usufruírem de fins-de-semana fora de casa nos períodos estivais e os não pedestrianistas nos meses de Dezembro, Fevereiro e Abril, períodos de festividades e que poderão levar para o convívio familiar.

6.3.3 - Actividades praticadas em férias

Para se averiguar as actividades que os inquiridos desenvolvem durante as suas férias foi colocada uma questão no questionário com dezoito itens, em que os inquiridos respondiam a frequência das actividades através de uma escala tipo Likert de cinco níveis ("muito poucas vezes" -1 até "sempre" - 5, ver Metodologia e Anexo I, pag 214).⁵⁰

⁵⁰ Para esta análise apresentamos em tabela os resultados dos testes de Mann-Whitney, em termos do nível de significância.

A análise individual do *ranking* das actividades mais desenvolvidas durante as férias verifica-se que aos vários grupos de inquiridos gostam de tirar fotos e filmar as férias, com excepção dos não pedestrianistas que desenvolvem com mais regularidade actividades ligadas ao litoral (ver Anexo II- pag. 277, 278, 278, 279).

Os pedestrianistas mostram uma maior apetência para desenvolver actividades de âmbito mais alargado que variam entre assistir a concertos até à prática de actividades desportivas de *outdoor* que exigem algum esforço físico (“praticar escalada/ caminhadas”, “praticar ski”). Estes inquiridos gostam de interagir com a cultura local (“conhecer os habitantes”) e gostam de visitar locais em que o contacto com a natureza se torna um elemento privilegiado (“fazer passeios pelo campo”, “visitar locais com natureza selvagem” e “visitar parques naturais/ florestas”). Os pedestrianistas gostam também de guardar as memórias das viagens que efectuam (“tirar fotos/ filmes”).

Os não pedestrianistas gostam de desenvolver actividades que se centram essencialmente em centros urbanos (“fazer compras”, “visitar cidades”) e em destinos de "sol e praia" (“Tomar banhos de sol e praia”, “visitar o litoral (*touring*)”). Gostam também de realizar excursões organizadas mais passivas (passeio panorâmico de um dia de barco, comboio ou autocarro) (ver Tabela 14).

Tabela 14: Actividades praticadas nas férias (pedestrianistas/ não pedestrianistas)⁵¹

	Pedestrianistas		Não pedestrianistas		M.R.	M.R.	α (M.W.)
	Média	D.P.	Média	D.P. ⁵²			
	Assistir a concertos	2.403	0.888	2.25			
Praticar escalada/ caminhadas	3.153	1.095	2.08	0.93	189.87	71.75	0
Conhecer os habitantes	3.45	0.914	3.23	1.06	157.87	135.76	0.027
Provar a comida local	3.863	0.924	3.9	1.03	147.54	156.43	0.377
Fazer compras	2.74	0.977	3.08	1.07	134.8	181.9	0
Visitar cidades	3.03	0.858	3.44	0.95	136.01	179.49	0
Praticar ski	1.876	1.067	1.18	0.58	179.4	92.69	0
Tomar banhos de sol/ actividades de praia	3.773	0.954	3.92	1.2	139.12	173.26	0.001
Tirar fotos/ filmes	3.886	1.008	3.67	1.11	159.24	133.02	0.008
Fazer passeios pelo campo	3.72	0.889	3.38	0.91	166.63	118.25	0
Visitar locais com natureza selvagem	3.39	0.864	2.95	0.96	170.35	110.81	0
Visitar parques naturais/ florestas	3.356	0.874	2.9	0.92	172.65	106.19	0
Visitar familiares e amigos	3.393	0.994	3.37	1.06	152.34	146.82	0.584
Visitar galerias e museus	3.053	0.934	3.03	1.14	150.18	151.13	0.923
Visitar o litoral	3.573	0.898	3.91	1	132.13	187.25	0
Visitar locais históricos	3.363	0.852	3.41	1.04	145.5	160.51	0.126
Praticar desportos náuticos	2.273	1.126	2.11	1.12	156.62	138.26	0.73
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro	2.616	0.996	2.83	1.1	141.15	169.2	0.006

Ao comparar os pedestrianistas portugueses com os de outras nacionalidades (ver Tabela 15), verifica-se que os pedestrianistas nacionais tendem a gostar relativamente mais de desenvolver actividades variadas que podem estar ligadas a turismo urbano (“fazer compras”), turismo cultural (“assistir a concertos”), turismo de sol e praia (“tomar banhos de sol/ actividades de praia”, “visitar o litoral”), visitar familiares e amigos (“visitar familiares e amigos”) e de excursionismo organizado (“fazer um passeio de um dia”). De salientar que Portugal possui uma linha de costa bastante alongada (aproximadamente 850 km). Segundo a DGT (2002) a principal motivação de férias dos portugueses está ligada ao “sol e praia” (ver Capítulo 1 deste relatório), o que também se reflecte também no grupo dos pedestrianistas nacionais, embora seja uma motivação mais forte dos não pedestrianistas portugueses.

⁵¹ Os outputs do SPSS referentes aos testes de Mann-Whitney encontram-se no Anexo II, pag 252-266.

⁵² Desvio Padrão

Os pedestrianistas de outras nacionalidades mostram uma maior sensibilidade para desenvolverem actividades do âmbito cultural (“provar a comida local”, “visitar locais históricos”), activo (“praticar ski”) e de interacção com o meio natural (“visitar locais com natureza selvagem”, “visitar parques naturais/ florestas”). Para além disso, também gostam, reactivamente mais que os pedestrianistas portugueses de tirar fotos e fazer filmes dos locais que vistam (ver Tabela 15).

Desta forma conclui-se que os pedestrianistas estrangeiros preferem produtos com um âmbito mais activo e com uma maior ênfase no ambiental e na cultura se comparados com os pedestrianistas de nacionalidade portuguesa.

	Pedestrianistas portugueses		Pedestrianistas estrangeiros		Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas estrangeiros	α (M.W.)
	Média	D.P.	Média	D.P.	M.R.	M.R.	
Assistir a concertos	2.63	0.786	2.33	0.804	109.11	91.89	0.023
Praticar escalada/ caminhadas	3.66	0.639	3.72	0.779	97.68	103.32	0.438
Conhecer os habitantes	3.5	0.797	3.62	0.826	97.36	103.64	0.41
Provar a comida local	3.7	0.904	3.99	0.81	91.86	109.14	0.025
Fazer compras	2.7	0.731	2.44	0.998	110.67	90.33	0.008
Visitar cidades	2.86	0.816	3.7	0.151	90	111	0.005
Praticar ski	1.8	0.953	2.65	1.048	78.13	122.88	0
Tomar banhos de sol/ actividades de praia	3.83	0.652	3.57	0.901	108.56	92.44	0.033
Tirar fotos/ filmes	3.87	0.906	4.12	0.956	90.79	110.21	0.01
Fazer passeios pelo campo	3.86	0.853	3.92	0.812	99.34	101.66	0.752
Visitar locais com natureza selvagem	3.44	0.742	3.78	0.66	87.36	113.64	0
Visitar parques naturais/ florestas	3.39	0.737	3.78	0.732	85.08	115.92	0
Visitar familiares e amigos	3.61	0.874	3.2	1.005	111.45	89.55	0.004
Visitar galerias e museus	3.08	0.787	3.05	0.845	100.94	100.06	0.905
Visitar o litoral	3.56	0.729	3.25	0.833	111.96	89.04	0.002
Visitar locais históricos	3.21	0.782	3.47	0.688	91.39	109.61	0.014
Praticar desportos náuticos	2.46	1.038	2.25	1.2	107.03	93.97	0.098
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro	2.66	0.912	2.36	0.915	109.04	91.96	0.028

6.4 - Preferências paisagísticas

Grande parte dos inquiridos prefere uma paisagem semi-natural mas humanizada (70%), com menor percentagem segue a preferência por uma paisagem selvagem (23%), e por fim na ordem de preferências uma paisagem urbana (7%).

	Frequência %	
Paisagem selvagem	69	23
Paisagem semi-natural mas humanizada	210	70
Urbana	21	7

As preferências paisagísticas encontram-se claramente relacionadas com a prática de pedestrianismo ($Q^2 = 37,465$; $\alpha = 0,000$). Os pedestrianistas apresentam uma maior apetência por desfrutar a natureza em estado selvagem e os não pedestrianistas mostram uma maior tendência para preferir um espaço urbano. Em ambos os grupos existe um elevado número de pessoas que prefere usufruir de uma paisagem semi-natural mas humanizada. Estes dados vão contra os dados aferidos num estudo de âmbito exploratório desenvolvido na Holanda⁵³, baseado em questionários (N= 500) e que tinha como intuito averiguar as preferências paisagísticas. Nesse estudo os autores verificaram que a maioria dos inquiridos indicou preferir uma paisagem selvagem (Groot e Van den Born, 2003). Sendo a Holanda o país europeu mais densamente populado (EUROSTAT, 2004), compreende-se sobretudo nesta população, a preferência por paisagens sem intervenção humana.

	Pedestrianistas	Não pedestrianistas
Paisagem selvagem	56 (46.0)	13(23.0)
	2.9	-2.9
Paisagem semi-natural mas humanizada	142 (140.0)	68 (70.0)
	0.5	-0.5
Urbana	2 (14.0)	19 (7.0)
	-5.8	5.8

⁵³ Em Gennep (situado a sudoeste da cidade Nijmegen)

Por outro lado, ao longo dos tempos as paisagens europeias têm sido geridas com a interferência do homem, por forma a que grande parte das paisagens mostra naturalmente traços desta intervenção humana. Muitos dos locais naturais europeus têm uma componente agrícola ou habitantes como parte integrante da paisagem (Hillel, 2002), o que talvez possa explicar a elevada preferência por paisagens semi-naturais, mas humanizadas verificada na presente amostra, onde os inquiridos de nacionalidade portuguesa predominam (67%). Neste contexto, o conceito de paisagem cultural⁵⁴ está cada vez mais a emergir ligado ao facto de que cada vez mais se reconhecer que os seres humanos fazem parte da natureza. (Taylor 2002).

As paisagens naturais preferidas dos inquiridos, apesar de distintas, incluem geralmente o elemento água e são a “praia” (32,7%) e a “paisagem com água” (rios, cascatas, ...). Num estudo efectuado por Kaltenborn e Bjerke (2002) verificou-se também que as paisagens com maior preferência continham o elemento água como factor comum. Também, Parsons e Daniel (2002), tendo como base uma análise da literatura ligada à psicologia ambiental, afirmam que os americanos preferem paisagens naturais que possuam o elemento água. No entanto, também há uma grande preferência por uma “paisagem com pontos elevados” (24%) e por “paisagens com árvores” (9%). Foram poucos os inquiridos que indicaram preferir uma “paisagem com pouco relevo” (2,7%) e uma “paisagem agrícola variada” (2,0%). Segundo Parsons e Daniel (2002), citando estudos desenvolvidos por outros investigadores, teoricamente as pessoas preferem ambientes que possuem um ponto focal ou um *cluster* particular, por exemplo, um conjunto de árvores. Assim a existência de água, arvores e pontos altos podem influenciar a apreciação estética das paisagens.

Tabela 18: Paisagem natural preferida

	Frequência	%
Paisagem com pontos elevados	72	24.0
Paisagem com água	89	29.7
Paisagem com pouco relevo	8	2.7
Paisagem com arvores	27	9.0
Praia	98	32.7
Paisagem agrícola variada	6	2.0

⁵⁴ Uma paisagem cultural pode ser vista como qualquer paisagem que sofreu a intervenção da actividade humana tanto a nível histórico como pré-histórico (Taylor, 2002)

Estes dados vão ao encontro de um estudo desenvolvido por Gilg (citado por Burton, 1995), em que paisagens com pontos elevados, principalmente quando combinadas com paisagens selvagens ou florestas, suscitam uma maior preferência e se estas paisagens ainda tiverem algum elemento de água ainda se tornam mais apelativas. Segundo Parsons e Daniel (2002) as preferências paisagísticas estão ligadas a factores culturais. É de salientar que o ambiente de praia e costa é bastante apelativo para os portugueses, como já referido (ver Capítulo 2). De ressaltar que apesar dos inquiridos indicarem preferir paisagens com uma componente humana (ver Tabela 16), só um número reduzido de inquiridos indicou preferir uma “paisagem agrícola variada”.

A paisagem natural preferida está relacionada com a prática de pedestrianismo ($Q^2 = 17999$; $\alpha = 0,000$) e a nacionalidade dos pedestrianistas ($Q^2 = 9718$; $\alpha = 0,021$). Para se efectuar o cruzamento das variáveis foi necessário retirar as variáveis “paisagem com pouco relevo” e “paisagem agrícola variada” porque apresentavam um número de respostas bastante reduzido (ver Tabela 18).

Tabela 19: Paisagem natural preferida (pedestrianistas/ não pedestrianistas)

	Não	
	Pedestrianistas	pedestrianistas
Paisagem com pontos elevados	62(48.3)	10(23.7)
	4	-4
Paisagem com água	49(59.7)	40(29.3)
	-2.9	2.9
Paisagem com árvores	18(18.1)	9(8.9)
	-0.1	0.1
Praia	63(65.8)	35(32.2)
	-0.7	0.7

Os pedestrianistas apresentam uma forte apetência por paisagens com pontos elevados (ver Tabela 19), verificando-se que essa preferência é mais vincada no grupo dos pedestrianistas de nacionalidade estrangeira (ver Tabela 20). As pessoas que não praticam o pedestrianismo apresentam uma maior tendência para preferirem uma paisagem natural que contenha o elemento água. Os pedestrianistas portugueses apresentam uma maior tendência para preferir paisagens de praia relativamente aos pedestrianistas de nacionalidade estrangeira (ver Tabela 20).

Tabela 20: Paisagem natural preferida (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas nacionais	Pedestrianistas estrangeiros
Paisagem com pontos elevados	22(31.6)	40(30.4)
	-3	3
Paisagem com água	28(25.09)	21(24.0)
	1	-1
Paisagem com árvores	9(9.2)	9(8.8)
	-0.1	0.1
Praia	39(32.2)	24(30.8)
	2.1	-2.1

6.5 - Sensibilidade ambiental

Para se averiguar a sensibilidade ambiental dos inquiridos colocou-se no questionário um conjunto de 24 itens que expressam sentimentos em relação à natureza. Estes 24 itens foram tratados através da análise factorial de componentes principais (ver descrição da técnica na parte referente à metodologia, pag. 139).

A análise factorial apresenta as seguintes características⁵⁵:

- Rácio respostas/ variáveis = 12,5 (o numero de casos e número de variáveis deve ser pelo menos 5/1)
- 74.585% da variância total explicada (em ciências sociais é aceitável uma variância explicada na ordem dos 60%)
- Teste KMO = 0, 892 (bom)
- Teste de esfericidade de *Bartlet* = 5686.300 (sig. 0.000), o que levou a rejeitar a hipótese de que a matriz de correlação fosse a matriz identidade
- Matriz de correlações reproduzidas possui 83% de resíduos com valores absolutos inferiores a 0.05
- MSA: variam entre 0.756 e 0.953 (são aceitáveis valores acima de 0.50)

⁵⁵ A análise dos indicadores é efectuada como sugerido por Hair *et al* (1996) e Pestana e Gagueiro (1998), os *outputs* do SPSS referentes à Analise Factorial encontram-se no Anexo II, pag. 284-289

Para facilitar a interpretação dos resultados foi aplicada uma rotação Varimax (rotação ortogonal). Os *factor loading*⁵⁶ apresentavam valores elevados facilitando a interpretação dos resultados. Os resultados do teste encontram-se sumariados na tabela 21.

Tabela 21: Sensibilidade ambiental

Factores e Itens	Factor Loading	Média	D.P.
Factor 1: Fruição da natureza ($\alpha^{57} = 0,930$)			
Serenidade	0.909	4.370	0.529
Relaxado	0.905	4.373	0.543
Divertido	0.820	4.320	0.604
Agradável	0.804	4.353	0.556
Despertar	0.790	4.313	0.602
Bonito	0.749	4.386	0.598
Sensacional	0.734	4.266	0.650
Tranquilidade	0.719	4.270	0.706
(Valor próprio = 8.259; Variância explicada = 34.413)			
Factor 2: Tédio ($\alpha = 0,904$)			
Maçador	0.858	1.513	0.681
Perturbação	0.854	1.446	0.633
Inquietação	0.834	1.453	0.634
Aborrecimento	0.809	1.620	0.768
Melancolia	0.716	1.656	0.783
Ansiedade	0.679	1.523	0.681
(Valor próprio = 5.290; Variância explicada = 22.044)			
Factor 3: Expectativa ($\alpha = 0,875$)			
Enigma	0.901	2.130	0.953
Suspense	0.875	2.140	0.960
Mistério	0.838	2.583	0.908
(Valor próprio = 2.140; Variância explicada = 8.919)			
Factor 4: Adrenalina ($\alpha = 0,897$)			
Revigorar	0.604	4.373	0.601
Activo	0.591	4.303	0.599
Excitar	0.484	4.233	0.683
Estimulo	0.483	4.320	0.610
(Valor próprio = 1.208; Variância explicada = 5.035)			
Factor 5: Receio da natureza ($\alpha = 0,852$)			
Medo	0.854	1.690	0.947
Terror	0.803	1.460	0.737
Receio	0.693	1.443	0.649
(Valor próprio = 1.002; Variância explicada = 4.174)			
Total da variância explicada = 74.585			

Para Lynch (1996) “as imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o seu ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz dos seus próprios objectivos – selecciona, organiza e confere significado àquilo que vê”.

⁵⁶ Correlação entre as variáveis originais e os factores, e a chave para entender a natureza de um factor em particular (Hair *et al* 1996)

⁵⁷ O coeficiente *Cronbach alpha* (é um indicador que nos permite avaliar a consistência interna de escalas que não têm uma estrutura binária (verdadeiro/falso), como em escalas tipo Likert (Black, 1999).

Assim, a imagem de um determinado lugar pode variar significativamente, dependendo da sensibilidade de cada observador no tempo. Fica clara a necessidade de um profissional (que, por exemplo, exerça a função de gerir os fluxos de visitantes num determinado trilho) ter, para além do conhecimento técnico, um bom conhecimento do local. Com base no conhecimento da percepção ambiental do visitante num local particular, neste caso na natureza, é possível despertar no turista a sua sensibilidade, a fim de lhe provocar diferentes leituras. Segundo Castrogiovanni (2001) “ a informação perceptiva é constantemente filtrada”, até pelos profissionais que gerem o turismo. Assim, para este mesmo autor “o real pode, num primeiro instante, apresentar-se com poucos índices ordenados ou significantes. Mas com a interacção e/ou com o passar do tempo, vai adquirindo uma identidade associativa e sofre uma ordenação na aparente desordenação inicial”.

Para Russel e Lanius (1984) um ambiente é avaliado não só pelas suas qualidades físicas ou objectivas, mas também pela sua suscitação de emoções, isto é, se é aborrecido, excitante ou calmo. Não interessa se o local é familiar ou estranho, avaliamos sempre as suas propriedades afectivas. A avaliação afectiva que temos dos locais assume um papel muito importante na sua escolha e no próprio comportamento manifestado nesses mesmos locais. Como verificado pela análise PCA, a sensibilidade ambiental face à natureza pode ser estruturada da seguinte forma (ver Tabela 21):

Factor 1: Fruição da natureza

Este factor explica 33,24 % da variância e apresenta sensações positivas que estão ligadas ao gozo e fruição da natureza, reflectindo tanto emoções positivas relacionadas com um ambiente calmo e relaxante, como sentimentos mais estimulantes, alegres e um certo prazer estético.

Factor 2: Tédio

Este grupo de sentimentos junta sensibilidades negativas face à natureza e reflete uma experiência mais passiva em relação à natureza. A natureza é quase vista como um elemento fastidioso.

Factor 3: Expectativa

Este factor reúne sensibilidades que mostram uma certa curiosidade. Este factor pode representar o que Kaplan (1992) designou de mistério, isto é, a cena tem mais informação do que aquela que pode ser vista num determinado momento e pode ser explorada ao caminhar pelo ambiente. Num trilho pela natureza, o mistério advém de não sabermos o que pode estar depois de uma curva ou um obstáculo visual, sendo a descoberta da origem dos sons uma sensação agradável (ver Capítulo 1).

Factor 4: Adrenalina

O penúltimo factor representa sobretudo emoções excitantes. Este grupo evidencia uma atitude mais activa perante a natureza e apela ao movimento, às sensações mais fortes ligadas à aventura.

Factor 5: Receio da natureza

Estas reacções parecem evidenciar uma atitude fóbica ou de evitamento perante a natureza, marcada pelo medo mais ou menos intenso.

Tabela 22: Sensibilidade ambiental (pedestrianistas/ não pedestrianistas)⁵⁸

	Não		M.W.
	Pedestrianistas	pedestrianistas	
	M.R.	M.R.	
Factor 1: Fruição da Natureza	155,06	141,38	0,180
Factor 2: Tédio	133,04	185,42	0,000
Factor3: Expectativa	142,12	167,26	0,016
Factor 4: Adrenalina	163,99	123,51	0,000
Factor 5: Receio da Natureza	150,60	150,29	0,974

Na Tabela 22 pode-se verificar que os inquiridos que não praticam pedestrianismo apresentam uma maior tendência para terem uma atitude marcada pelo tédio em relação à natureza. Segundo Chhetri (2004) o sentimento de tédio implica um nível de satisfação muito baixo quando se trata de caminhadas na natureza. Como vimos anteriormente, esses inquiridos mostram ter uma maior preferência por paisagens urbanas, se comparados com

⁵⁸ Para se efectuar esta tabela recodificou-se cada factor como uma variável individual e calculou-se a média das variáveis que lhe pertenciam.

os pedestrianistas. As paisagens urbanas apresentam mais movimento, mais actividade humana, o que pode explicar a maior tendência destes inquiridos sentirem um maior grau de tédio face ao ambiente natural. Pelo contrário, os pedestrianistas inquiridos apresentam uma maior tendência para terem sensações mais ligadas à "adrenalina", à aventura no meio da natureza.

6.6 - Comportamento ambiental

O que o homem faz no seu quotidiano repercute-se muitas vezes nas suas preferências em férias e também no comportamento que assume no local de destino. Como o trilho pedestre é uma infra-estrutura que implica um contacto directo com o ambiente natural, que pode ser muitas vezes um elemento muito sensível, considerámos pertinente averiguar o nível de sensibilidade ambiental dos inquiridos, o qual se reflecte não somente nas suas atitudes, mas também nos seus comportamentos. Com este conhecimento podemos aferir, se os turistas apresentam algum comportamento activo face à preservação ambiental, e se, por isso, poderão tender a não produzir impactos negativos no ambiente que visitam. Para se desenvolver esta temática, foi incluído no questionário um conjunto de actividades cuja relevância individual no quotidiano foi medida com uma escala tipo Likert de cinco níveis ("muito poucas vezes"- 1 até "muito frequentemente" – 5, ver Metodologia e Anexo I, pag. 214)⁵⁹.

Os inquiridos no quotidiano tentam com mais regularidade evitar desperdiçar água, colocar o lixo nos recipientes próprios e em poupar ao nível do aquecimento da casa, no entanto, deslocam-se com bastante regularidade na sua própria viatura (ver Anexo II, pag. 275).

A Tabela 23 apresenta o comportamento ambiental dos inquiridos que praticam pedestrianismo e os que não praticam esta actividade. Individualmente verifica-se que em ambos os grupos de inquiridos as actividades quotidianas mais praticadas são iguais às da

⁵⁹ Para esta análise inserimos no texto os resultados dos testes de Mann-Whitney, mas os quadros com o *ranking* das médias, para cada grupo analisado, encontram-se apenas em Anexo.

amostra geral indicadas anteriormente (ver Anexo II, pag. 275,276), mas segundo o teste de M-W existem algumas diferenças significativas entre estes dois grupos de inquiridos.

Neste âmbito, os pedestrianistas indicaram possuir um comportamento mais ecológico no quotidiano, comparativamente aos não pedestrianistas, destacando-se a redução da produção de resíduos, a triagem do lixo e a colocação deste no ecoponto para ser reciclado, a compra de produtos de cultura biológica e biodegradáveis, o evitar de consumir produtos transformados industrialmente, bem como a deslocação frequente de bicicleta ou a pé.

Tabela 23: Comportamento quotidiano face ao ambiente (pedestrianistas/ não pedestrianistas)

	Não pedestrianistas				Pedestrianistas		α (M.W.) ⁶⁰
	Média		D.P.		M.R.		
	Média	D.P.	Média	D.P.	M.R.	M.R.	
Procuro reduzir a produção de resíduos	2.96	1	2.68	1.023	162.62	126.25	0
Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	3.22	1	2.91	1.073	162.51	126.49	0
Coloco o lixo nos recipientes próprios	3.77	1	3.6	1.1	156.81	137.88	0.063
Procuro comprar alimentos produzidos localmente	2.68	1.1	2.55	1.085	156.02	139.46	0.103
Procuro comprar produtos de cultura biológica	2.37	0.9	2.07	0.934	165.34	120.82	0
Evito consumir produtos transformados industrialmente	2.53	0.9	2.36	1.03	159.87	131.77	0.005
Utilizo com frequência uma bicicleta ou desloco-me a pé	3.37	1.1	2.83	1.201	169.88	109.83	0
Utilizo com frequência transportes públicos	2.56	1.1	2.48	1.163	153.07	143.79	0.364
Desloco-me no meu carro	4.03	1.1	3.88	1.273	153.61	144.27	0.35
Compro produtos de baixo consumo de energia	3.39	0.9	3.28	1	153.48	142.98	0.283
Compro produtos biodegradáveis	3.26	0.9	3.08	0.965	157.51	134.83	0.021
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	3.66	0.8	3.52	0.937	156.4	138.7	0.069
Evito desperdiçar água	4.33	0.7	4.25	0.77	153.48	144.54	0.352

Quando verificamos o *ranking* das actividades mais praticadas pelos pedestrianistas portugueses e de outras nacionalidades (ver Anexo II, pag. 276, 277) verificamos que ambos os grupos no quotidiano tentam com mais regularidade evitar desperdiçar água, colocar o lixo nos recipientes próprios e em poupar ao nível do aquecimento da casa, no entanto, deslocam-se com bastante regularidade na sua própria viatura. Mas, segundo o

⁶⁰ Para se utilizar esta técnica utilizou-se como pressuposto que o nível de variância seria inferior a 0.05 (em que se rejeita a hipótese da igualdade em tendência central).

teste de M-W existem algumas diferenças significativas entre estes dois grupos de inquiridos (ver Tabela 23).

Os pedestrianistas de nacionalidade estrangeira apresentam assim uma maior apetência para desenvolver um comportamento mais ecológico no quotidiano, sendo essa diferença visível nas seguintes actividades: “Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado”, “Procuro comprar produtos produzidos localmente”, “Preocupo-me com o aquecimento da casa” e “Evito desperdiçar água”. Este tipo de comportamento poderá ser transferido ao destino turístico, proporcionar benefícios não somente da preocupação em não produzir "lixo", mas também da preocupação de poupar recursos (água e electricidade) e de privilegiar a produção autóctone, o que implicaria simultaneamente benefícios económicos muito interessantes.

Segundo os dados aferidos podemos concluir que os inquiridos que praticam pedestrianismo e são de nacionalidade estrangeira possuem um comportamento ambientalmente mais responsável no quotidiano comparativamente aos restantes inquiridos. Os inquiridos de nacionalidade portuguesa, principalmente os não pedestrianistas, são os que apresentam uma menor sensibilidade ambiental no quotidiano.

Tabela 24: Comportamento quotidiano face ao ambiente (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas portugueses		Pedestrianistas estrangeiros		Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas estrangeiros	α (M.W.)
	Média	D.P.	Média	D.P.	M.R.	M.R.	
Procuro reduzir a produção de resíduos	3	0.864	3.1	0.958	93.43	107.57	0.07
Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	3.07	0.923	3.38	0.965	83.14	117.86	0.000
Coloco o lixo nos recipientes próprios	3.83	0.995	3.86	0.924	99.17	101.83	0.732
Procuro comprar alimentos produzidos localmente	2.61	1.072	2.75	1.127	92.85	108.15	0.051
Procuro comprar produtos de cultura biológica	2.47	0.784	2.52	0.862	98.08	102.92	0.528
Evito consumir produtos transformados industrialmente	2.69	0.677	2.61	0.774	105.37	95.36	0.198
Utilizo com frequência uma bicicleta ou desloco-me a pé	3.54	0.833	3.63	0.88	93.35	107.65	0.56
Utilizo com frequência transportes públicos	2.61	0.993	2.6	1.111	100.64	100.36	0.971
Desloco-me no meu carro	4.02	0.931	4.1	0.979	93.51	107.49	0.68
Compro produtos de baixo consumo de energia	3.45	0.729	3.44	0.812	99.21	101.79	0.728
Compro produtos biodegradáveis	3.32	0.664	3.35	0.781	95.26	105.74	0.161
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	3.54	0.73	3.73	0.72	86.01	114.99	0.000
Evito desperdiçar água	4.25	0.519	4.37	0.595	88.48	112.52	0.001

6.7 - Regularidade das caminhadas

Caminhar é um acto comum para o homem, uma vez que é o acto que permite a deslocação de um lado para o outro. No entanto, com o desenvolvimento tecnológico, as pessoas adquiriram hábitos quotidianos sedentários. Caminhar é a actividade central desenvolvida num trilho pedestre e, assim um elemento central deste estudo sendo muito pertinente conhecer, os hábitos quotidianos ligados à prática de caminhadas⁶¹. Verificou-se que grande parte dos inquiridos caminha com regularidade no quotidiano, verificando-se que 46,3% caminha pelo menos cinco vezes por semana e 40,3% pelo menos três vezes (ver Tabela 25).

	Frequência %	
Sim, caminho pelo menos 5 vezes	139	46.3
Sim, caminho pelo menos 3 vezes	121	40.3
Não, raramente caminho no quotidiano	40	13.3

A regularidade com que os inquiridos caminham durante a semana no seu quotidiano está fortemente relacionada com a prática de pedestrianismo ($Q^2 = 86\ 234$; $\alpha = 0,000$). Como era de esperar verifica-se ainda que existem também diferenças significativas a nível da nacionalidade dos pedestrianistas ($Q^2 = 26796$; $\alpha = 0,000$).

	Pedestrianistas	Não pedestrianistas
Sim, caminho pelo menos 5 vezes	129 (92.7)	10 (46.3)
	8.9	-8.9
Sim, caminho pelo menos 3 vezes	60 (80.7)	61 (40.3)
	-5.2	5.2
Não, raramente caminho no quotidiano	11 (26.7)	29 (13.3)
	-5.6	5.6

⁶¹ Considerou-se uma “caminhada” a prática de caminhar pelo menos durante meia hora

Segundo a tabela 26 os pedestrianistas caminham com mais frequência no seu quotidiano se comparados com os não pedestrianistas. Contudo, é interessante constatar que também alguns dos não pedestrianistas tendem a caminhar, embora com menor frequência semanal (3 vezes). Este facto poderá apontar para um mercado com amior potencial para ser atraído aos trilhos pedestres. São ainda os pedestrianistas estrangeiros os que praticam esta actividade com maior regularidade do que os portugueses.

Tabela 27: Regularidade das caminhadas (pedestrianistas portugueses / pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas estrangeiros
Sim, caminho pelo menos 5 vezes	47 (64.5) -5.2	82 (64.5) 5.2
Sim, caminho pelo menos 3 vezes	45 (30.0) 4.6	15 (30.0) -4.6
Não, raramente caminho no quotidiano	8 (5.5) 1.6	3 (5.5) -1.6

6.8 – Trilho Pedestre

As questões analisadas de seguida foram apenas colocadas aos pedestrianistas, com a exceção dos factores constrangedores para a frequência de um trilho pedestre e os factores que podem vir a ser melhorados num trilho pedestre (ver Metodologia).

6.8.1 - *Motivação para visitar o trilho pedestre*

Para se deslocarem a uma área com o intuito de frequentar um trilho pedestre, os inquiridos indicaram motivações ligadas à natureza (questão fechada, ver Metodologia) como “observar a beleza paisagística” (14,3%), “respirar ar puro” (14%) e “desfrutar a natureza e apreciar a paisagem” (12,7%). Estes resultados confirmam um estudo realizado por Higam (1997 citado por Hall e Page, 1999) para averiguar quais as motivações que levaram os visitantes da Nova Zelândia a frequentar os trilhos pedestres em áreas protegidas daquele país. Nesse estudo o autor verificou que a principal motivação para frequentar um trilho pedestre era “a beleza natural e apreciar a paisagem”. Após várias tentativas para cruzar a motivação e a origem dos pedestrianistas (nacionais versus estrangeiros) verificou-se que não existem diferenças significativas uma vez que os resultados do teste Q^2 apresentaram sempre uma significância superior a 0,05.

Tabela 28: Motivação para visitar o trilho pedestre

	Frequências %	
Observar a beleza paisagística	43	14.3
Para respirar ao puro	42	14.0
Para desfrutar a natureza e apreciar a paisagem	38	12.7
Para escapar à civilização e usufruir algo completamente diferente	27	9.0
Desfrutar de calma/ sossego	19	6.3
Conhecer e interpretar o meio envolvente	18	6.0
Ouvir os sons da natureza	13	4.3

6.8.2 - Fonte de informação referente ao trilho pedestre visitado

Os pedestrianistas recorrem, na sua maioria, a fontes de informação informais sobre o local que visitaram, nomeadamente a “recomendações de familiares e amigos” (31,3%). No entanto, é de salientar que os pedestrianistas recorrem também com bastante frequência a meios de informação que implicam alguma procura de informação independente, nomeadamente o “guia turístico” (15,7%) e a “Internet” (7,3%), um meio que tem vindo a assumir uma crescente importância na promoção e divulgação de destinos e facilidades turísticas (ver Tabela 29).

	Frequência	%
Recomendações de familiares e amigos	94	31.3
Guia turístico	47	15.7
Internet	22	7.3
Agências de Viagens	16	5.3
Jornais/ revistas	11	3.7
Feiras/ eventos promocionais de turismo	9	3.0
Brochura	1	0.3

A escolha da fonte de informação sobre o local a visitar está relacionada com a origem (portugueses versus estrangeiros) dos pedestrianistas inquiridos ($Q^2 = 41\ 425$; $\alpha = 0,000$), a rubrica "outros" foi retirada por possuir um número de frequências reduzido (ver Tabela 30). Os pedestrianistas de nacionalidade portuguesa recorrem com mais frequência às “recomendações de familiares e amigos”, não necessitando tanto de recorrer aos meios formais existentes. Assim, os pedestrianistas de nacionalidade estrangeira recorrem preferencialmente a Agências de Viagens, Guias turísticos e à Internet, isto é, à informação disponibilizada para fins turísticos.

Tabela 30: Fonte de informação (pedestrianistas portugueses/
pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas estrangeiros
Agências de Viagens	1 (7.3)	15 (8.7)
	-3.3	3.3
Recomendações de familiares e amigos	64 (43.1)	30 (50.9)
	6.3	-6.3
Guia turístico	11 (21.5)	36 (25.5)
	-3.6	3.6
Internet	6 (10.1)	16 (11.6)
	-1.9	1.9

6.8.3 - Meio de transporte utilizado para visitar o trilho pedestre

Os pedestrianistas deslocam-se para a área, em que vão frequentar um trilho pedestre, de carro, podendo este ser uma viatura de familiares e amigos (44%), do próprio visitante (41,5%) ou alugado (13%). A preferência pelo automóvel estará, naturalmente, relacionado com a disponibilidade limitada de transportes públicos que permitissem o acesso aos trilhos visitados em análise.

Tabela 31: Principal meio de transporte

	Frequência	%
Automóvel próprio	83	41.5
Automóvel de familiares e amigos	88	44
Automóvel de aluguer sem motorista	26	13
Moto/ motorizada	2	1
Veículo de aluguer com motorista	1	0.5

A utilização do meio de transporte está relacionada com a nacionalidade dos pedestrianistas ($Q^2 = 8.023$; $\alpha = 0,018$). Para se efectuar o cruzamento desta variável foi necessário focar somente os itens automóvel próprio, automóvel de familiares e amigos, automóvel de aluguer sem motorista e veículo de aluguer com motorista e moto/motorizada. Os pedestrianistas nacionais apresentam uma maior tendência para se deslocarem em automóveis de familiares e amigos, enquanto que os estrangeiros recorrem

mais ao automóvel de aluguer sem motorista. É de salientar que, segundo a WTO (2003), muitos turistas têm vindo a evitar viajar de avião por causa do terrorismo, recorrendo ao automóvel e até ao autocarro. De ressaltar também que grande parte dos pedestrianistas de nacionalidade estrangeira terem possivelmente optado por uma combinação "*fly and drive*", modalidade cada vez mais popular, sobretudo junto dos turistas que viajam de forma itinerante.

Tabela 32: Principal meio de transporte (pedestrianistas portugueses/
pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas estrangeiros
Automóvel próprio	39 (40.9)	44 (42.1)
	-0.5	0.5
Automóvel de familiares e amigos	51 (43.3)	37 (44.7)
	2.2	-2.2
Automóvel de aluguer sem motorista	7 (12.8)	19 (13.2)
	-2.4	2.4

6.8.4 - Constituição do grupo de viagem para visitar o trilho pedestre

Segundo Porteous (1996) muitos escritores discutem a questão, se é preferível caminhar sozinho ou acompanhado. Alguns afirmam que caminhar é um propósito magnífico para fortalecer e desenvolver amizades, porque permite a troca e partilha de ideias numa caminhada que proporciona a proximidade por um período de tempo relativamente longo, sem distrações dos múltiplos estímulos da civilização moderna. Outros defendem que caminhar é um acto privilegiado de contemplação da natureza, ideal para a auto-descoberta e para um contacto mais profundo com o ambiente natural. Barron (1875 citado por Porteous, 1996) afirma que “existem momentos em que é bom para um homem caminhar sozinho: a natureza tem as suas privacidades, que não revela a mim ou a ti quando outros estão a ouvir”.

Tabela 33: Constituição do grupo de viagem

	Frequência	%
Com amigos	101	50.5
Casal	53	26.5
Com familiares e amigos	32	16.0
Casal com filhos	7	3.5
Sozinho	4	2.0
Casal com filhos e outros familiares	3	1.5

Segundo a Tabela 33 os pedestrianistas inquiridos desenvolvem a actividade como um acto de convívio uma vez que grande parte se encontrava acompanhado, verificando-se que apenas 2 % dos inquiridos desfrutou do trilho pedestre “sozinho”. As pessoas que estavam a acompanhar o pedestrianista eram maioritariamente amigos ou o cônjuge. O número de inquiridos que fizeram esta actividade “com filhos” ou “com filhos e outros familiares” é reduzido.

Tabela 34: Constituição do grupo de viagem (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas estrangeiros
Casal	21 (26.2)	32 (26.8)
	-1.7	1.7
Casal com filhos e outros familiares	3 (4.9)	7 (5.1)
	-1.3	1.3
Com amigos	49 (50.5)	52 (50.5)
	-0.3	0.3
Com familiares e amigos	24 (15.8)	8 (16.2)
	3.2	-3.2

A constituição do grupo de viagem está relacionada com a nacionalidade dos inquiridos, para se efectuar esta análise retirou-se o item "sozinho" por apresentar um número de frequências reduzido e juntou-se os itens "casal com filhos" e "casal com filhos e outros familiares" ($Q^2 = 11.953$; $\alpha = 0.008$), verificando-se que os pedestrianistas nacionais apresentam uma maior apetência para frequentar um trilho com familiares e amigos, preferindo aproveitar desfrutar a actividade num clima de convívio. (ver Tabela 34), enquanto que os pedestrianistas estrangeiros tendiam relativamente mais a percorrer os trilhos em casal.

6.8.5 - Principal modo de organização da visita

Na Tabela 35, verifica-se que grande parte dos pedestrianistas inquiridos efectuou a actividade de uma forma espontânea, isto é, sem ter feito qualquer tipo de planeamento com antecedência (81,5%). Contudo, é de salientar que algumas pessoas recorreram a um agente de viagens (5,3%) e a uma viagem colectiva organizada (2,3%). Apenas um número muito restrito de pessoas utilizou a Internet para se informar sobre os trilhos pedestres (1%).

	Frequência %	
Não foi feito qualquer tipo de planeamento com antecedência	163	81.5
Agências de Viagens/ Operador de turismo	16	5.3
Através do convite de um amigo residente	11	3.7
Viagem colectiva organizada (excursão)	7	2.3
Internet	3	1.0

O principal meio de organização da viagem está relacionado com a nacionalidade dos inquiridos ($Q^2 = 17.005$; $\alpha = 0,000$), mas para se efectuar este cruzamento foi necessário retirar os itens “outros”, “Internet”, e “viagem colectiva organizada”. Segundo a Tabela 36 podemos verificar que os pedestrianistas de nacionalidade estrangeira apresentam uma maior tendência para recorrer a Agentes de Viagens. Estes pedestrianistas efectuam uma deslocação maior para chegarem a esta infra-estrutura, o que torna necessário, com mais frequência, a marcação de transportes e alojamento de uma forma mais organizada do que no caso dos pedestrianistas nacionais.

	Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas estrangeiros
Agências de Viagens/ Operador de turismo	1 (8.0)	15 (8.0)
	-3.7	3.7
Através do convite de um amigo residente	9(5.5)	2 (5.5)
	2.2	-2.2
Não foi feito qualquer tipo de planeamento com antecedência	85 (81.5)	78 (81.5)
	1.5	-1.5

6.8.6 - *Principal meio de alojamento utilizado durante a visita ao trilho pedestre*

Os pedestrianistas inquiridos preferem ficar alojados em parques de campismo (30%). No entanto é de ressaltar que um número razoável de inquiridos pernitoou numa unidade de TER. Também num estudo efectuado ao turismo em áreas rurais no Norte de Portugal (Kastenholz, 2002) verificou-se que muitos dos turistas que ficavam alojados em unidades de TER gostavam de frequentar trilhos pedestres. Grande parte dos inquiridos ficou ainda alojado em estabelecimentos hoteleiros oficiais. Por outro lado, pode-se verificar que muitos dos inquiridos pernitoaram em meios de alojamento não oficiais ou que não são pagos, nomeadamente, a residência secundária (0,7%), a casa de familiares e amigos (10,7%) e o alojamento não oficial (0,3%).

Tabela 37: Principal tipo de alojamento utilizado

	Frequência	%
Parque de Campismo	90	30.0
Casa de Familiares e Amigos	32	10.7
TER	25	8.3
Pensão/ Albergaria	19	6.3
Não pernitoou no local	14	4.7
Hotel	9	3.0
Pousada	6	2.0
Residência Secundária	2	0.7
Alojamento não oficial	1	0.3

O tipo de alojamento utilizado está relacionado com a nacionalidade dos pedestrianistas inquiridos ($Q^2 = 53\ 302$; $\alpha = 0,000$). Para se cruzar as variáveis foi necessário reagrupar as variáveis em “Hotel”, “não pernitoou no local”, “parque de campismo”, “alojamento não oficial” (alojamento não oficial, residência secundária, casa de familiares e amigos), “pousada e TER” e retirar os itens “outros” e “pensão-albergaria”. Verifica-se que os pedestrianistas de nacionalidade estrangeira mostram uma maior apetência para ficar em parques de campismo bem como em pousadas e unidades de TER. Os pedestrianistas portugueses mostram uma maior apetência para escolher meios de alojamento não oficial, onde se encontram integradas casas de familiares e amigos e residências secundárias. Estes

dados parecem indicar que os pedestrianistas portugueses frequentam trilhos em locais que lhe são mais familiares.

Tabela 38: Principal tipo de alojamento utilizado
(pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas	
	portugueses	estrangeiros
Hotel	5 (4.5) 0.3	4 (4.5) -0.3
Não pernitoiu no local	13 (7.0) 3.3	1 (7.0) -3.3
Parque de campismo	30 (45.3) -4.6	60 (44.7) 4.6
Alojamento não oficial	33 (17.6) 5.8	2 (17.4) -5.8
Pousada e TER	9 (15.6) -2.6	22 (15.4) 2.6

6.8.7 - Gastos efectuados durante a visita ao trilho pedestre

A Tabela 39 mostra que grande parte dos pedestrianistas efectuaram gastos no local de visita, apenas que 11,5% não gastou nada e 3,5 % afirmaram não saber quanto tinham gasto. Grande parte das despesas efectuadas varia entre “0,1 a 10 euros” (24,5%) e os “10,1 a 25 euros” (46,5%). É de ressaltar que, apesar de ser em número menor, existem alguns pedestrianistas que fazem gastos superiores a 25 euros e até alguns afirmaram terem ultrapassado os 100 euros. Isto pode estar relacionado com o facto de alguns visitantes terem pernitoado bastante perto dos trilhos e terem incluído essa despesa como uma despesa integrante da visita ao trilho. Em comparação, num estudo efectuado aos pedestrianistas que se encontravam a frequentar os *National Trails* do Reino Unido, em 1997, verificou-se que estes gastavam cerca de 5 Libras por dias em itens como alimentação e bebidas (Countryside Commission, 1997).

Tabela 39: Gastos efectuados

	Frequência	%
Nada	23	11.5
0,1 a 10	49	24.5
10,1 a 25	93	46.5
25,1 a 50	17	8.5
50,1 a 75	5	2.5
75,1 a 100	3	1.5
Mais de 100	3	1.5
Não sabe	7	3.5

Os gastos efectuados estão relacionados com a nacionalidade ($Q^2 = 40.887$; $\alpha = 0,000$), mas para se efectuar o cruzamento das variáveis foi necessário reagrupar os diferentes itens em intervalos mais abrangentes e retirou-se o item "não sabe". Os pedestrianistas nacionais apresentam uma maior tendência para não efectuar gastos na área onde praticam as caminhadas. De ressaltar que os pedestrianistas estrangeiros mostram uma maior propensão para fazer gastos elevados nas áreas dos trilhos pedestres. Este facto pode indicar que estes pedestrianistas utilizam com mais frequência as infra-estruturas turísticas situadas perto do trilho.

Tabela 40: Gastos efectuados

(pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas estrangeiros
Nada	23 (11.3)	0 (11.7)
	5.2	-5.2
0.1 a 10	30 (24.1)	19 (24.9)
	-1.9	1.9
10,1 a 25	37 (45.8)	56 (47.2)
	-2.5	2.5
25.1 a 50	3 (8.4)	14 (8.6)
	-2.7	2.7
Mais de 50	2 (5.4)	9 (5.6)
	-2.1	2.1

6.8.8 - Distância do trilho visitado

Em Portugal os trilhos pedestres são classificados da seguinte forma (Gonçalves, 2002): Pequena Rota (PR), com uma distância máxima de 30 Km; Grande Rota (GR) com mais de 30 Km e que são percursos que duram dois ou mais dias. Os inquiridos preferem percorrer trilhos de Pequena Rota (PR), com uma distância que vai até aos 20 Km's. Os inquiridos encontravam-se todos a frequentar trilhos com classificação de PR e com uma distância que variava entre os 5 km e os 9,3 km e com um grau de dificuldade fácil ou médio (ver Metodologia).

Tabela 41: Dimensão do percurso

	Frequência	%
Menos de 1 Km	5	1.7
Entre 1 a 10 Km	97	32.3
Entre 11 a 20 Km	96	32.0
Entre 21 a 30	2	0.7

Como vimos na tabela 12, referente à motivação geral para férias, foram poucos os inquiridos que indicaram praticar férias com o intuito de desenvolver actividades desportivas, o que também pode explicar a preferência por trilhos de menor distância, permitindo caminhadas menos exigentes. Apesar de o pedestrianismo ser uma actividade que não exige treino prévio, pode tornar-se uma actividade de grande esforço físico, se tiver a ser desenvolvida em áreas com declives muito acentuados ou se for realizado num trilho de grande distância.

6.8.9 - Factores motivadores para frequentar um trilho pedestre

Segundo Ryan (1994) “se a satisfação pode ser vista como a congruência entre a necessidade e a *performance*, então a insatisfação pode ser percebida como a distancia (*gap*) entre a expectativa e a experiência”. Isto sugere que as atitudes, formadas por motivações, expectativas e percepções dos visitantes encontram-se parcialmente fora do controle do fornecedor. Por outro lado, constituem um factor importante ao nível da

satisfação resultante da experiência turística. No entanto, podem minimizar-se as falhas percebidas ao averiguar os factores responsáveis pela satisfação ou insatisfação do turista. Para aferir quais as características que poderiam motivar os pedestrianistas a utilizar um trilho pedestre e que, desta forma, são mais pertinentes para a sua satisfação foi introduzido no questionário uma questão com 15 itens (ver Anexo I, pag. 214). Esta questão foi aplicada com uma escala de *Likert* com uma classificação de 1 (nada importante) a 5 (muito importante). Estes itens foram escolhidos tendo como base o estudo exploratório indicado na página 126 (ver Metodologia)⁶².

A amostra constituída pelos pedestrianistas (portugueses e de outras nacionalidades) atribui bastante importância à "qualidade e estado da paisagem", "existência de informação sobre trilhos pedestres existentes", "trilho devidamente assinalado" e "silêncio" (ver Anexo II, pag. 279). Mas quando comparamos o *ranking* das preferências dos dois grupos individualmente (ver Anexo II, pag. 280,281) verificamos que ambos os grupos dão bastante importância à qualidade da paisagem e à informação existente sobre os trilhos e a forma como está assinalado. No entanto, os estrangeiros dão mais importância ao factor silêncio, enquanto que os portugueses dão muita importância à existência de interpretação.

A tabela 42 mostra as diferenças entre os pedestrianistas portugueses e os de outras nacionalidades. Segundo o teste de M-W existem algumas diferenças significativas entre estes dois grupos de inquiridos. Do ponto de vista dos pedestrianistas nacionais inquiridos, para uma experiência no trilho mais positiva as "acessibilidades", "existência de serviços de guia" e "trilhos com um reduzido grau de dificuldade" são tendencialmente mais relevantes. Estes três factores poderão indicar que os Portugueses apresentam um menor espírito de aventura, uma vez que estes factores implicam a redução de riscos e do factor aventura.

Como vimos anteriormente, foram poucos os inquiridos que indicaram como motivação principal ir de férias práticas desportivas, o que pode apontar para o facto de muitos dos inquiridos não serem praticantes regulares de desporto, podendo levar à preferência por um

⁶² Para esta análise inserimos os resultados dos testes de Mann-Whitney, mas os quadros com o *ranking* das médias para cada grupo analisado no texto encontram-se apenas em Anexo.

trilho fácil. De salientar também que os questionários foram aplicados a pessoas que efectuaram trilhos com a duração de algumas horas. A “existência de serviços de guia” é uma questão bastante pertinente e mostra que os portugueses não são tão autónomos como os pedestrianistas estrangeiros, possuindo, a este nível, um menor espírito de aventura. A existência de um guia pode, por um lado, fornecer mais informação sobre os recursos naturais e culturais existentes, mas também proporciona um factor de segurança.

Tabela 42: Factores motivadores para frequentar um trilho pedestre (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas portugueses		Pedestrianistas estrangeiros		M.R.	M.R.	α (M.W)
	Média	D.P.	Média	D.P.			
Accessibilidades	3.58	0.996	3.3	0.904	109.29	91.71	0.023
Trilho devidamente assinalado	4.24	1.006	4.35	0.808	98.86	102.14	0.658
Existência de informação sobre os trilhos pedestres existentes	4.24	1.026	4.43	0.794	96.65	104.35	0.294
Existência de serviço de guia	3.82	1.305	3.09	1.538	113.95	87.05	0.001
Existência de interpretação	4.15	0.77	3.97	0.989	104.32	96.68	0.303
Possibilidade de encontrar fauna e flora diferentes	3.8	0.898	3.87	0.97	98.21	102.79	0.555
Proximidade de curso de água	3.68	0.919	3.41	1.092	107.51	93.49	0.065
Ser frequentado por poucas pessoas	3.85	0.857	4	0.91	96.28	104.72	0.276
Silêncio	4.31	0.933	4.23	0.789	91.91	109.09	0.026
Qualidade e estado da paisagem	4.26	0.938	4.53	0.61	94.04	106.96	0.77
Existência de infra-estruturas de recolha de lixo ao longo do percurso	3.56	1.103	3.86	1.18	91.71	109.29	0.026
Que seja um trilho novo	3.19	0.939	3.68	0.839	87.55	113.45	0.001
Trilho difícil	2.56	1.103	2.52	1.167	101.69	99.31	0.764
Trilho com um reduzido grau de dificuldade	3.46	0.73	3.32	0.736	109.39	91.61	0.018
Infra-estruturas de apoio	3.87	1.097	3.93	1.165	97.72	103.28	0.475

Os pedestrianistas estrangeiros mostram uma maior autonomia em relação aos portugueses e mostram um maior espírito de aventura (“que seja um trilho novo”), o que salienta que não gostam de repetir as experiências, partindo sempre à procura de novos desafios. Estes pedestrianistas não devem gostar de frequentar locais em que haja um grande afluxo de visitantes, uma vez que o factor “silêncio” é muito importante para eles. Apresentam uma maior preocupação em relação à preservação do meio natural, mostrando uma maior preferência por trilhos com infra-estruturas de recolha de lixo (ver Tabela 42). Como já visto anteriormente (ver Tabela 24), estes inquiridos indicaram que se preocupam em ter um comportamento mais ambientalmente responsável no quotidiano face aos

pedestrianistas nacionais, o que parece repercutir-se nas preferências ao nível do desfrute de um trilho pedestre, num contexto de férias.

6.8.10 - Factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre

Para se averiguar os factores que poderiam afastar ou desmotivar as pessoas a frequentar determinado trilho pedestre foi colocada uma questão com catorze itens tanto nos questionários aplicados aos pedestrianistas como aos não pedestrianistas, mudando apenas a forma como foi colocada a questão. A questão estava colocada com uma escala tipo *Likert* que variava entre muito inibidor (1) até nada inibidor (5) o que significa que quanto maior for o valor do M.R. (*mean rank*), apresentado na tabela, menor importância é dada a esse factor constrangedor ⁶³.

Os factores mais constrangedores para todos os inquiridos (ver Anexo II, pag. 281) estão ligados com a segurança ("passagem por locais muito perigosos", "dificuldade de socorro em caso de acidente" e "falta de segurança nos trilhos") e com a "falta de informação" ligada aos trilhos. Quando olhamos para o *ranking* dos factores constrangedores para os diferentes grupos de inquiridos individualmente, isto é, para os pedestrianistas (ver Anexo II, pag. 282) e não pedestrianistas (ver Anexo II, pag. 282), pedestrianistas portugueses (ver Anexo II, pag. 283) e de outras nacionalidades (ver Anexo II, pag. 283) verificamos que a segurança é um factor muito importante para todos os grupos, sendo a "passagem por locais perigosos" um factor que todos os grupos dão bastante importância. No entanto, segundo o teste de Mann-Whitney existem diferenças significativas entre os diferentes grupos.

A tabela 43 mostra a diferença entre os inquiridos que frequentam trilhos pedestres e os que nunca o fizeram.

⁶³ Para esta análise inserimos os resultados dos testes de Mann-Whitney, mas os quadros com o *ranking* das médias para cada grupo analisado no texto encontram-se apenas em Anexo.

Tabela 43: Factores constringedores para frequentar um trilho pedestre (pedestrianistas/ não pedestrianistas)

	Não				Pedestrianistas	Não pedestrianistas	α (M.W.)
	Pedestrianistas		pedestrianistas				
	Média	D.P.	Média	D.P.			
Ambiente natural descaracterizado	1.76	0.977	2.09	1.125	141.7	166.78	0.01
Ausência de mapas	2.27	1.026	1.97	1.245	160.11	129.58	0.003
Condições meteorológicas	2.53	0.879	1.97	1.115	167.51	114.63	0.000
Ser frequentado por muitas pessoas	1.99	0.964	2.87	1.379	132.06	186.24	0.000
Acessos difíceis	1.99	1.007	1.78	1.09	157.63	134.59	0.021
Dificuldade de socorro em caso de acidente	1.71	0.916	1.49	0.747	156.12	137.63	0.051
Falta de atractivos naturais	1.72	0.934	1.83	0.976	146.76	156.55	0.315
Falta de informação	1.67	0.868	1.8	1.036	147.93	154.18	0.517
Inexistência de sinalização	1.67	0.863	1.81	1.109	149.08	151.85	0.773
Passagem por locais muito perigosos	1.46	0.769	1.73	1.233	147.75	154.54	0.44
Proximidade com áreas urbanas	1.91	0.895	3.21	1.303	122.46	205.64	0.00
Falta de segurança dos trilhos	1.61	0.842	1.84	0.993	144.09	161.94	0.063
Zonas com fraca vegetação	2.19	1.02	2.51	1.304	143.29	163.55	0.047
Inexistência de infra-estruturas de apoio	3.9	1.129	1.81	1.128	161.31	127.15	0.001

Os pedestrianistas indicaram, comparativamente, que ficam desmotivados de frequentar trilhos que são frequentados por muitas pessoas, que estão próximos de áreas urbanas e que não possuem muita vegetação ou quando esta se encontra danificada. Os pedestrianistas inquiridos apresentam uma menor tolerância perante o factor “crowding” inferior aos não pedestrianistas e mostram uma maior preocupação com a preservação da paisagem.

Os inquiridos não pedestrianistas dão, por outro lado, mais importância a factores ligados à segurança, às acessibilidades e apresentam uma maior necessidade de usufruírem de serviços e de infra-estruturas de apoio e de mapas. Estas preferências evidenciam que os não pedestrianistas necessitam de sentir segurança e apoio quando estão a frequentar os trilhos.

Também a comparação entre pedestrianistas portugueses e de outras nacionalidades mostrou diferenças significativas como visível na Tabela 44. Os pedestrianistas de nacionalidade portuguesa mostram relativamente uma maior necessidade de usufruir de infra-estruturas de apoio e Os pedestrianistas e preocupam-se mais com a falta de sinalização, enquanto que os estrangeiros estão mais sensíveis a efeitos de “crowding” e exigentes ao nível de mapas. (ver Tabela 44).

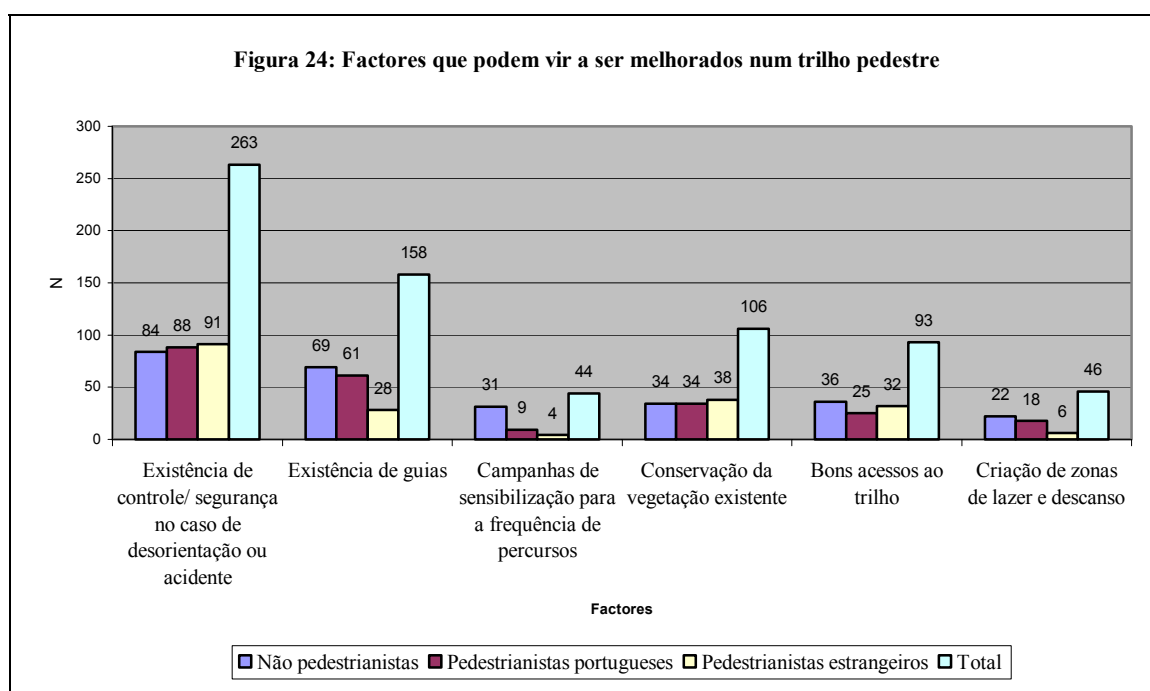
Tabela 44: Factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre (pedestrianistas portugueses/ pedestrianistas estrangeiros)

	Pedestrianistas portugueses		Pedestrianistas estrangeiros		Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas estrangeiros	α (M.W.)
	Média	D.P.	Média	D.P.	M.R.	M.R.	
	Ambiente natural descaracterizado	1.88	0.997	1.65	0.946	107.3	
Ausência de mapas	2.45	1.085	2.1	0.937	108.88	92.13	0.033
Condições meteorológicas	2.63	0.895	2.44	0.856	105.73	95.27	0.169
Ser frequentado por muitas pessoas	2.1	0.926	1.89	0.993	107.82	93.18	0.059
Acessos difíceis	1.9	1	2.08	1.011	95.08	105.92	0.16
Dificuldade de socorro em caso de acidente	1.6	0.828	1.82	0.988	94.73	106.27	0.12
Falta de atractivos naturais	1.69	0.917	1.76	0.954	98.78	102.22	0.643
Falta de informação	1.63	0.872	1.71	0.868	97.5	103.5	0.417
Inexistência de sinalização	1.52	0.822	1.82	0.88	89.43	111.57	0.003
Passagem por locais muito perigosos	1.4	0.71	1.53	0.822	96.63	104.37	0.252
Proximidade com áreas urbanas	2.05	0.936	1.78	0.835	108.41	62.59	0.4
Falta de segurança dos trilhos	1.58	0.78	1.65	0.903	99.82	101.18	0.852
Zonas com fraca vegetação	1.09	1.092	2.11	0.941	104.79	96.21	0.273
Inexistência de infra-estruturas de apoio	1.06	1.067	1.99	0.969	110.03	90.97	0.015

Num estudo realizado nos EUA e no Canadá para averiguar os factores constrangedores ligados a uma viagem de turismo de natureza, verificou-se que as pessoas davam bastante importância às condições climáticas e à acessibilidade (Pennington-Gray e Kerstetter, 2002). Num outro estudo que visava apurar os impactes que resultam da utilização de trilhos pedestres no Canadá (The Starkey Hill), verificou-se que os visitantes não gostavam de ver lixo, plantas e árvores danificadas, vestígios de fogueiras e estado de erosão do caminho (Lynn e Brown, 2002).

6.8.11 - Factores que podem vir a ser melhorados num trilho pedestre

A questão ligada às melhorias pertinentes num trilho pedestre foi colocada em ambos os questionários, pelo que as respostas abrangem a opinião dos pedestrianistas e dos não pedestrianistas. Segundo a Figura 24 podemos verificar que grande parte dos inquiridos, tanto pedestrianistas como não pedestrianistas, mostrou uma grande preocupação com a segurança dos trilhos. Em parte mostra que os pedestrianistas inquiridos não são pessoas que frequentam a natureza para desenvolver actividades que implicam um excessivo risco. Ou seja, torna-se importante para os turistas que o trilho pedestre seja uma infra-estrutura que forneça uma actividade turística, em que o utilizador tenha a liberdade de desfrutar a natureza, mas com o conhecimento de que essa área é gerida de forma a garantir a sua segurança.



O desejo de desfrutar de uma actividade, acompanhada por guias, é maior entre os não pedestrianistas e entre os pedestrianistas portugueses, o que evidencia que os portugueses apresentam uma maior necessidade de desenvolver esta actividade de uma forma organizada. É também de evidenciar que os não pedestrianistas apresentam um maior desejo de que sejam desenvolvidas campanhas de sensibilização para a frequência dos trilhos pedestres. Ao contrário de muitos países europeus, onde a prática do pedestrianismo

é bastante popular, entre a população portuguesa em geral (ver Capítulo 4) a prática desta actividade é ainda desconhecida por parte de muitas pessoas.

Após a análise dos resultados do inquérito iremos apresentar de seguida um resumo dos resultados mais pertinentes de forma a poder responder às questões colocadas no âmbito das hipóteses sugeridas (ver Metodologia).

6.9– Resumo dos resultados

Os inquiridos tanto os pedestrianistas como os não pedestrianistas, apresentam as seguintes **características sócio-demográficas**:

- **Sexo:** proporção aproximadamente igual entre homens e mulheres;
- **Faixa etária:** situam-se numa faixa etária entre os 25 e os 54 anos;
- **Nível de instrução:** 54,3% frequentaram o ensino superior;
- **Profissão:** exercem funções a nível de quadros superiores e médios (29,3%), estudantes (19,6%) e empregados do comércio e indústria;
- **Residência dos portugueses:** os portugueses provêm essencialmente da Região Centro (56%);
- **Nacionalidade dos inquiridos estrangeiros:** os de outras nacionalidades provêm essencialmente da Europa (98%), nomeadamente a França (54%), Holanda (11%), Alemanha (9%) e Inglaterra (9%);

Como principal **motivação** destaca-se o item “escapar à vida quotidiana” (43%).

Apresentam o seguinte **comportamento geral de férias**:

- **Meses de férias:** maior frequência nos meses de verão;
- **Fins-de-semana fora de casa:** durante todo o ano;
- **Actividades praticadas em férias:** tirar fotos e filmar, provar a comida local, desenvolver actividades ligadas à praia e fazer passeios pelo campo.

Sensibilidade ambiental: Na generalidade, a natureza é percebida como serena, relaxante e agradável, no entanto, alguns aspectos mostram alguma dispersão nas respostas como é o caso de enigma, suspense e medo.

A nível do **comportamento ambiental** na vida quotidiana verifica-se que os inquiridos tentam com mais regularidade evitar desperdiçar água, colocar o lixo nos recipientes próprios e poupar ao nível do aquecimento da casa, no entanto, deslocam-se com bastante regularidade na sua própria viatura.

Quando frequentam um **trilho pedestre** têm o seguinte comportamento (apenas a amostra de pedestrianistas):

- As **principais motivações** estão ligadas ao desfrute da natureza: “observar a beleza paisagística”, “respirar ar puro” e “desfrutar da natureza”;
- Recorrem a fontes informais para recolher **informação sobre os trilhos**, nomeadamente, "recomendações de familiares e amigos" (31,3%);
- O **principal meio de transporte utilizado** para se deslocarem ao local do trilho pedestre é o carro podendo, ser de familiares e amigos (44%), do próprio visitante (41,5%) ou alugado (13%);
- **Constituição do grupo:** Praticam o pedestrianismo acompanhados, maioritariamente por amigos (50,5%) ou pelo cônjuge (26,5%);
- **Principal modo de organização da visita:** Grande parte dos inquiridos efectuou a actividade sem organização prévia (81,5%);
- **Alojamento:** mostram uma preferência por ficar alojados em parques de campismo (30%);
- **Padrão dos gastos:** Grande parte dos pedestrianistas efectuou gastos no local de visita, variando entre “0,1 a 10 euros” (24,5%) e os “10,1 a 25 euros” (46,5%);
- **Distancia do trilho visitado:** preferem desfrutar de trilhos de pequena rota (PR);
- **Factores motivadores para frequentar um trilho pedestre:** os pedestrianistas dão bastante importância a aspectos como: “estado da paisagem”, “existência de informação sobre trilhos pedestres”, “trilho devidamente assinalado” e “silêncio”.

Os factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre e os factores que podem vir a ser melhorados foram apreciados tanto por pedestrianistas como por não pedestrianistas, na medida em que se trata de aspectos com relevância para ambos os grupos.

- **Factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre:** os principais factores constrangedores estão ligados com a segurança, nomeadamente, “passagem por locais perigosos”, “dificuldade de socorro em caso de acidente” e “falta de segurança nos trilhos”;
- **Factores que podem vir a ser melhorados num trilho pedestre:** os inquiridos mostraram uma grande preocupação com a segurança dos trilhos.

Neste inquérito foram definidos três grupos de inquiridos, não pedestrianistas (nacionais), pedestrianistas portugueses e pedestrianistas de outras nacionalidades. Estes grupos apresentam efectivamente características, atitudes e comportamentos diferentes que estão indicadas nos quadros 13 e 14.

Quadro 13: Diferenças entre pedestrianistas e não pedestrianistas	
Pedestrianistas	Não pedestrianistas
<ul style="list-style-type: none"> • Jovens e adultos • Nível escolar mais elevado • Exercem profissões associadas a quadros superiores • Preferem uma paisagem com pontos elevados • Sentem a natureza mais como um elemento de aventura • No quotidiano apresentam um comportamento mais responsável a nível ambiental • No quotidiano caminham com mais regularidade • No geral, viajam para “escapar à vida quotidiana” • Durante as férias gostam de visitar locais em que o contacto com a natureza se torna um elemento privilegiado • Preferem trilhos afastados de centros urbanos e possuem uma menor tolerância ao factor “crowding”, não gostando de locais com fraca vegetação e descaracterizados 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais idosos • Nível escolar menos elevado • Exercem profissões ligadas ao comércio e indústria • Preferem uma paisagem com água • Olham para a natureza como algo aborrecido • Não se preocupam tanto com a preservação do ambiente no quotidiano • No quotidiano caminham menos • No geral viajam para “visitar familiares e amigos” • Durante as férias desenvolvem actividades mais ligadas ao turismo urbano e ao “sol e praia” • Para desfrutar um pedestre preocupam-se bastante com a segurança e com a existência de serviços de apoio

Para além das diferenças entre pedestrianistas e não pedestrianistas verificam-se também as seguintes diferenças entre pedestrianistas portugueses e pedestrianistas de outras nacionalidades.

Quadro 14: Diferenças entre pedestrianistas portugueses e pedestrianistas de outras nacionalidades	
Pedestrianistas portugueses	Pedestrianistas de outras nacionalidades
<ul style="list-style-type: none"> • Durante as férias desenvolvem com mais regularidade actividades ligadas a paisagens litorais e ao turismo urbano • No quotidiano apresentam uma menor preocupação com a preservação do ambiente • Recorrem com mais frequência a fontes de informação informais • Utilizam automóvel próprio ou de familiares e amigos com mais frequência • Recorrem com menos frequência a Agências de Viagens e Operadores Turísticos • Recorrem menos ao alojamento oficial • Efectuam gastos menores no local • Gostam de ser acompanhados por guias quando estão a frequentar um trilho pedestre 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante as férias procuram desenvolver actividades com um âmbito cultural, activo e ligado à natureza • No quotidiano apresentam uma maior preocupação com a preservação do ambiente • Recorrem com mais frequência a fontes de informação formais* • Utilizam com mais frequência viaturas alugadas* • Recorrem com mais frequência a Agências de Viagens e Operadores Turísticos* • Utilizam com mais frequência alojamento oficial* • Efectuam gastos mais elevados na área do trilho* • Apresentam uma maior autonomia e espírito de aventura quando frequentam um trilho pedestre. Apresentam uma capacidade de carga social menor

6.10 – Teste das hipóteses

Hipótese 1 – Existe um “mercado do trilho pedestre”, isto é, sugere-se a existência de um grupo de pessoas que procura frequentemente trilhos pedestres no âmbito das suas actividades de lazer e de férias. Após a aplicação do questionário a pessoas que se encontravam a praticar pedestrianismo no âmbito do lazer, recreio e turismo foi possível constatar que existe efectivamente um “mercado do trilho pedestre”, um grupo de pessoas que costumam frequentar o trilho pedestre no âmbito do seu quotidiano e das suas férias (ver pag. 153, 264)

Hipótese 2 – Há diferenças significativas entre pedestrianistas e não pedestrianistas no que respeita a atitudes, percepções e comportamentos referentes à natureza.

H2.1 – Sugere-se que os pedestrianistas tenham uma percepção afectiva favorável face à natureza, quando comparados com os não pedestrianistas. Segundo os resultados apresentados na página 162, podemos verificar que existem diferenças significativas entre os pedestrianistas e os não pedestrianistas que confirmam a hipótese. Os pedestrianistas possuem uma percepção face à natureza mais favorável, olhando para a natureza como um elemento de aventura, enquanto que os não pedestrianistas consideram a natureza como algo de aborrecido (ver Tabela 22).

H2.2 – Sugere-se que os pedestrianistas manifestem comportamentos diários que reflectem uma maior sensibilidade ambiental, quando comparados com os não pedestrianistas. Os resultados apresentados na página 164 também confirmam esta hipótese, na medida em que os pedestrianistas apresentam um comportamento no quotidiano ambientalmente mais responsável face aos não pedestrianistas verificando-se diferenças em todas as respostas às respectivas escalas tipo Likert usadas no questionário.

H2.3 – Sugere-se que os pedestrianistas apresentem um comportamento geral de férias que reflecte um maior interesse na natureza e em actividades físicas. Os resultados apresentados (pag. 154, Tabela 14) confirmam em parte esta hipótese. Quando comparados com os não pedestrianistas preferem desenvolver actividades ligadas à natureza e os não pedestrianistas apresentam uma maior apetência por actividades ligadas ao turismo urbano e de "sol e praia". Contudo, o ambiente de "praia" tem simultaneamente uma dimensão de natureza e de paisagem semi-natural, havendo também actividades físicas associadas ao "sol e praia".

H3 - Há diferenças significativas entre os pedestrianistas nacionais e estrangeiros a nível de atitudes, percepções e comportamentos referentes à natureza:

H3.1 – Sugere-se que os pedestrianistas nacionais manifestem comportamentos diários que reflectem uma menor sensibilidade ambiental, quando comparados com os pedestrianistas de outras nacionalidades. Na página 165 podemos verificar que existem diferenças significativas entre os pedestrianistas portugueses e de outras nacionalidades. Os pedestrianistas de outras nacionalidades desenvolvem um comportamento ambientalmente mais responsável no quotidiano se comparados com os

pedestrianistas portugueses (ver Tabela 24). Verificam-se diferenças significativas na maior parte das respostas às respectivas escalas tipo Likert usadas para medir a sensibilidade ambiental no quotidiano, confirmando claramente a hipótese.

H3.2 – Sugere-se que os pedestrianistas nacionais apresentem um comportamento geral de férias que reflecte um menor interesse na natureza e em actividades físicas.

Durante as férias, os pedestrianistas portugueses preferem tendencialmente mais actividades ligadas ao litoral (“sol e praia”) e ao turismo urbano durante as suas férias (pag.155). Portugal é um país com uma grande extensão de praias, levando a que tradicionalmente as preferências das pessoas se centrem nesta paisagem, a qual pode ter características mais ou menos naturais, como referido anteriormente. Os pedestrianistas de outras nacionalidades preferem produtos com um âmbito mais activo e com uma maior ênfase no ambiente natural e em aspectos da cultura (ver Tabela 15). Este resultado leva a uma confirmação parcial da hipótese.

7- Implicações para o planeamento e gestão dos trilhos pedestres

Portugal é um país com bastantes recursos naturais (principalmente no interior), onde se pode praticar o pedestrianismo. Em muitas áreas naturais existem também trilhos que possuem uma grande afluência, mas que ainda não foram oficializados através da homologação. Se, por um lado, não há uma inventariação completa ou aproximada dos percursos existentes a nível nacional, por outro lado o trilho pedestre é uma infra-estrutura de livre acesso, o que dificulta a inventariação do número de pessoas que dela desfrutam a nível nacional, quer sejam portugueses ou de outras nacionalidades. Como também não existem estudos publicados sobre os visitantes dos trilhos pedestres em Portugal, optou-se por realizar um inquérito dirigido aos frequentadores de alguns trilhos, com uma amostra de âmbito exploratório, não se conhecendo nem o número nem o perfil da população de base.

Com a aplicação deste inquérito obteve-se informação com bastante interesse para as entidades que estão ligadas à implementação e gestão de trilhos pedestres. Ao conhecer os

utilizadores dos trilhos será possível melhorar a qualidade das actividades turísticas e de recreio que se lhes oferece. Os gestores destas áreas destino podem direccionar, assim, a oferta de acordo com as características da procura, melhorando significativamente a experiência do visitante.

Os pedestrianistas portugueses inquiridos provêm, na sua maioria, da faixa litoral e apresentam uma tendência para frequentarem trilhos pedestres com alguma proximidade da região onde habitam. Em comparação com os pedestrianistas estrangeiros, os portugueses utilizam menos infra-estruturas turísticas (alojamento) e efectuem menos gastos no local, evidenciando uma maior tendência para o excursionismo. No entanto, sentem uma maior necessidade de serem acompanhados por guias. Para este segmento de mercado os responsáveis pela implementação e manutenção dos trilhos pedestres deveriam:

- Desenvolver passeios com guias para grupos, permitindo o desenvolvimento da actividade com mais segurança (as associações ligadas ao trilho pedestre - a FNC e a FPME - pretendem avançar com o curso de técnico de trilho pedestre que inclui no âmbito curricular a actividade de animação desta infra-estrutura);
- Desenvolver infra-estruturas turísticas de apoio que proporcionam mais conforto aos visitantes e um aproveitamento óptimo dos recursos da região, bem como a geração de rendimentos para a população local;
- Desenvolver trilhos com sinalização, interpretação e com graus de dificuldade que permitam uma experiência positiva para todas as camadas da população;
- Garantir uma experiência positiva para fomentar a fidelização dos pedestrianistas;
- Desenvolver trilhos que passem por localidades para fomentar o convívio com as populações locais, o comércio e a criação de produtos turísticos mais completos que levem as pessoas a permanecer mais tempo na área de destino. Segundo o estudo da DGT (2002) “As férias dos portugueses”, o mercado interno de *short-break* está a aumentar. Assim o trilho pedestre poderia ser promovido como elemento central de novos produtos turísticos para o mercado nacional nesse âmbito, fazendo com que os portugueses pernoitem no destino com mais frequência e efectem mais gastos na região do trilho pedestre;

Os pedestrianistas estrangeiros recorrem com mais frequência às infra-estruturas e aos serviços da indústria turística, nomeadamente a fontes de informação formais, a viaturas alugadas, a agências de viagens, a operadores turísticos e a unidades de alojamento. Também apresentam uma maior tendência para efectuarem gastos mais elevados no destino. Além destas características é de realçar que estes inquiridos apresentam uma maior sensibilidade ambiental, são mais aventureiros que os portugueses e apresentam uma menor tolerância perante o factor “*crowding*”. Assim, a promoção para os pedestrianistas estrangeiros pode ser direccionada para trilhos localizados em áreas com recursos mais frágeis, como é o caso das áreas protegidas. Para este segmento de mercado os responsáveis pela implementação e manutenção dos trilhos pedestres deveriam:

- Desenvolver infra-estruturas turísticas de pequena escala, bem enquadradas no ambiente, otimizando o aproveitamento dos recursos, dos produtos e das competências existentes;
- Preservar os recursos naturais e a qualidade paisagística;
- Desenvolver e manter uma sinalização e interpretação com qualidade que permitam a prática da actividade em segurança;
- Gerir os fluxos de visitantes e garantir o silêncio nos trilhos;
- Desenvolver trilhos que proporcionem uma experiência satisfatória para fidelizar os visitantes e fomentar a recomendação.

Um dado bastante pertinente é a nacionalidade dos pedestrianistas estrangeiros que provêm essencialmente de países europeus, nomeadamente de França, Holanda, Alemanha e Reino Unido. Estas origens dos pedestrianistas internacionais coincidem com os resultados de um estudo efectuado pela MINTEL em 2003 ao mercado de aventura europeu. O estudo evidencia que este mercado está a crescer fortemente na Europa, principalmente nos países supramencionados, e que as actividades de aventura mais procuradas centram-se na aventura “*soft*” que inclui sempre as caminhadas (pedestrianismo). Estas podem estar incluídas em pacotes ou constituir a principal actividade oferecida pelas empresas de animação. Poderá, assim, ser muito pertinente promover produtos turísticos centrados no trilho pedestre nos mercados acima referidos.

Os não pedestrianistas são um mercado potencial bastante pertinente e que poderá interessar cativar no futuro, não somente numa perspectiva de dinamizar o mercado de produtos turísticos centrados no trilho pedestre, mas também numa perspectiva de educação ambiental da população. Os não pedestrianistas são pessoas que não se preocupam tanto com a preservação ambiental no quotidiano e olham para a natureza como um elemento aborrecido. Durante as férias preferem fazer actividades ligadas a ambientes urbanos e ao litoral. Estes inquiridos viajam com mais frequência por motivos ligados à visita de familiares e amigos. Como condição para frequentar um trilho pedestre importa considerar a grande preocupação deste grupo com a sua segurança. Para estas pessoas podem oferecer-se os trilhos que se encontram perto de áreas costeiras e junto a locais urbanizados. Para cativar este segmento as entidades ligadas a estas infra-estruturas deveriam:

- desenvolver infra-estruturas de apoio que permitam um maior conforto para quem efectua a actividade, como restaurantes típicos ou lojas com produtos locais, o que permitiria ao mesmo tempo, otimizar a utilização dos recursos, produtos e competências da região;
- desenvolver e manter em bom estado de conservação dos trilhos com um grau de dificuldade acessível à população em geral, que permitam o desenvolvimento da actividade em segurança e com infra-estruturas de apoio (bancos, abrigos, etc.);
- desenvolver uma base de informação sobre os trilhos, através da publicação de mapas e brochuras;
- enriquecer a experiência oferecida pelos trilhos através da passagem por locais com interesse cultural e localidades (onde se torna possível interagir com a população local, desfrutar da gastronomia típica e fazer compras);
- fomentar a organização de visitas guiadas que proporcionam uma visita ao trilho com acompanhamento de profissionais, permitindo níveis de segurança elevados, uma experiência mais enriquecedora e, através de um fornecimento de informação mais especializada, educação ambiental e uma interpretação apelativa.

8 - Recomendações para uma futura investigação

Este estudo apresenta dados bastante pertinentes sobre o trilho pedestre. No entanto, em futuras investigações seria aconselhável conseguir uma amostra com maior representatividade, estendendo a investigação a mais áreas do país, tanto para os utilizadores dos trilhos como para os não pedestrianistas. A nível dos trilhos, seria bastante interessante incluir percursos com distâncias mais longas, podendo assim incluir na amostra pedestrianistas de “grande rota”, designados de *trekkers* que costumam pernoitar pelo caminho. Por outro lado, o questionário deveria ser aplicado durante os vários meses do ano.

No que diz respeito ao instrumento de pesquisa, no questionário poderiam acrescentar-se e alterar-se algumas questões. Assim poderia ser pertinente colocar as questões ligadas às motivações em formato de pergunta aberta, para que os inquiridos tenham mais liberdade de expressão. Na questão ligada à sensibilidade ambiental, os itens ligados à mesma temática devem ser mais baralhados para não induzir os inquiridos a responder da mesma forma, podendo-se ainda inverter os itens (e.g. em vez de “a natureza revigora-me” o item poderia ter sido “a natureza cansa-me”), para evitar que os respondentes deixem de prestar atenção e marquem todos os itens da mesma forma. As questões ligadas directamente ao trilho pedestre poderiam ser mais refinadas para se obter informações mais precisas e a questão “factores que podem vir a ser melhorados num trilho pedestre” poderia também ser aberta para dar um maior grau de liberdade aos inquiridos e para não induzi-los a responder somente ao que é sugerido.

O trilho pedestre implica a passagem por muitos terrenos que são propriedade de particulares, muitos deles agricultores e que trabalham nesses mesmos terrenos. Assim, seria também aconselhável o desenvolvimento de estudos dirigidos à população local para saber qual a sua receptividade ao desenvolvimento dos trilhos, à passagem de turistas e qual a sua percepção de como esse afluxo de pessoas lhes poderia trazer benefícios ou desvantagens em relação às suas actividades profissionais. Para além disso, deveriam ser desenvolvidos estudos ligados aos impactes económicos para que se pudessem aplicar medidas assertivas na optimização económica desta actividade.

Por fim, como o trilho pedestre é uma infra-estrutura directamente ligada à natureza, torna-se essencial o desenvolvimento de estudos de capacidade de carga dos mesmos para que estes não se detioreem e para evitar a degradação do meio ambiente numa perspectiva de preservação do património natural e cultural afectado.

Ficou também claro que este é um domínio de investigação que merecia uma maior atenção. Neste âmbito, seria interessante desenvolver estudos internacionais que permitam uma comparação entre países, de forma rigorosa, já que se trata de um fenómeno também ele internacional, movimentando um grande número de adeptos da modalidade para destinos em todo o mundo.

CONCLUSÃO GERAL

O turismo na actualidade é uma das indústrias mais importantes a nível mundial, gerando um fluxo de milhares de pessoas, quer a nível interno quer a nível internacional. Em Portugal, o turismo também assume uma grande importância, verificando-se que o maior nível de desenvolvimento turístico se centra nas zonas costeiras. A oferta turística de Portugal encontra-se bastante centrada no produto “sol e praia”. Mas o país possui outros recursos, bastante diversificados, a nível de património natural e cultural.

O turismo tem vindo a sofrer várias alterações e, na actualidade, tem-se verificado uma crescente procura, a nível mundial, de produtos alternativos ao turismo designado de massas. Assim, cada vez mais, os turistas apresentam um maior desejo de desfrutarem da cultura e dos espaços naturais dos locais de destino. Assiste-se, efectivamente, a uma tendência persistente em direcção à exigência de um desenvolvimento sustentável do turismo, tanto ao nível da procura como ao nível dos organismos públicos reguladores e ao nível da cada vez mais agentes da oferta.

Em Portugal existe um património natural de alguma relevância, verificando-se que 22% do território português é ocupado por áreas protegidas. Noventa locais pertencem à Rede Natura 2000 (rede europeia de protecção da natureza). Um terço do país (3,3 milhões de

hectares) é constituído por floresta. Portugal também possui uma elevada extensão de áreas agrícolas. Neste sentido, o país possui um conjunto de recursos bastante diversificado para a oferta de produtos turísticos baseados na natureza, como é o caso daqueles centrados no trilho pedestre.

O trilho pedestre, além de ser uma infra-estrutura fácil de implementar, pode trazer benefícios às populações locais. Estes benefícios podem variar entre receitas complementares ao rendimento familiar até uma melhor preservação ambiental que pode, por exemplo, resultar em maior segurança para os próprios habitantes. Assim, com um maior controle e uma limpeza dos locais utilizados pode haver uma maior prevenção de incêndios.

O trilho pedestre pode constituir o elemento central de um produto turístico que se enquadra dentro dos princípios da sustentabilidade, do turismo cultural, ecoturismo e do turismo de aventura. Contudo, o pedestrianismo não é uma actividade tradicional em Portugal. Para que o potencial dos trilhos pedestres seja maximizado torna-se necessário, por um lado, identificar os trilhos pedestres que podem vir a ser implementados, por outro, identificar a procura potencial e existente, o seu perfil, comportamento, atitudes e motivações. O inquérito evidenciou que existem diferenças entre as pessoas que já frequentam os trilhos pedestres e aqueles que nunca se aventuram a desfrutar de uma infra-estrutura destas. Os resultados indicam também que existem diferenças entre os pedestrianistas portugueses e os de outras nacionalidades. Estas diferenças devem ser tidas em conta no desenvolvimento dos trilhos pedestres em Portugal, bem como na criação de novos produtos turísticos centrados nesta infra-estrutura, de modo a maximizar a satisfação do visitante bem como permitir o máximo proveito para as áreas destino em questão e as suas populações, sem negligenciar a prioridade de preservação da natureza. Neste sentido, o conhecimento dos diversos segmentos deste mercado poderá permitir a própria “gestão da procura” numa perspectiva de desenvolvimento sustentável do destino.

Como o pedestrianismo turístico é um fenómeno internacional ficou também claro que este é um domínio de investigação que merecia uma maior atenção, através da realização de estudos com âmbito mais vasto a nível territorial, temporal e com o desenvolvimento de estudos a nível internacional que permitam uma comparação, de forma rigorosa, já que se

trata de um fenómeno também ele internacional, movimentando um grande número de adeptos da modalidade para destinos em todo o mundo. Poderá haver outras abordagens de pesquisa e o próprio questionário aqui utilizado poderá ser refinado para se obter outro tipo de informação específica e mais pertinente.

Este estudo apontou, concretamente, para medidas que poderiam ser implementadas para dinamizar este mercado que se encontra ainda numa fase “inicial” a nível nacional, podendo o desenvolvimento de trilhos pedestres simultaneamente fomentar a sensibilidade ambiental das pessoas e criar novas oportunidades para as áreas rurais sobretudo do interior do país. Espera-se que, como este estudo, se consiga contribuir para uma maior reflexão sobre a temática em Portugal, para uma consciencialização sobre o potencial de trilhos pedestres enquanto elemento central ou complementar de produtos turísticos, num mercado cada vez mais exigente e à procura de outras experiências, mais próximas da natureza e de outros atributos únicos que os espaços rurais no interior do país poderiam oferecer.

BIBLIOGRAFIA

- **AAKER, D. A.; DAY G. S.** (1990) *Marketing Research*, Fourth Edition, Wiley
- **ALHO, J.M.** (2003) *O que estamos a comemorar neste dia nacional da conservação da natureza*, in <http://www.lpn.pt/> (consulta efectuada em 29-09-03)
- **ALMADA, L.** (2000) *A caminho de Santiago, roteiro do peregrino*, Lelo Editores
- **ANDRADE, W. J.** (2003) *Manejo de Trilhas*, in www.infotrilhas.hpg.ig.com.br (consulta efectuada em 12/02/03)
- **ARCHER, B.** (1996). *Economic Impact Analysis* in *Annals of Tourism Research*, 23(3):704-707.
- **ARCHER, Brian e COOPER, C.** (1994) *The positive and negative impacts of tourism* in *Global Tourism: The next decade*, Ed William Theobald, Butterworth-Heinemann, Ltd
- **ASPEA** (2003) *Pegada Ecológica*, artigo não publicado
- **BAUMGATER, C.** (2001) *Evaluation system for sustainability in tourism regions*, "Ecotourism in Mountain Areas - a Challenge to Sustainable Development" Salzburg, Austria 12-15 September 2001 in http://www.world-tourism.org/sustainable/IYE/Regional_Activites/austria-proceedings.pdf (consulta efectuada em 2/09/03)
- **BEEDIE, P. e HUDSON, S.** (2003) *Emergence of mountain-based adventure tourism*, in *Annals of Tourism research*, pp 625-643
- **BEETON, S. e BENFIELD, R.**(2002) *Demand control: the case of demarketing as a visitor and environmental management tool*, in *Journal of Sustainable Tourism*, Vol.10 n°6, pp 497-513
- **BELL, S.** (1997) *Design for outdoor recreation*, E & FN Spon, UK
- **BERG, A.; KOOLE, S. e WULP, N.** (2003) *Environmental preference and restoration: (How) are they related?*, in *Journal of Environmental psychology*, 23, pp 135-146
- **BERRY, S. e LADKIN, A.** (1997) *Sustainable Tourism: a regional perspective*, *Tourism Management*, Vol. 18, N° 7, pp 433-440

- **BESSE, M.** (1997) *Les sens de la nature dans les discours philosophiques*. In: Besse, J. M. et Roussel, I. (dirs). *Environnement: représentations et concepts de la nature*. Paris : Harmattan, pp. 33-50.
- **BLACK, T. R.** (1999) *Doing quantitative research in the social sciences – An integrated approach to research design, measurement and statistics*, SAGE
- **BLAIKIE, N.** (2000) *Designing Social Research: The Logic of Participation*, Polity Press, Cambridge
- **BLAMEY, R.K.** (2001) *Principles of Ecotourism* in *The Encyclopedia of Ecotourism*, Ed. D.B. Weaver, CAB International
- **BLANGY, S. e VAUTIER, S.** (2001) *Europe* in *The Enciclopedia of Ecotourism* CAB International
- **BÖHN, G.** (2003) *Emotional reactions to environmental risks: Consequentialist versus ethical evaluation* in *Journal of Environmental Psychology*, 23, Elsevier Science Inc, pp 199-212
- **BRIANS, P.** (1998) *Romanticism*, in http://www.wsu.edu:8080/~brians/hum_303/romanticism.html, (consulta efectuada em 20/10/03)
- **BROCHNAD, B.; LENDREVIE, J; J.V. e DIONÍSIO, P.** (2000) *Mercator 2000 – Teoria e prática do marketing*, 9ª Edição, Publicações Dom Quixote
- **BROWSON, R. C. e HOUSEMANN, R. A. e BROWN, D. R.** (2000) *Promoting Physical Activity in Rural Communities – walking trail access, use and effects* in *American Journal of Preventive Medicine*, Elsevier Science Inc, pp 235-241
- **BRUZEK, M.** (2003) *Rapport d'activité 2002*, FFRP, 12/04/03, Paris
- **BURTON, E.** (1995) *Travel Geograpy*, second edition, Pitman, U.K.
- **CARSON, R.** (1962) *Silent Spring*, Mariner Books, (reedição de 1994),
- **CASTROGIOVANNI, A. C.** (2001) *Turismo e ordenação no espaço urbano*, in *Turismo Urbano, Contexto*, São Paulo
- **CAVACO, C.** (1998), *Turismo(s) de ontem e de amanhã* in *Economia & Prospectiva-Turismo uma actividade estratégica*, Ministério da Economia, pp. 79-88
- **CHHETRI, P.; ARROWSMITH; J., M.** (2004) *Determining hiking experiences in nature-based tourist destinations*, *Tourism Management* 25 pp 31-43

- **CHRISTIE, M. e MATTHEWS, J.** (2003) *The economic and social value of walking in England*, in <http://www.ramblers.org.uk> (consulta efectuada em 12/09/03)
- **CLARK, M. e RILEY e M., WILKIE E. e WOOD R.** (1998) *Researching and writing dissertations in hospitality and tourism*, International Thomson Business Press, Tourism and hospitality management series
- **COMISSÃO EUROPEIA** (1999) *Seminar on Sustainable Tourism and Natura 2000*, E.C. Environment DG, Lisboa, 9-11 Dezembro
- **CONSELHO DE MINISTROS** (1998) Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de Agosto
- **COOPER, C., FLETCHER, J.; GILBERT, D. e WANHILL, S.** (1993) *Tourism, Principles and Practice*, Longman, Harlow
- **COSTA, C M M.** (2001), *An Emerging Tourism Planning Paradigm? A Comparative analysis between town and tourism planning*, in The International Journal of Tourism Research, Vol.3, Nº6, pp. 425-441
- **COSTA, C.** (1998) *A importância do Turismo na Economia Nacional*, In Linhas Orientadoras para a política do turismo em Portugal, Suplemento Especial da Revista do Instituto Nacional de Formação Turística nº2, 24 de Março de 1998, DGT
- **COUNTRYSIDE COMISSION** (1997)
- **CROMPTON, J.L.** (1979) *Motivations for pleasure vacation*, in Annals of Tourism Research 6 (4) pp 408-424
- **CUIÇA, Pedro** (2000) *Jornadas Nacionais de Pedestrianismo* in Revista Campismo, Abril-Junho de 2000, in <http://www.fpcampismo.pt/Revistas/revista%202000-2/28-29.htm> (pesquisa efectuada em 10/10/03)
- **CUNHA, L.** (1997) *Economia e política do turismo*, McGrawhill, Lisboa
- **CUNHA, L.** (2000) *Turismo no século XXI*, in Economia e Desenvolvimento, visões prospectivas, Universidade de Aveiro
- **DENG, J.; KING, B. e BAUER, T.** (2000) *Evaluating natural attractions for tourism*, in Annals of Tourism Research, Vol. 22, pp 422-438

- **DESNÍVEL** (2003) *Pedestrianismo, mais que andar a pé*, in <http://www.adesnível.pt/montanhismo/pedestrianismo/pedestrianismo.html> (consulta efectuada em 12/08/03)
- **DGT** (2000) *O turismo em 1999*, Divisão de Estudos e Investigação, Lisboa
- **DGT** (2001) *Chegadas às fronteiras- 2000*, Divisão de Estudos e Investigação, Lisboa
- **DGT** (2002a) *Gastos dos estrangeiros em Portugal – 2001*, Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística Divisão de Recolha de Informação e Estatística, Outubro de 2002, Lisboa
- **DGT** (2002b) *Chegadas às fronteiras- 2001* Divisão de Estudos e Investigação, Lisboa
- **DGT** (2003) *Sondagens aos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos- 2002*, Divisão de Estudos e Investigação, Lisboa
- **DGT** (2004a) *Análise de conjuntura*, Junho de 2004
- **DGT** (2004b) *Entrada de estrangeiros em Portugal, 1998/2003*, Direcção de Serviços de estudos e estratégia turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística
- **DGT** (2004c) *Férias dos Portugueses-2003*, Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística Divisão de Recolha de Informação e Estatística, Lisboa, Outubro de 2002
- **ECONOMICS RESEARCH ASSOCIATES** (2000) *Implementing trail-based economic development programs- a handbook for Iowa communities*, Iowa Department of Transportation
- **EDENSOR, T.** (2000) *Walking in the British Countryside: Reflexivity, Embodied Practices and Ways to Escape*, in *Body and Society*, Vol 6, nº 3-4, pp, 81-107 SAGE
- **EDICLUBE** (1991) *Nova Enciclopédia Portuguesa*, volume 13, Ediclube
- **EISLER A. D., EISLER, H. e YOSHIDA, M.** (2003) *Perception of human ecology: cross-cultural and gender comparisons* in *Journal of Environmental Psychology*, 23, pp. 89-101, Elsevier Science
- **ELIVSON, S.** (1982) *The japanese garden* in *Humanscape: environments for people*, Ed. Stephen Kaplan and Rachel Kaplan, University of Michigan

- **ERA** (2003) *European Long Distance Paths*, in <http://www.era-ewv-ferp.org> (consulta efectuada em 10/06/03)
- **EUROSTAT** (2004), Population density(inhabitants per km²)
- **FENNEL, D.** (1999) *Ecotourism: An introduction*, London, Routledge
- **FENNEL, D.** (2002) *Ecotourism Programme Planning*, CABI Publishing
- **FENNEL, D.** e Dowling, R. (2003) *Ecotourism Policy and Planning*, CAB International
- **FFRP** (2003) *Fédération Francaise de Randonnée Pédestre*, in <http://www.ffrp.asso.fr/> (consulta efectuada em 10/06/03)
- **FISHWICK, Lesley; Vining, Joanne** (1995) *Toward a phenomenology of recreation plac*, in Readings in environmental psychology, P. Canter (Ed),Academic Press, London
- **FLEISCHER, L.** (1994) *Mary Shelley's Frankenstein*, Pan Books, London
- **FLUKER, M.** e **TURNER, L.** (2000) *Needs, Motivations, and Expectations of a Commercial Whitewater Rafting Experience*, in Journal of Travel Research, pp 380-389
- **FOWLER, K.** (1998) *Practical Statistics for field biology*, Nchichester, John Wiley and Sons
- **FPC** (2001) *Percursos Pedestres – Normas para implantação e marcação*, Ministério da Juventude e do Desporto, Centro de Estudos e forma desportiva, Lisboa
- **FRIDGEN, J.** (1984) *Environmental Psychology and Tourism*, Annals of Tourism Research, Vol.11, pp 19-39, J. Jafari and Pergamon Press, Ltd, USA
- **FRIDGEN, J.** (1991) *Dimensions of Tourism*, Michigan: Ed. Institute of the American Hotel and Motel Association
- **GARLAND, G. G.** (1990) *Technique for accessing erosion risk from mountain footpaths* in Environmental Management, Vol 14 (6), pp 793-798
- **GARROD, B.** e **FYALL, A.** (1998), *Beyond the Retoric of Sustainable Tourism?* in Tourism Management, Vol. 19, n°3
- **GILBERT, D.** e **HUDSON** (2000) *Tourism demand constraints* in Annals of Tourism Research, N° 4, pp 906-925

- **GODFREY, K. e CLARKE, J.** (2000) *The Tourism Development Handbook- A practical approach to planning and marketing*, Cassel, N.Y.
- **GOEFT, U. e ALDER, J.** (2001) *Sustainable Mountain Biking: A case study from the Southwest of Western Australia* in *Journal of Sustainable Tourism*, Channel View Publications
- **GOMES, V.** (2004) *A consciência ecológica dos portugueses forma-se (quase só) na pedagogia da desgraça*, entrevista efectuada por Ricardo Jorge Costa <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=440> (consulta efectuada em 10-09-04)
- **GONÇALVES, A. R.**(2003) *A componente cultural do turismo urbano como oferta complementar ao produto “sol e praia”, o caso de Faro e Silves*, GEPE, Lisboa
- **GONÇALVES, J.** (2002) *Percursos Pedestres de Portugal – passo-a-passo*, Federação Portuguesa de Campismo, Instituto Nacional do Desporto, Lisboa
- **GONÇALVES, M. e CORREIA, M.** (2003) *Preguiçosos dias no Luso e no Buçaco*, in <jn.sapo.pt/ferias/mealhada.html> (consulta efectuada em 10/10/ 2003)
- **GOUVEIA, M. e DUARTE, T.** (2001) *O cluster turismo em Portugal*, GEPE in <http://www.gepe.pt/> (consulta efectuada em 1/01/03)
- **GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA** (s.d.), *Natureza*, Volume XVIII, Ed. Enciclopédia, Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro, pp. 457-459
- **GRIMBERG, C.** (1940) *História Universal – o Império Romano e a sua época*, Volume 5, tradução de Jorge de Macedo, Publicações Europa-América, Lisboa
- **GROFF, C.** (1998) *Demarketing in park and recreation management*, in *Managing Leisure*, Vol. 3, nº3 pp 128-135
- **GROOT, W.T. e VAN DER BORN, R.J.** (2003) *Visions of nature and landscape type preferences: an exploration in The Netherlands*, in *Landscape and Urban Planning*, 63, pp 127-138
- **GUIMARÃES, Carlos** (2003) *O Movimento Romântico Alemão*, <http://www.geocities.com/carlos.guimaraes/roman.html> (consulta em 12/08/03)
- **HAIR, J., ANDERSON, R. E., TATHAM, R., L. e BLACK, W. C.** (1995) *Multivariate data analysis with readings*, 4ª Ed. Prentice Hall International Editions

- **HALL, C. M.; PAGE S.J.** (1999) *The geography of tourism and recreation, environment, place and space*, Routledge, USA
- **HALL, M.** (1992) *Adventure, Sport e Health Tourism*, in *Special Interest Tourism*, Ed por Betty Weiler e Colin Michael Hall, Western Hemisphere
- **HAN, K.** (2003) *A reliable and valid self-rating measure of the restorative quality of natural environments*, in *Landscape and Urban Planning*, 64, pp 209-232
- **HARDY, A.; BEETON, R. J.S. e PEARSON, L.** (2002) *Sustainable Tourism: An Overview of the Concept and its Position in Relation to Conceptualisations of Tourism* in *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 10, nº 6, pp 475-495
- **HARTING, T.** (1993) *Nature Experience in Transactional Perspective*, *Landscape and Urban Planning*, 25, pp 17-36
- **HARTING, T.; EVANS, G. W.; JAMMER, L. D.; DAVIS, D. S. e GÄLING, Tommy** (2003) *Tracking restoration in natural and urban field settings* in *Journal of Environmental Psychology*, 23, pp 109-123
- **HAWKINS, D.E.** (1994) *Ecotourism: Opportunities for Developing Countries*, In: W.F Theobald ed.: *Global Tourism. The Next Decade*; Butterworth-Heinemann, Oxford, UK, pp. 261-273
- **HERZOG, T.; MAGUIRE, C. e NEBEL, M.** (2003) *Assessing the restorative components of environments* in *Journal of Environmental Psychology*, 23, pp 159-170
- **HIEDANPÄÄ, J.** (2002) *European-Wide conservation versus local well-being: the reception of the Natura 2000 Reserve Network in Karvia, SW-Finland*, *Landscape and Urban Planning*, 61, pp113-123
- **HILL, M. M. e HILL, A.** (2000) *Investigação por questionário*, Ed Sílabo, Lisboa
- **HILLEL, O.** (2001) *Ecotourism as a tool for sustainable development*, "Ecotourism in Mountain Areas - a Challenge to Sustainable Development" Salzburg, Austria 12-15 September 2001 in http://www.world-tourism.org/sustainable/IYE/Regional_Activities/austria-proceedings.pdf (consulta efectuada em 2/09/03)
- **HOLDEN, A.** (2003) *In need of new environmental ethics for tourism?* *Annals of Tourism Research*, pp. 94-108, Elsevier Science, U.K.

- **HOLDEN, A. e SPARROWHAWK** (2002) *Understanding the motivations of ecotourists: the case of trekkers in Annapurna, Nepal*, in *International Journal Of Tourism Research* (4), pp 435-446
<http://europa.eu.int/comm/eurostat/newcronos/queen/display.do?screen=detail&language=en&product=YES&root=YES/yearlies/c/ca/caa/caa12048> (consulta efectuada em 1/08/04)
- **ICEP** (2004) *Turismo, indústria de futuro*, in *Informar* (Portugal e o UEFA EURO 2004, uma vaga de oportunidades), ICEP, Portugal
- **ICN** (2003a) *Áreas protegidas* in <http://www.icn.pt> (consulta efectuada em 29-09-03)
- **ICN** (2003b) *Publicações - "PERCURSOS - Paisagens & Habitats de Portugal"* , in <http://www.icn.pt/> (pesquisa efectuada em 5/10/2003)
- **INSKEEP, E.** (1991) *Tourism Planning: an integrated and sustainable development approach*, Van Nostrand Reinhold, N.Y.
- **IUCN** (2003) *Members, news, our work*, in <http://www.iucn.org> (consulta efectuada em 8/08/03)
- **JENKINS, O. e MACARTHUR** (1996) *Marketing Protected Areas, Australian Parks and Recreation*, Summer 1996, pp- 10-15
- **KAISER, F. G., DOKA, G., HOFSTETTER, P. e RANNEY, M. A.** (2003), *Ecological behaviour and its environmental consequences: a life cycle assessment of a self-report measure*, *Journal os Environmental Psychology* pp. 11-20 , Elsevier Science, U.K.
- **KALTENBORN, B. e BJERKE, T.** (2002) *Associations between environmental value orientations and landscape preferences*, *Landscape and Urban Planning*, 59, pp 1-11
- **KAPLAN, R.** (1982) *The Green Experience*, in *Humanscape: environments for people*, Ed. Stephen Kaplan and Rachel Kaplan, University of Michigan
- **KASTENHOLZ, E.** (1997) *The Background and Market Profile of Tourism in Rural Areas in the Portuguese North and Central Region*, Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto, texto policopiado
- **KASTENHOLZ, E.** (2000) *O Mercado do Turismo em Espaço Rural no Norte de Portugal- Relatório Final*, documento policopiado. Porto: ISEE/ CCRN

- **KASTENHOLZ, E.** (2002) *The role and marketing implications of destination images on tourist behaviour : the case of Northern Portugal*, Aveiro, texto policopiado
- **KASTENHOLZ, E.** (2004b) “*Management of Demand*” as a tool in sustainable tourism destination development, in *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 12, Nº 5, pp 388-409
- **KASTENHOLZ, E. ;CARNEIRO, M. J., e EUSÉBIO, C.** (2004a) *Heterogeneity in the youth tourist market- segmentation according to interest in diverse tourism products*, Actas da conferencia "Tourism State of the Art II", University of Strathclyde/ Glasglow, Junho 2004
- **KERLINGER, F. N.** (1964) *Foundations of behaviorial Research*, Holt-Sauders International editions
- **KLEMM, M. e PARKINSON, L.** (2001) *UK Tour Operator Strategies: causes and consequences* International Journal of Tourism Research, pp 367-375
- **KOLMAN, B.**(1993) *Introductory Linear Algebra with Applications* Ed. Macmillan Publishing Company
- **KOUCHENER, F. e LYARD J.** (2000) *A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais – Guia pedagógico sobre elaboração e execução de um projecto de passeio pedestre*, Observatório Europeu LEADER/ AEIDL
- **KUHNEN, A.** (2001) *Representações sociais e meio ambiente, estudo das transformações, apropriações e modos de vida na Lagoa da Conceição- Florianópolis, Santa Catarina*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina
- **LANE, B.** (1999) *Trails and Tourism: the missing link – issues in partnering with the tourism Industry: A European perspective*, in <http://www.americantrails.org/resources/economics/TourismUKecon.html> (consulta efectuada em 10/06/03)
- **LARRÈRE, C.; LARRÈRE, R.**(2000) *Do bom uso da natureza para uma filosofia do meio ambiente*, Instituto PIAGET
- **LEE, C.** (1997) *Valuation of nature-based tourism resources using dichotomous choice contingent valuation method*, *Tourism Management*, Vol 18, Nº 8, pp 587-591

- **LEUNG, Y. e MARION, J. L.** (1999) *Acessing trail conditions in protected areas : application of a problem-acessment method* in Great Smoky Mountains National Park, USA, *Environmental Conservation*, 26 (4), pp :270-279
- **LEWIS-BECK, M., S.** (1989) *Factor Analysis and related techniques*, *International handbooks of quantitative applications in the social sciences* Vol. 5, SAGE Publications
- **LIMA, S. M.** (2003) *A gestão ambiental no sector hoteleiro: desempenho ambiental e adaptação institucional*, Universidade de Aveiro, texto policopiado
- **LOVERSEED, H.** (1997) *The adventure travel industry in North America*, in *Travel And Tourism Analyst*, Nº 6, pp 87-105
- **LUNDBERG, D. E.** (1990) *The Tourist Business*, Van Nostrand Reinhold, N.Y.
- **LYNCH, K.** (1996) *A imagem da cidade*, Edições 70, Lisboa
- **LYNN, N. e BROWN, R.** (2002) *Effects of recreational use impacts on hiking experiences in natural areas* in *Landscape and Urban Planning*, 64, pp 77-87
- **MACINTOSH, R. W., GOELDNER, C., R. e RITCHIE, J. R.** (1995) *Tourism-Principles, Practices, Philosophies*, 7ª Edição, John Wiley & Sons, Inc. N.Y.
- **MACINTYRE, G.** (1993) *Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners*, WTO, Spain
- **MACNAGHTEN, P. e URRY, J.** (2000) *Bodies in the woods*, *Body and Society*, Vol. 6, Nº 3-4, pp. 166
- **MALACHUK, D. S.** (2002) *Labor, Leisure, and the Yeoman in Coleridge's and Wordsworth's 1790s Writings*, in *Romanticism On The Net*, Vol. 27, Université de Montréal, <http://www.erudit.org/revue/ron/2002/v/n27/006564ar.html> (pesquisa efectuada em 20/10/2003)
- **MANSO, M.** (2002) *Pedestrianismo, e por que não andar a pé?*, Tudo bem? Ed. CNLCS, nº 0
- **MASSADA, J. L.** (2001) *O bipedismo no Homo Sapiens, postura recente, nova patologia*, Ed. Caminho
- **MATHIESON, A., WALL, G.** (1982) *Tourism: economic, physical and social impacts*, Longman, Scientific & Technical, N.Y.
- **McANDREW, F.** (1993) *Environmental Psychology*, Brooks/ Cole Publishing Company

- **McCOOL, S., MOISEY, R. e NICKERSON, N.** (2001) *What should tourism sustain? The disconnect with industry perceptions of useful indicators* in Journal of Travel Research, Vol. 40 pp 124-131
- **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS E DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** (1993) Decreto-lei nº 19/93 de 23 de Janeiro
- **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO** (1989) Decreto-lei nº 196/89 de 14 de Junho
- **MINISTÉRIO DA ECONOMIA** (1999a) *Regula o turismo de natureza*, Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de Fevereiro
- **MINISTÉRIO DA ECONOMIA** (1999b) *Regula os requisitos mínimos das instalações e o funcionamento das casas de natureza*, Decreto Regulamentar nº 2/99 de 17 de Fevereiro
- **MINISTÉRIO DA ECONOMIA** (2000) *Regula o acesso e o exercício da actividade das empresas de animação turística*, Decreto-Lei nº 204/2000 de 1 de Setembro
- **MINISTÉRIO DA ECONOMIA** (2002a) *Altera o Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de Setembro, que regula o acesso e o exercício da actividade das empresas de animação turística*, Decreto-Lei nº 108/02 de 16 de Abril
- **MINISTÉRIO DA ECONOMIA** (2002b) *Altera o Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, que regula o turismo de natureza*, Decreto –Lei nº 56/02 de 11 de Março
- **MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO** (1990) *Reserva Ecológica Nacional*, Decreto Lei nº93/90 de 19 de Março
- **MINTEL** (2003) *European Adventure Travel – special length focus, travel and tourism analyst*, October 2003, in Travel and Tourism Analyst, nº 5, Mintel
- **MOREIRA, J. E.**(1975) *Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá; até a emancipação da Província do Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial. V.1.
- **MURPHY, P.** (1985) *Tourism, a community approach*, Routeledge, New York
- **MURPHY, P. E.** (1994) *Tourism and Sustainable Development in Global tourism, The Next decade*, Edited by William Theobald, pag. 274-289.

- **NETO, V. C.** (1999) *As novas perspectivas para o sector do turismo* in Anuário da Economia Portuguesa, O Economista, Lisboa, pp. 176-181
- **NEWSOME, D.; MOORE, S. A.; DOWLING, R.K.** (2002) *Natural Area Tourism: ecology, impacts and management*, Channel View Publications
- **NIEFER, I.A.; SILVA, J.C.L.; AMEND, M.** (2000) *Ecoturistas ou não? Análise preliminar dos visitantes do Parque Nacional de Superagüi* in Turismo- Visão e Acção, ano 3 nº6 Abr/Set
- **O'HEHIR, A.** (2000) *Book Review, Books and Culture*, in www.christianitytoday.com/bc/2002/005/12.18.html (consulta efectuada em 10/06/03)
- **OLIVEIRA, E.** (2003) *Apresentação do Plano de Desenvolvimento Integrado dos Percursos Pedestres*, Congresso Nacional de Percursos Pedestres, 14 e 15 de Junho de 2003
- **OLWIG, K. R.** (1992) *Nature interpretation: A Threat to the Countryside*, David Uzzel,
- **OPPENHEIM, A.N.** (1984) *Questionnaire design and attitude measurement*, Heinemann, London
- **OPT** (2004), *Too many people: Europe's population problem* <http://www.optimumpopulation.org/opt.europe.html> (consulta efectuada em 1/08/04)
- **ORAMS, M.B.** (2001) *Types of Ecotourism* , Encyclopedia of Ecotourism, Ed. D.B. Weaver, CAB International
- **OTT, R. Lyman** (1993) *An introduction to statistical methods and data analysis*, 4ª Ed., Duxbury
- **PARSONS, R. e DANIEL, Terry** (2002) *Good looking: in defense of scenic landscape aesthetics* in Landscape and Urban Planning, 60, pp 43-56
- **PARTIDÁRIO, M. R.** (1999) *Critérios para um turismo ambientalmente responsável – relatório síntese*. Projecto de investigação da FCT-UNL no âmbito do Programa Ambiente DGA/ JNICT, Lisboa
- **PASSIONRANDO** (2003) *L'Europe de la randonnée* in Passionrando, Le Magazine de la Fédération Française de la Randonnée Pédestre, nº14, FFRP

- **PENDER, L.** (2001) *Travel Trade and Transport, an Introduction*, Continuum, London e N.Y.
- **PENNINGTON-GRAY, L. A.** e **KERNSTETTER, D.** (2002) *Testing a constraints model within the context of nature-based tourism*, Journal of travel research, pp 422-423
- **PEPPER, D.** (1996) *Ambientalismo moderno, Perspectivas Ecológicas*, Instituto Piaget, Lisboa
- **PESTANA, M.** e **GAGIERO** (1998) *Análise dos dados para ciências sociais- A complementaridade do SPSS*, Ed. Sílabo, Lisboa
- **PHILIPSEN, J.**(1995) *Nature-based Tourism and recreation: Environmental change, Perception, Ideology and practices in Tourism and Spatial transformations, Implication for Policy and Planning*, G. J. Ashwort & A. G. J. Dietvorst, Cab International, pp. 184-201.
- **PINA, P.** (1988) *Portugal- o turismo no século XX*, Lucidus, Lisboa
- **PIRES, C.** (1999) *Definição de natureza*, Enciclopédia Verbo Luso Brasileira de Cultura, Edição Século XXI, Ed. Verbo, Lisboa/São Paulo, pp 1090-1095
- **POON, A.** (1993) *Tourism, Technology and competitive Strategies*, C.A.B. International
- **PORTEOUS, J. D.** (1996) *Environmental aesthetics: ideas, politics and planning*, Rutledge, London
- **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS** (1998) *Resolução nº112/98: Estabelece a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza*, Diário da República nº195/98, Série I-B.
- **PÚBLICO** (2003) *Portugal tem “pegada ecológica” preocupante*, Ano XIV, nº 4999
- **PUBLITURIS** (2003) *Praia da Falésia, 1ª do mundo a receber certificação ambiental ISO 14001*, in www.publituris.pt,(consulta efectuada em 26-07-03)
- **QUERCUS** (2003) *Pegada Ecológica*, in www.quercus.pt (consulta efectuada em 12-07-03)
- **QUERCUS**, (2004) Informação avulsa sobre o património natural de Portugal
- **RAMBLER’S** (2003) *Walking in Great Britain* in <http://www.ramblers.org.uk> (consulta efectuada em 12/09/03)

- **REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL** (2000) *Estabelece os percursos pedonais recomendados na Região Autónoma da Madeira*, Decreto legislativo regional nº 7-B/00
- **REIS, E. e MOREIRA, R.** (1988) *Pesquisa de Mercados*, Edições Sílabo, Lisboa
- **RODRIGUES, A. e MARINHO, L.** (1999) *Turismo e Ambiente- O Ecoturismo na Envolvente Lagunar da Ria de Aveiro, Mata do Buçado e Serra do Caramulo*, relatório de final de curso de G.P.T., U.A., não publicado
- **ROSS, G. F.** (1998) *The Psychology of Tourism*, Hospitality Press, Melbourne
- **RUSSEL, J. A. e LANIUS, U. F.** (1984) *Adaptation Level and the Affective Appraisal of environments*, Journal of Environmental Psychology, Vol 4, pp 119-135
- **RYAN, C.** (1994) *Holiday maker satisfaction a measure derived from the Ragheb and Beard leisure motivation scale*, PhD dissertation, Londres: The British Thesis Service
- **SALLIS, J. F. e BAUMAN, A. PRATT, M.** (1998) *Environmental and Policy Interventions to Promote Physical Activity*, in *American Journal of Preventive Medicine*, Elsevier Science Inc, pp 379-397
- **SARANTAKOS, S.** (2002) *Social Research*, 2ª Ed. Palgrave, Austrália
- **SAVERIADES, A.** (2000) *Establishing the social tourism carrying capacity for the tourist resorts of the east coast of the Republic of Cyprus*, in *Tourism Management*, Volume 21 nº 2, Pergamon, U.K.
- **SCHALLER** (1998) *Ecotourism research and other adventures* in <http://www.eduweb.com/schaller/> (consulta efectuada em 6/01/03)
- **SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE (2004)** *O que é a Educação Ambiental*, in <http://www.juventude.gov.pt/PortalJuventude/EstilosVida/Ambiente/EducacaoAmbiental/> (consulta efectuada em 12-09-04)
- **SELLTIZ, JAHODA, DEUTSH e COOK** (1974) *Métodos de pesquisa nas Relações Sociais*, (Research Methods in Social Relations, 1951), Tradução de Dante, Moreira Leite, São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária
- **SERRÃO, L.** (1997) *Trekking, Canyonning e Salto de Pontes*, Temas e Debates, Lda, Lisboa

- **SHARMA, S.** (1996) *Applied Multivariate Techniques*, John Wiley and Sons
- **SILVA, J. A. e SILVA, J. S.** (1998) *A importância do turismo na economia*, in *Economia e Prospectiva*, nº4 Jan./ fev. de 1998, pag. 45-59
- **SILVEIRA, A.** (2003) *Desenvolvimento sustentável* <http://www.ultimaarcadenoe.com/desenvolvimento.htm> (consulta efectuada em 12-05-03)
- **SOLNIT, R.**(2000) *Wanderlust: a history of walking*, Penguin Books
- **STAMPS III, A.** (2004) *Mystery, Complexity, Legibility and Coherence: A meta-analysis*, *Journal of Environmental Psychology*, 24, pp 1-16
- **SWARBROOKE, J.** (1999) *Sustainable Tourism Management*, CABI
- **TAYLOR, P.D.** (2002) *Fragmentation and cultural landscapes: tightening the relationship between human beings and the environment* in *Landscape and Urban Planning*, 58, pp 93-99
- **TOURISM CONCERN** (2003) *About us*, in <http://www.tourismconcern.org.uk> (consulta efectuada em 8/08/03)
- **TOUTCHET, F.** (s.d.) *Chemins*, collection du nez en l'air, nº3, Éditions du Motard
- **TUAN, Y.** (1990) *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values*, Columbia University Press, N.Y.
- **UE** (2003) <http://www.eco-label-tourism.com/frameset/frameset.html> (consulta efectuada em 1/12/03)
- **UNITED NATIONS** (2003) *World Summit on Sustainable Development* <http://www.un.org>, (consulta efectuada em 12-07-03)
- **URRY, J.** (1992) *The tourist gaze and the "environment"*, in *Theory, Culture and Society*, Vol. 9, pp. 1-26
- **VALENTINE** (1992) *Nature based tourism*, in *Special Interest Tourism*, Ed. Weiler, B. and Hall, C., Belhaven Press, London.
- **VALENTINE, P. S.** (1994) *Nature Based Tourism* in *Global Tourism*, William Ed., Butlerworth U.K.
- **WALL, G.** (1996) *Rethinking impacts of tourism*, in *Progress in Tourism and Hospitality Research*,
- **WEAVER, D. B.** (2001) *Introduction to Ecotourism*, in *The Encyclopedia of Ecotourism*, Ed. D.B. Weaver, CAB International

- **WIGHT**, P. A. (1996) *Norh American Ecotourism Markets: Motivations, Preferences and Destinations* in *Journal of Travel Research* Volume XXXV, nº1, pp. 3-11
- **WIGHT**, P.A. (2001) *Ecotouirsts: not a homogeneous market segment* in *The Enciclopedia of Ecotourism*, CABI Publishing
- **WILLIAMS**, P. e **GIL** (1991) *Carrying capacity management in tourism settings: a tourism growth management process*, Simon Fraser: University. Centre for Tourism Policy and Research
- **WILLIAMS**, S. (1998) *Tourism geography*, Routledge, London e N.Y.
- **WORPOLE**, K. (2001) *Ken Worpole sauters throught the pedestrian past and present*, in <http://enjoyment.independent.co.uk/books/reviews/story.jsp?story=86875> (consulta efectuada em 22/08/03)
- **WTO** (1983) *Rapport du secretaire general sur l'execution du programme general de travail pour la periode 1982-1983*, WTO
- **WTO** (2003a) *Sustainable Development of Tourism – facts and Figures* , in <http://www.world-tourism.org> (consulta efectuada em 12/07/03)
- **WTO** (2003b) *Tourism Highlights*, in www.wto-org.com (consulta efectuada em 12-05-03)
- **ZIKMUND**, W. G. (1994) *Exploring Marketing Research*, Fifth Edition, The Dryden Press, Harcourt Brace College Publishers

ANEXOS

Anexo I

(Questionários)

(Questionário aplicado aos pedestrianistas -
Português)

QUESTIONÁRIO
UTILIZADORES DE TRILHOS PEDESTRES

Este questionário insere-se no âmbito de um estudo académico que pretende identificar as pessoas que frequentam os trilhos pedestres em Portugal. Os resultados desta investigação poderão ser bastante úteis para dinamizar esta infra-estrutura no território nacional. As respostas são anónimas e os dados serão tratados confidencialmente. Agradeço o seu contributo neste estudo.

Áurea Rodrigues, Universidade de Aveiro

INSTRUÇÕES: Coloque uma cruz nos quadrados e nas tabelas e responda ao que lhe é solicitado

1- Como distribui as suas férias ao longo do ano (mais de três dias fora de casa) como distribui os fins-de-semana que passa fora de casa? (Assinale com uma cruz nos respectivos meses e fins-de-semana)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
FÉRIAS												
Fins-de-semana												

2- Indique qual a principal motivação para efectuar férias (assinale apenas uma opção):

- | | | | |
|--|--------------------------|------------------------------|--------------------------|
| Descansar e recuperar | <input type="checkbox"/> | Desporto e actividade física | <input type="checkbox"/> |
| Visitar novos locais | <input type="checkbox"/> | Escapar à vida quotidiana | <input type="checkbox"/> |
| Conhecer novas pessoas | <input type="checkbox"/> | Visitar familiares e amigos | <input type="checkbox"/> |
| Aprender e experimentar culturas novas | <input type="checkbox"/> | Negócios e incentivos | <input type="checkbox"/> |
| Outro | <input type="checkbox"/> | Qual: _____ | |

3.1- Que tipo de paisagem prefere (assinale apenas uma opção):

- | | |
|---|--------------------------|
| Paisagem selvagem (não alterada pelo homem) | <input type="checkbox"/> |
| Paisagem semi-natural mas humanizada | <input type="checkbox"/> |
| Urbana | <input type="checkbox"/> |

3.2- Que tipo de paisagem natural prefere (assinale apenas uma opção):

- | | | | |
|--|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Paisagem com pontos elevados (serra, montanha,...) | <input type="checkbox"/> | Paisagem com arvores | <input type="checkbox"/> |
| Paisagem com água (cursos de água, cascatas,...) | <input type="checkbox"/> | Praia | <input type="checkbox"/> |
| Paisagem com pouco relevo (planície,...) | <input type="checkbox"/> | Paisagem agrícola variada | <input type="checkbox"/> |

4- Considera-se um caminhante regular:

- | | |
|--|--------------------------|
| Sim, (caminho pelo menos cinco vezes por semana durante 30 ou mais minutos por sessão) | <input type="checkbox"/> |
| Sim, caminho pelo menos três vezes por semana durante 30 ou mais minutos por sessão) | <input type="checkbox"/> |
| Não, raramente caminho no quotidiano | <input type="checkbox"/> |

5- No quotidiano costume actuar da seguinte maneira: (1- Muito poucas vezes, 2- Poucas vezes, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5- Muito frequentemente)					
COMPORTAMENTOS	FREQUÊNCIA				
	1	2	3	4	5
Procuo reduzir a produção de resíduos (ex: evito produtos com muita embalagem, reutilizo o papel, evito sacos de plástico, etc..).					
Costumo triar(separar) o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado.					
Coloco o lixo nos recipientes próprios.					
Procuo comprar alimentos produzidos localmente.					
Procuo comprar produtos de cultura biológica.					
Evito consumir produtos transformados industrialmente.					
Utilizo uma bicicleta ou desloco-me a pé.					
Utilizo transportes públicos.					
Desloco-me no meu carro.					
Compro produtos de baixo consumo de energia.					
Compro produtos biodegradáveis.					
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa.					
Evito desperdiçar água.					

6- Indique qual é a sua impressão perante a natureza: (1-Discordo plenamente, 2- Discordo, 3- Não concordo mas também não discordo, 4- Concordo; 5- Concordo plenamente)					
Itens	GRAU DE CONCORDÂNCIA				
	1	2	3	4	5
Considero a natureza um ambiente muito estimulante .					
Sinto-me activo na natureza.					
A natureza revigora-me .					
A natureza excita-me .					
É sensacional passear na natureza.					
A natureza desperta os sentidos.					
Para mim a natureza é bonita .					
Estar na natureza é agradável .					
É divertido estar num ambiente natural.					
A natureza transmite-me serenidade					
Sinto-me relaxado num ambiente natural.					
Num ambiente natural sinto tranquilidade .					
Tenho medo da natureza.					
A natureza provoca-me terror .					
Receio a natureza.					
Fico ansioso quando estou num ambiente natural.					
A natureza inquieta-me .					
A natureza perturba-me .					
Passear na natureza provoca-me melancolia .					
É maçador passear na natureza.					
A natureza aborrece-me .					
Passear na natureza é um mistério					
Passear na natureza é como um enigma					
Há suspense quando se passeia na natureza					

7- Durante as férias procuro fazer as seguintes actividades: (1- Muito poucas vezes, 2- Poucas vezes, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5- Sempre)					
Actividades	FREQUÊNCIA				
	1	2	3	4	5
Assistir a concertos					
Praticar escalada/ caminhadas					
Conhecer os habitantes					
Provar comida típica local					
Fazer compras					
Visitar cidades					
Praticar sky					
Tomar banhos de sol/ actividades de praia					
Tirar fotos/ filmes					
Fazer passeios pelo campo					
Visitar locais com natureza selvagem					
Visitar parques naturais/ florestas					
Visitar familiares e amigos					
Visitar galerias e museus					
Visitar o litoral (<i>touring</i>)					
Visitar locais históricos					
Praticar desportos náuticos					
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro					

TRILHOS PEDESTRES

8- Indique qual o principal motivo que o leva a frequentar um trilho pedestre (assinale apenas uma opção):

- Conhecer e interpretar o meio envolvente
- Desfrutar de calma/ sossego
- Para enfrentar o desafio físico que as aras naturais representam
- Ouvir os sons da natureza
- Para desfrutar a natureza e apreciar a paisagem
- Observar a beleza paisagística
- Para escapar à civilização e usufruir algo completamente novo e diferente
- Para respirar ar puro
- Outro: Qual: _____

9- Indique a principal fonte de informação onde tomou conhecimento do trilho pedestre (assinale apenas uma opção):

- Agências de viagens TV Mapa
- Recomendações de familiares e amigos Rádio Guia turístico
- Feiras/ Eventos promocionais de turismo Brochura Internet
- Jornais/ Revistas Outro Qual: _____

10- Qual o principal meio de transporte que utilizou para se deslocar até ao trilho pedestre (assinale apenas uma opção):

- | | | | |
|------------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Automóvel próprio | <input type="checkbox"/> | Moto/Motorizada | <input type="checkbox"/> |
| Automóvel de familiares, amigos | <input type="checkbox"/> | Veículo de aluguer com motorista | <input type="checkbox"/> |
| Automóvel de aluguer sem motorista | <input type="checkbox"/> | Transporte público | <input type="checkbox"/> |
| Outro tipo de transporte | <input type="checkbox"/> | Qual? _____ | |

11- Com quem está a visitar este trilho pedestre? (assinale apenas uma opção)

- | | | | |
|--------------------------------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Sozinho | <input type="checkbox"/> | Com amigos | <input type="checkbox"/> |
| Casal | <input type="checkbox"/> | Casal com filhos | <input type="checkbox"/> |
| Casal com filhos e outros familiares | <input type="checkbox"/> | Com familiares e amigos | <input type="checkbox"/> |
| N.º de pessoas do grupo _____ | | | |

12- Qual foi o principal modo de organização desta visita? (assinale apenas uma opção)

- | | | |
|--|--------------------------|-------------|
| a) Agência de viagens / operador de turismo | <input type="checkbox"/> | |
| b) Através do convite de um amigo residente | <input type="checkbox"/> | |
| c) Viagem colectiva organizada (excursão) | <input type="checkbox"/> | |
| d) Não foi feito qualquer tipo de planeamento com antecedência | <input type="checkbox"/> | |
| e) Outro | <input type="checkbox"/> | Qual? _____ |

12.1- Se indicou a alínea c), especifique a entidade:

- | | | | |
|-----------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|
| Escola/ Universidade | <input type="checkbox"/> | Pessoa individual | <input type="checkbox"/> |
| Associação recreativa | <input type="checkbox"/> | Câmara Municipal | <input type="checkbox"/> |
| Outra | <input type="checkbox"/> | Qual: _____ | |

13- Qual o principal tipo de alojamento utilizado?

- | | | | |
|---|--------------------------|---------------------------------------|--------------------------|
| Hotel | <input type="checkbox"/> | classificação(n.º de estrelas): _____ | |
| Pensão/Albergaria | <input type="checkbox"/> | classificação(n.º de estrelas): _____ | |
| Turismo em Espaço Rural(Turismo de Habitação, Agro-turismo, Turismo de aldeia, Casa de Campo) | <input type="checkbox"/> | | |
| Estalagem | <input type="checkbox"/> | Motel | <input type="checkbox"/> |
| Pousada | <input type="checkbox"/> | Parque de Campismo | <input type="checkbox"/> |
| Casa de Familiares e Amigos | <input type="checkbox"/> | Residência Secundária | <input type="checkbox"/> |
| Outro | <input type="checkbox"/> | Qual _____ | |

14- Na generalidade, qual a distância que faz quando utiliza um trilho pedestre:

- | | | | | | |
|------------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|------------------|--------------------------|
| Menos que 1 KM | <input type="checkbox"/> | Entre 1 a 10 Km | <input type="checkbox"/> | Entre 11 a 20 Km | <input type="checkbox"/> |
| Entre 21 a 30 Km | <input type="checkbox"/> | Mais de 30 Km | <input type="checkbox"/> | | |

15- Por favor, faça uma estimativa dos seus gastos totais diários durante a sua visita ao trilho pedestre, assinalando com uma cruz os montantes em Euros (por pessoa/ dia):								
MONTANTE PAGO	Nada	0 a 10	10,1 a 25	25,1 a 50	50,1 a 75	75,1 a 100	Mais de 100	Não sabe
Gastos efectuados na área onde efectuou o trilho pedestre (alimentação, artigos típicos, ...)								

16- Qual o grau de importância dos seguintes atributos quando está a frequentar um trilho pedestre: (1= Nada Importante 2= Pouco importante 3= Indiferente 4= Importante 5= Muito importante)					
ITENS	GRAU DE IMPORTÂNCIA				
	1	2	3	4	5
Acessibilidades					
Trilho devidamente assinalado					
Existência de informação sobre os trilhos pedestres existentes (postos de turismo)					
Existência de serviço de guia					
Existência de Interpretação (informações –escritas e visuais –sobre o trilho e suas atracções)					
Possibilidade de encontrar fauna e flora diferentes					
Proximidade a um curso de água					
Ser frequentado por poucas pessoas					
Silêncio					
Qualidade e estado da paisagem					
Existência de infra-estruturas de recolha de lixo ao longo do percurso (caixotes do lixo)					
Que seja um trilho novo (diferente)					
Trilho difícil (desafio)					
Trilho com grau de dificuldade fácil (não demasiado longo, sem declives acentuados,...)					
Infra-estruturas de apoio (casas de abrigo, restauração, WC, lojas, etc)					

17- Indique o grau de importância dos seguintes aspectos inibidores (que o podem levar a evitar frequentar um trilho) (1= Muito inibidor 2= Inibidor 3= Indiferente 4= Pouco Inibidor 5= Inibidor)					
ITENS	GRAU DE INIBIÇÃO				
	1	2	3	4	5
Ambiente Natural descaracterizado					
Ausência de mapas					
Condições meteorológicas					
Ser frequentado por muitas pessoas					
Acessos difíceis					
Dificuldade de socorro em caso de acidente					
Falta de atractivos naturais					
Falta de informação/ interpretação relativa ao trilho					
Inexistência de sinalização					
Passagem por locais muito perigosos					
Proximidade com áreas urbanas					
Falta de segurança dos trilhos (inexistência de vedações, ...)					
Zonas com fraca vegetação					
Inexistência de infra-estruturas de apoio (casas de abrigo, restauração, WC, lojas, etc)					

18- Indique alguns aspectos que podem ser melhorados num trilho pedestre:

- Bons acessos ao trilho
- Conservação da vegetação existente
- Campanhas de sensibilização para a frequência de percursos
- Criação de zonas de lazer e descanso
- Existência de guias
- Existência de controle/ segurança no caso de desorientação ou acidente
- Outros
- Quais? _____

DADOS PESSOAIS

19- Nacionalidade: _____ **Q.16.1) Distrito onde reside:** _____

20- Habita num ambiente de: Cidade Vila Campo

21- Sexo: Masculino Feminino

22- Idade: 15-24 25-34 35-44 45-54 55-64 >64

23- Nível de instrução completo:

- Nenhum Escola primária
- Ensino Preparatório Ensino Secundário/ Técnico-profissional
- Ensino superior Outro
- Qual?: _____

24- Profissão: _____

Muito obrigado pela sua colaboração!

(Questionário aplicado aos não pedestrianistas -
Português)

QUESTIONÁRIO
NÃO UTILIZADORES DE TRILHOS PEDESTRES
<p>Este questionário insere-se no âmbito de um estudo académico que pretende identificar as pessoas que frequentam os trilhos pedestres em Portugal. Os resultados desta investigação poderão ser bastante úteis para dinamizar esta infra-estrutura no território nacional. As respostas são anónimas e os dados serão tratados confidencialmente. Agradeço o seu contributo neste estudo.</p> <p style="text-align: right;"><i>Áurea Rodrigues, Universidade de Aveiro</i></p>

INSTRUÇÕES: Coloque uma cruz nos quadrados e nas tabelas e responda ao que lhe é solicitado

1- Como distribui as suas férias ao longo do ano (mais de três dias fora de casa) como distribui os fins-de-semana que passa fora de casa? (Assinale com uma cruz nos respectivos meses e fins-de-semana)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
FÉRIAS												
Fins-de-semana												

2- Indique qual a principal motivação para efectuar férias (assinale apenas uma opção):

- | | | | |
|--|--------------------------|------------------------------|--------------------------|
| Descansar e recuperar | <input type="checkbox"/> | Desporto e actividade física | <input type="checkbox"/> |
| Visitar novos locais | <input type="checkbox"/> | Escapar à vida quotidiana | <input type="checkbox"/> |
| Conhecer novas pessoas | <input type="checkbox"/> | Visitar familiares e amigos | <input type="checkbox"/> |
| Aprender e experimentar culturas novas | <input type="checkbox"/> | Negócios e incentivos | <input type="checkbox"/> |
| Outro | <input type="checkbox"/> | Qual: _____ | |

3.1- Que tipo de paisagem prefere (assinale apenas uma opção):

- | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Paisagem selvagem (não alterada pelo homem) | <input type="checkbox"/> | Paisagem semi-natural mas humanizada | <input type="checkbox"/> |
| Urbana | <input type="checkbox"/> | | |

3.2- Que tipo de paisagem natural prefere (assinale apenas uma opção):

- | | | | |
|--|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Paisagem com pontos elevados (serra, montanha,...) | <input type="checkbox"/> | Paisagem com arvores | <input type="checkbox"/> |
| Paisagem com água (cursos de água, cascatas,...) | <input type="checkbox"/> | Praia | <input type="checkbox"/> |
| Paisagem com pouco relevo (planície,...) | <input type="checkbox"/> | Paisagem agrícola variada | <input type="checkbox"/> |

4- Considera-se um caminhante regular:

- | | |
|--|--------------------------|
| Sim, (caminho pelo menos cinco vezes por semana durante 30 ou mais minutos por sessão) | <input type="checkbox"/> |
| Sim, caminho pelo menos três vezes por semana durante 30 ou mais minutos por sessão) | <input type="checkbox"/> |
| Não, raramente caminho no quotidiano | <input type="checkbox"/> |

5- No quotidiano costumo actuar da seguinte maneira: (1- Muito poucas vezes, 2- Poucas vezes, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5- Muito frequentemente)					
COMPORTAMENTOS	FREQUÊNCIA				
	1	2	3	4	5
Procuro reduzir a produção de resíduos (ex: evito produtos com muita embalagem, reutilizo o papel, evito sacos de plástico, etc..).					
Costumo triar(separar) o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado.					
Coloco o lixo nos recipientes próprios.					
Procuro comprar alimentos produzidos localmente.					
Procuro comprar produtos de cultura biológica.					
Evito consumir produtos transformados industrialmente.					
Utilizo uma bicicleta ou desloco-me a pé.					
Utilizo transportes públicos.					
Desloco-me no meu carro.					
Compro produtos de baixo consumo de energia.					
Compro produtos biodegradáveis.					
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa.					
Evito desperdiçar água.					

6- Indique qual é a sua impressão perante a natureza: (1-Discordo plenamente, 2- Discordo, 3- Não concordo mas também não discordo, 4- Concordo; 5- Concordo plenamente)					
Itens	GRAU DE CONCORDÂNCIA				
	1	2	3	4	5
Considero a natureza um ambiente muito estimulante .					
Sinto-me activo na natureza.					
A natureza revigora-me .					
A natureza excita-me .					
É sensacional passear na natureza.					
A natureza desperta os sentidos.					
Para mim a natureza é bonita .					
Estar na natureza é agradável .					
É divertido estar num ambiente natural.					
A natureza transmite-me serenidade					
Sinto-me relaxado num ambiente natural.					
Num ambiente natural sinto tranquilidade .					
Tenho medo da natureza.					
A natureza provoca-me terror .					
Receio a natureza.					
Fico ansioso quando estou num ambiente natural.					
A natureza inquieta-me .					
A natureza perturba-me .					
Passear na natureza provoca-me melancolia .					
É maçador passear na natureza.					
A natureza aborrece-me .					
Passear na natureza é um mistério					
Passear na natureza é como um enigma					
Há suspense quando se passeia na natureza					

7- Durante as férias procuro fazer as seguintes actividades:					
(1- Muito poucas vezes, 2- Poucas vezes, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5- Sempre)					
Actividades	FREQUÊNCIA				
	1	2	3	4	5
Assistir a concertos					
Praticar escalada/ caminhadas					
Conhecer os habitantes					
Provar comida típica local					
Fazer compras					
Visitar cidades					
Praticar sky					
Tomar banhos de sol/ actividades de praia					
Tirar fotos/ filmes					
Fazer passeios pelo campo					
Visitar locais com natureza selvagem					
Visitar parques naturais/ florestas					
Visitar familiares e amigos					
Visitar galerias e museus					
Visitar o litoral (<i>touring</i>)					
Visitar locais históricos					
Praticar desportos náuticos					
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro					

TRILHOS PEDESTRES

8- Indique o grau de importância dos seguintes <u>aspectos inibidores</u> (que o podem levar a evitar frequentar um trilho)					
(1= Muito Inibidor 2= Inibidor 3= Indiferente 4= Pouco Inibidor 5= Nada Inibidor)					
ITENS	GRAU DE INIBIÇÃO				
	1	2	3	4	5
Ambiente Natural descaracterizado					
Ausência de mapas					
Condições meteorológicas					
Ser frequentado por muitas pessoas					
Acessos difíceis					
Dificuldade de socorro em caso de acidente					
Falta de atractivos naturais					
Falta de informação/ interpretação relativa ao trilho					
Inexistência de sinalização					
Passagem por locais muito perigosos					
Proximidade com áreas urbanas					
Falta de segurança dos trilhos (inexistência de vedações, ...)					
Zonas com fraca vegetação					
Inexistência de infra-estruturas de apoio (casas de abrigo, restauração, WC, lojas, etc)					

9- Indique alguns aspectos que podem ser melhorados num trilho pedestre, e que o poderiam levar a frequentar uma infra-estrutura destas:

- Bons acessos ao trilho
- Conservação da vegetação existente
- Campanhas de sensibilização para a frequência de percursos
- Criação de zonas de lazer e descanso
- Existência de guias
- Existência de controle/ segurança no caso de desorientação ou acidente
- Outros
- Quais? _____

DADOS PESSOAIS

10- Nacionalidade: _____ Q.16.1) Distrito onde reside: _____

11- Sexo: Masculino Feminino

12- Idade: 15-24 25-34 35-44 45-54 55-64 >64

13- Nível de instrução completo:

- Nenhum Escola primária
- Ensino Preparatório Ensino Secundário/ Técnico-profissional
- Ensino superior Outro

Qual?: _____

14- Profissão: _____

Muito obrigado pela sua colaboração!

(Questionário aplicado aos pedestrianistas –
Inglês)

QUESTIONNAIRE

This questionnaire is part of an academic study, which pretends to identify the persons who use walking trails in Portugal. The results of this investigation could be very useful to improve the product “walking trails” in Portugal.

The answers are anonymous and the data will be treated confidentially. I thank your contribution in this study.

Áurea Rodrigues, Universidade de Aveiro

Instructions: Put a cross on the squares and in the tables or answer the questions

1- How do you distribute your vacations along the year (more than three days away home) and how do you distribute the end-of-week away home?(sign with one cross in the months and weekends)

Month	Jan	Fev	Mar	Apr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dec
HOLLIDAYS												
Weekends												

2- Indicate the main motivation to go on holidays (sign just one option):

- To relax and to recover Sports and physical activity
- To visit new places Escape to daily routine
- Meet new people To visit friends and relatives
- To learn and experiment new cultures Business and incentives
- Other Which: _____

3.1- What kind of landscape do you prefer (sign just one option):

- Wild landscapes (untouched by man) A semi natural but man-created landscape
- Urban lanscape

3.2- Que tipo de paisagem natural prefere (sign just one option):

- Land Landscape scape with high points (mountain,...) Landscape with trees
- Landscape with water (Watercourse, falls,...) Beach
- Landscape with litle relief (moor,...) Variegated rural landscape

4- Are you a regular walker:

- Yes, (I usually walk at least five times a week for at least 30 or more minutes per occasion)
- Yes, (I usually walk at least three times a week for at least 30 or more minutes per occasion)
- No, I rarely walk

5- In the quotidian I usually act in the following way: (1- Very rarely, 2- Rarely, 3- Sometimes, 4- Frequently, 5- Very frequently)					
BEHAVIOUR	FREQUENCY				
	1	2	3	4	5
I look for to reduce the production of residues (former: I prevent products with much packing, prevent plastic bags, etc..).					
I detach the garbage and place it in ecopoint to be recycled.					
I put the trash in the right recipients.					
I try to buy products are locally grown.					
I look for to buy products of biological culture.					
I prevent to consume products transformed industrially.					
I ride a bike or walk					
I use public transportation					
I drive my own car.					
I buy products of low consume of energy					
I buy biodegradable products.					
I am worried in saving the level of the heating of the house.					
I try not to spoil water.					

6- Indicate witch is your impression before the nature (1-Disagree completely, 2- Disagree, 3- nor agree nor disagree, 4- Agree; 5- Agree completely)					
Itens	GRAU DE CONCORDÂNCIA				
	1	2	3	4	5
I consider the nature an environment very stimulant .					
I feel active in the nature.					
The nature restores me .					
The nature excites me .					
It's sensational to walk in the nature.					
The nature awakes my senses.					
For me nature is beautiful .					
Being in nature is pleasant .					
It's funny to be in a natural environment.					
The nature transmits serenity .					
I feel relaxed when I'm in a natural environment.					
In a natural environment I feel tranquillity .					
I fear the nature.					
The nature makes me terror .					
I have some apprehension about the nature.					
I get anxious when I'm in a natural environment.					
The nature harasses me .					
The nature disturbs me .					
To walk in the nature makes me gloomy .					
It's boring to walk in the nature.					
The nature is annoyed .					
To walk in the nature is a mystery .					
To walk in the nature is like an enigma .					
There's suspense when we walk on the nature.					

7- During my holidays I try to make some of those activities: (1- Very rarely, 2- Rarely, 3- Sometimes, 4- Frequently, 5- Always)					
Activities	FREQUENCY				
	1	2	3	4	5
Attend Concerts					
Climbing/ Hiking					
Know Inhabitants					
Sampling local food					
Shopping					
Sightseeing in Cities					
Skiing					
Sunbathing/ Beach Activities					
Taking Pictures/ Films					
Tour Countryside					
Visit Wilderness					
Visit national Parks/ Forests					
Visit friends and relatives					
Visit galleries and Museums					
Visit the seaside (touring)					
Visit historical places					
Water sports					
Taking a panoramic tour of one day by boat, train or bus					

WALKING TRAILS

8- Indicate the main motive witch take you to use a walking trail (sign just one option):

- To know and to interpret the involving way
- Calm/ quiet
- To face the physical challenge that natural areas represent
- Listen the sounds of nature
- To observe and enjoy the beauty of the landscape
- To escape from the civilization and experience something new and different
- To breath pure air
- Other: which: _____

9- What sources of information did you use in your choice of this destination?

- Travel agent TV Map
- Recommendation by family/friends Radio Travel Guide
- Previous visit Newspaper Internet
- Newspaper
- Other Which: _____

10- What were the principal means of transport used to reach this walking trail?

- Own car Motorbike/Moped
- Friend's or family car Hired car with driver
- Self-drive hired car Public transport
- Other type of transport What? _____

11- With whom are you visiting this region (sign just one option)?

- Alone Friends
 Couple Couple with children
 Couple with children and other family With family and friends
 N° of people in group _____

12- What was the principal means of organising this trip?

- a) Travel agency
 b) Invitation of friend or relative
 c) Organized trip
 d) No kind of previous plan was made
 e) Other What? _____

12.1- If you had chosen c), specify the entity:

- School / University Individual person
 Association *Câmara Municipal*
 Other Which: _____

13- What is the principal type of accommodation you are using?

- Hotel classification (n° of stars) _____
Pensão/Albergaria classification (n° of stars) _____
 Tourism in rural space (Rural tourism, Rural boarding house, Village house)
 Motel *Estalagem*
Pousada Camping Park
 Second home House of family/friends
 Other What? _____

14- In general, what is the distance travelled when using a pedestrian trail?

- Less than 1 KM Between 1 and 10 Km Between 11 and 20 Km
 Between 21 and 30 Km More than 30 Km

15- Indicate an estimate of the total daily expenses during your visit to the pedestrian trail, marking with an X the amount in Euros (per person/day):								
Paid Amount	Nothing	0 a 10	10,1 a 25	25,1 a 50	50,1 a 75	75,1 a 100	More than 100	Don't Know
Expenses done in the area were you have attend the pedestrian trail (food, typical objects...)								

16- What is the degree of importance of the following attributes when attending a pedestrian trail: (1= Nothing important 2= Little important 3= Indiferent 4= Important 5= Very important)					
ITENS	DEGREE OF IMPORTANCE				
	1	2	3	4	5
Accessibility					
Trail correctly signed.					
Existence of information about walking trails (Tourism posts)					
Existence of a guide.					
Existence of interpretation (information- written or visual- about the trail and related attractions)					
Possibility of finding different fauna and flora					
Near a watercourse					
Used by few people					
Silence					
Quality and conservation of the landscape.					
Existence of garbage Infrastructure across the walking trail (garbage cans)					
A new trail (different)					
Very difficult trail (challenge)					
Easy trail (not to long,)					
Support Infrastructures (restaurants, WC, logdes, shops, etc).					

17- Indicate the degree of importance of the following inhibiting aspects (what could take you to avoid attending a trail) (1= Very Inhibiting 2= Inhibiting 3= Indiferent 4= Little Inhibiting 5= Nothing Inhibiting)					
ITENS	LEVEL OF INHIBITION				
	1	2	3	4	5
Decharacterized natural ambient					
Inexistence of maps					
Wheather conditions					
To be used by too many people					
Difficult accesses					
Difficulty of help in case of accident					
Lack of natural attraction					
Inexistence of information/ interpretation of the trail.					
Inexistence of signalisation					
To walk thru very dangerous places					
Proximity with urban areas					
Lack of security of the trails (lack of fences,...)					
Areas with few flora					
Inexistence of support infrastructures (lodges, restaurants, WC, shops, ...)					

18- Indicate aspects that could be improved in a pedestrian trail

- Good access to the trail
- Conservation of the existent flora
- Sensitization campaigns for the frequency of the trails
- Criação de zonas de lazer e descanso
- Existence of guides'
- In case of disorientation or accident existence of control/ security
- Others
- Which? _____

PERSONAL DATA

19- Nationality: _____

20- Habitat: Town Village Country

21- Sex: Masculine Feminine

22- Age: 15-24 25-34 35-44 45-54 55-64 >64

23- Complete level of instruction: _____

24- Profession: _____

Thank you very much!

(Questionário aplicado aos pedestrianistas –
Francês)

Questionnaire
Utilisateurs de RANDONNÉ pédestre
<p>Ce questionnaire se insère dans le cercle d'une étude académique qui prétend identifier des personnes qui fréquentent des chemins pédestres au Portugal. Les résultats de cette investigation pourront être très utiles pour dynamiser cette infrastructure dans le territoire national. Les réponses sont anonymes et les informations reçues seront traités confidentiellement. Je vous remercie de votre contribution dans cette étude.</p> <p style="text-align: right;"><i>Áurea Rodrigues, Université de Aveiro</i></p>

INSTRUCTIONS: Colloquez une croix dans les carrés et dans les tableaux et répondez à ce qui est sollicité

1- Comment vous distribuez vos vacances durant l'année (plus de trois jours en dehors de chez vous) et comment vous distribuez vos fins de semaines en dehors de chez vous?(signalez avec une croix dans les respectifs mois et fin de semaine)

MOIS	Jan	Fév	Mar	Avr	Mai	Juin	Juil	Août	Sept	Oct	Nov	Déc
VACANCES												
Fin de semaine												

2- Indiquez quel est le principal motivation pour effectuer des vacances (signalez seulement une option) :

- | | | | |
|---|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| Reposer et récupérer | <input type="checkbox"/> | Sport et activité physique | <input type="checkbox"/> |
| Visiter des nouveaux lieux | <input type="checkbox"/> | Échapper à la routine | <input type="checkbox"/> |
| Connaître des nouvelles personnes | <input type="checkbox"/> | Visiter de la famille et amis | <input type="checkbox"/> |
| Apprendre et essayer des nouvelles cultures | <input type="checkbox"/> | Travail et motivation | <input type="checkbox"/> |
| Autre | <input type="checkbox"/> | Lequel: _____ | |

3.1- Quel type de paysage préférez- vous (signalez seulement une option):

- | | | | |
|---|--------------------------|------------------------------------|--------------------------|
| Paysage sauvage (sans changement réalisé par l'homme) | <input type="checkbox"/> | Paysage semi-naturel mais humanisé | <input type="checkbox"/> |
| Paysage urbaine | <input type="checkbox"/> | | |

3.2- Quel type de paysage naturel préférez- vous (signalez seulement une option) :

- | | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Paysage avec des points élevé (colline, montagne) | <input type="checkbox"/> | Paysages avec des arbres | <input type="checkbox"/> |
| Paysage avec de l'eau (cours de l'eau, cascades | <input type="checkbox"/> | Plage | <input type="checkbox"/> |
| Paysage avec peu de relief (planície) | <input type="checkbox"/> | Paysage agricole varié | <input type="checkbox"/> |

4- Considérez-vous un marcheur régulier:

- | | |
|---|--------------------------|
| Oui, (je marche un peu près cinq fois par semaine durant 30 ou plus minutes par séance) | <input type="checkbox"/> |
| Oui, je marche un peu près trois fois par semaine durant 30 ou plus minutes par séance) | <input type="checkbox"/> |
| Non, rarement je marche dans le quotidien | <input type="checkbox"/> |

5- Dans le quotidien j'ai l'habitude de réagir dans la suivante manière: (1- très peu de fois, 2- peu de fois, 3- quelque fois, 4- fréquemment, 5- très fréquemment)					
COMPORTEMENTS	FRÉQUENCE				
	1	2	3	4	5
Je cherche a réduire la production de résidus(ex : j'évite des produits avec beaucoup d'emballages, je réutilise le papier, j'évite les sacs en plastiques, etc...)					
J'ai l'habitude de séparer les déchets et les placés dans le recyclage pour être recycler.					
Je mets les déchets dans des récipients propres.					
Je cherche acheter des aliments produits localement					
Je cherche acheter des produits de culture biologique					
J'évite de consommer produits transformés industriellement					
J'utilize une bicyclette					
J'utilize des transports publics					
Je me déplace avec ma voiture					
J'achète produits de bas consommation d'énergie					
J'achète des produits biodégradables					
Je me préoccupe économiser au niveau du chauffage domestique					
J'évite de gaspiller beaucoup d'eau					

6- Indiquez quel est votre impression sur la nature: (1- je désaccord complètement, 2- je désaccord, 3- je ne suis pas d'accords mais je ne désaccorde pas, 4- d'accord, 5- je suis pleinement d'accord)					
Item	DEGRE DE CONCORDANCE				
	1	2	3	4	5
Je considère la nature un endroit très stimulante .					
Je me sens actif dans la nature.					
La nature me revigore .					
La nature m' excite .					
C'est sensationnel nous promener dans la nature.					
La nature nous réveille des sensations .					
Pour moi la nature est belle .					
Être dans la nature est agréable .					
C'est amusant d'être dans un milieu naturel.					
La nature me transmet sérénité .					
Je me sens relaxé dans un milieu naturel.					
Dans un endroit naturel je sens de la tranquillité .					
J'ai peur de la nature.					
La nature me provoque du terreur .					
Je crains la nature.					
Je reste anxieuse quand je suis dans un milieu naturel.					
La nature m' inquiète .					
La nature me trouble .					
Promener dans la nature me provoque de la mélancolie .					
C' est assommant de promener dans la nature.					
La nature m' ennuie .					
Pormener dans la nature est un mystère .					
Pormener dans la nature est comme une énigme .					
Il y a du suspense quand on se promène dans la nature.					

7- Durant les vacances je cherche de réaliser les suivantes activités: (1- très peu de fois, 2- peu de fois, 3- quelque fois, 4- fréquemment, 5- toujours)					
Activités	FREQUÉNCIE				
	1	2	3	4	5
Assister à des concerts					
Pratiquer de l' escalade/ promenades					
Connaître les habitants					
Déguster de la nourriture typique local					
Faire des courses					
Observer des villes					
Pratiquer du ski					
Prendre du soleil / activité de plage					
Prendre des photos/ films					
Faire des promenades champêtre					
Visiter des locaux dans la nature sauvage					
Visiter des parcs naturels/ forêts					
Visiter de la famille et amis					
Visiter des galeries et musées					
Visiter le littoral					
Visiter des locaux historiques					
Pratiquer du sports nautiques					
Faire une promenade panoramique d' une journée en bateau, train, autobus					

RANDONNÉS pedestres

8- Indiquez quel est le principal motif qui vous entraîne à fréquenter un chemin pédestre (signalez seulement une option):

- Connaître et interpréter le milieu inclue
- Jouir du calme/ de la tranquillité
- Pour affronter des défis physiques représentés dans des changements naturels
- Entendre les sons de la nature
- Pour savourer la nature et apprécier le paysage
- Observer la beauté paysagiste
- Para échapper à la civilisation et de réaliser quelque chose de nouveau et différent
- Pour respirer de l'air pur
- Autre:
- Lequel: _____

9- Indiquez la principal source d' information où vous avez pris connaissance du chemin pédestre (signalez seulement une option):

- Agences de voyages TV Map
- Recommandation de la famille et amis Radio Guide touristique
- Foires/ Événementaire promotionnel du tourisme Brochure Internet
- Journaux/ Revues Autre Lequel: _____

10- quel fût le moyen de transport que vous avez utilisé pour vous déplacer jusqu'au chemin pédestre (signalez seulement une option):

- Voiture propre Moto/Motocyclette
- voiture d'un familial, amis Véhicule de location avec chauffeur
- Voiture de location sans chauffeur Transport publique
- Autre type de transport Lequel? _____

11- vous visitez ce chemin pédestre avec qui ? (signalez seulement une option)

- Seul (e) Avec des amis
- Couple Couple avec enfants
- Couple avec enfants et autres familiais Avec famille et amis
- N.º de personnes du groupe _____

12- quel fût le principal moyen d'organisation de cette visite? (signalez seulement une option)

- a) Agence de voyages / opérateur de tourisme
- b) Atravès d'une invitation d'un ami résident
- c) Voyage collectif organisé (excursion)
- d) il' n'y a eu aucune planification avec anticipation
- e) Autre
- Lequel? _____

12.1- si vous avez indiqué la ligne c), spécifiez l' entité:

- École/ Université Personne individuelle
- Association récréative Mairie
- Autre Lequel: _____

13- Quel est le principal type de logement utilisé?

- Hotel classification (n.º d' étoiles): _____
- Pension/héberge classification (n.º d' étoiles): _____
- Tourisme en lieu rural (Tourisme d' Habitation, Agro-tourisme, Tourisme champêtre, maison de Champagne)
- Auberge Motel
- hôtellerie Parc de Camping
- Maison d'un familial et amis Résidence Secondaire
- Autre
- Lequel: _____

14- En généralité, quel est la distance que vous faites quand vous utilisez un chemin pédestre:

- Moin de 1 KM Entre 1 à 10 Km Entre 11 à 20 Km
- Entre 21 à 30 Km Plus de 30 Km

15- s'il vous plaît, faite un jugement de vos coûts totaux quotidien durant votre visite au chemin pédestre, sinaland avec une croix le montant en Euros (pour personne/ jour):

MONTANT PAYÉ	Rien	0 à 10	10,1 à 25	25,1 à 50	50,1 à 75	75,1 à 100	Plus de 100	Je ne sais pas
Coûts effectués dans la aire où vous avez effectué le chemin pédestre (alimentation, articles typiques, ...)								

16- Quel est le degré d'importance des suivants attributions quand vous fréquentez un chemin pédestre:
(1= Pas Important 2= Peu important 3= Indifférent 4= Important 5= très important)

ITEM	DEGRÉ D' IMPORTANCE				
	1	2	3	4	5
Accessibles.					
Chemin convenablement signalé.					
Existence d'information sur les chemins pédestres existents (postes de tourisme)					
Existence de service de guide.					
Existence d'interprétation (informations –écrites et visuelles –sur le chemin et ses attractions)					
Possibilité de trouver une faune et flore différentes					
Proximité à un cours d'eau					
Être fréquenté par peu de personnes					
Silence					
Qualité et état du paysage					
Existence d'infra-estruures de ramassage d'ordure durant le parcours (poubelles)					
Que se soit un chemin nouveau (différent)					
Chemin difficile (défi)					
Chemin avec un degré de difficulté facil (pas trop long, sans déclivité accentués,...)					
Infra-estruures d'aide (maisons de refuge, restauration, WC, boutiques, etc)					

17- Indiquez le degré d'importance des aspects empêchants suivants (ce qui pourrait vous prendre pour éviter un randonné)(1 = très empêchant 2 = empêchant 3 = 4 indifférent = peu de empêchant 5 = Rien empêchant)

ITEM	DEGRÉ DE INHIBITION				
	1	2	3	4	5
Milieu Naturel sans caractérisation					
Absence de maps					
Conditions météorologiques					
Être fréquenté par beaucoup de personnes					
Accès difficiles					
Difficulté de secours en cas d'accident					
Manque d'attractifs naturels					
Manque d'information/ interprétation relatif au chemin					
Inexistence de signalisation					
Mauvaises conditions climatiques					
Passage dans des lieux dangereux					
Proximité avec aires urbaines					
Manque de sécurité des chemins (inexistence de clôture, ...)					
Zones faible en végétation.					
Inexistence d'infra-estruures d'aide (maison de refuge, restauration, WC, boutiques, etc)					

18- Indiquez quelques aspects qui peuvent être amélioré dans un randonnée pédestre :

- Bons accès aux chemins
- Conservation de la végétation existante
- Campagne de sensibilisation pour la fréquentation de parcours
- Création de zones de loisirs et de repos
- Existence de guides
- Existence de contrôle/ sécurité en cas de désorientation ou accident
- Autres
- Lesquels? _____

DONNEE PESSONELLE

19- Nationalité: _____ **Q.19.1) Zone de résidence:** _____

20- Habitat d'une ambiance de: Ville village campagne

21- Sexe: Masculin Féminin

22- âge: 15-24 25-34 35-44 45-54 55-64 >64

23- Niveau d' instruction complète:

- Aucune École primaire
- Enseignement Préparatoire Lycée/ enseignement technique
- Enseignement supérieur Autre
- Lequel?: _____

24- Profession: _____

je vous remercie pour votre collaboration !

ANEXO II

(Análises Estatísticas)

(Análises Estatísticas - Teste do Q^2)

Tabela I- Idade versus utilizadores de trilhos pedestres

idade recodificada * utilizadores de trilho pedestre Crosstabulation

			utilizadores de trilho pedestre		Total
			Pedestrianistas	Não pedestrianistas	
idade recodificada	Jovens	Count	42	16	58
		Expected Count	38.7	19.3	58.0
		Adjusted Residual	1.0	-1.0	
	Meia idade	Count	146	63	209
		Expected Count	139.3	69.7	209.0
		Adjusted Residual	1.8	-1.8	
	Idosos	Count	12	21	33
		Expected Count	22.0	11.0	33.0
		Adjusted Residual	-3.9	3.9	
Total	Count	200	100	300	
	Expected Count	200.0	100.0	300.0	
	Adjusted Residual				

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	15.455 ^a	2	.000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	14.475	2	.001
Linear-by-Linear Association	8.967	1	.003
N of Valid Cases	300		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5.
The minimum expected count is 11.00.

Tabela II - Nível de instrução versus utilizadores de trilhos pedestres

nível de instrução recodificado * utilizadores de trilho pedestre Crosstabulation

			utilizadores de trilho pedestre		Total
			Pedestrianistas	Não pedestrianistas	
nível de instrução recodificado	ens prim e preparatório	Count	5	6	11
		Expected Count	7,4	3,6	11,0
		Adjusted Residual	-1,6	1,6	
	ensino secundário	Count	64	51	115
		Expected Count	77,6	37,4	115,0
		Adjusted Residual	-3,5	3,5	
	ensino superior	Count	126	37	163
		Expected Count	110,0	53,0	163,0
		Adjusted Residual	4,1	-4,1	
Total	Count	195	94	289	
	Expected Count	195,0	94,0	289,0	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	16,925 ^a	2	,000
Likelihood Ratio	16,864	2	,000
Linear-by-Linear Association	16,415	1	,000
N of Valid Cases	289		

a. 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,58.

Tabela III- Profissão versus nacionalidade dos pedestrianistas**profissão recodificada * nacionalidade dos pedestrianistas Crosstabulation**

			nacionalidade dos pedestrianistas		Total
			port	estr	
profissão recodificada	1,00	Count	35	33	68
		Expected Count	33,8	34,2	68,0
		Adjusted Residual	,4	-,4	
	2,00	Count	10	16	26
		Expected Count	12,9	13,1	26,0
		Adjusted Residual	-1,2	1,2	
	3,00	Count	9	7	16
		Expected Count	8,0	8,0	16,0
		Adjusted Residual	,5	-,5	
	4,00	Count	11	12	23
		Expected Count	11,4	11,6	23,0
		Adjusted Residual	-,2	,2	
	5,00	Count	20	21	41
		Expected Count	20,4	20,6	41,0
		Adjusted Residual	-,1	,1	
	6,00	Count	3	0	3
		Expected Count	1,5	1,5	3,0
		Adjusted Residual	1,8	-1,8	
Total		Count	88	89	177
		Expected Count	88,0	89,0	177,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,756 ^a	5	,446
Likelihood Ratio	5,928	5	,313
Linear-by-Linear Association	,119	1	,730
N of Valid Cases	177		

a. 2 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,49.

Tabela IV- Profissão versus utilizadores de trilho pedestre**profissão recodificada * pedestrianista Crosstabulation**

			pedestrianista		Total
			Não pedestrianista	Pedestrianista	
profissão recodificada	1,00	Count	20	68	88
		Expected Count	30,1	57,9	88,0
		Adjusted Residual	-2,8	2,8	
	2,00	Count	27	26	53
		Expected Count	18,1	34,9	53,0
		Adjusted Residual	2,9	-2,9	
	3,00	Count	4	16	20
		Expected Count	6,8	13,2	20,0
		Adjusted Residual	-1,4	1,4	
	4,00	Count	12	23	35
		Expected Count	12,0	23,0	35,0
		Adjusted Residual	,0	,0	
	5,00	Count	18	41	59
		Expected Count	20,2	38,8	59,0
		Adjusted Residual	-,7	,7	
	6,00	Count	11	3	14
		Expected Count	4,8	9,2	14,0
		Adjusted Residual	3,6	-3,6	
Total		Count	92	177	269
		Expected Count	92,0	177,0	269,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	26,147 ^a	5	,000
Likelihood Ratio	25,654	5	,000
Linear-by-Linear Association	3,645	1	,056
N of Valid Cases	269		

a. 1 cells (8,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,79.

Tabela V- Paisagem preferida versus utilizadores de trilhos pedestres**Paisagem preferida * utilizadores de trilho pedestre Crosstabulation**

			utilizadores de trilho pedestre		Total
			Pedestrianistas	Não pedestrianistas	
Paisagem preferida	Paisagem selvagem	Count	56	13	69
		Expected Count	46.0	23.0	69.0
		Adjusted Residual	2.9	-2.9	
	Paisagem semi-natural mas humanizada	Count	142	68	210
		Expected Count	140.0	70.0	210.0
		Adjusted Residual	.5	-.5	
	Urbana	Count	2	19	21
		Expected Count	14.0	7.0	21.0
		Adjusted Residual	-5.8	5.8	
Total	Count	200	100	300	
	Expected Count	200.0	100.0	300.0	
	Adjusted Residual				

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	37.465 ^a	2	.000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	37.444	2	.000
Linear-by-Linear Association	26.370	1	.000
N of Valid Cases	300		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5.
The minimum expected count is 7.00.

Tabela VI- Paisagem natural preferida versus utilizadores de trilhos pedestres

Paisagem natural preferida recodificada * utilizadores de trilho pedestre Crosstabulation

			utilizadores de trilho pedestre		Total
			Pedestrianistas	Não pedestrianistas	
Paisagem natural preferida recodificada	Paisagem com pontos elevados	Count	62	10	72
		Expected Count	48.3	23.7	72.0
		Adjusted Residual	4.0	-4.0	
	Paisagem com água	Count	49	40	89
		Expected Count	59.7	29.3	89.0
		Adjusted Residual	-2.9	2.9	
	Paisagem com árvores	Count	18	9	27
		Expected Count	18.1	8.9	27.0
		Adjusted Residual	-.1	.1	
	Praia	Count	63	35	98
		Expected Count	65.8	32.2	98.0
		Adjusted Residual	-.7	.7	
Total	Count	192	94	286	
	Expected Count	192.0	94.0	286.0	
	Adjusted Residual				

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	17.999 ^a	3	.000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	19.602	3	.000
Linear-by-Linear Association	4.120	1	.042
N of Valid Cases	286		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5.
The minimum expected count is 8.87.

Tabela VII- Paisagem natural preferida versus nacionalidade dos pedestrianistas

Paisagem natural preferida recodificada * pedestrianistas estrangeiros e portugueses Crosstabulation

			pedestrianistas estrangeiros e portugueses		Total
			Portugueses	Estrangeiros	
Paisagem natural preferida recodificada	Paisagem com pontos elevados	Count	22	40	62
		Expected Count	31.6	30.4	62.0
		Adjusted Residual	-3.0	3.0	
	Paisagem com água	Count	28	21	49
		Expected Count	25.0	24.0	49.0
		Adjusted Residual	1.0	-1.0	
	Paisagem com árvores	Count	9	9	18
		Expected Count	9.2	8.8	18.0
		Adjusted Residual	-.1	.1	
	Praia	Count	39	24	63
		Expected Count	32.2	30.8	63.0
		Adjusted Residual	2.1	-2.1	
Total	Count	98	94	192	
	Expected Count	98.0	94.0	192.0	
	Adjusted Residual				

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9.718 ^a	3	.021
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	9.828	3	.020
Linear-by-Linear Association	7.181	1	.007
N of Valid Cases	192		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5.
The minimum expected count is 8.81.

Tabela VIII- Regularidade das caminhadas versus nacionalidade dos pedestrianistas**Caminhante regular * pedestrianistas estrangeiros e portugueses Crosstabulation**

			pedestrianistas estrangeiros e portugueses		Total
			Portugueses	Estrangeiros	
Caminhante regular	sim, caminho pelo menos 5 vezes	Count	47	82	129
		Expected Count	64,5	64,5	129,0
		Adjusted Residual	-5,2	5,2	
	Sim, caminho pelo menos 3 vezes	Count	45	15	60
		Expected Count	30,0	30,0	60,0
		Adjusted Residual	4,6	-4,6	
	Não, raramente caminho no quotidiano	Count	8	3	11
		Expected Count	5,5	5,5	11,0
		Adjusted Residual	1,6	-1,6	
Total	Count	100	100	200	
	Expected Count	100,0	100,0	200,0	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	26,769 ^a	2	,000
Likelihood Ratio	27,672	2	,000
Linear-by-Linear Association	22,620	1	,000
N of Valid Cases	200		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,50.

Tabela IX: Motivação geral versus utilizadores de trilho pedestre

Motivação geral recodificada * utilizadores de trilho pedestre Crosstabulation

			utilizadores de trilho pedestre		Total
			Pedestrianistas	Não pedestrianistas	
Motivação geral recodificada	Descansar e recuperar	Count	34	20	54
		Expected Count	35.6	18.4	54.0
		Adjusted Residual	-.5	.5	
	Visitar novos locais, conhecer novas pessoas e aprender cult	Count	41	21	62
		Expected Count	40.9	21.1	62.0
		Adjusted Residual	.0	.0	
	Escapar à vida quotidiana	Count	99	30	129
		Expected Count	85.1	43.9	129.0
		Adjusted Residual	3.5	-3.5	
	Visitar familiares e amigos	Count	18	28	46
		Expected Count	30.4	15.6	46.0
		Adjusted Residual	-4.2	4.2	
Total	Count	192	99	291	
	Expected Count	192.0	99.0	291.0	
	Adjusted Residual				

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	21.652 ^a	3	.000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	21.088	3	.000
Linear-by-Linear Association	1.381	1	.240
N of Valid Cases	291		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5.
The minimum expected count is 15.65.

Tabela X: Fonte de informação versus nacionalidade dos pedestrianistas

fonte de informação recodificada3 * pedestrianistas estrangeiros e portugueses Crosstabulation

			pedestrianistas estrangeiros e portugueses		Total
			Portugueses	Estrangeiros	
fonte de informação recodificada3	Agencias de viagens	Count	1	15	16
		Expected Count	7,3	8,7	16,0
		Adjusted Residual	-3,3	3,3	
	Recomendações de familiares e amigos	Count	64	30	94
		Expected Count	43,1	50,9	94,0
		Adjusted Residual	6,3	-6,3	
	Guia turístico	Count	11	36	47
		Expected Count	21,5	25,5	47,0
		Adjusted Residual	-3,6	3,6	
	Internet	Count	6	16	22
		Expected Count	10,1	11,9	22,0
		Adjusted Residual	-1,9	1,9	
Total	Count	82	97	179	
	Expected Count	82,0	97,0	179,0	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	41,425 ^a	3	,000
Likelihood Ratio	44,748	3	,000
Linear-by-Linear Association	5,116	1	,024
N of Valid Cases	179		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,33.

Tabela XI: Meio de transporte versus nacionalidade dos pedestrianistas**transporte recodificado2 * pedestrianistas estrangeiros e portugueses Crosstabulation**

			pedestrianistas estrangeiros e portugueses		Total
			Portugueses	Estrangeiros	
transporte recodificado2	Automóvel proprio	Count	39	44	83
		Expected Count	40,9	42,1	83,0
		Adjusted Residual	-,5	,5	
	Automóvel de familiares e amigos	Count	51	37	88
		Expected Count	43,3	44,7	88,0
		Adjusted Residual	2,2	-2,2	
	Automóvel de alugar sem motorista	Count	7	19	26
		Expected Count	12,8	13,2	26,0
		Adjusted Residual	-2,4	2,4	
Total	Count	97	100	197	
	Expected Count	97,0	100,0	197,0	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	8,023 ^a	2	,018
Likelihood Ratio	8,247	2	,016
Linear-by-Linear Association	,666	1	,414
N of Valid Cases	197		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12,80.

Tabela XII: Constituição do grupo de viagem versus nacionalidade dos pedestrianistas

constituição do grupo recodificada * pedestrianistas estrangeiros e portugueses Crosstabulation

			pedestrianistas estrangeiros e portugueses		Total
			Portugueses	Estrangeiros	
constituição do grupo recodificada	Casal	Count	21	32	53
		Expected Count	26,2	26,8	53,0
		Adjusted Residual	-1,7	1,7	
	Casal com filhos e outros familiares	Count	3	7	10
		Expected Count	4,9	5,1	10,0
		Adjusted Residual	-1,3	1,3	
	Com amigos	Count	49	52	101
		Expected Count	50,0	51,0	101,0
		Adjusted Residual	-,3	,3	
	Com familiares e amigos	Count	24	8	32
		Expected Count	15,8	16,2	32,0
		Adjusted Residual	3,2	-3,2	
Total	Count	97	99	196	
	Expected Count	97,0	99,0	196,0	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	11,953 ^a	3	,008
Likelihood Ratio	12,386	3	,006
Linear-by-Linear Association	7,726	1	,005
N of Valid Cases	196		

a. 1 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,95.

Tabela XIII: Principal meio de organização da visita versus nacionalidade dos pedestrianistas**principal meio de organização da visita 2 * pedestrianistas estrangeiros e portugueses Crosstabulation**

			pedestrianistas estrangeiros e portugueses		Total
			Portugueses	Estrangeiros	
principal meio de organização da visita 2	Agencia de viagens-operador de turismo	Count	1	15	16
		Expected Count	8,0	8,0	16,0
		Adjusted Residual	-3,7	3,7	
	Através do convite de um amigo residente	Count	9	2	11
		Expected Count	5,5	5,5	11,0
		Adjusted Residual	2,2	-2,2	
	Não foi feito qualquer tipo de planeamento com antecedencia	Count	85	78	163
		Expected Count	81,5	81,5	163,0
		Adjusted Residual	1,5	-1,5	
Total	Count	95	95	190	
	Expected Count	95,0	95,0	190,0	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	17,005 ^a	2	,000
Likelihood Ratio	19,818	2	,000
Linear-by-Linear Association	6,721	1	,010
N of Valid Cases	190		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,50.

Tabela XIV: Alojamento versus nacionalidade dos pedestrianistas

alojamento recodificado2 * pedestrianistas estrangeiros e portugueses Crosstabulation

			pedestrianistas estrangeiros e portugueses		Total
			Portugueses	Estrangeiros	
alojamento recodificado2	Hotel	Count	5	4	9
		Expected Count	4,5	4,5	9,0
		Adjusted Residual	,3	-,3	
	Não pernitoou no local	Count	13	1	14
		Expected Count	7,0	7,0	14,0
		Adjusted Residual	3,3	-3,3	
	Parque de campismo	Count	30	60	90
		Expected Count	45,3	44,7	90,0
		Adjusted Residual	-4,6	4,6	
	Alojamento não oficial	Count	33	2	35
		Expected Count	17,6	17,4	35,0
		Adjusted Residual	5,8	-5,8	
	Pousada e TER	Count	9	22	31
		Expected Count	15,6	15,4	31,0
		Adjusted Residual	-2,6	2,6	
Total	Count	90	89	179	
	Expected Count	90,0	89,0	179,0	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	53,302 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	61,315	4	,000
Linear-by-Linear Association	,470	1	,493
N of Valid Cases	179		

a. 2 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,47.

Tabela XV: Gastos efectuados versus nacionalidade dos pedestrianistas

gastos efectuados recodificada 2 * pedestrianistas estrangeiros e portugueses
Crosstabulation

			pedestrianistas estrangeiros e portugueses		Total
			Portugueses	Estrangeiros	
gastos efectuados recodificada 2	Nada	Count	23	0	23
		Expected Count	11,3	11,7	23,0
		Adjusted Residual	5,2	-5,2	
	0.1 a 10	Count	30	19	49
		Expected Count	24,1	24,9	49,0
		Adjusted Residual	1,9	-1,9	
	10.1 a 25	Count	37	56	93
		Expected Count	45,8	47,2	93,0
		Adjusted Residual	-2,5	2,5	
	25.1 a 50	Count	3	14	17
		Expected Count	8,4	8,6	17,0
		Adjusted Residual	-2,7	2,7	
5,00	Count	2	9	11	
	Expected Count	5,4	5,6	11,0	
	Adjusted Residual	-2,1	2,1		
Total	Count	95	98	193	
	Expected Count	95,0	98,0	193,0	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	40,887 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	50,779	4	,000
Linear-by-Linear Association	36,789	1	,000
N of Valid Cases	193		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,41.

(Análises Estatísticas - Teste de Mann-Whitney)

Tabela XVI: Comportamento ambiental versus utilizadores de trilhos pedestres

		Ranks		
	utilizadores de trilho pedestre	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Procuo reduzir a produção de resíduos	Pedestrianistas	200	162.62	32524
	Não pedestrianistas	100	126.25	12625
	Total	300		
Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	Pedestrianistas	200	162.51	32502
	Não pedestrianistas	100	126.49	12649
	Total	300		
Coloco o lixo nos recipientes próprios	Pedestrianistas	200	156.81	31362
	Não pedestrianistas	100	137.88	13788
	Total	300		
Procuo comprar alimentos produzidos localmente	Pedestrianistas	200	156.02	31204
	Não pedestrianistas	100	139.46	13946
	Total	300		
Procuo comprar produtos de cultura biológica	Pedestrianistas	200	165.34	33067
	Não pedestrianistas	100	120.82	12082
	Total	300		
Evito consumir produtos transformados industrialmente	Pedestrianistas	200	159.87	31973
	Não pedestrianistas	100	131.77	13177
	Total	300		
Utilizo com frequencia uma bicicleta ou desloco-me no meu carro	Pedestrianistas	200	169.88	33977
	Não pedestrianistas	99	109.83	10873
	Total	299		
Utilizo com frequencia transportes públicos	Pedestrianistas	200	153.07	30614
	Não pedestrianistas	99	143.79	14235
	Total	299		
Desloco-me no meu carro	Pedestrianistas	200	153.61	30723
	Não pedestrianistas	100	144.27	14427
	Total	300		
Compro produtos de baixo consumo de energia	Pedestrianistas	200	153.48	30695
	Não pedestrianistas	99	142.98	14155
	Total	299		
Compro produtos biodegradáveis	Pedestrianistas	200	157.51	31502
	Não pedestrianistas	99	134.83	13348
	Total	299		
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	Pedestrianistas	200	156.40	31280
	Não pedestrianistas	100	138.70	13870
	Total	300		
Evito desperdiçar água	Pedestrianistas	200	153.48	30696
	Não pedestrianistas	100	144.54	14454
	Total	300		

Test Statistics

	Procuro reduzir a produção de resíduos	Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	Coloco o lixo nos recipientes próprios	Procuro comprar alimentos produzidos localmente	Procuro comprar produtos de cultura biológica	Evito consumir produtos transformados industrialmente
Mann-Whitney U	7575.500	7598.500	8738.000	8896.500	7032.500	8127,000
Wilcoxon W	12625.500	12648.500	13788.000	13946.500	12082.500	13177,000
Z	-3.570	-3.549	-1.860	-1.628	-4.451	-2.822
Asymp. Sig. (2-tailed)	.000	.000	.063	.103	.000	.005

	Utilizo com frequencia uma bicicleta ou desloco-me a pé	Utilizo com frequencia transportes públicos	Desloco-me no meu carro	Compro produtos de baixo consumo de energia	Compro produtos biodegradáveis	Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	Evito desperdiçar água
Mann-Whitney U	5923.000	9285.500	9377.500	9205.000	8398.500	8819.500	9404.000
Wilcoxon W	10873.000	14235.500	14427.500	14155.000	13348.500	13869.500	14454.000
Z	-5.969	-.907	-.935	-1.073	-2.305	-1.820	-.931
Asymp. Sig. (2-tailed)	.000	.364	.350	.283	.021	.069	.352

a Grouping Variable: utilizadores de trilho pedestre

Tabela XVII: Comportamento ambiental versus nacionalidade dos pedestrianistas

		Ranks		
	pedestrianistas estrangeiros e	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Procuo reduzir a produção de resíduos	Portugueses	100	93.43	9342.50
	Estrangeiros	100	107.57	10757
	Total	200		
Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	Portugueses	100	83.14	8314.00
	Estrangeiros	100	117.86	11786
	Total	200		
Coloco o lixo nos recipientes próprios	Portugueses	100	99.17	9916.50
	Estrangeiros	100	101.83	10183
	Total	200		
Procuo comprar alimentos produzidos localmente	Portugueses	100	92.85	9285.00
	Estrangeiros	100	108.15	10815
	Total	200		
Procuo comprar produtos de cultura biológica	Portugueses	100	98.08	9808.00
	Estrangeiros	100	102.92	10292
	Total	200		
Evito consumir produtos transformados industrialmente	Portugueses	100	105.37	10537
	Estrangeiros	100	95.63	9563.00
	Total	200		
Utilizo com frequencia uma bicicleta ou desloco-me a pé	Portugueses	100	93.35	9335.00
	Estrangeiros	100	107.65	10765
	Total	200		
Utilizo com frequencia transportes públicos	Portugueses	100	100.64	10064
	Estrangeiros	100	100.36	10036
	Total	200		
Desloco-me no meu carro	Portugueses	100	93.51	9351.00
	Estrangeiros	100	107.49	10749
	Total	200		
Compro produtos de baixo consumo de energia	Portugueses	100	99.21	9920.50
	Estrangeiros	100	101.79	10179
	Total	200		
Compro produtos biodegradáveis	Portugueses	100	95.26	9526.00
	Estrangeiros	100	105.74	10574
	Total	200		
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	Portugueses	100	86.01	8601.50
	Estrangeiros	100	114.99	11499
	Total	200		
Evito desperdiçar água	Portugueses	100	88.48	8848.00
	Estrangeiros	100	112.52	11252
	Total	200		

Test Statistics

	Procuro reduzir a produção de resíduos	Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	Coloco o lixo nos recipientes próprios	Procuro comprar alimentos produzidos localmente	Evito consumir produtos transformados industrialmente	Procuro comprar produtos de cultura biológica
Mann-Whitney U	4292.500	3264.000	4866.500	4235.000	4513,000	4758.000
Wilcoxon W	9342.500	8314.000	9916.500	9285.000	9563,000	9808.000
Z	-1.813	-4.483	-.343	-1.948	-1.287	-.632
Asymp. Sig. (2-tailed)	.070	.000	.732	.051	.198	.528

	Utilizo com frequencia uma bicicleta ou desloco-me a pé	Utilizo com frequencia transportes públicos	Desloco-me no meu carro	Compro produtos de baixo consumo de energia	Compro produtos biodegradáveis	Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	Evito desperdiçar água
Mann-Whitney U	4285.000	4985.500	4301.000	4870.500	4476.000	3551.500	3798.000
Wilcoxon W	9335.000	10035.500	9351.000	9920.500	9526.000	8601.500	8848.000
Z	-1.914	-.037	-1.828	-.347	-1.401	-3.952	-3.309
Asymp. Sig. (2-tailed)	.056	.971	.068	.728	.161	.000	.001

a Grouping Variable: pedestrianistas estrangeiros e portugueses

Tabela XVIII: Sensibilidade ambiental versus utilizadores de trilhos pedestres

Ranks

	utilizadores de trilho	N	Mean Rank	Sum of Ranks
factor-fruição da natureza-média	Pedestrianistas	200	155,06	31012,50
	Não pedestrianistas	100	141,38	14137,50
	Total	300		
factor-tédio-média	Pedestrianistas	200	133,04	26608,00
	Não pedestrianistas	100	185,42	18542,00
	Total	300		
factor-expectativa-média	Pedestrianistas	200	142,12	28423,50
	Não pedestrianistas	100	167,26	16726,50
	Total	300		
factor-adrenalina-média	Pedestrianistas	200	163,99	32798,50
	Não pedestrianistas	100	123,51	12351,50
	Total	300		
factor-receio da natureza-média	Pedestrianistas	200	150,60	30121,00
	Não pedestrianistas	100	150,29	15029,00
	Total	300		

Test Statistics^a

	factor-fruição da natureza-média	factor-tédio-média	factor-expectativa-média	factor-adrenalina-média	factor-receio da natureza-média
Mann-Whitney U	9087,500	6508,000	8323,500	7301,500	9979,000
Wilcoxon W	14137,500	26608,000	28423,500	12351,500	15029,000
Z	-1,339	-5,083	-2,407	-3,966	-,033
Asymp. Sig. (2-tailed)	,180	,000	,016	,000	,974

a. Grouping Variable: utilizadores de trilho pedestre

Tabela XIX - Actividades praticadas durante as férias versus utilizadores de trilhos pedestres

		Ranks		
	utilizadores de trilho	N	Mean Rank	Sum of Ranks
assistir a concertos	Pedestrianistas	200	158,20	31639,00
	Não pedestrianistas	100	135,11	13511,00
	Total	300		
Praticar escalada/ caminhadas	Pedestrianistas	200	189,87	37974,50
	Não pedestrianistas	100	71,75	7175,50
	Total	300		
Conhecer os habitantes	Pedestrianistas	200	157,87	31573,50
	Não pedestrianistas	100	135,76	13576,50
	Total	300		
Provar a comida local	Pedestrianistas	200	147,54	29507,00
	Não pedestrianistas	100	156,43	15643,00
	Total	300		
Fazer compras	Pedestrianistas	200	134,80	26960,00
	Não pedestrianistas	100	181,90	18190,00
	Total	300		
Visitar cidades	Pedestrianistas	200	136,01	27201,00
	Não pedestrianistas	100	179,49	17949,00
	Total	300		
Praticar sky	Pedestrianistas	200	179,40	35880,50
	Não pedestrianistas	100	92,69	9269,50
	Total	300		
Tomar banhos de sol/ actividades de praia	Pedestrianistas	200	139,12	27824,50
	Não pedestrianistas	100	173,26	17325,50
	Total	300		
Tirar fotos/ filmes	Pedestrianistas	200	159,24	31848,00
	Não pedestrianistas	100	133,02	13302,00
	Total	300		
Fazer passeios pelo campo	Pedestrianistas	200	166,63	33325,00
	Não pedestrianistas	100	118,25	11825,00
	Total	300		
Visitar locais com natureza selvagem	Pedestrianistas	200	170,35	34069,50
	Não pedestrianistas	100	110,81	11080,50
	Total	300		
Visitar parques naturais/ florestas	Pedestrianistas	200	172,65	34530,50
	Não pedestrianistas	100	106,19	10619,50
	Total	300		
visitar familiares e amigos	Pedestrianistas	200	152,34	30468,00
	Não pedestrianistas	100	146,82	14682,00
	Total	300		
Visitar galerias e museus	Pedestrianistas	200	150,18	30036,50
	Não pedestrianistas	100	151,13	15113,50
	Total	300		
Visitar o litoral	Pedestrianistas	200	132,13	26425,00
	Não pedestrianistas	100	187,25	18725,00
	Total	300		
Visitar locais históricos	Pedestrianistas	200	145,50	29099,50
	Não pedestrianistas	100	160,51	16050,50
	Total	300		
Praticar desportos náuticos	Pedestrianistas	200	156,62	31324,00
	Não pedestrianistas	100	138,26	13826,00
	Total	300		
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro	Pedestrianistas	200	141,15	28230,00
	Não pedestrianistas	100	169,20	16920,00
	Total	300		

Test Statistics

	assistir a concertos	Praticar escalada/caminhadas	Conhecer os habitantes	Provar a comida local	Fazer compras	Visitar cidades
Mann-Whitney U	8461,000	2125,500	8526,500	9407,000	6860,000	7101,000
Wilcoxon W	13511,000	7175,500	13576,500	29507,000	26960,000	27201,000
Z	-2,299	-11,679	-2,210	-,883	-4,679	-4,375
Asymp. Sig. (2-tailed)	,022	,000	,027	,377	,000	,000

	Praticar sky	Tomar banhos de sol/actividades de praia	Tirar fotos/filmes	Fazer passeios pelo campo	Visitar locais com natureza selvagem	Visitar parques naturais/florestas
Mann-Whitney U	4219,500	7724,500	8252,000	6775,000	6030,500	5569,500
Wilcoxon W	9269,500	27824,500	13302,000	11825,000	11080,500	10619,500
Z	-8,845	-3,424	-2,634	-4,976	-6,047	-6,745
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000	,001	,008	,000	,000	,000

	visitar familiares e amigos	Visitar galerias e museus	Visitar o litoral	Visitar locais históricos	Praticar desportos náuticos	Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro
Mann-Whitney U	9632,000	9936,500	6325,000	8999,500	8776,000	8130,000
Wilcoxon W	14682,000	30036,500	26425,000	29099,500	13826,000	28230,000
Z	-,548	-,096	-5,517	-1,528	-1,795	-2,755
Asymp. Sig. (2-tailed)	,584	,923	,000	,126	,073	,006

a Grouping Variable: utilizadores de trilho pedestre

Tabela XX: Actividades praticadas durante as férias versus nacionalidade dos pedestrianistas

		Ranks		
	pedestrianistas	N	Mean Rank	Sum of Ranks
assistir a concertos	Portugueses	100	109,11	10911,00
	Estrangeiros	100	91,89	9189,00
	Total	200		
Praticar escalada/ caminhadas	Portugueses	100	97,68	9768,50
	Estrangeiros	100	103,32	10331,50
	Total	200		
Conhecer os habitantes	Portugueses	100	97,36	9736,00
	Estrangeiros	100	103,64	10364,00
	Total	200		
Provar a comida local	Portugueses	100	91,86	9186,00
	Estrangeiros	100	109,14	10914,00
	Total	200		
Fazer compras	Portugueses	100	110,67	11067,00
	Estrangeiros	100	90,33	9033,00
	Total	200		
Visitar cidades	Portugueses	100	90,00	9000,50
	Estrangeiros	100	111,00	11099,50
	Total	200		
Praticar sky	Portugueses	100	78,13	7812,50
	Estrangeiros	100	122,88	12287,50
	Total	200		
Tomar banhos de sol/ actividades de praia	Portugueses	100	108,56	10855,50
	Estrangeiros	100	92,44	9244,50
	Total	200		
Tirar fotos/ filmes	Portugueses	100	90,79	9079,00
	Estrangeiros	100	110,21	11021,00
	Total	200		
Fazer passeios pelo campo	Portugueses	100	99,34	9934,00
	Estrangeiros	100	101,66	10166,00
	Total	200		
Visitar locais com natureza selvagem	Portugueses	100	87,36	8736,00
	Estrangeiros	100	113,64	11364,00
	Total	200		
Visitar parques naturais/ florestas	Portugueses	100	85,08	8508,00
	Estrangeiros	100	115,92	11592,00
	Total	200		
visitar familiares e amigos	Portugueses	100	111,45	11145,00
	Estrangeiros	100	89,55	8955,00
	Total	200		
Visitar galerias e museus	Portugueses	100	100,94	10094,50
	Estrangeiros	100	100,06	10005,50
	Total	200		
Visitar o litoral	Portugueses	100	111,96	11196,00
	Estrangeiros	100	89,04	8904,00
	Total	200		
Visitar locais históricos	Portugueses	100	91,39	9138,50
	Estrangeiros	100	109,61	10961,50
	Total	200		
Praticar desportos náuticos	Portugueses	100	107,03	10702,50
	Estrangeiros	100	93,97	9397,50
	Total	200		
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro	Portugueses	100	109,04	10904,00
	Estrangeiros	100	91,96	9196,00
	Total	200		

Test Statistics

	assistir a concertos	Praticar escalada/caminhadas	Conhecer os habitantes	Provar a comida local	Fazer compras	Visitar cidades
Mann-Whitney U	4139,000	4718,500	4686,000	4136,000	3983,000	3950,500
Wilcoxon W	9189,000	9768,500	9736,000	9186,000	9033,000	9000,500
Z	-2,271	-,776	-,823	-2,243	-2,653	-2,795
Asymp. Sig. (2-tailed)	,023	,438	,410	,025	,008	,005

	Praticar sky	Tomar banhos de sol/actividades de praia	Tirar fotos/filmes	Fazer passeios pelo campo	Visitar locais com natureza selvagem	Visitar parques naturais/florestas
Mann-Whitney U	2762,500	4194,500	4029,000	4884,000	3686,000	3458,000
Wilcoxon W	7812,500	9244,500	9079,000	9934,000	8736,000	8508,000
Z	-5,684	-2,133	-2,584	-,316	-3,504	-4,134
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000	,033	,010	,752	,000	,000

	visitar familiares e amigos	Visitar galerias e museus	Visitar o litoral	Visitar locais históricos	Praticar desportos náuticos	Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro
Mann-Whitney U	3905,000	4955,500	3854,000	4088,500	4347,500	4146,000
Wilcoxon W	8955,000	10005,500	8904,000	9138,500	9397,500	9196,000
Z	-2,863	-,119	-3,082	-2,461	-1,655	-2,202
Asymp. Sig. (2-tailed)	,004	,905	,002	,014	,098	,028

a Grouping Variable: pedestrianistas estrangeiros e portugueses

Tabela XXI: Factores motivadores para frequentar um trilho pedestre versus nacionalidade dos pedestrianistas

		Ranks		
	pedestrianistas estrangeiros e	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Acessibilidades	Portugueses	100	109.29	10929
	Estrangeiros	100	91.71	9170.50
	Total	200		
trilho devidamente assinalado	Portugueses	100	98.86	9885.50
	Estrangeiros	100	102.14	10214
	Total	200		
Existência de informação sobre os trilhos pedestres existentes	Portugueses	100	96.65	9665.50
	Estrangeiros	100	104.35	10435
	Total	200		
Existencia de serviço de guia	Portugueses	100	113.95	11395
	Estrangeiros	100	87.05	8705.00
	Total	200		
existencia de interpretação	Portugueses	100	104.32	10432
	Estrangeiros	100	96.68	9667.50
	Total	200		
Possibilidade de encontrar fauna e flora diferentes	Portugueses	100	98.21	9821.00
	Estrangeiros	100	102.79	10279
	Total	200		
proximidade de curso de água	Portugueses	100	107.51	10751
	Estrangeiros	100	93.49	9349.00
	Total	200		
Ser frequentado por poucas pessoas	Portugueses	100	96.28	9627.50
	Estrangeiros	100	104.72	10472
	Total	200		
silêncio	Portugueses	100	91.91	9191.00
	Estrangeiros	100	109.09	10909
	Total	200		
Qualidade e estado da paisagem	Portugueses	100	94.04	9404.00
	Estrangeiros	100	106.96	10696
	Total	200		
Existência de infra-estruturas de recolha de lixo ao longo do percurso	Portugueses	100	91.71	9170.50
	Estrangeiros	100	109.29	10929
	Total	200		
Que seja um trilho novo	Portugueses	100	87.55	8755.00
	Estrangeiros	100	113.45	11345
	Total	200		
Trilho difícil	Portugueses	100	101.69	10169
	Estrangeiros	100	99.31	9931.00
	Total	200		
Trilho com grau de dificuldade fácil	Portugueses	100	109.39	10939
	Estrangeiros	100	91.61	9160.50
	Total	200		
Infra-estruturas de apoio	Portugueses	100	97.72	9772.00
	Estrangeiros	100	103.28	10328
	Total	200		

Test Statistics

	Acessibilidades	trilho devidamente assinalado	Existência de informação sobre os trilhos pedestres existentes	Existencia de serviço de guia
Mann-Whitney U	4120.500	4835.500	4615.500	3655.000
Wilcoxon W	9170.500	9885.500	9665.500	8705.000
Z	-2.265	-.443	-1.050	-3.393
Asymp. Sig. (2-tailed)	.023	.658	.294	.001

	existencia de interpretação	Possibilidade de encontrar fauna e flora diferentes	proximidade de curso de água	Ser frequentado por poucas pessoas	silêncio
Mann-Whitney U	4617.500	4771.000	4299.000	4577.500	4141.000
Wilcoxon W	9667.500	9821.000	9349.000	9627.500	9191.000
Z	-1.029	-.591	-1.847	-1.090	-2.233
Asymp. Sig. (2-tailed)	.303	.555	.065	.276	.026

	Qualidade e estado da paisagem	Existência de infra-estruturas de recolha de lixo ao longo do percurso	Que seja um trilho novo	Trilho difícil	Trilho com grau de dificuldade fácil	Infra-estruturas de apoio
Mann-Whitney U	4354.000	4120.500	3705.000	4881.000	4110.500	4722.000
Wilcoxon W	9404.000	9170.500	8755.000	9931.000	9160.500	9772.000
Z	-1.769	-2.233	-3.388	-.300	-2.372	-.714
Asymp. Sig. (2-tailed)	.077	.026	.001	.764	.018	.475

a Grouping Variable: pedestrianistas estrangeiros e portugueses

Tabela XXII: Factores constrangedores versus utilizadores de trilhos pedestres

Ranks

	utilizadores de trilho pedestre	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Ambiente natural descaracterizado	Pedestrianistas	200	141.70	28339
	Não pedestrianistas	99	166.78	16511
	Total	299		
Ausência de mapas	Pedestrianistas	200	160.11	32021
	Não pedestrianistas	99	129.58	12829
	Total	299		
Condições metereológicas	Pedestrianistas	200	167.51	33502
	Não pedestrianistas	99	114.63	11348
	Total	299		
Ser frequentado por muitas pessoas	Pedestrianistas	200	132.06	26413
	Não pedestrianistas	99	186.24	18438
	Total	299		
Acessos difíceis	Pedestrianistas	200	157.63	31526
	Não pedestrianistas	99	134.59	13325
	Total	299		
Dificuldade de socorro em caso de acidente	Pedestrianistas	200	156.12	31224
	Não pedestrianistas	99	137.63	13626
	Total	299		
Falta de atractivos naturais	Pedestrianistas	200	146.76	29352
	Não pedestrianistas	99	156.55	15499
	Total	299		
falta de informação	Pedestrianistas	200	147.93	29586
	Não pedestrianistas	99	154.18	15264
	Total	299		
Inexistência de sinalização	Pedestrianistas	200	149.08	29817
	Não pedestrianistas	99	151.85	15033
	Total	299		
Passagem por locais muito perigosos	Pedestrianistas	200	147.75	29551
	Não pedestrianistas	99	154.54	15300
	Total	299		
proximidade com áreas urbanas	Pedestrianistas	200	122.46	24492
	Não pedestrianistas	99	205.64	20358
	Total	299		
Falta de segurança dos trilhos	Pedestrianistas	200	144.09	28818
	Não pedestrianistas	99	161.94	16032
	Total	299		
Zonas com fraca vegetação	Pedestrianistas	200	143.29	28658
	Não pedestrianistas	99	163.55	16192
	Total	299		
Inexistência de infra-estruturas de apoio	Pedestrianistas	200	161.31	32262
	Não pedestrianistas	99	127.15	12588
	Total	299		

Test Statistics

	Ambiente natural descaracterizado	Ausência de mapas	Condições meteorológicas	Ser frequentado por muitas pessoas	Dificuldade de socorro em caso de acidente	Falta de atractivos naturais	Acessos difíceis
Mann-Whitney U	8239.000	7878.500	6398.000	6312.500	8675.500	9251.500	8374.500
Wilcoxon W	28339.000	12828.500	11348.000	26412.500	13625.500	29351.500	13324.500
Z	-2.562	-2.996	-5.211	-5.290	-1.949	-1.005	-2.313
Asymp. Sig. (2-tailed)	.010	.003	.000	.000	.051	.315	.021

	falta de informação	Inexistência de sinalização	Passagem por locais muito perigosos	proximidade com áreas urbanas	Falta de segurança dos trilhos	Zonas com fraca vegetação	Inexistência de infra-estruturas de apoio
Mann-Whitney U	9486.000	9716.500	9450.500	4392.000	8718.000	8558.500	7638.000
Wilcoxon W	29586.000	29816.500	29550.500	24492.000	28818.000	28658.500	12588.000
Z	-.648	-.288	-.772	-8.103	-1.860	-1.982	-3.380
Asymp. Sig. (2-tailed)	.517	.773	.440	.000	.063	.047	.001

a Grouping Variable: utilizadores de trilho pedestre

Tabela XXIII: Factores constrangedores versus nacionalidade dos pedestrianistas

Ranks

	pedestrianistas	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Ambiente natural descaracterizado	Portugueses	100	107,30	10730,00
	Estrangeiros	100	93,70	9370,00
	Total	200		
Ausência de mapas	Portugueses	100	108,88	10887,50
	Estrangeiros	100	92,13	9212,50
	Total	200		
Condições metereológicas	Portugueses	100	105,73	10573,00
	Estrangeiros	100	95,27	9527,00
	Total	200		
Ser frequentado por muitas pessoas	Portugueses	100	107,82	10782,00
	Estrangeiros	100	93,18	9318,00
	Total	200		
Acessos difíceis	Portugueses	100	95,08	9508,50
	Estrangeiros	100	105,92	10591,50
	Total	200		
Dificuldade de socorro em caso de acidente	Portugueses	100	94,73	9473,00
	Estrangeiros	100	106,27	10627,00
	Total	200		
Falta de atractivos naturais	Portugueses	100	98,78	9877,50
	Estrangeiros	100	102,22	10222,50
	Total	200		
falta de informação	Portugueses	100	97,50	9750,00
	Estrangeiros	100	103,50	10350,00
	Total	200		
Inexistência de sinalização	Portugueses	100	89,43	8942,50
	Estrangeiros	100	111,57	11157,50
	Total	200		
Passagem por locais muito perigosos	Portugueses	100	96,63	9663,00
	Estrangeiros	100	104,37	10437,00
	Total	200		
proximidade com áreas urbanas	Portugueses	100	108,41	10841,00
	Estrangeiros	100	92,59	9259,00
	Total	200		
Falta de segurança dos trilhos	Portugueses	100	99,82	9982,00
	Estrangeiros	100	101,18	10118,00
	Total	200		
Zonas com fraca vegetação	Portugueses	100	104,79	10478,50
	Estrangeiros	100	96,21	9621,50
	Total	200		
Inexistência de infra-estruturas de apoio	Portugueses	100	110,03	11003,00
	Estrangeiros	100	90,97	9097,00
	Total	200		

Test Statistics

	Ambiente natural descaracterizado	Ausência de mapas	Condições meteorológicas	Ser frequentado por muitas pessoas	Acessos difíceis	Dificuldade de socorro em caso de acidente	Falta de atractivos naturais
Mann-Whitney U	4320,000	4162,500	4477,000	4268,000	4458,500	4423,000	4827,500
Wilcoxon W	9370,000	9212,500	9527,000	9318,000	9508,500	9473,000	9877,500
Z	-1,870	-2,132	-1,375	-1,887	-1,404	-1,553	-,463
Asymp. Sig. (2-tailed)	,061	,033	,169	,059	,160	,120	,643

	falta de informação	Inexistência de sinalização	Passagem por locais muito perigosos	proximidade e com áreas urbanas	Falta de segurança dos trilhos	Zonas com fraca vegetação	Inexistência de infra-estruturas de apoio
Mann-Whitney U	4700,000	3892,500	4613,000	4209,000	4932,000	4571,500	4047,000
Wilcoxon W	9750,000	8942,500	9663,000	9259,000	9982,000	9621,500	9097,000
Z	-,811	-2,993	-1,145	-2,051	-,187	-1,097	-2,438
Asymp. Sig. (2-tailed)	,417	,003	,252	,040	,852	,273	,015

a Grouping Variable: pedestrianistas estrangeiros e portugueses

(Análises Estatísticas - Médias)

Tabela XXIV: Ranking das médias da amostra total – comportamento ambiental

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Evito desperdiçar água	300	2	5	4,33	0,660217
Desloco-me no meu carro	300	1	5	4,03	1,089214
Coloco o lixo nos recipientes próprios	300	1	5	3,77	0,992592
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	300	1	5	3,66	0,804087
Compro produtos de baixo consumo de energia	299	1	5	3,39	0,88085
Utilizo com frequência uma bicicleta ou desloco-me a pé	299	1	5	3,37	1,064675
Compro produtos biodegradáveis	299	1	5	3,26	0,854621
Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	300	1	5	3,23	1,025734
Procuro reduzir a produção de resíduos	300	1	5	2,96	0,999325
Procuro comprar alimentos produzidos localmente	300	1	5	2,69	1,116233
Utilizo com frequência transportes públicos	299	1	5	2,57	1,128458
Evito consumir produtos transformados industrialmente	300	1	5	2,53	0,874633
Procuro comparar produtos de cultura biológica	300	1	5	2,37	0,910603
TOTAL				3,24	

Tabela XXV: Ranking das médias dos pedestrianistas – comportamento ambiental

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Evito desperdiçar água	200	3	5	4,37	0,595713
Desloco-me no meu carro	200	1	5	4,11	0,979167
Coloco o lixo nos recipientes próprios	200	2	5	3,86	0,924485
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	200	1	5	3,73	0,720901
Utilizo com frequência uma bicicleta ou desloco-me a pé	200	1	5	3,64	0,880712
Compro produtos de baixo consumo de energia	200	1	5	3,45	0,812574
Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	200	1	5	3,39	0,965107
Compro produtos biodegradáveis	200	1	5	3,35	0,781379
Procuro reduzir a produção de resíduos	200	1	5	3,11	0,958419
Procuro comprar alimentos produzidos localmente	200	1	5	2,76	1,127533
Evito consumir produtos transformados industrialmente	200	1	5	2,62	0,774451
Utilizo com frequência transportes públicos	200	1	5	2,61	1,111373
Procuro comparar produtos de cultura biológica	200	1	5	2,52	0,862158
TOTAL				3,34	

Tabela XXVI: Ranking das médias dos não pedestrianistas – comportamento ambiental

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Evito desperdiçar água	100	2	5	4,25	0,770347
Desloco-me no meu carro	100	1	5	3,88	1,273506
Coloco o lixo nos recipientes próprios	100	1	5	3,60	1,100964
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	100	1	5	3,52	0,937221
Compro produtos de baixo consumo de energia	99	1	5	3,28	1,000412
Compro produtos biodegradáveis	99	1	5	3,08	0,965494
Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	100	1	5	2,91	1,073981
Utilizo com frequência uma bicicleta ou desloco-me a pé	99	1	5	2,84	1,20125
Procuro reduzir a produção de resíduos	100	1	5	2,68	1,023758
Procuro comprar alimentos produzidos localmente	100	1	5	2,55	1,085953
Utilizo com frequência transportes públicos	99	1	5	2,48	1,16377
Evito consumir produtos transformados industrialmente	100	1	5	2,36	1,030053
Procuro comprar produtos de cultura biológica	100	1	5	2,07	0,934793
TOTAL				3,04	

Tabela XXVII: Ranking das médias dos pedestrianistas portugueses – comportamento ambiental

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Evito desperdiçar água	100	3	5	4,25	0,51981
Desloco-me no meu carro	100	1	5	4,02	0,931817
Coloco o lixo nos recipientes próprios	100	2	5	3,83	0,995495
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	100	1	5	3,54	0,730573
Utilizo com frequência uma bicicleta ou desloco-me a pé	100	1	5	3,54	0,833879
Compro produtos de baixo consumo de energia	100	2	5	3,45	0,729951
Compro produtos biodegradáveis	100	2	5	3,32	0,664846
Paisagem natural preferida	100	1	5	3,15	1,677992
Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	100	1	5	3,07	0,923924
Procuro reduzir a produção de resíduos	100	1	5	3	0,864566
Evito consumir produtos transformados industrialmente	100	1	5	2,69	0,677115
Procuro comprar alimentos produzidos localmente	100	1	5	2,61	1,072098
Utilizo com frequência transportes públicos	100	1	5	2,61	0,99387
Procuro comprar produtos de cultura biológica	100	1	4	2,47	0,78438
Paisagem preferida	100	1	3	1,8	0,426401
Caminhante regular	100	1	3	1,61	0,633971
TOTAL				3,06	

Tabela XXVIII: *Ranking* das médias dos pedestrianistas estrangeiros – comportamento ambiental

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Evito desperdiçar água	100	3	5	4,49	0,64346
Desloco-me no meu carro	100	1	5	4,19	1,021931
Preocupo-me em poupar ao nível do aquecimento da casa	100	2	5	3,92	0,6618
Coloco o lixo nos recipientes próprios	100	2	5	3,89	0,851558
Utilizo com frequência uma bicicleta ou desloco-me a pé	100	1	5	3,73	0,919541
Costumo triar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado	100	2	5	3,70	0,904534
Compro produtos de baixo consumo de energia	100	1	5	3,44	0,891259
Compro produtos biodegradáveis	100	1	5	3,38	0,885118
Procuro reduzir a produção de resíduos	100	1	5	3,21	1,037625
Procuro comprar alimentos produzidos localmente	100	1	5	2,90	1,167748
Utilizo com frequência transportes públicos	100	1	5	2,60	1,222681
Paisagem natural preferida	100	1	6	2,59	1,676305
Procuro comprar produtos de cultura biológica	100	1	5	2,57	0,934793
Evito consumir produtos transformados industrialmente	100	1	4	2,54	0,857763
Paisagem preferida	100	1	3	1,66	0,496859
Caminhante regular	100	1	3	1,21	0,477684
TOTAL				3,13	

Tabela XXIX: *Ranking* das médias da amostra total – actividades desenvolvidas durante as férias

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Tirar fotos/ filmes	300	1	5	3,89	1,00857
Provar a comida local	300	1	5	3,86	0,924213
Tomar banhos de sol/ actividades de praia	300	1	5	3,77	0,954809
Fazer passeios pelo campo	300	1	5	3,72	0,889327
Visitar o litoral	300	1	5	3,57	0,898506
Conhecer os habitantes	300	1	5	3,45	0,914853
visitar familiares e amigos	300	1	5	3,39	0,994276
Visitar locais com natureza selvagem	300	1	5	3,39	0,864325
Visitar locais históricos	300	1	5	3,36	0,852689
Visitar parques naturais/ florestas	300	1	5	3,36	0,874837
Visitar cidades	300	1	5	3,17	0,90274
Praticar escalada/ caminhadas	300	1	5	3,15	1,095669
Visitar galerias e museus	300	1	5	3,05	0,934559
Fazer compras	300	1	5	2,74	0,97754
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro	300	1	5	2,62	0,99651
assistir a concertos	300	1	5	2,40	0,888794
Praticar desportos náuticos	300	1	5	2,27	1,12673
Praticar sky	300	1	5	1,88	1,067045
TOTAL	300			3,17	

Tabela XXX: Ranking das médias dos pedestrianistas – actividades desenvolvidas durante as férias

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Tirar fotos/ filmes	200	1	5	4,00	0,937748
Fazer passeios pelo campo	200	1	5	3,89	0,831479
Provar a comida local	200	1	5	3,85	0,868763
Tomar banhos de sol/ actividades de praia	200	1	5	3,70	0,795717
Praticar escalada/ caminhadas	200	1	5	3,69	0,71164
Visitar locais com natureza selvagem	200	2	5	3,61	0,721459
Visitar parques naturais/ florestas	200	1	5	3,59	0,758718
Conhecer os habitantes	200	2	5	3,56	0,812218
visitar familiares e amigos	200	1	5	3,41	0,962083
Visitar o litoral	200	2	5	3,41	0,796333
Visitar locais históricos	200	1	5	3,34	0,746449
Visitar galerias e museus	200	1	5	3,07	0,814921
Visitar cidades	200	1	5	3,03	0,850126
Fazer compras	200	1	5	2,57	0,882607
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro	200	1	5	2,51	0,924214
assistir a concertos	200	1	5	2,48	0,808
Praticar desportos náuticos	200	1	5	2,36	1,124856
Praticar sky	200	1	5	2,23	1,086405
TOTAL				3,24	

Tabela XXXI: Ranking das médias dos não pedestrianistas – actividades desenvolvidas durante as férias

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Tomar banhos de sol/ actividades de praia	100	1	5	3,92	1,203362
Visitar o litoral	100	1	5	3,91	0,995901
Provar a comida local	100	1	5	3,90	1,029857
Tirar fotos/ filmes	100	1	5	3,67	1,110601
Visitar cidades	100	1	5	3,44	0,946231
Visitar locais históricos	100	1	5	3,41	1,035677
Fazer passeios pelo campo	100	1	5	3,38	0,907655
visitar familiares e amigos	100	1	5	3,37	1,060351
Conhecer os habitantes	100	1	5	3,23	1,062254
Fazer compras	100	1	5	3,08	1,07007
Visitar galerias e museus	100	1	5	3,03	1,141105
Visitar locais com natureza selvagem	100	1	5	2,95	0,957427
Visitar parques naturais/ florestas	100	1	5	2,90	0,915633
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro	100	1	5	2,83	1,101468
assistir a concertos	100	1	4	2,25	1,018763
Praticar desportos náuticos	100	1	5	2,11	1,118215
Praticar escalada/ caminhadas	100	1	4	2,08	0,928559
Praticar sky	100	1	4	1,18	0,575247
TOTAL				3,04	

Tabela XXXII: Ranking das médias dos pedestrianistas portugueses – actividades desenvolvidas durante as férias

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Tirar fotos/ filmes	100	1	5	3,87	0,906263
Fazer passeios pelo campo	100	1	5	3,86	0,85304
Tomar banhos de sol/ actividades de praia	100	2	5	3,83	0,652191
Provar a comida local	100	1	5	3,70	0,904534
Praticar escalada/ caminhadas	100	2	5	3,66	0,639128
visitar familiares e amigos	100	1	5	3,61	0,87496
Visitar o litoral	100	2	5	3,56	0,729189
Conhecer os habitantes	100	2	5	3,50	0,797724
Visitar locais com natureza selvagem	100	2	5	3,44	0,742913
Visitar parques naturais/ florestas	100	1	5	3,39	0,737111
Visitar locais históricos	100	1	5	3,21	0,782317
Visitar galerias e museus	100	1	5	3,08	0,787272
Visitar cidades	100	1	4	2,86	0,816744
Fazer compras	100	1	4	2,70	0,731679
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro	100	1	5	2,66	0,912539
assistir a concertos	100	1	5	2,63	0,786952
Praticar desportos náuticos	100	1	5	2,46	1,038842
Praticar sky	100	1	4	1,80	0,953463
TOTAL				3,21	

Tabela XXXIII: Ranking das médias dos pedestrianistas estrangeiros – actividades desenvolvidas durante as férias

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Tirar fotos/ filmes	100	1	5	4,12	0,956424
Provar a comida local	100	2	5	3,99	0,810225
Fazer passeios pelo campo	100	1	5	3,92	0,812528
Visitar locais com natureza selvagem	100	2	5	3,78	0,660272
Visitar parques naturais/ florestas	100	1	5	3,78	0,732782
Praticar escalada/ caminhadas	100	1	5	3,72	0,779536
Conhecer os habitantes	100	2	5	3,62	0,82609
Tomar banhos de sol/ actividades de praia	100	1	5	3,57	0,901794
Visitar locais históricos	100	2	5	3,47	0,688359
Visitar o litoral	100	2	5	3,25	0,833333
Visitar cidades	100	1	5	3,20	0,852803
visitar familiares e amigos	100	1	5	3,20	1,005038
Visitar galerias e museus	100	1	5	3,05	0,845368
Praticar sky	100	1	5	2,65	1,048086
Fazer compras	100	1	5	2,44	0,99818
Fazer um passeio panorâmico de um dia de barco, comboio, autocarro	100	1	5	2,36	0,915854
assistir a concertos	100	1	4	2,33	0,804721
Praticar desportos náuticos	100	1	5	2,25	1,200799
TOTAL				3,26	

Tabela XXXIV: *Ranking* das médias dos pedestrianistas – factores motivadores para frequentar um trilho pedestre

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Qualidade e estado da paisagem	200	1	5	4,40	0,801365
Existência de informação sobre os trilhos pedestres existentes	200	1	5	4,34	0,920331
Trilho devidamente assinalado	200	1	5	4,30	0,912215
Silêncio	200	1	5	4,07	0,876895
Existencia de interpretação	200	1	5	4,06	0,889017
Ser frequentado por poucas pessoas	200	1	5	3,93	0,885038
Infra-estruturas de apoio	200	1	5	3,90	1,129771
Possibilidade de encontrar fauna e flora diferentes	200	2	5	3,84	0,933882
Existência de infra-estruturas de recolha de lixo ao longo do percurso	200	1	5	3,71	1,150005
Proximidade de curso de água	200	1	5	3,55	1,016435
Existencia de serviço de guia	200	1	5	3,46	1,469275
Acessibilidades	200	1	5	3,44	0,95969
Que seja um trilho novo	200	1	5	3,44	0,921968
Trilho com grau de dificuldade fácil	200	1	5	3,35	0,740755
Trilho difícil	200	1	5	2,54	1,133501
Total				3,75	

Tabela XXXV: *Ranking* das médias dos pedestrianistas portugueses – factores motivadores para frequentar um trilho pedestre

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Qualidade e estado da paisagem	100	1	5	4,26	0,938729
Trilho devidamente assinalado	100	1	5	4,24	1,006243
Existência de informação sobre os trilhos pedestres existentes	100	1	5	4,24	1,026123
Existência de interpretação	100	2	5	4,15	0,770347
Silêncio	100	1	5	3,91	0,933063
Ser frequentado por poucas pessoas	100	1	5	3,85	0,857233
Existencia de serviço de guia	100	1	5	3,82	1,305621
Possibilidade de encontrar fauna e flora diferentes	100	2	5	3,80	0,898933
Proximidade de curso de água	100	1	5	3,68	0,919816
Acessibilidades	100	1	5	3,58	0,996762
Existência de infra-estruturas de recolha de lixo ao longo do percurso	100	1	5	3,56	1,103896
Trilho com grau de dificuldade fácil	100	1	5	3,46	0,730573
Que seja um trilho novo	100	1	5	3,19	0,939536
Trilho difícil	100	1	5	2,56	1,103896
Total				3,74	

Tabela XXXVI: *Ranking* das médias dos pedestrianistas estrangeiros – factores motivadores para frequentar um trilho pedestre

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Qualidade e estado da paisagem	100	3	5	4,53	0,610597
Existência de informação sobre os trilhos pedestres existentes	100	1	5	4,43	0,794616
trilho devidamente assinalado	100	2	5	4,35	0,808728
Silêncio	100	2	5	4,23	0,789515
Ser frequentado por poucas pessoas	100	2	5	4	0,9101
Existência de interpretação	100	1	5	3,97	0,989388
Possibilidade de encontrar fauna e flora diferentes	100	2	5	3,87	0,970837
Existência de infra-estruturas de recolha de lixo ao longo do percurso	100	1	5	3,86	1,180823
Que seja um trilho novo	100	1	5	3,68	0,839432
Proximidade de curso de água	100	1	5	3,41	1,092629
Acessibilidades	100	1	5	3,30	0,904534
Trilho com grau de dificuldade fácil	100	1	5	3,23	0,736563
Existência de serviço de guia	100	1	5	3,09	1,538036
Trilho difícil	100	1	5	2,52	1,167575
Total				3,75	

Tabela XXXVII: *Ranking* das médias da amostra total – factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Passagem por locais muito perigosos	299	1	5	1,56	0,955098
Dificuldade de socorro em caso de acidente	299	1	5	1,64	0,868907
Falta de segurança dos trilhos	299	1	5	1,69	0,900582
falta de informação	299	1	5	1,72	0,928367
Inexistência de sinalização	299	1	5	1,72	0,952569
Falta de atractivos naturais	299	1	5	1,76	0,948578
Ambiente natural descaracterizado	299	1	5	1,87	1,038149
Acessos difíceis	299	1	5	1,92	1,038246
Inexistência de infra-estruturas de apoio	299	1	5	2,05	1,076197
Ausência de mapas	299	1	5	2,18	1,110664
Ser frequentado por muitas pessoas	299	1	5	2,29	1,191784
Zonas com fraca vegetação	299	1	5	2,30	1,130584
proximidade com áreas urbanas	299	1	5	2,34	1,211686
Condições metereológicas	299	1	5	2,35	0,996853
TOTAL				1,96	

Tabela XXXVIII: Ranking das médias dos pedestrianistas – factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Passagem por locais muito perigosos	200	1	5	1,47	0,769242
Falta de segurança dos trilhos	200	1	5	1,62	0,842809
falta de informação	200	1	5	1,67	0,868835
Inexistência de sinalização	200	1	5	1,67	0,863032
Dificuldade de socorro em caso de acidente	200	1	5	1,71	0,91657
Falta de atractivos naturais	200	1	5	1,73	0,934743
Ambiente natural descaracterizado	200	1	5	1,77	0,97701
proximidade com áreas urbanas	200	1	5	1,92	0,895424
Acessos difíceis	200	1	5	1,99	1,00746
Ser frequentado por muitas pessoas	200	1	5	2,00	0,96417
Inexistência de infra-estruturas de apoio	200	1	5	2,17	1,032682
Zonas com fraca vegetação	200	1	5	2,20	1,020875
Ausência de mapas	200	1	5	2,28	1,026961
Condições metereológicas	200	1	5	2,54	0,878998
TOTAL				1,91	

Tabela XXXIX: Ranking das médias dos não pedestrianistas - factores constrangedores para frequentar um trilho

Descriptive Statistics	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Dificuldade de socorro em caso de acidente	99	1	4	1,49	0,747427
Passagem por locais muito perigosos	99	1	5	1,74	1,233759
Acessos difíceis	99	1	5	1,79	1,090523
Falta de informação	99	1	5	1,81	1,036839
Inexistência de sinalização	99	1	5	1,82	1,109915
Inexistência de infra-estruturas de apoio	99	1	5	1,82	1,128152
Falta de atractivos naturais	99	1	5	1,84	0,976322
Falta de segurança dos trilhos	99	1	5	1,85	0,993485
Ausência de mapas	99	1	5	1,98	1,245234
Condições metereológicas	99	1	5	1,98	1,115565
Ambiente natural descaracterizado	99	1	5	2,09	1,125683
Zonas com fraca vegetação	99	1	5	2,52	1,304338
Ser frequentado por muitas pessoas	99	1	5	2,88	1,379683
Proximidade com áreas urbanas	99	1	5	3,21	1,303627
TOTAL				2,06	

Tabela XL: *Ranking* das médias dos pedestrianistas portugueses - factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Passagem por locais muito perigosos	100	1	4	1,40	0,710669
Inexistência de sinalização	100	1	5	1,52	0,822413
Falta de segurança dos trilhos	100	1	5	1,58	0,780831
Dificuldade de socorro em caso de acidente	100	1	5	1,60	0,828775
falta de informação	100	1	5	1,63	0,872185
Falta de atractivos naturais	100	1	5	1,69	0,917782
Ambiente natural descaracterizado	100	1	5	1,88	0,997775
Acessos difíceis	100	1	5	1,90	1
proximidade com áreas urbanas	100	1	4	2,05	0,936089
Ser frequentado por muitas pessoas	100	1	4	2,10	0,926599
Zonas com fraca vegetação	100	1	4	2,28	1,09249
Inexistência de infra-estruturas de apoio	100	1	5	2,35	1,067187
Ausência de mapas	100	1	5	2,45	1,085953
Condições metereológicas	100	1	5	2,63	0,895048
TOTAL				1,93	

Tabela XLI: *Ranking* das médias dos pedestrianistas estrangeiros - factores constrangedores para frequentar um trilho pedestre

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviat
Passagem por locais muito perigosos	100	1	5	1,53	0,822106
Falta de segurança dos trilhos	100	1	5	1,65	0,903137
Ambiente natural descaracterizado	100	1	4	1,65	0,946818
Falta de informação	100	1	5	1,71	0,868006
Falta de atractivos naturais	100	1	5	1,76	0,954733
Proximidade com áreas urbanas	100	1	5	1,78	0,835814
Dificuldade de socorro em caso de acidente	100	1	5	1,82	0,988622
Inexistência de sinalização	100	1	5	1,82	0,880542
Ser frequentado por muitas pessoas	100	1	5	1,89	0,99387
Inexistência de infra-estruturas de apoio	100	1	5	1,99	0,969171
Acessos difíceis	100	1	5	2,08	1,011849
Ausência de mapas	100	1	4	2,10	0,937437
Zonas com fraca vegetação	100	1	5	2,11	0,941683
Condições metereológicas	100	1	4	2,44	0,856585
TOTAL				1,88	

(Análises Estatísticas – Análise factorial)

Tabela XLII: Matriz das correlações

Tabela XLIII: Matriz anti-imagem

Tabela XLIV: KMO E Teste de esfericidade de Bartlett

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		.884
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	5278,6
	df	253
	Sig.	.000

Tabela XLV: Comunalidades

Communalities

	Initial	Extraction
Estimulo	1.000	.782
Activo	1.000	.832
Revigorar	1.000	.778
Excitar	1.000	.705
Sensacional	1.000	.696
Despertar	1.000	.693
Bonito	1.000	.652
Divertido	1.000	.698
Serenidade	1.000	.834
Relaxado	1.000	.838
Tranquilidade	1.000	.564
Medo	1.000	.811
Terror	1.000	.839
Receio	1.000	.804
Ansiedade	1.000	.658
Inquietação	1.000	.767
Perturbação	1.000	.794
Melancolia	1.000	.605
Maçador	1.000	.756
Aborrecimento	1.000	.697
Mistério	1.000	.733
Enigma	1.000	.847
Suspense	1.000	.790

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Tabela XLVI: Variância total explicada

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	7.646	33.245	33.245	7.646	33.245	33.245	5.464	23.758	23.758
2	5.184	22.539	55.783	5.184	22.539	55.783	4.412	19.184	42.941
3	2.140	9.306	65.090	2.140	9.306	65.090	2.614	11.367	54.308
4	1.207	5.249	70.338	1.207	5.249	70.338	2.523	10.970	65.278
5	.996	4.332	74.670	.996	4.332	74.670	2.160	9.393	74.670
6	.781	3.397	78.067						
7	.636	2.766	80.833						
8	.483	2.101	82.934						
9	.467	2.032	84.966						
10	.409	1.780	86.746						
11	.389	1.693	88.439						
12	.342	1.489	89.928						
13	.341	1.484	91.412						
14	.306	1.332	92.744						
15	.259	1.125	93.869						
16	.239	1.041	94.910						
17	.219	.952	95.862						
18	.212	.920	96.783						
19	.173	.754	97.536						
20	.161	.698	98.234						
21	.151	.656	98.890						
22	.131	.570	99.459						
23	.124	.541	100.000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Tabela XLVII: Matriz das componentes após a rotação

Rotated Component Matrix^a

	Component				
	1	2	3	4	5
Relaxado	.903	-.107	8,0E-02	6,8E-02	-2,E-02
Serenidade	.902	-6,E-02	5,4E-02	.119	-8,E-03
Divertido	.817	-4,E-02	-7,E-02	.156	1,6E-02
Despertar	.782	-3,E-04	-2,E-02	.284	-3,E-02
Tranquilidade	.714	-9,E-02	-.147	.161	-5,E-03
Bonito	.713	-.107	.158	.327	-1,E-02
Sensacional	.709	3,6E-02	8,8E-02	.413	-.115
Maçador	-8,E-02	.856	-5,E-02	1,0E-02	.117
Petrturbação	-6,E-02	.853	7,0E-02	-1,E-01	.219
Inquietação	-7,E-02	.835	.146	-7,E-02	.198
Aborrecimento	-.142	.808	7,2E-02	-.129	4,7E-02
Melancolia	-5,E-04	.715	.157	-.149	.218
Ansiedade	-4,E-02	.681	.336	7,1E-02	.275
Enigma	-1,E-02	.132	.901	-6,E-03	.131
Suspense	1,3E-02	.115	.875	-8,E-02	6,7E-02
Mistério	4,4E-02	.170	.838	-1,E-02	1,8E-02
Estimulo	.433	-.168	-1,E-02	.751	-5,E-02
Activo	.541	-9,E-02	-1,E-02	.719	-.116
Revigorar	.555	-8,E-02	-1,E-02	.681	6,7E-03
Excitar	.443	-.137	-.181	.666	.119
Medo	-9,E-02	.262	4,6E-02	6,8E-02	.853
Terror	-2,E-02	.428	6,6E-02	1,5E-03	.807
Receio	5,8E-02	.467	.236	-.195	.700

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 7 iterations.

Tabela XLVIII: Matriz das componentes

Component Transformation Matrix

Component	1	2	3	4	5
1	.724	-.459	-.140	.446	-.216
2	.483	.665	.355	.204	.397
3	-.011	-.321	.916	-.124	-.205
4	-.180	-.465	.052	.234	.833
5	-.458	.167	.110	.830	-.246

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

Tabela XLII: Matriz das correlações

Correlation Matrix

Correlation Estimulo	Estimulo	Activo	Revigorar	Excitar	Sensacion:	Despertar	Bonito	Divertido	Serenidade	Relaxado	Tranquilida	Medo	Terror	Receio	Ansiedade	Inquietaçã	Petrturbaç	Melancolia	Maçador	Aborrecim	Mistério	Enigma	Suspense	
Activo	0,776428	1																						
Revigorar	0,721457	0,760979	1																					
Excitar	0,598389	0,634968	0,657864	1																				
Sensacion:	0,559279	0,66647	0,590567	0,566382	1																			
Despertar	0,517903	0,625049	0,571271	0,536572	0,707277	1																		
Bonito	0,536979	0,587259	0,614771	0,479797	0,666891	0,61334	1																	
Divertido	0,474086	0,552734	0,54409	0,522897	0,657869	0,6328	0,562365	1																
Serenidade	0,511991	0,57225	0,604053	0,490444	0,643989	0,672827	0,679114	0,715047	1															
Relaxado	0,526535	0,555151	0,575235	0,431306	0,587885	0,673627	0,646703	0,68413	0,843407	1														
Tranquilida	0,458616	0,548617	0,541335	0,430291	0,44674	0,539337	0,470874	0,509794	0,59914	0,643187	1													
Medo	-0,053488	-0,104828	-0,054482	-0,00155	-0,093324	-0,081236	-0,065675	-0,059817	-0,077254	-0,125372	-0,074457	1												
Terror	-0,127601	-0,157894	-0,026546	0,03186	-0,124061	-0,046981	-0,053441	-0,023712	-0,043325	-0,062815	-0,072327	0,698296	1											
Receio	-0,232714	-0,217831	-0,125488	-0,128382	-0,003693	-0,014306	-0,05178	-0,013292	-0,021487	-0,034653	-0,130637	0,621336	0,739377	1										
Ansiedade	-0,114564	-0,07062	-0,062121	-0,12663	-0,006535	0,022863	0,011758	-0,107489	-0,056417	-0,068805	-0,120855	0,392163	0,524458	0,56241	1									
Inquietaçã	-0,26373	-0,160557	-0,155763	-0,2062	-0,066955	-0,066612	-0,152199	-0,109173	-0,102684	-0,143404	-0,154664	0,401675	0,517974	0,533512	0,718131	1								
Petrturbaç	-0,22382	-0,20817	-0,1932	-0,20277	-0,054581	-0,087449	-0,144768	-0,094952	-0,125276	-0,155699	-0,15823	0,415268	0,532145	0,581793	0,641663	0,800466	1							
Melancolia	-0,210141	-0,162044	-0,103204	-0,23707	-0,095292	-0,090142	-0,135753	-0,134405	-0,063553	-0,059303	-0,019277	0,423903	0,413184	0,536783	0,519207	0,610069	0,599221	1						
Maçador	-0,195261	-0,145004	-0,085586	-0,085663	-0,068343	-0,091632	-0,18672	-0,091541	-0,110936	-0,167067	-0,059605	0,356107	0,473542	0,443775	0,485318	0,643299	0,65178	0,6628	1					
Aborrecim	-0,267584	-0,300691	-0,234639	-0,225353	-0,117649	-0,182547	-0,168594	-0,126087	-0,154549	-0,21182	-0,290904	0,251114	0,457002	0,459306	0,495851	0,587582	0,699536	0,493325	0,70538	1				
Mistério	-0,024131	-0,031216	-0,008158	-0,13911	0,086702	-0,00509	0,111346	0,012175	0,071202	0,085839	-0,089894	0,125328	0,152255	0,280124	0,353314	0,230109	0,161597	0,268074	0,157466	0,22263	1			
Enigma	-0,054497	-0,063373	-0,020756	-0,159583	0,046338	-0,030383	0,077432	-0,072396	0,017012	0,035129	-0,096982	0,170676	0,228613	0,360341	0,394177	0,256049	0,213441	0,261294	0,118222	0,190793	0,699478	1		
Suspense	-0,099492	-0,056561	-0,07915	-0,167024	0,03636	-0,029805	0,075811	-0,060101	0,049004	0,059726	-0,124875	0,12502	0,168431	0,296863	0,332082	0,25761	0,209949	0,246115	0,089038	0,158281	0,626172	0,771996	1	
Activo	5,22E-62	8,74E-50	3,06E-58	7,94E-31	2,18E-26	2,74E-22	4,15E-24	1,62E-18	9,52E-22	4,25E-23	2,61E-17	0,177942	0,013555	2,35E-05	0,023708	1,82E-06	4,61E-05	0,000123	0,000336	1,29E-06	0,338603	0,173437	0,042686	
Revigorar	8,74E-60	3,06E-58	7,11E-39	1,44E-35	3,41E-40	3,21E-34	1,68E-29	1,06E-25	8,55E-28	5,94E-26	2,82E-25	0,034909	0,003066	7,15E-05	0,11131	0,002656	0,000141	0,000384	0,000123	0,005962	5,49E-08	0,295098	0,13694	0,164445
Excitar	7,94E-31	1,44E-35	7,11E-39	3,77E-27	1,1E-27	7,13E-33	8,12E-25	1,6E-31	3,98E-28	1,53E-24	0,173501	0,323492	0,014889	0,141747	0,003434	0,000384	0,037143	0,069581	2,03E-05	0,444049	0,360159	0,08576		
Sensacion:	2,18E-26	3,41E-40	6,85E-30	4,24E-47	4,24E-47	2,93E-40	7,1E-39	7,75E-37	1,42E-29	2,01E-16	0,053352	0,015852	0,474603	0,455125	0,12381	0,173063	0,049742	0,118966	0,02086	0,06703	0,211948	0,265212		
Despertar	2,74E-22	3,21E-34	1,1E-27	4,55E-24	4,24E-47	1,09E-32	2,87E-35	3,39E-41	3,26E-42	1,5E-48	4,82E-43	1,5E-21	0,150881	0,341254	0,409325	0,031486	0,029466	0,037882	0,006454	0,003446	0,015029	0,003446		
Bonito	4,15E-24	1,68E-29	7,13E-33	5,59E-19	2,93E-40	1,09E-32	1,02E-26	3,39E-41	3,26E-42	1,5E-48	4,82E-43	1,5E-21	0,150881	0,341254	0,409325	0,031486	0,029466	0,037882	0,006454	0,003446	0,015029	0,003446		
Divertido	1,62E-18	1,06E-25	8,12E-25	9,38E-23	7,1E-39	2,87E-35	3,39E-41	3,26E-42	1,5E-48	4,82E-43	1,5E-21	0,150881	0,341254	0,409325	0,031486	0,029466	0,037882	0,006454	0,003446	0,015029	0,003446			
Serenidade	9,52E-22	8,55E-28	1,6E-31	7,31E-20	7,75E-37	3,39E-41	3,26E-42	1,5E-48	4,82E-43	1,5E-21	0,150881	0,341254	0,409325	0,031486	0,029466	0,037882	0,006454	0,003446	0,015029	0,003446				
Relaxado	4,25E-23	5,94E-26	3,98E-28	2,53E-15	1,42E-29	2,52E-41	3,16E-37	4,82E-43	1,09E-82	1,01E-36	0,014965	0,139068	0,27496	0,117382	0,006454	0,003446	0,003446	0,015029	0,003446					
Tranquilida	2,61E-17	2,82E-25	1,53E-24	2,98E-15	2,01E-16	2,43E-24	2,92E-18	1,5E-21	6,43E-31	1,01E-36	0,099215	0,105805	0,01819	0,01821	0,003639	0,003012	0,036975	0,003012	0,036975					
Medo	0,177942	0,034909	0,173501	0,489335	0,053352	0,080234	0,128395	0,150881	0,091023	0,014965	0,099215	1,77E-45	9,97E-34	9,05E-13	6,69E-23	1,01E-26	3,86E-49	1,66E-36	2,07E-22	1,36E-19	2,53E-20	1,5E-10	6,81E-13	1,86E-09
Terror	0,013555	0,003066	0,323492	0,291276	0,015852	0,208744	0,178153	0,341254	0,227342	0,139068	0,105805	1,77E-45	9,97E-34	9,05E-13	6,69E-23	1,01E-26	3,86E-49	1,66E-36	2,07E-22	1,36E-19	2,53E-20	1,5E-10	6,81E-13	1,86E-09
Receio	2,35E-05	7,15E-05	0,014889	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089	0,013089
Ansiedade	0,023708	0,11131	0,141747	0,014155	0,455125	0,346645	0,419641	0,031486	0,165063	0,117382	0,01821	9,05E-13	6,69E-23	1,01E-26	3,86E-49	1,66E-36	2,07E-22	1,36E-19	2,53E-20	1,5E-10	6,81E-13	1,86E-09		
Inquietaçã	1,82E-06	0,002656	0,003434	0,000162	0,12381	0,125029	0,004139	0,029466	0,037882	0,006454	0,003639	2,33E-13	2,7E-22	9,07E-24	3,86E-49	1,66E-36	2,07E-22	1,36E-19	2,53E-20	1,5E-10	6,81E-13	1,86E-09		
Petrturbaç	4,61E-05	0,000141	0,000384	0,000205	0,173063	0,065364	0,006033	0,050351	0,015029	0,003446	0,003012	3,09E-14	1,23E-23	7,19E-29	1,66E-36	1,64E-68	6,29E-31	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32
Melancolia	0,000123	0,00245	0,037143	1,67E-05	0,049742	0,059621	0,009326	0,009934	0,136257	0,152973	0,36975	8,17E-15	4,24E-14	4,34E-24	2,07E-22	2,84E-32	6,29E-31	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32	2,84E-32
Maçador	0,000336	0,005962	0,069581	0,069404	0,118966	0,056617	0,000579	0,056798	0,027468	0,001854	0,151742	1,07E-10	1,79E-18	3,3E-16	1,96E-19	9,73E-37	5,73E-38	1,26E-39	9,44E-47	4,17E-20	9,44E-47	4,17E-20	9,44E-47	4,17E-20
Aborrecim	1,29E-06	5,49E-08	2,03E-05	4,11E-05	0,02086	0,000748	0,001701	0,0145	0,003661	0,00011	1,46E-07	5,36E-06	3,46E-17	2,31E-17	2,53E-20	1,54E-29	1,07E-45	1,07E-45	1,07E-45	1,07E-45	1,07E-45	1,07E-45	1,07E-45	1,07E-45
Mistério	0,338603	0,295098	0,444049	0,007951	0,06703	0,465019	0,02702	0,416829	0,109412	0,068996	0,061033	0,014994	0,004126	4,1E-07	1,5E-10	2,87E-05	0,00251	1,24E-06	0,003137	5,04E-05	0,003137	5,04E-05	0,003137	5,04E-05
Enigma	0,173437	0,13694	0,360159	0,0028</																				

Tabela XLIII: Matriz anti-imagem

Anti-image Matrices

	Estimulo	Activo	Revigorar	Excitar	Sensacion:	Despertar	Bonito	Divertido	Serenidade	Relaxado	Tranquilida	Medo	Terror	Receio	Ansiedade	Inquietaçã	Petrturbaç	Melancolia	Maçador	Aborrecim	Mistério	Enigma	Suspense
Anti-image Estimulo	0,298908	-0,113721	-0,074699	-0,028823	-0,014932	0,008682	0,008887	0,019867	0,010214	-0,041797	0,023066	-0,065848	0,000308	0,048473	-0,022356	0,057577	-0,03695	0,013154	0,018471	-0,019281	-0,016233	-0,017873	0,030158
Activo	-0,113721	0,234543	-0,071059	-0,027833	-0,049026	-0,030054	-0,004984	-0,016753	0,006508	0,013769	-0,043737	-0,001453	0,01616	0,018779	-0,020351	-0,029985	0,01496	-0,002292	-0,008189	0,028013	0,008367	0,020216	-0,034016
Revigorar	-0,074699	-0,071059	0,288238	-0,076317	0,00913	0,010273	-0,061745	-0,006397	-0,022806	0,001745	-0,018293	0,03814	-0,02989	-0,000523	0,012023	-0,013063	0,023555	-0,033006	-0,019196	0,016603	0,004329	-0,03293	0,037253
Excitar	-0,028823	-0,027833	-0,076317	0,395586	-0,065613	-0,032219	0,011805	-0,032834	-0,013956	0,026388	0,001901	-0,011773	-0,073956	0,031585	-0,00227	0,010354	0,057727	-0,046402	0,02291	0,025472	0,021195	-0,007221	
Sensacion:	-0,014932	-0,049026	0,00913	-0,065613	0,284468	-0,088474	-0,08808	-0,069107	-0,016993	0,019223	0,016154	0,006237	0,079504	-0,068544	0,022591	-0,010943	-0,01977	0,017046	-0,012548	-0,010243	-0,015458	-0,016735	0,005152
Despertar	0,008682	-0,030054	0,010273	-0,032219	-0,088474	0,351393	-0,021301	-0,027018	-0,015919	-0,049312	-0,027041	0,021292	-0,00209	-0,015138	-0,045178	-0,005316	0,002352	0,010095	-0,005013	0,022071	0,022963	0,004385	0,011335
Bonito	0,008887	-0,004984	-0,061745	0,011805	-0,08808	-0,021301	0,374679	0,012987	-0,050145	-0,02569	-0,010589	-0,023381	-0,015605	0,025477	-0,056122	0,034493	-0,003093	0,012454	0,046703	-0,030233	-0,016448	0,004554	-0,0168
Divertido	0,019867	-0,016753	-0,006397	-0,032834	-0,069107	-0,027018	0,012987	0,365784	-0,057282	-0,049649	-0,014296	-0,009063	-0,010683	-0,015235	0,047492	-0,006155	-0,013956	0,041699	0,003677	-0,020034	-0,034173	0,020905	0,018083
Serenidade	0,010214	0,006508	-0,022806	-0,013956	-0,016993	-0,015919	-0,050145	-0,057282	0,220041	-0,113703	-0,024526	-0,017462	0,010629	-0,002136	0,013975	-0,016692	0,015328	0,000703	0,001451	-0,022417	0,003425	0,010652	-0,021209
Relaxado	-0,041797	0,013769	0,001745	0,026388	0,019223	-0,049312	-0,02569	-0,049649	-0,113703	0,212878	-0,080388	0,049301	-0,014815	-0,016576	0,006359	0,000589	0,00407	-0,032816	0,027696	0,005408	-0,016226	0,008005	-0,018474
Tranquilida	0,023066	-0,043737	-0,018293	0,001901	0,016154	-0,027041	-0,010589	-0,014296	-0,024526	-0,080388	0,440604	0,004743	-0,023529	0,037328	0,010208	0,029998	-0,029314	-0,04765	-0,065236	0,093774	0,028535	-0,029164	0,049316
Medo	-0,065848	-0,001453	0,03814	-0,011773	0,006237	0,021292	-0,023381	-0,009063	-0,017462	0,049301	0,004743	0,412044	-0,140287	-0,071453	0,019305	-0,008357	-0,011281	-0,074551	-0,006084	0,076924	-0,013558	0,010055	0,008762
Terror	0,000308	0,01616	-0,02989	-0,073956	0,079504	-0,00209	-0,015605	-0,010683	0,010629	-0,014815	-0,023529	-0,140287	0,261498	-0,12699	-0,029513	-0,025457	0,003626	0,062073	-0,022214	-0,046432	0,020744	-0,007549	-0,003164
Receio	0,048473	0,018779	-0,000523	0,031585	-0,068544	-0,015138	0,025477	-0,015235	-0,002136	-0,016576	0,037328	-0,071453	-0,12699	0,28079	-0,039701	0,032104	-0,036545	-0,069246	0,003311	-0,000279	-0,033112	0,004761	
Ansiedade	-0,022356	-0,020351	0,012023	-0,00227	0,022591	-0,045178	-0,056122	0,047492	0,013975	0,006359	0,010208	0,019305	-0,029513	-0,039701	0,361323	-0,114877	-0,022644	-0,020538	0,013963	-0,015269	-0,045747	-0,035939	0,01461
Inquietaçã	0,057577	-0,029985	-0,013063	0,027126	-0,010943	-0,005316	0,034493	-0,006155	-0,016692	0,000589	0,029998	-0,008357	-0,025457	0,032104	-0,114877	0,240434	-0,116399	-0,025919	-0,045391	0,026293	-0,0054	0,008071	-0,01312
Petrturbaç	-0,03695	0,01496	0,023555	0,010354	-0,01977	0,002352	-0,003093	-0,013956	0,015328	0,00407	-0,029314	-0,011281	0,003626	-0,036545	-0,022644	-0,116399	0,239737	-0,026241	-0,001915	-0,09669	0,053314	0,005267	-0,020019
Melancolia	0,013154	-0,002292	-0,033006	0,057727	0,017046	0,010095	0,012454	0,041699	0,000703	-0,032816	-0,04765	-0,074551	0,062073	-0,069246	-0,020538	-0,025919	-0,026241	0,380749	-0,132963	0,013483	-0,027519	0,008141	-0,018665
Maçador	0,018471	-0,008189	-0,019196	-0,046402	-0,012548	-0,005013	0,046703	0,003677	0,001451	0,027696	-0,065236	-0,006084	-0,022214	0,020381	0,013963	-0,045391	-0,001915	-0,132963	0,294626	-0,144729	-0,019455	0,01466	0,013419
Aborrecim	-0,019281	0,028013	0,016603	0,02291	-0,010243	0,022071	-0,030233	-0,020034	-0,022417	0,005408	0,093774	0,076924	-0,046432	0,003311	-0,015269	0,026293	-0,09669	0,013483	-0,144729	0,309122	-0,03667	-0,002863	0,021466
Mistério	-0,016233	0,008367	0,004329	0,025472	-0,015458	0,022963	-0,016448	-0,034173	0,003425	-0,016226	0,028535	-0,013558	0,020744	-0,000279	-0,045747	-0,0054	0,053314	-0,027519	-0,019455	-0,03667	0,445566	-0,143449	-0,07066
Enigma	-0,017873	0,020216	-0,03293	0,021195	-0,016735	0,004385	0,004554	0,020905	0,010652	0,008005	-0,029164	0,010055	-0,007549	-0,033112	-0,035939	0,008071	0,005267	0,008141	0,01466	-0,002863	-0,143449	0,297556	-0,190197
Suspense	0,030158	-0,034016	0,037253	-0,007221	0,005152	0,011335	-0,0168	0,018083	-0,021209	-0,018474	0,049316	0,008762	-0,003164	0,004761	0,01461	-0,01312	-0,020019	-0,018665	0,013419	0,021466	-0,07066	-0,190197	0,358142
Anti-image Estimulo	0,890782	-0,429498	-0,254489	-0,08382	-0,051207	0,02679	0,026557	0,060083	0,039827	-0,165695	0,06356	-0,18763	0,0011	0,167316	-0,068028	0,214774	-0,138033	0,038992	0,062244	-0,063429	-0,04448	-0,059929	0,092174
Activo	-0,429498	0,913573	-0,273296	-0,091374	-0,1898	-0,104689	-0,016814	-0,057196	0,028649	0,061621	-0,136055	-0,004673	0,065252	0,073175	-0,069906	-0,126267	0,063088	-0,007668	-0,031153	0,104035	0,025881	0,076525	-0,117366
Revigorar	-0,254489	-0,273296	0,926787	-0,226009	0,031883	0,032278	-0,187886	-0,019701	-0,090559	0,007044	-0,051331	0,110672	-0,108873	-0,00184	0,037256	-0,049623	0,089608	-0,099631	-0,065872	0,055621	0,01208	-0,112444	0,115947
Excitar	-0,08382	-0,091374	-0,226009	0,926544	-0,195593	-0,086415	0,030662	-0,086317	-0,047303	0,090933	0,004554	-0,029159	-0,229943	0,09477	-0,006004	0,087956	0,033622	0,148744	-0,135921	0,065516	0,060671	0,061776	-0,019185
Sensacion:	-0,051207	-0,1898	0,031883	-0,195593	0,893823	-0,279834	-0,269793	-0,214235	-0,06792	0,078116	-0,04563	0,018216	0,291499	-0,048192	-0,242527	0,070464	-0,041844	-0,075703	0,051794	-0,043345	-0,034542	-0,04342	0,01614
Despertar	0,02679	-0,104689	0,032278	-0,086415	-0,279834	0,954968	-0,058705	-0,075361	-0,05725	-0,180296	-0,068723	0,055956	-0,006895	-0,048192	-0,12679	-0,018288	0,008104	0,027599	-0,015579	0,066967	0,058032	0,013561	0,031952
Bonito	0,026557	-0,016814	-0,187886	0,030662	-0,269793	-0,058705	0,939212	0,03508	-0,174641	-0,090963	-0,02606	-0,059507	-0,049853	0,078547	-0,152529	0,114922	-0,01032	0,032974	0,140566	-0,088836	-0,040255	0,013637	-0,045861
Divertido	0,060083	-0,057196	-0,019701	-0,086317	-0,214235	-0,075361	0,03508	0,948355	-0,201908	-0,177925	-0,03561	-0,078769	-0,262484	0,913391	0,011131	-0,069319	0,106126	0,025583	0,092167	-0,090196	-0,116337	-0,181061	0,124147
Serenidade	0,039827	0,028649	-0,090559	-0,047303	-0,06792	-0,05725	-0,174641	-0,201908	0,911528	-0,525357	-0,078769	-0,057993	0,044309	-0,008594	0,049563	-0,072571	0,066737	0,00243	0,0057	-0,085955	0,010937	0,041627	-0,07555
Relaxado	-0,165695	0,061621	0,007044	0,090933	0,078116	-0,180296	-0,090963	-0,177925	-0,525357	0,883996	-0,262484	0,166465	-0,06279	-0,067799	0,022927	0,002605	0,018017	-0,115266	0,11059	0,021082	-0,052685	0,031805	-0,066906
Tranquilida	0,06356	-0,136055	-0,051331	0,004554	0,04563	-0,068723	-0,02606	-0,03561	-0,078769	-0,262484	0,913391	0,011131	-0,069319	0,106126	0,025583	0,092167	-0,090196	-0,116337	-0,181061	0,254094	0,064402	-0,080544	0,124147
Medo	-0,18763	-0,004673	0,110672	-0,029159	0,018216	0,055956	-0,059507	-0,023344	-0,057993	0,166465	0,011131	0,821846	-0,427377	-0,210067	0,050032	-0,026552	-0,035892	-0,188218	-0,017463	0,21554	-0,031643	0,028715	0,02281
Terror	0,0011	0,065252	-0,108873	-0,229943	0,291499	-0,006895	-0,049853	-0,034542	0,044309	-0,06279	-0,069319	-0,427377	0,798585	-0,468646	-0,096012	-0,101527	0,014483	0,196721	-0,080029	-0,163313	0,060773	-0,027063	-0,010341